



1º Prêmio
Construindo
a Igualdade
de Gênero

Redações e trabalhos científicos monográficos premiados

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres



1° Prêmio Construindo a
Igualdade de Gênero

Redações e trabalhos científicos
monográficos premiados

Brasília
2006

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA – 1ª Edição

1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Edital CNPq 45/2005
Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências

© 2006. Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar, sala 200
70047-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 2104-9377 e 2104-9381
Fax: (61) 2104-9362 e 2104-9355
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

Projeto Gráfico
Isabela Ferreira de Araújo

Revisão:
Luana Nery Moraes

Distribuição gratuita
Tiragem: 1.500 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2005, 2006, 216p.

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.
- II. Série.

Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM
Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
Ministério da Educação – MEC
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

Co-promoção

Assessoria de Comunicação Social do CNPq/Serviço de Prêmios
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde – DECIT/MS
Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

Apoio

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO
Cadernos PAGU
Revista Estudos Feministas
Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas
Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR/UFBA
Associação Brasileira de Antropologia – ABA
Associação Brasileira de Ciências Políticas – ABCP
Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC
Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP
Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional – ANPUR
Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior – ANDIFES
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM/IMS/UERJ
Núcleo de Estudos da População – NEPO/UNICAMP
Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG/UFF
Programa de Estudos em Gênero e Saúde – MUSA/ISC/UFBA
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ
Fundação Carlos Chagas – FCC
Instituto Papai
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

APRESENTAÇÃO	10
CATEGORIA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: redações premiadas na etapa nacional	13
<i>Bonito ou Bonita, Bonita ou Bonito</i> Filipe de Freitas Serafim – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Vereador Antônio Sampaio/SP	14
<i>Direito à Diferença</i> Jonas Azevedo Araújo – Colégio da Polícia Militar de Goiás/GO	20
<i>A Guerra dos Sexos</i> Juliana Alves Queiroz – Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek/RJ	22
<i>Terezas – Mulher</i> Juliana Melcop de Castro Schor – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco/PE	24
<i>Categoria Estudantes do Ensino Médio: título e autoria das redações premiadas na etapa por Unidades da Federação</i>	27
CATEGORIA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: trabalhos científicos monográficos premiados	31
<i>Mulheres em Rádio e Revista: Imagens Femininas na Época de Ouro da Música (Rio de Janeiro – 1930/1945)</i> Ana Maria Veiga – Universidade Federal de Santa Catarina/SC	32
<i>Mulheres e Sucesso no Vestibular: as Evidências da Desigualdade de Gênero</i> Mani Tebet Azevedo de Marins – Universidade Federal Fluminense/RJ	64
<i>Representações de Gênero e Diferença em Contos Africanos Contemporâneos</i> Vander Vieira de Rezende – Universidade Federal de São João Del Rei/MG	89
<i>Categoria Estudantes do Ensino Superior: resumos dos trabalhos científicos monográficos que obtiveram menção honrosa</i>	
<i>A Mulher no Legislativo: uma Análise das Desigualdades de Gênero no Senado Federal</i> Érika Mara Barbacena – Universidade de Brasília/DF	100
<i>Aborto Legal por Estupro e Relações de Gênero: a Sociedade Respeita e o Estado Garante</i> Lorena Cardoso Mangabeira Campos – Faculdade de Teologia e Ciências de Salvador/BA	102

<i>Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris</i>	
Maira Luisa Gonçalves de Abreu – Universidade Estadual de Campinas/SP.....	103
<i>Relações de Gênero e Identidade Coletiva no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais: Redefinição Identitária e Possibilidades Articulatórias nas Lutas por Autonomia e Emancipação</i>	
Manuela de Sousa Magalhães – Universidade Federal de Minas Gerais/MG	106
<i>A Violência Contra a Mulher na Perspectiva de Policiais Militares de Concórdia – SC</i>	
Marisa Signori – Universidade do Contestado/SC.....	108
<i>Era uma Vez uma Menina e um Menino: um Estudo de Gênero na Literatura Infantil</i>	
Sílvia Monnerat Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ.....	111
<i>A Escola como Promotora de Pensamentos e Atitudes Sexistas: uma Abordagem no Nível da Pré-escola</i>	
Teresa Santos Arruda – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP.....	113

CATEGORIA ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO:

trabalhos científicos monográficos premiados

117

<i>A Autoria Feminina e a Literatura Brasileira do Século XIX: Novas Perspectivas sobre a Literatura Indianista e a Representação do Embate Colonial</i>	
Anselmo Peres Alô – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS.....	118
<i>Paternidades nas Adolescências: um Estudo sobre Alguns dos Sentidos Atribuídos por Adolescentes Pais à Paternidade</i>	
Renata Orlandi – Universidade Federal de Santa Catarina/SC.....	144
<i>Antigas Personagens, Novas Histórias: Memórias e Histórias de Mulheres Escravizadas na Paraíba Oitocentista</i>	
Solange Pereira da Rocha – Universidade Federal de Pernambuco/PE.....	172

Categoria Estudantes de Pós-graduação: resumos dos trabalhos científicos monográficos que obtiveram menção honrosa

<i>Gênero em Ação: Rompimento do Teto de Vidro nos Novos Contextos da Tecnociência</i>	
Cristina Tavares da Costa Rocha – Universidade Federal de Santa Catarina/SC	199
<i>Submissão e Resistência: Explodindo o Discurso Patriarcal da Dominação Feminina</i>	
Martha Giudice Narvaz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS	201

<i>A Reprodução das Desigualdades de Gênero no Discurso dos Julgadores e a Vítima Mulher frente ao Sistema de Justiça Penal</i>	
Paula Pinhal de Carlos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS.....	204
<i>Não-Provedores: Gênero, Desemprego e Alcolismo Masculino em Comunidade de Baixa Renda</i>	
Pedro Francisco Guedes do Nascimento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS	206
<i>Tom Agudo, Voz de Mulher. a Temática Feminina na Obra de Maria de Zayas y Sotomayor</i>	
Rosângela Schardong – Universidade de São Paulo/SP	208
<i>Deslocar-se para Recolocar-se: os Amores entre Mulheres nas Recentes Narrativas Brasileiras de Autoria Feminina</i>	
Virgínia Maria Vasconcelos Leal – Universidade de Brasília/DF.....	210
<i>Quebrando o Coco e Fazendo a Roça: Gênero e Identidade no Cotidiano de Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão</i>	
Viviane de Oliveira Barbosa – Universidade Federal da Bahia/BA	212

Construindo a Igualdade de Gênero

www.igualdadedegenero.cnpq.br

A presente publicação constitui um dos resultados do 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e coloca à disposição de leitoras e leitores as redações e os trabalhos científicos monográficos premiados nesse primeiro concurso.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é parte integrante do Programa Mulher e Ciência, instituído com os objetivos de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País, e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Em sua primeira edição, o Programa Mulher e Ciência foi constituído também pelo Edital CNPq 45/2005, de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, e pelo Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, realizado em Brasília, em março de 2006.

O conjunto dessas iniciativas, inéditas em nosso meio, foram promovidas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e outras 23 entidades, entre associações e sociedades científicas, núcleos de estudos e programas universitários, e organizações não-governamentais participaram da formulação do conteúdo do Programa, seu formato e editais.

O 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concurso de redações e trabalhos científicos monográficos, buscou sensibilizar a comunidade estudantil, seus professores/as e os estabelecimentos de ensino a que pertenciam, para a reflexão acerca das relações de gênero na sociedade.

O Prêmio destinou-se a três categorias: estudantes do ensino médio, estudantes do ensino superior e estudantes de pós-graduação, tendo recebido a inscrição de 1587 trabalhos: 1270 redações de estudantes do ensino médio, 141 trabalhos científicos monográficos de estudantes do ensino superior e 176 trabalhos científicos monográficos de estudantes de pós-graduação.

Do total, 71% dos trabalhos foram apresentados por estudantes do sexo feminino e 29% do sexo masculino. A região com maior número de inscritas/os foi a Sudeste, com 654 trabalhos, seguida da região Nordeste, que contou com 433 inscrições.

A resposta das escolas do ensino médio e da comunidade acadêmica a essa primeira edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero ratifica a ne-

cessidade de políticas no campo da educação, ciência e tecnologia, dirigidas ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e desigualdades, em especial as ainda persistentes entre homens e mulheres.

Desde o lançamento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, em dezembro de 2004, importantes ações têm sido desenvolvidas por meio de parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, visando a articulação das temáticas gênero e educação nos currículos escolares e na formação de profissionais da educação em exercício. Da mesma forma, diversas parcerias têm sido desenvolvidas com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, com o intuito de incidir positivamente na melhoria da vida das mulheres brasileiras e implementar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

É, portanto, com grande alegria que fazemos a divulgação desses trabalhos, fruto do empenho, inventividade e, por que não dizer, da ousadia de suas/seus autoras/es e de seus orientadores/as e professores/as. A leitura, sobretudo prazerosa, que se fará dos mesmos será o melhor atestado de sua qualidade. Cabe destacar a predominância, entre as/os premiadas/os em todas as categorias, de estudantes de instituições públicas, o que consolida nossa crença em um Sistema de Educação Pública de qualidade, não excludente e não sexista.

Por fim, deixamos aqui registrados nossos agradecimentos a todos/as os/as parceiros/as pelo estímulo e apoio permanentes e a todas as pessoas que de forma solidária e desinteressada participaram das diferentes etapas de seleção dos trabalhos.

Solidariedade, tolerância e respeito às diferenças também se aprende na Escola.

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Sérgio Rezende

Ministro da Ciência e Tecnologia

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Erney Felício Plessmann de Camargo

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ana Falú

Diretora do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher no Brasil e Cone Sul

1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria Estudantes de Ensino Médio

Redações premiadas na etapa nacional
Título e autoria das redações premiadas por Unidades da Federação

As 1270 redações inscritas, oriundas de todas as unidades da federação, indicam o interesse despertado nesta primeira edição do prêmio e o seu potencial como disseminador e incentivador de reflexões acerca das discriminações que cercam as relações entre os sexos.

Uma equipe integrada por representantes da SPM, CNPq e UNIFEM realizou a pré-seleção das redações do ensino médio. Das 1270 redações inscritas, 524 foram pré-selecionadas e encaminhadas para a análise da Comissão Julgadora.

A Comissão Julgadora do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero na categoria estudantes do ensino médio foi integrada por Victória Lobo (UNIFEM) – Presidenta da Comissão; Patrícia Saboya Gomes (Senadora); Ricardo Henriques (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC); Odisséia Pinto de Carvalho (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher); Ricardo Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Sueli Carneiro (Universidade de São Paulo); e Iáris Ramalho Cortês (Centro Feminista de Estudos e Assessoria).

A comissão reuniu-se em Brasília, na sede do CNPq, dia 16 de março de 2006, para escolher as redações a serem premiadas por unidade da federação e na etapa nacional. Como resultado, foram escolhidas 42 redações.

As 27 autoras e os 15 autores premiados, representando 19 unidades da federação, receberam Bolsas de Iniciação Científica Júnior.

Os autores e as autoras das 4 melhores redações do Brasil, escolhidas dentre estas 42, receberam como prêmio, além da bolsa de iniciação científica júnior, um computador e uma impressora.

Bonito ou Bonita, Bonita ou Bonito

Filipe de Freitas Serafim – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Vereador Antônio Sampaio/SP

SER, ESTAR OU PARECER?

BONITO E BONITA.

Ser, estar ou parecer homem?

Ser, estar ou parecer mulher?

Ser, estar ou parecer gente?

Porque como dizia Caetano Veloso: “gente é pra brilhar e não para morrer de fome”.

Ser, estar ou parecer ser humano em um mundo que se desumaniza a cada instante?

Homem + Mulher = Ser Humano

Homem – Mulher = Nada, Vazio, Realidade de um povo que busca cada vez mais Parecer, esquecendo o Ser nos fracassos, nas desilusões, nas desesperanças, nos preconceitos, na marginalização social.

Mulher diferente de homem ou homem diferente de mulher?

MULHER, homem. HOMEM, mulher. MAIÚSCULOS e minúsculos seres buscando SER num mundo de PARECERES.

Qual a real diferença?

O que o homem pode ser ou fazer que a mulher não seja ou faça?

O que a mulher pode ser ou fazer que o homem não seja ou faça?

Podemos falar de fatos históricos, fatos que marcaram o mundo, fatos que marcaram a humanidade, fatos que marcam a desigualdade.

Tudo começou pela primeira e suposta teoria cristã: Deus criou o homem primeiro. A mulher só foi feita para satisfazer um desejo do homem ou porque o homem se sentia só e veio de uma costela. Só isso já seria a chave de muitas discussões até mesmo da existência ou não de Deus, mas acho que isso não vem ao caso aqui e agora, afinal a reflexão é sobre “ser ou não ser, eis a questão” e Deus sendo ou não sendo É.

Quando falamos de Deus falamos de um ser que é homem, querendo ou não, mesmo sem saber o seu sexo, Deus sempre será tido como homem, pois o seu nome é masculino, então me pergunto: Porque Deus não foi feito de uma costela?

Desde de já quero pedir perdão se esse assunto não for do seu agrado, não quero encaminhar minhas idéias para nenhum tipo de religião e não quero debater sobre a existência ou inexistência de Deus, já afirmei que ele É, só quero falar de uma coisa: “ser menino ou menina” não nega ser gente, em igualdade de gênero, de direitos, de deveres, em igualdade de “aparecer na fita” BONITO ou BONITA.

E bonita é a mulher, qualquer mulher, independente da raça, da cor, de seus cabelos lisos, crespos ou encaracolados. Bonita é a mulher, tanto faz a sua cultura, sua religião, seu livro ou seu fogão. Bonita é a mulher mesmo que pareça mais ou menos mulher, mais ou menos no sentido de “mais ou menos”, meio a meio, ou “mais ou menos”, superlativos absolutos sintéticos, mulher é mulher.

E por que não estão no poder se são tão poderosas?

Existem algumas mulheres a frente de algumas cidades ou estados, mulheres que fizeram história, mulheres que fazem o dia a dia melhor; existem, ainda, muitas mulheres que são submissas aos seus maridos, feito escravas, diriam alguns: “porque querem”, diriam outros porque seguem algum tipo de doutrina e as fizeram querer.

Há algumas religiões nas quais a mulher não tem o direito de falar, ministrar uma palestra, ou mesmo encabeçar uma reunião. Algumas religiões falam que Mulheres devem obedecer a seus maridos, que o marido é a autoridade, é ele que manda e traz o sustento da casa. Mas a realidade é clara, hoje, tanto o homem quanto a mulher exercem as mesmas funções, ambos trazem o sustento para a casa, para o corpo, para a alma, ambos são, ou deveriam ser, ALICERCES, eu disse SER ALICERCE e não PARECER ALICERCE, porque senão a casa cai.

Cada mulher, por sua vez, tem algo de especial em si, esse “algo” pode ser diferente de mulher para mulher, mas mulher é sempre mulher, bonita, e para que sejam bonitas e não apenas pareçam bonitas, precisam ser cuidadas com carinho, mesmo que digam que não precisam disso. Homens também precisam de carinho.

Cada mulher tem sua forma de atrair um homem, cada mulher tem seu charme, seu jeito de ser, seu chamego, seu modo de seduzir. Mulheres negras adoro, mulheres brancas, também. A diferença da cor, ou da pele não deixa a mulher mais ou menos bela, “mais ou menos” no sentido de “isto ou aquilo”, e como dizia Cecília Meireles “ou isto ou aquilo” não precisam, necessariamente, ser excludentes, é só uma questão de pigmentação. Ninguém é mais bonito por ser branco ou por ser negro, por ser rico ou por ser pobre, por ser gordo ou por ser magro, por ser baixo ou por ser alto e nem mesmo por ser homem ou ser mulher. Mulheres com lindos olhos, todas as mulheres têm lindos, mulheres com belos seios, todas as mulheres têm belos seios, mulheres com bumbuns gostosos, todas as mulheres têm bumbuns gostosos, mulheres com passos largos, todas as mulheres têm passos largos para poder andar ao lado e não atrás de quem vai junto, nem

tão pouco à frente; não precisamos PARECER melhores do que ninguém, porque mesmo na diversidade o que conta é a igualdade, SER IGUAL, “SER MENINO OU MENINA”.

Mas será que ainda hoje, ser menino ou menina acarreta diferenças salariais?

Aqui, na terrinha, o desemprego corre solto e o salário anda baixo e lento, e ser menina nesta hora “não faz bonito”, ser mulher, negra, pobre, homossexual nesta hora é quase um “pecado”, até poderíamos dizer “UM PECADO CAPITAL”.

Será que isso é só aqui no Brasil, ou será que é assim nas demais partes do planeta?

Em verdade seria “menos ruim” - “menos” no sentido de “menos” - mesmo se fosse só aqui. Em alguns lugares do mundo as mulheres ainda são impedidas de trabalhar ou de exercer alguma atividade qualquer que um homem possa ter. É triste saber que esse fato acontece, pois a mulher não nasceu para ser escrava, para ser “criada”; a mulher é criatura, mas também é “criador”. O homem também.

Algumas mulheres chegam até a trabalhar mais do que os homens, e percebem que eu nem estou falando da jornada dupla: casa e trabalho fora de casa. Algumas quando lhes perguntam: Você trabalha? Respondem: Não, só cuidado de casa. Vamos traduzir o “cuidar de casa”: lavar, passar, limpar, arrumar, cozinhar (quando se tem o que comer e ela foi ao mercado), levar seus filhos para escola (ir à reunião para ouvir a coordenadora dizer que ela não tem tempo para seus filhos, que são oito), levá-los ao médico, ao dentista, fazer uns bicos e certamente procurar um terapeuta para si mesma, mas se o dinheiro não der para esse luxo, serve um paliativo religioso.

Levando em consideração o Brasil, eu estaria mentido ao dizer que a mulher recebe o mesmo que um homem, ainda há mulheres que chegam a receber menos que um homem e não revelam - vejam que ainda por cima de tudo isso sentem VERGONHA. E quando seus companheiros chegam em casa elas continuam sentindo vergonha se “algo” não está bem, porque seus companheiros, HOMENS, também sentem vergonha, porque trabalharam muito e receberam pouco; porque o patrão estava de mau-humor e o humilhou na frente dos companheiros; porque o ônibus, o trem e o metro estavam cheios e ele chegou cansado, suado e sujo; porque a marmita era rala, faltava o ovo e bateu a fome, fome de “comida, diversão e arte”.

Será que são eles que deveriam sentir vergonha?

É... a mulher aqui no Brasil teve um “grande avanço”, teve sim; hoje em dia você vê a mulher trabalhando como homem, fazendo, além do “só cuidado de casa”, todos os tipos de serviços pesados. Vejam só alguns exemplos que citarei a seguir.

Mulheres que trabalham no ramo de construção, pedreiras, arquitetas, mecânicas, engenheiras civis, catadoras de lixo, frentistas, distribuidoras de papéis

publicitários na rua, motoristas de táxi e peruas escolares, cobradoras, fiscais, moto girl e ainda por cima ouvem com uma certa frequência alguns adjetivos “carinhosos” como: “sapatão”, “gostosa”, “vai trabalhar dona Maria”. Mas.. São MULHERES, BELAS e CONQUISTADORAS, buscando seu espaço numa sociedade competitiva e capitalista.

As mulheres hoje estão assumindo o direito e o dever de ensinar e aprender. Voltando ao passado, há mais de 300 anos atrás, onde elas não tinham nem sequer o direito de saber ler e escrever, e, no entanto, hoje, são elas, professoras, em sua grande maioria, que “ao menos” tentam, “ao menos” no sentido de tentativa mesmo, ensinar a homens e mulheres a importância do ato de ler.

As mulheres hoje são até “autoridades”, desde políticas até policiais. Os homens também, embora de política tenhamos passado à politicagem e de policiais à... É melhor deixar esse assunto para um outro momento.

Vamos falar da MULHER, elas podem ser presidentes (será que existe a palavra presidenta?), senadoras, deputadas, governadoras, prefeitas, vereadoras, sub-prefeitas, presidentes (as) da associação de moradores, da associação de pais e mestres. Elas podem ser juízas, advogadas, promotoras, juradas, seguranças e personal training. Existem mulheres que são inclusive instrutoras de artes marciais e, ao que me parece, todas e todos hoje em dia deveriam fazer um curso com elas. Tem mulheres que praticam até “vale tudo”, há nas academia mulheres musculosas, mulheres que não são homens, entre SER e PARECER há muitas diferenças, mesmo nas igualdades, mulheres que carregam dentro de si um “espírito guerreiro”, ainda que em nome da PAZ, ainda que frequentando as delegacias das mulheres para dar queixa de estupros, espancamentos e toda sorte de violência.

Mas, infelizmente, “ser menino ou menina” não nos livra da violência.

Mulher diferente do que e de quem?

Homem diferente do que e de quem?

Diferença salarial, preconceitos em geral, sociedade patriarcal?

Qual é a diferença afinal, entre ser homem, ser mulher, ser normal ou anormal?

Há diferença?

Talvez, biologicamente falando, possamos encontrar um pouco mais de testosterona aqui e um pouco mais de estradiol ali, um ovário cá e testículos acolá e uma ânsia e um ânimo que podem ser menino ou menina à vontade, que se formam socialmente para aplacar o fato do órgão reprodutor masculino ser externo e o feminino ser interno. Podemos dizer que a diferença de tratamento entre gêneros começa desde a criação. O homem foi criado primeiro.

Por quê?

Só Deus sabe.

E olha lá!

Com a criação veio a tal chamada humanidade, Adão e Eva no Paraíso, Caim e Abel no Purgatório, mas isso é coisa da Bíblia. E nós aqui neste país temos que rezar em outra cartilha.

Podemos dizer que o tratamento desigual, no que se refere aos gêneros, começa desde essas supostas questões que são trazidas até nós por séculos e séculos, mas quem nos garante que essas histórias são verdadeiras?

Será que foi mesmo a Eva sugeriu que o Adão comesse a maçã? Não poderia ter sido o contrário? O que terá feito, de fato, Abel para despertar tal fúria em Caim a ponto de matá-lo?

Pré-conceitos. Preconceitos.

Será que Adão e Eva são mesmo do Paraíso ou será que Homens são de Marte e Mulheres são de Vênus?

Ou homens são de Vênus e mulheres são de Marte?

Será que a gente nasce homem ou mulher? Ou será que nos constituímos homem ou mulher?

Porque será que não nascemos uma minhoca?

Na próxima vida eu quero ser uma minhoca.

Porque?

Parece-me mais fácil apontar as diferenças e as igualdades da minhoca com qualquer outra coisa, do que as diferenças e igualdades entre os sexos.

Em verdade só há diferenças entre SER HOMEM e SER MULHER no PARECER que vai dentro a cabeça de todo e qualquer SER HUMANO. Simples, né?

Pois bem, diferenças a parte, devemos respeitar todas as culturas, todas as religiões, todos os sexos, afinal “qualquer maneira de amar vale a pena” como diz Milton Nascimento e “tudo vale a pena se a alma não é pequena” como dizia Fernando Pessoa e nós, meros mortais, assim como a minhoca, ainda temos que aprender a respeitar as diferenças na igualdade.

Mulheres não são de todo más, nem de todo boas. Homens também.

Mulheres quanto mais, melhor. Mulheres são especiais, lindas, diferentes e iguais, assim como todas as maçãs, como todos os homens, como todas as minhocas.

Maçãs pequenas e maçãs grandes, verdes ou vermelhas (com ou sem o bichinho da maçã, que por sinal parece uma minhoca), mas todas saborosas.

Mulheres, elas entendem o que é ser mãe, entendem o que é sofrer, conseguem suporta a dor e também conseguem ser feliz e muitas vezes têm que entender também o que é ser pai.

Homens também.

Enfim, como diz o Pepeu, “ser um homem feminino, não nega o meu lado masculino... Deus é menino e menina... Sou Masculino Feminino”.

BONITO E BONITA ou se preferirem BONITA E BONITO.

Direito à Diferença

Jonas Azevedo Araújo – Colégio da Polícia Militar de Goiás/GO

Uma considerável parte da população costuma associar a figura de homossexuais a personalidades frustradas, imorais ou até mesmo doentes, enquanto outra parte julga-os como pessoas normais, com o livre arbítrio para fazerem suas próprias escolhas, sem que para isso sejam excluídos socialmente.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a homossexualidade não apresenta características de uma doença, nem necessita de tratamentos longos e complexos como alguns pensam. No Brasil vigora uma lei, pouco conhecida, que proíbe o uso da expressão “homossexualismo”. Essa regra social foi criada baseada na idéia de que o sufixo “ismo” é próprio e quer designar doença, constituindo, assim, uma forma de pensamento antiquada e preconceituosa.

Mesmo com o elevado grau evolutivo em que se encontra o mundo, ainda hoje existem pessoas ignorantes e homofóbicas (que têm fobia a homossexuais), grupos de extermínio gay, como os skinheads e até mesmo médicos que não concordam com a posição tomada pela OMS. O que explica o surgimento de várias teorias para tentar evidenciar a origem da afinidade pelo sexo semelhante.

Alguns especialistas afirmam que essa característica é de cunho genético, outros dizem que o agente causador é o carinho passado dos pais para o feto sem saber qual seu sexo, e ainda há quem trate a homoafinidade como um distúrbio psicológico.

Em controvérsia à camada popular da sociedade que tende a se opor e até ridicularizar o comportamento homossexual, principalmente com o uso de apelidos maldosos e constrangedores, existe uma outra camada que tende a enaltecê-los, usando como referência o alto grau intelectual que a maioria é portadora e que lhe apresentam grande respeito, como a apresentadora de televisão e ex-modelo Adriane Galisteu, que sempre reservou, em seus programas um amplo espaço a esses indivíduos.

Soma-se como ponto positivo, o importante papel que a mídia vem desempenhando com a produção de filmes e novelas que apresentem relacionamentos amorosos entre homossexuais (como na novela “América”); e também com a promoção de programas que questionem e abordem a homossexualidade de forma correta, ou seja, como uma opção sexual semelhante às outras, preparando o público telespectador para possíveis relacionamentos amistosos entre “homos” e heterossexuais.

Esse processo de intervenção da mídia em favor da homossexualidade intensificou-se após a participação de Jean Wyllys (Professor universitário) no reality show Big Brother Brasil-5, pois a convivência entre pessoas com orientações sexuais diferentes saiu do script de gravação da trama, “invadiu” a realidade e passou a fazer parte do cotidiano de milhões de brasileiros, trazendo de alguma forma, intriga e discussão para lares em que seus integrantes não estavam preparados para compreender esse “estilo de vida”. A idéia de mais um passo dado para aqueles que lutam pela igualdade de gênero é algo comum a todos os homossexuais: melhoria no mercado de trabalho e o reconhecimento de suas qualidades profissionais, rompendo uma discriminação, que mesmo com a instituição de leis que proíbem-na, existia.

Apesar dessa importante conquista, verifica-se ainda a necessidade da homossexualidade ser encarada por todos como algo normal e também que estereótipos, como a idéia de que a AIDS é uma doença de gays, sejam quebrados, fazendo com quem as pessoas passem a aceitar o “diferente”.

Pequenos apelos pela igualdade de gênero e pela conscientização são insuficientes para modificar o que a mais de uma geração vem sendo tentado dia após dia sem obter grande sucesso, mas é importante ressaltar a necessidade de que cada um posicione-se no lugar de um homossexual, por exemplo, e passe a sentir na pele as marcas da discriminação.

Somente assim as delimitações que dividem a sociedade serão abolidas, as pessoas reconhecidas pelo que elas realmente são e respeitadas independentemente das escolhas que fizerem. Um enorme erro cometido pela sociedade é a exclusão dos sentimentos dos homossexuais sem notarem os próprios preconceitos a que são submetidos.

A Guerra dos Sexos

Juliana Alves Queiroz – Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek/RJ

Desde o início dos tempos as mulheres nunca tiveram suas opiniões consideradas pelos homens - que se julgam incrivelmente mais fortes, emocionalmente maduros e frios o suficiente para tomar as decisões mais duras, ou simplesmente se consideram o máximo. As moças, desde bebês, já tinham plantadas em suas mentes que uma boa moça, e futuramente boa mulher, nunca poderia contestar a ordem de seu tão honorável e querido pai e muito menos do Sr. seu marido; que moça que sabia demais não casava (por isso a maior parte das mocinhas eram analfabetas); que tinham que ser prendadas (aprendiam simplesmente algo como bordar, tocar piano e outros desses afazeres domésticos, extremamente entediante) logo, assim, passavam suas vidas num estado deplorável de tão medíocre, no qual ser fútil, ignorante, submissa e sem personalidade era a descrição da mulher ideal.

Com o passar do tempo - bota tempo nisso – as mulheres foram cansando dessa ladainha inútil e se rebelaram com toda razão contra esses costumes tão retrógrados; não que não devam respeitar os seus pais, muito pelo contrário, devem respeitar e amar muito, mas sempre deixando bem claro que são seres pensantes, têm opinião própria, um cérebro astuto e acima de tudo um coração pulsante e muito peito pra enfrentar qualquer obstáculo que venha a aparecer nos seus caminhos.

Confesso que acho muita graça quando ainda vejo exemplos de homens – se é que posso chamá-los assim, pois mais parecem “neanderthais” – que ainda ousam chamar as mulheres de “sexo frágil”, isso porque com certeza nunca tiveram e nem terão – pelo menos tão cedo – a chance de carregar em seus ventres uma criaturinha que as fará engordar uns 20 quilos, as deixará inchada e parecendo um barril, mais do que sensíveis, enjoadas, com constantes mudanças de humor e com o desejo de comer as coisas mais estranhas possíveis, e um tanto deprimidas por não entrarem mais, por pelo menos um ano, na sua calça jeans preferida, tudo isso durante nove meses, fora a dor alucinante do parto – exceto a cesariana que só se sente dor na recuperação. E ao receber aquela pequena coisinha em seus braços com lágrimas nos olhos, mesmo sabendo que nunca mais terão um minuto de sossego, dizem as palavras mais sinceras de afeto enquanto estão com as pernas abertas para uma equipe de médicos que as vêem sangrando, suadas e com caras de maluça por estarem totalmente despenteadas e os seus maridos, nesse momento tão fatídico, desmaiaram ao verem o bebê, ou simplesmente acham que fizeram muita coisa por segurarem suas mãos na hora em que berram como loucas, para tirarem logo de seus corpos o que eles colocaram lá dentro com tanta alegria e facilidade.

As mulheres sofrem mais ainda com as pressões estéticas de uma sociedade mais do que cruel, na qual se você não tiver cabelos lisos e um corpo esquelético está fora dos padrões de beleza. Pergunto-me e as gordinhas? Os cabelos “duros”? E tantos outros tipos que são muito belos, mas completamente descartados por não fazerem parte do mundo das “top models”; quantas fêmeas não sofrem com dietas absurdas e “chapinhas” para se enquadrarem no conceito vigente de bonitas para seus namorados, maridos e afins, enquanto eles podem se dar ao luxo de tomar o quanto de cerveja quiserem e contrair aquela pança invejável por um hipopótamo, pois todos os amigos estão ficando do mesmo jeito.

O pior de tudo é quando essas mesmas mulheres se casam, pois simplesmente o “sonho” vira “pesadelo”, aquele cara que era gentil e as chamavam pelo nome, tinha consideração e sempre se apresentava arrumado, cheiroso e limpinho (ou pelo menos passava perto disso), hoje é o marido, ou melhor, o porco, que está vestido com a camisa do time de coração – dois números menor, pois ele engordou mais ainda passando do estágio hipopótamo para baleia – prostrado no sofá da sala que ela acabara de limpar, rodeado de garrafas de cerveja e salgadinhos estranhos que deixaram farelo por toda roupa, com aquele short de mil anos atrás, quando ele ainda era atleta, que hoje só tapa metade das nádegas deixando o “cofrinho” (no caso a casa da moeda) pro lado de fora; depois dessa cena o crápula ainda tem a cara de pau de as berrarem da sala”: – Ô, nem traz mais uma lourinha gelada pro seu maridinho querido... (o pior é que elas vão).

E só pra fechar com chave de ouro, a parte mais depressiva da história é quando elas se arrumaram totalmente para uma noite romântica e ele chega com aquele pé fedido e com frieira para cortar as unhas na cama que você perfumou tanto. Nós, meninas, por tudo que é mais sagrado, temos que ACORDAR! Quem são eles para nos exigirem um corpo magro e cabelos lisos, ou dizerem que não podemos beber e arrotar que nem eles porque mulher arrotando é feio (pelo amor de Deus não saiam arrotando por aí por ser falta de higiene, mas só por isso!). Vamos fazer o que tivermos vontade contanto que não ultrapassemos os limites do respeito e do amor próprio e alheio.

Não tenhamos medo de sonhar, lutemos pelos nossos desejos, pensemos que o único obstáculo impossível de ser vencido é a morte e que, enquanto vivas, devemos aproveitar e sermos felizes... Arriscar, gritar, dançar, pular, sorrir, cantar, brincar, simplesmente transmitir para o mundo o sentimento de vida, pois não precisamos ser iguais aos homens, pelo simples fato de sermos imensamente melhores do que eles.

Terezas – Mulher

Juliana Melcop de Castro Schor – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco/PE

Com o árido olhar do sol sobre sua nuca, Tereza anda. A terra gretada, como a sola dos seus pés, machuca a palma, suga até seu suor, apreende suas vontades, só deixa solta sua fé. A cada dia passado, mais rachaduras estampam sua face, exatamente como mais fendas se abrem no chão – prova contumaz, contudo inane, do produto do meio que se faz o ser.

No sertão, entre porcos cabras burros ossadas, a mulher sempre viveu. Sempre apanhou água nas cacimbas, sempre vomitou tristezas junto às rezas nas procissões, sempre ressecou no aguardo dos caixões brancos. Tereza negra, Tereza pobre, Tereza escrava da condição humana – Tereza mulher. Não precisa de espelhos, basta olhar o chão para se ver, rasgada e sem lágrimas. Tereza se esvai crua, na espera que acode a todos os homens: a da morte.

Nada sabe Tereza sobre o que ocorre no mundo; a vida da mulher se estreita nos barris de água, no bucho vazio dos meninos, na fome insana do gado. Tereza não percebe sua sina, uma sina não determinada pelo destino – único deus dos sertanejos –, mas sim pelo capital. Qual a referência que Tereza mulher tem do caos da cidade, da luta dos sindicatos, do desejo oprimido e silencioso das mulheres?

Sabe apenas do emprego perdido do marido, da morte do irmão na cidade, das jóias em preto-e-branco das atrizes das novelas. Experimenta do amargo fel da vida qual quem se banha em leite de rosas; com todos os seus pesares, ainda proclama felicidade, pois é sobrevivente da fértil terra mal-aproveitada de um Brasil sem identidade em cartório. Sofre preconceitos horrendos, mesmo sem conhecimento deles; não por sua cor, causticada, nem por seu credo, forte, ou por seu destino, mulher. Discriminada pelo ser social: pobre. A duras penas, tece o laço que fecha mais um ciclo no solo semi-árido e embala mais uma negrinha subnutrida no seu seio seco.

Nos caminhos das Terezas, pedras pedras pedras pedras pedras pó. De quando em quando, um político malevolente com suas túnicas de Cícero se aproxima e oferece água, promessas de oásis e escolas. Além dos passantes de ONGs que se quedam em tentar providenciar comida – maravilhoso. Tentaria Tereza, se conseguisse, avisar que urge mais; não querem esmolas, grandes ou pequenas, querem dignidade e uma casa acima da linha de miséria.

Na cidade grande, rostos felizes se cruzam nos postos de entrega de alimentos não percebíveis. Um grande feito, acreditam todos estar fazendo. E passa-se um ano, mais um, dois, três. Exatamente como sempre, mais comida, menos, nunca o suficiente. Porque simples é mais que feijão e farinha: é sabedoria e dignidade, é luta e postura, sonho e realização. É mais do que podemos nos desfazer.

Implora a situação a deposição do narcisismo manchado que ainda nos sucumbe – déspota oco. As nossas batalhas tentaram se beijar e se afogaram, ressurgindo em flor – flor em redoma invisível, inatingível e aposentada. Individualismo ferrenho, do qual não queremos nos distanciar.

Já se tentou acabar com o sistema que nos destrói e invalida, torna-nos coisas meras e sem opinião. Entretanto, sempre há brechas nas leis e éticas criadas para serem difratadas: bloqueios continentais e publicidade suja se conseguem em qualquer esquina, ao aparecimento de um temido ou convidativo poder bélico ou imoral. Afinal, é inerente ao ser humano o medo e o instinto – acima de tudo, somos atávicos.

O que falta em nossas mentes não é um esconderijo para o preconceito que se transporece; é uma eliminação rigorosa dos nossos vícios cheios de meandros que motivam a discriminação. Há muito que o gênero deixou de ser uma incompatibilidade social. Hoje em dia, incompatíveis são o apego à materialidade e a invalidez da força frente à “coisificação”. Porque nós, humanos, perdemos faz tempo nosso norte em relação ao abominável.

As Terezas e os Josés aguardam, encostados às costelas das casas, uma mudança. Talvez se achem pouco para realizá-la; crêem que nada sabem, nada possuem, nada podem. E, não mais incertezas, pois têm-se como seguro: são os nobres patrícios das megalópoles que contribuíram para o desalento dos menos favorecidos – batendo no velho clichê – através de sua ganância desmedida e sua cegueira inumana – não é des- porque só seria se algum dia houvesse sido humana. Como nunca o foi, reservo-me ao i-.

Engraçado observar os comportamentos históricos que nos moldam, sem dó ou piedade – até mesmo porque não as temos com outros. Modeláveis ao extremo e narcisistas com orgulho, nascemos nada e morremos, pior, coisas. Sem dó ou piedade.

Parece-me, sinceramente, que está na hora de voltar às revoltas. Enfim, gostávamos dos sutiás queimando em praça pública, da glória dos cabelos recortados e do desfilar triunfante das saínhas encurtadas. Renovação: seria esta a palavra-chave?

Fomenta o espírito do novo e da labuta urgente; dispensa os sentimentos oclusos que sublimam a alma empedrada; esculpe, a cinzel e torno, o amanhã perfulgente. Transforma os ideais. Faz-se mister o sentimento de classe, que todos somos um – um auxílio fundamental.

Façamos a revolução, antes que ninguém a faça. E antes que seja tarde demais.

Tereza se aperta, se encolhe, com o frio da noite sertaneja. Maltrapilha, foge para os fundos da casa, onde pensa haver algum fiapo de pano com o qual possa cobrir-se. Encara o céu, sem novidades, aquele céu que eternamente é seu teto e confidente – a ele são dirigidas todas as preces e promessas –, vê luzir ao longe um vaga-lume... Comove-se sem nem saber o que quer dizer a palavra, muito menos sem saber por quê a sentia. Um frio na barriga de ar, a dor na coluna torta com o peso costumeiro das bacias, um tremelique sem sentido e os sentidos perdidos.

Pela manhã, Tereza encontrar-se-ia deitada, abraçada a pedras e com últimos suspiros saídos da boca.

Título e autoria das redações premiadas por Unidades da Federação

Construindo a igualdade de gênero ou respeitar a pluralidade é construir a igualdade

Dihego Lira de Souza – Colégio Nossa Senhora do Carmo – Parantins/AM

Deus não é mulher

Adílio Santos Silva – Escola de 1º e 2º grau Governador Waldir Pires – Heliópolis/BA

Respeito é bom e o Brasil precisa

Santiago Pereira Santos – Colégio Estadual Mary Rabello – Jequié/BA

A imagem feminina nos meios de comunicação

Maria Tamiris dos Santos – Liceu Prefeito Raimundo C. Bezerra de Faria – Novo Crato/CE

Mulher brasileira: uma história de luta pela igualdade de direitos

Marina Moura Teixeira – Escola de Ensino Médio Maria Celeste de Azevedo Porto – Trairi/CE

Onde estão as mulheres na história

Wilkie Mayara da Silva Neves – Liceu Edson Queiroz – Cascavel/CE

De uma sociedade machista para uma sociedade com igualdades

Silvana Araújo dos Santos – Colégio Elefante Branco – Brasília/DF

Um sonho de igualdade

Kássia Dilétta Salvador – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Emílio Oscar Hülle – Marechal Floriano/ES

Teoria de igualdade

Izabela Souza Frutuoso – Colégio Estadual Alfredo Nasser – Britânia/GO

Igualmente gente

Mirella Esther da Silva – Colégio Estadual Independência – Quirinópolis/GO

Mulher: lutas e conquistas

Maycon Rangel Abreu Ferreira – Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dom Ungarelli – Pinheiro/MA

Troca de experiências

Ana Cecília Romano de Mello – Colégio de Aplicação – Universidade Federal de Viçosa/MG

A mulher diante da sociedade

Anselmo Brandão Garcia – Escola Estadual Coronel Ananias de Andrade – Bom Repouso/MG

A realidade homossexual

Jalina Lisi da Silva – Escola Estadual Duque de Caxias – Dores de Campos/MG

Lutas e conquistas das mulheres: o que ainda precisa ser feito?

Jennifer Tainá Nauar Pantoja – Grupo Educacional Ideal – Belém do Pará/PA

Cidadãos do Brasil

Radson André Silva Ferreira – Escola Estadual de Ensino Médio Professor Galvão – Augusto Correa/PA

Mulheres no poder

Ruthlene dos Santos Benicio – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Justo Chermont – Belém do Pará/PA

Desigualdades de gênero: como mudar as regras desse jogo?

Marta Rodrigues de Oliveira – Escola Gil Rodrigues – Vertentes/PE

Gols e bundas: a desconformação dos sexos

Rhemo Antônio Guedes da Silva – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco – Jaboatão dos Guararapes/PE

Nem mulheres, nem homens, pessoas

Iuska Volski Mota – Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá/PR

Imagens das mulheres nos meios de comunicação: é possível mudar?

Magda Vaniski – Colégio Estadual Professora Júlia Wanderley – Cascavel/PR

Mulher contemporânea

Solange Pereira Ribas – Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila – Ponta Grossa/PR

Feminismo: a luta por uma sociedade justa e igualitária

Maria do Socorro Sousa – Escola Paulo Ferraz – Capitão de Campos/PI

A busca da igualdade de gênero das mulheres nas diferentes sociedades à atualidade

Rafaela Maria Gregório dos Santos – Unidade Escolar Celso Lemos – Nova União/PI

Mulher e a coletânea machista de desigualdades

André Luiz de Britto Rodrigues – Colégio Estadual Augusto Spinelli – Nova Friburgo/RJ

Um projeto de igualdade

Sidnei de Oliveira Borges – Centro Integrado de Educação Pública – Cachoeira de Macacú/RJ

As mulheres nos postos de comando

João Paulo Meneses Bezerra – Centro Federal de Educação Tecnológica/Unidade de Ensino Descentralizada – Governador Dix-Sept Rosado/RN

Os direitos da mulher

Regina Cleane Marrocos – Escola Estadual Professor José Nogueira – Mossoró/RN

Meninos e homens grávidos

Aline da Silva França – Escola Estadual de Ensino Básico Cristo Redentor – Alpestre/RS

Gênero: diferença ou desigualdade?

Ana Righi Cenci (Fundação de Integração Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Ijuí/RS)

Paradoxalmente livre

Maurício Dias Schneider – Centro Federal de Educação Tecnológica – Pelotas/RS

Onde estão as mulheres na história?

Giceli Furtado da Silva – Escola Estadual de Ensino Médio Juscelino Kubitschek – Santa Luzia D' oeste/RO

Iguais ou diferentes: eis a questão

Eduardo Borges – Escola de Ensino Básico Tempo Feliz – Canoinhas/SC

Porque as diferenças biológicas causam desigualdades sociais e não se aprende na escola?

Gaia Luisa Tornquist Sartori – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC

Igualdade de gêneros: atitude e determinação

Talita Reis – Colégio Dehon/Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL – Tubarão/SC

A diferença deve ser superada

Thiago Ednilson Seixas Ribeiro – Escola Senador Walter Franco – Estância/SE

A igualdade é para todos e para todas

Daiane Bertholin – Escola Estadual Achiles Malvezzi – Potirendaba/SP

Minha vida, minha escolha

Thais Graciele de Bessa Bandeira – Escola Estadual Professor José da Costa – São Paulo/SP

1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria Estudante de Ensino Superior

Trabalhos científicos monográficos premiados
Resumos dos trabalhos científicos monográficos que obtiveram menção honrosa

Os 141 trabalhos científicos monográficos de estudantes do ensino superior (115 de autoria de mulheres e 26 de autoria de homens), de diferentes universidades brasileiras e áreas disciplinares, de 21 unidades da federação, demonstram o interesse que o Prêmio despertou em todo o país.

Uma equipe técnica do CNPq e da SPM realizou a pré-seleção dos trabalhos científicos monográficos do ensino superior, sendo encaminhados para análise final da comissão julgadora 88 trabalhos do ensino superior (74 de autoria de mulheres e 14 de autoria de homens).

A comissão julgadora do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, categoria estudantes do ensino superior foi integrada por Rosa Ester Rossini (Universidade de São Paulo) - presidenta da Comissão; Lourdes Maria Bandeira (Universidade de Brasília); Paulo Rennes Marçal Ribeiro (Universidade Estadual Paulista); Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina); Lucia Mercês Avelar (Universidade de Brasília); Helena Gomes Parente Cunha (Universidade Federal do Rio de Janeiro); e Zeidi Araújo Trindade (Universidade Federal do Espírito Santo).

A comissão reuniu-se na sede do CNPq, dia 15 de março de 2006, para definir os trabalhos premiados. Dada a qualidade dos trabalhos apresentados, além de indicar os três melhores trabalhos nas categorias estudante do ensino superior, a Comissão Julgadora decidiu conceder menção honrosa a outros 7 trabalhos.

As(os) autoras(es) dos 3 melhores trabalhos do ensino superior foram premiadas(os) com bolsas iniciação científica e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Mulheres em Rádio e Revista: Imagens Femininas na Época de Ouro da Música (Rio de Janeiro – 1930/1945)

Ana Maria Veiga – Universidade Federal de Santa Catarina/SC¹

INTRODUÇÃO

Escolhi o tema “imagens de mulheres nas letras das canções” quando fui apresentada às músicas de Wilson Batista, em um CD mais ou menos recente, gravado por Cristina Buarque. Percebi que nas décadas de 1930 e 1940 – período denominado *Época de Ouro* deveria ser comum aos autores comporem canções como se fossem mulheres falando. Com um pouco mais de atenção às imagens que tomavam forma nas letras dos sambas, percebi a variedade de personagens que circulavam em um cotidiano de pobreza, restrições, mas também de alegria. Aquelas figuras invadiram a minha cabeça e daí em diante comecei a pesquisar outros sambas, de outros autores. A maior curiosidade era tentar entender como eles construíam aquelas imagens, se pela observação ou pela criação do que eles pensavam ser as mulheres. Com o crescente interesse, outras questões vieram à tona.

Quais os tipos idealizados de mulheres brasileiras que se disputava nas canções dos anos 30? Quando falamos nesse período, logo assimilamos imagens que se associam a Getúlio Vargas – populismo, exaltação ao trabalho, à família e ao nacionalismo. Ao analisarmos as letras das músicas rapidamente difundidas pela larga expansão do rádio como meio de comunicação, podemos perceber as mais diversas imagens. A partir delas, observamos o cotidiano das camadas populares do Rio de Janeiro e seus arredores: *mulatas, morenas, bambas, malandras, cabrochas, donas-de-casa, trabalhadoras!*

Muitas personagens convivem, num cotidiano que destoa do que é proposto pelo discurso oficial. De um lado, as vozes do rádio; do outro, os discursos elaborados pelo governo para um eficaz projeto de nação.

O projeto dirige-se particularmente à camada média da população (alvo do crescente capitalismo), cujos ditames para as mulheres nós podemos encontrar em outro veículo da mídia, este voltado para elas: o periódico *Jornal das Moças*, conselheiro da alma feminina, editado e dirigido por homens. Aqui, a função que estabelecemos para o *Jornal das Moças*, no sentido de articulá-lo a este trabalho, é a de produtor de subjetividade (buscamos neste ponto apoio na teoria de Félix Guattari, que aponta a mídia como um dos principais instrumentos de produção de subjetividade, a serviço de interesses dominantes).²

Em contraposição ao que encontramos nas letras dos sambas – uma produção de subjetividade muitas vezes provinda e voltada para as camadas pobres, a revista nos oferece a produção de um tipo de subjetividade compatível com a camada média da população, de acordo com seus anseios e capacidade de consumir, ditando modelos “adequados” de conduta às mulheres brasileiras.

As imagens que se formam são resultados de disputas discursivas. Este trabalho pretende lançar um olhar diferente sobre elas e perceber os contrastes sociais que se mostram ou os que se escondem em tais imagens. As letras perfilam o cotidiano de mulheres pobres, inacessível à compreensão das elites dominantes e mesmo da camada média, cuja tarefa principal era afastar-se da pobreza. A música pode ser tomada como a alegoria que sublima a evidência destes contrastes. Buscamos perceber a quais propósitos servem as imagens que emergem destas letras, destacando a construção de condutas “adequadas” e “inadequadas” para as mulheres desta camada da população.

Por outro lado (e como complemento), a revista nos ajuda a observar o que se prega e espera em termos de condutas “adequadas” e “inadequadas” às mulheres da camada média, preocupadas com a moral e com seus anseios voltados para a ascensão social.

Estes dois veículos da mídia – a revista e o rádio – foram escolhidos para o propósito de contrapor as imagens, por meio de cruzamentos que nos levem a compreender como se constituem as subjetividades no período recortado, no que se refere à influência destes veículos e à sua representatividade no cotidiano das camadas às quais se dirigem.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Entender quais são as imagens “adequadas” e as “inadequadas” para as mulheres das duas camadas da população (média e baixa), suas diferenças e similaridades, entrecruzando as *imagens-discursos* encontradas nas letras dos sambas com o que é “prescrito” pela revista *Jornal das Moças* a respeito de condutas para mulheres na sociedade brasileira entre 1930 e 1945; buscando, assim, delinear um panorama aproximado das relações de gênero no período, partindo da experiência dos contrastes sociais.

Objetivos Específicos

- Fazer um amplo levantamento de letras de canções compostas e cantadas no período que vai de 1930 a 1945;

¹ Orientadora: Joana Maria Pedro.

² GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

- Analisar as imagens construídas sobre mulheres e a quem estas servem ideologicamente;
- Fazer uma análise paralela de quem eram os principais autores gravados no período, cujas letras utilizamos;
- Questionar o papel social desses autores e a quais sujeitos históricos seus discursos favorecem;
- Analisar os exemplares de *Jornal das Moças* disponíveis, editados no período recortado, separando trechos e desenvolvendo argumentos para discussão;
- Analisar a revista como parte da representação da camada média da população, assumindo o papel de produtora de subjetividade das mulheres desta camada, para a qual se voltam os interesses do mercado capitalista que então se consolida;
- Entrecruzar as imagens delineadas provindas destes dois veículos da mídia;
- Abrir espaço para uma discussão mais ampla sobre as questões de gênero na sociedade dos anos 30 e 40 do século XX.

METODOLOGIA

Além das letras e revistas, utilizamos fontes de caráter secundário como livros e artigos que tratam do contexto histórico e de estudos sobre compositores, letras, canções e também sobre revistas femininas do período em questão.

A base teórica do trabalho está assentada na produção de subjetividade por parte dos dois veículos da mídia – o rádio e a revista, tendo como diretriz a discussão proposta por Félix Guattari no livro *Micropolítica: cartografia do desejo*, no qual o autor discute a influência da mídia como instrumento das elites nesse processo de produção.³

Contamos com o apoio de Michel Foucault em *História da sexualidade 3*, em que traça uma linha que nos conduz às mudanças de comportamento e percepção da própria sexualidade, com “prescrições” de conduta que partem dos tempos antigos, ainda na Grécia e em Roma. Com o Cristianismo, as “prescrições” tornam-se quase necessárias para a manutenção da ordem e do rigor da doutrina religiosa.⁴

Os caminhos de Roger Chartier e seu olhar sobre as *representações* como realidade de múltiplos sentidos, forjadas pelos interesses de cada grupo, nos ajuda a contrapor e entrecruzar as diversas imagens que se formam e passam a habitar o perímetro de compreensão da sociedade brasileira no período analisado.⁵

³ Ibidem.

⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

Diversos outros trabalhos foram escritos sobre o samba e os anos 30/40: Maria Izilda Santos de Matos escreve sobre alcoolismo e masculinidade, no livro *Meu lar é o botequim*, no qual pesquisa os discursos médicos como reguladores de conduta e as letras de músicas para entender como se constrói a então combatida imagem do ébrio no processo de urbanização da São Paulo do final do século XIX e primeiras décadas do XX.⁶

Da mesma autora temos também o recente livro *Âncora de emoções*, que nos ajuda a pensar as subjetividades que emergem da produção musical e esta como corpo documental de pesquisa, mesmo abordando um período posterior – os anos 50.⁷

Ana Rita Mendonça, no livro *Carmen Miranda foi a Washington*, nos apresenta um panorama do início dos anos 40, quando o mundo estava em guerra e os Estados Unidos procuravam lançar os tentáculos da “boa vizinhança” sobre a América Latina e, estrategicamente, sobre o seu maior aliado dentro dela: o *Brazil*. O livro preocupa-se mais com a trajetória da Pequena Notável do que com as canções que divulgava.⁸

As relações de “boa vizinhança” e a imagem de Carmen Miranda como mulher brasileira nos Estados Unidos também são discutidas por Antônio Pedro Tota, no livro *O imperialismo sedutor*.⁹

Sobre o tema mulheres na música, encontramos o trabalho de Maria Áurea Santa Cruz, que faz um apanhado e analisa letras que retratam mulheres do início do século XX até a década de 80, quando foi escrito.¹⁰

Para trabalhar na análise da revista *Jornal das Moças* escolhemos dois livros: o primeiro é o da historiadora Carla Bassanezi que abre uma discussão sobre revistas femininas, a partir de 1945 até 1964. O período é posterior ao nosso recorte, mas Bassanezi nos ajuda a compreender um pouco mais a trajetória do periódico *Jornal das Moças*.¹¹

O outro livro é *Mulher de papel*, de Dulcília Buitoni, que levanta questões e discute a imprensa dirigida às mulheres no Brasil. A contribuição é valiosa no sentido de fazer pensar a manipulação implícita e a abrangência deste veículo sobre seu público alvo.¹²

⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

⁷ Idem. *Âncora de emoções*. Corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

⁸ MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁹ TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁰ SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara – a imagem da mulher na música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.

¹¹ BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: Revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

¹² BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

No entanto, pensamos que resta uma lacuna, um espaço em que se possam cruzar as diversas imagens de mulheres divulgadas pelas canções e aquelas das páginas da revista, endossadas pela política do governo Vargas e seus colaboradores. Com essa intersecção podemos observar uma outra questão sobre a sociedade brasileira do período.

Assim, nos deparamos com elas: *Amélias, Emílias, malandras, mulatas, donas-de-casa...* Quais são os espaços reservados às diversas *feminilidades* dentro da sociedade brasileira dos anos 30 e 40? Elas realmente ocupam esses espaços? O que delas é esperado e o que a elas é negado? Curiosidades como estas compõem a principal veia deste trabalho, além da grande paixão pela música de todos os tempos.

Como instrumentos usamos ouvidos, olhos e uma grande curiosidade. Com eles trabalhamos, tomando emprestadas as propostas dos autores que traçaram seus caminhos por entre subjetividades, discursos e representações, no sentido de encontrar uma aproximação com realidades que já não podemos alcançar.

1. JORNAL DAS MOÇAS

Ao buscarmos as imagens idealizadas de mulheres no período que vai de 1930 a 1945, nos deparamos com inúmeras representações, algumas ligadas diretamente a determinadas camadas sociais. Podemos encontrar representações da camada média da população em uma revista semanal intitulada *Jornal das Moças*, que supostamente ditaria a conduta adequada às mulheres desta camada.

Nas páginas da revista, encontramos pistas sobre os caminhos por onde aflora a misoginia, camuflada neste período por um discurso necessário de modernidade, condizente com as chaves do capitalismo que traz consigo a expansão desenfreada do consumo e encontra nas mulheres um novo grande filão – sejam elas donas-de-casa ou as novas desbravadoras de um mercado de trabalho – com o objetivo principal ascender socialmente.

Um “jornal” cujas notícias – que têm como alvo o público feminino – não são mais do que fofocas e curiosidades sobre os astros do cinema e do rádio, artigos de louvação à pátria, valores morais, poemas contra as atrocidades da guerra (de 1939 a 1945); elas são, principalmente, utilidades práticas para que os lares e as aparências possam ser muito bem mantidos, em nome da moral, da família e do progresso.

Os temas correntes, como moda, beleza, culinária e decoração, desprezam o momento atual, acentuando o desligamento da revista com o mundo real.¹³ São pontos a favor de uma ideologia dominante, que prima por manter as mulheres no seu devido lugar – alienadas e felizes dentro das paredes que constituem o

¹³ *Jornal das Moças*. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1942, n° 1420, p. 5.

lugar mais adequado ao seu controle: o lar. Segundo Dulcília Buitoni, “a imprensa feminina privilegia o ser mulher, propõe modelos culturais como sendo lógicos e naturais”.¹⁴

No livro *Virando as páginas, revendo as mulheres*, a historiadora Carla Bassanezi atenta para o fato de que “os diretores desta revista para mulheres são homens”¹⁵ – são eles Álvaro e Agostinho Menezes, assim como vários editores. E é sobre este prisma que podemos observar alguns dos conselhos dirigidos às mulheres, como neste texto encontrado na coluna *Evangelho das Mães*, chamado “A Mais Sólida Fortaleza”. O título já demonstra a imagem idealizada recorrente, tida como adequada à mãe de família:

Conhecendo o lugar que nos cabe no lar, devemos sentir-nos orgulhosos (sic). A família que o enche, enche também nosso coração. É em torno de nossa pessoa que os componentes de nossa família se reúnem; somos o refúgio de suas dores, somos o relicário de seus pesares. *Certos* de nossa situação no lar, não devemos jamais deixar transparecer um desequilíbrio em nossas atitudes para que não percamos essa confiança que todos depositam em uma mulher virtuosa. A própria fúria masculina quando se dá, se detém diante de nós. Mantenhamos sempre a atitude serena de uma senhora, dona de seu lar. Nunca nos esqueçamos de que através de nossa fraqueza física somos a mais sólida fortaleza oposta ao mal.¹⁶

O *mal* certamente é qualquer elemento que faça questionar as sólidas estruturas de um lar bem constituído. A “mulher má” é aquela que não cumpre bem o seu papel ou, pior ainda, a que pode ameaçar esse paraíso transformando-se na temida imagem da “outra”.

Vozes masculinas se levantam por trás de textos dirigidos às mulheres e pretensamente escritos por elas. Possivelmente a condução “falocrática” dos temas fosse a mesma se eles fossem redigidos por mulheres.

A misoginia que aflora das linhas da revista e do meio social não pode ser vista como vertical, resultado de uma postura machista que desce como ditame, mas, ao contrário, segue horizontalmente, naturalizada, como um rio que corre na superfície, mas penetra também as mais profundas camadas da terra.

Pensador e psicanalista, Félix Guattari nos oferece uma teoria que responde à “naturalidade” das relações de superioridade e controle dos homens sobre as mulheres, inserida no amplo contexto do domínio social. Para ele,

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é ape-

¹⁴ *Ibidem*, p. 6.

¹⁵ BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*: Revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 32.

¹⁶ *Jornal das Moças*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1943, n° 1438, p.16.

nas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. [...] Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.¹⁷

De acordo com Guattari, a mídia exerce uma importante função a serviço deste controle social. Portanto, os “conselhos de amiga” que encontramos em *Jornal das Moças* e em tantas outras revistas deste segmento não são desprovidos de intenções mais amplas.

Na mesma linha, encontramos também o trabalho da historiadora Maria Izilda Santos de Matos, que aponta a convivência do processo de construção de subjetividades como “a imposição coercitivamente atada às homogeneizações de determinados modelos culturais hegemônicos”, como estratégia para o controle de desejos e vontades, com o objetivo de moldar e regular.¹⁸ Para que tais objetivos – claramente notados na mídia – funcionem, o imperativo é o tom de tratamento na imprensa feminina,¹⁹ pois os redatores falam diretamente com “você, amiga”. Esse jeito cotidiano de lidar com o público específico “ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa”.²⁰ Os conselhos são diretos: “Uma casa simples, mas preparada com o gosto necessário vale mais do que todas as riquezas do mundo”.²¹ E *Jornal das Moças* tinha tudo para que isso se tornasse realidade:

De tudo um pouco, que vale muito: moda, tricot, bordado, literatura, ensinamentos úteis, de par com esmerada reportagem fotográfica da vida social, eis o que faz de *Jornal das Moças* a revista *leader* do Brasil. Preferi-la é uma prova de bom gosto.²²

As páginas da revista ditam as maneiras corretas, e as incorretas, de como se portar, do que falar, onde colocar as mãos durante uma conversa, mas, antes de tudo, lições de tolerância, harmonia doméstica, serenidade – tudo em nome da ordem.

Ela aparece aqui como o que Guattari chama “produtora de subjetividade”, com suas receptoras sendo moldadas de acordo com uma ideologia adequada à manutenção de uma ordem dominante, em nome do controle e da permanência de modelos de conduta e moral. A revista feminina se coloca do lado das mulheres que precisam de seus conselhos para sobreviver diante das novas (velhas) necessidades modernas.

¹⁷ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 27.

¹⁸ MATOS, Maria Izilda S. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 28.

¹⁹ BUITONI, Op. Cit. p. 121.

²⁰ Ibidem, p. 125.

²¹ *Jornal das Moças*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1942, n° 1398, p. 24

²² Ibidem, p. 52

Os modelos de roupas, cabelos e elegância em geral são os que vêm das telas do cinema hollywoodiano, apesar de o comportamento volúvel e emancipado das atrizes dever ser tomado como excêntrico, longe da realidade das brasileiras.

As propagandas de produtos também anunciam o tom da época e da revista; como um de inúmeros exemplos temos o “Creme Ponds – tanto para a mulher da alta roda, quanto para a *telephonista*”²³ – a rica e a esforçada trabalhadora têm igual valor, assim como a dama brasileira diante da norte-americana.²⁴ O nivelamento social parece estar ao alcance da camada média, que pode se comportar e consumir da mesma forma que a camada mais alta da sociedade. “*Se eu posso ter as mesmas coisas que ela, então sou igual a ela*. A imprensa feminina vive de fomentar essa ilusão”.²⁵ Assim, diluem-se os conflitos.

A imagem da trabalhadora aparece de maneira crescente com o passar dos anos, mas paralelamente ao poder aquisitivo das mulheres, ainda aparecem os discursos moralizantes que ditam um comportamento recatado, adequando à “mulher moderna”, à sua função principal dos nem tão modernos cuidados com o lar, com o esposo e com os filhos.

Em *História da sexualidade III: o cuidado de si*, encontramos um estudo sobre como se formam as regras morais e como se propagam, com a ajuda do cristianismo, os preceitos de conduta para que elas estejam asseguradas. O casal, para manter a “unidade”, deve se preservar e proteger também, acima de tudo, o equilíbrio e a prosperidade de seu lar. Aos homens cabe a vida pública e a preocupação que dela deriva com a imagem de honrados e provedores; às mulheres a vida privada é a adequada, com discrição e responsabilidade dentro do espaço sagrado do lar. A fidelidade e a boa conduta são cobradas de ambos, mas os deslizos devem ser tolerados pelas mulheres.²⁶

Na revista, a coluna “Evangelho das Mães” aconselha sobre “A verdadeira função feminina” e a vocação de toda mulher:

É freqüente ouvir as mães se consultarem sobre o destino que devem dar às filhas moças. Devem ser funcionárias públicas ou comerciais, advogadas ou médicas, contadoras ou secretárias? As perguntas são mais ou menos estas. Melhor seria educá-las como perfeitas mães de família e administradoras de um lar. Parece ser esta a profissão mais indicada para a mulher.²⁷

As filhas devem estar vinculadas às tarefas domésticas. A ideologia é perpetuada dentro da família. A revista chega a sugerir que se criem escolas “bem orientadas” para meninas, ainda crianças, que se interessam pelo seu futuro como mães.²⁸ Seus caminhos são traçados pelas mães “naturalmente” rumo ao que se pode chamar de destino das mulheres.

²³ Idem, 15 de maio de 1942, n° 1404, p. 6.

²⁴ Idem, 3 de setembro de 1942, n° 1420, p. 5.

²⁵ BUITONI, Op. Cit. p. 142.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

²⁷ *Jornal das Moças*, 3 de setembro de 1942, n° 1420, p. 13.

²⁸ Idem, 22 de junho de 1944, n° 1514, p. 16.

Ou seja, a “mulher moderna”, tanto no lar quanto no trabalho, é uma imagem quase fictícia, restrita talvez àquelas que não conseguem triunfar na tarefa de vida da quase totalidade das mulheres de classe média do período: o casamento.

“Saber fazer-se linda e elegante é um dos requisitos que toda Eva tem obrigação de exigir para si, a fim de se tornar mais atraente para a conquista do exigente Adão”.²⁹

Ao lado da *Eva* – nome pleno de significados, que aparece freqüentemente para designar a mulher – encontramos também o *Adão*. Sem ele, a polaridade e as relações de poder não se concretizam. É nesta relação que a *Eva* se situa plenamente em suas funções tradicionais de inferioridade e perigo. Mas como se apresenta ele no contexto da revista?

“*Gentleman* e homem” – a designação dada ao ator George Brent³⁰ em 1945 exprime com fidelidade o que se espera de um homem já no início dos anos 30. Desde menino ele deve ser educado como um cavalheiro. Seguindo a doutrina da coluna “Evangelho das Mães”, deve receber os ensinamentos de prudência, moderação, constância, retidão, honra e utilidade. É por meio do trabalho que os homens se dignificam e, em contrapartida, devem estar atentos para escapar das garras do jogo e da embriaguez. Ser vadio é o mesmo que ser criminoso, na construção da imagem do Brasil idealizada pelo governo. Dos homens de bem depende o futuro das famílias, portanto a lição dos pais aos filhos deve se constituir do ensinamento de palavras cristãs.³¹

No período da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo o brasileiro, além de trabalhadores, os homens devem ser patriotas e, quando estão a serviço da nação, maior ainda é o seu cartaz. A imagem símbolo do homem ideal passa a ser a do soldado (quanto maior a patente, melhor, é claro), que não cessa de aparecer em propagandas, como alvo primeiro das mulheres solteiras.

A guerra, de acordo com a revista, tem como um de seus papéis recolocar as mulheres na sociedade, deixando de lado sua frivolidade para torná-las “brasileiras de valor”.³² “Esta segunda guerra, mais vasta que a passada, está proporcionando à mulher um papel mais importante e ativo nos destinos do mundo”, com novos direitos e deveres, que não aceitam mais como desculpa a fraqueza feminina.³³

Quanto às mulheres das camadas populares, quando aparecem nas páginas de *Jornal das Moças* – fato raro – são tratadas de maneira preconceituosa, principalmente as afrodescendentes. As propagandas de alisantes para os cabelos prometem “cabelo corrido até mesmo nas pessoas de cor”³⁴; uma propaganda de clareador de

²⁹ Idem, 29 de junho de 1944, n° 1515, p. 2.

³⁰ Idem, 15 de novembro de 1945, n° 1587, p. 2.

³¹ Idem, 16 de agosto de 1945, n° 1574, p. 14.

³² Idem, 19 de novembro de 1942, n° 1431, p. 4.

³³ Idem, 11 de fevereiro de 1943, n° 1443, p. 43-46.

³⁴ Idem, 23 de abril de 1936, n° 1088, p. 4.

cabelos afirma que os homens preferem as louras.³⁵ O “clareamento” está presente e parece “naturalizado” na revista que o publica sob diversos aspectos. Dulcília Buitoni destaca:

A mulher branca, sorridente, é rótulo e marca do produto chamado imprensa feminina. Verdadeira mulher de papel, que conserva fracos pontos de contato com a realidade. Num país de mestiços, a negra raramente surge em revistas femininas, a não ser como manequim exótico.³⁶

Um artigo marcante com relação às chamadas “pessoas de cor” é o intitulado “A datilógrafa negra”, assinado por Natal Chiarelo:

Foi uma grande surpresa essa que tive, *fazem* (sic.) algumas horas, ao entrar no escritório do meu amigo: sentada ao lado dele, batendo muito ativamente nas teclas da máquina de escrever, uma datilógrafa de cor preta. Bem retinta.

Nunca tinha imaginado uma auxiliar de escritório da cor da rainha de Sabá. Conheço muitas datilógrafas. Ruivas, louras, morenas, mulatas. Mas preta, nem de imaginação. Geralmente uma datilógrafa é um enfeite, um lenitivo, um pouco de alegria na rigidez de uma sala onde só se fala em negócios. Qual o patrão que não deseja ter a seu lado uma empregada jovem e linda? Uma carinha bonita in-cute mais otimismo, não há dúvida. Mas é lá concebível uma datilógrafa negra, trabalhando no gabinete de um dos vultos mais destacados do nosso comércio? Desconcertante. Mau gosto.³⁷

E encerra com indignação, dizendo que gostos não se discutem, porém devem ser tolerados. Ao permitir tranqüilamente a veiculação destes tipos de texto, fica clara a posição da revista e a quem ela se dirige: uma classe média branca, com pretensões de ascensão social, interessada em distanciar-se das camadas populares e vincular-se aos exemplos de progresso. Se ao menos a datilógrafa fosse morena ou mulata... A mulher negra do artigo é multiplamente discriminada, por ser mulher, por seus traços étnicos e subterraneamente por fazer parte de um mercado de trabalho. É olhada com indignação, como uma aberração, antagônica ao padrão de beleza que se espera encontrar.

Os padrões e anseios dos editores da revista estão em outras terras. A “política da boa vizinhança” encontra eco e rápida adesão por parte das mulheres que não querem se identificar com os costumes que vêm de baixo, precisando de novos ditames de conduta e moral para que sejam aceitas e valorizadas dentro do novo modelo de sociedade que se abre diante delas: moderna e progressista.

Façamos, então, a distinção entre o que é ser uma mulher “adequada” aos moldes de comportamento prescritos por uma máquina produtora de subjetivi-

³⁵ Idem, 15 de fevereiro de 1945, n° 1548, p. 15.

³⁶ BUITONI, Op. Cit., p. 142.

³⁷ *Jornal das Moças*, 16 de setembro de 1943, n° 1474, p. 9.

dade, que busca o nivelamento uniformizador do papel feminino, e uma mulher “inadequada”, perigosa e ameaçadora para um projeto ideológico que opta pelas mudanças superficiais de aparência, enquanto o cerne das questões sociais que se referem às mulheres permanece intocado.

Utilizando conscientemente uma terminologia um tanto maniqueísta na abordagem das questões, pretendemos revolver a terra lançada sobre os conflitos sociais para dissipá-los ou disfarçá-los. Por isso, a escolha de uma revista voltada essencialmente para estimular o consumo, ampliar os desejos, mas manter o controle de boa parte das mulheres da camada média na capital federal do período e em outras partes do Brasil, aonde o discurso de *Jornal das Moças* se dirige.

De um lado, as quase eternas “rainhas do lar”, que agora lêem e se informam para fugir de um atraso que ameaça afastá-las da onda de modernidade que invade o país. Elas querem ser bonitas, bem vestidas, bem cuidadas, prendadas, boas mães, capazes até de trabalhar caso os maridos não tenham condições de sustentar sozinhos as famílias. Devem ser comedidas nos gastos e criativas para que, mesmo na simplicidade, a casa se transforme em um “paraíso”. Delas depende a educação dos filhos, adequada à continuidade da tradição e dos meios de controle das elites e do governo sobre toda a população.

Elas têm que saber conversar, saber sobre os diversos assuntos de seu alcance, preferencialmente aqueles estampados nas revistas femininas: cinema, rádio, a vida dos artistas, a moda e as últimas novidades nos Estados Unidos. Patriotas e valorosas, vão à guerra se preciso for, pois em si já são símbolos de honra e glória na sua sagrada função dentro da família e da nação. Além disso, a coluna “Evangelho das Mães” denota a religiosidade que deve reger seus atos diante da tarefa de educar os filhos.

Enfim, a elas interessa tudo o que possa lustrar as cascas de seus lares, sem que sua condição social seja sequer questionada. Quando solteiras, podem até trabalhar, mas devem abandonar qualquer ambição no momento em que conseguem “capturar” seu homem-provedor. Depois de casadas, seus discursos devem coincidir com os dos maridos, suas idéias devem ser as mesmas que as deles, contribuindo para a conformação e reafirmação da postura privada e discreta que se espera das mulheres em geral.³⁸

Elas são infantilizadas e se infantilizam no jogo de correspondências que afirma a hegemonia dos poderes construídos em favor dos pais e maridos, figuras tidas como de maior valor, capacidade e inteligência. Se assim não forem, correm o risco de perder seus lugares ao sol em uma sociedade que elimina e rotula o que não funciona de acordo com seus preceitos. Essas imagens que se entrecruzam chegam até os nossos dias, ainda plenos do ranço social que envolve as mulheres desde tempos remotos.

³⁸ Entramos aqui com a idéia de unidade encontrada por Michel Foucault em diversos textos da Antiguidade.

Do outro lado, encontramos as “moderninhas”, que se deixam seduzir pelas promessas de um mundo veloz e dinâmico, importadas dos mesmos modelos com os quais a “mulher ideal” deve sonhar. Elas são as mulheres que pretendem imitar as estrelas do cinema e sua alta “rotatividade afetiva”, que olham para os pretendentes pela dimensão de suas posses; elas fumam, cultivam a futilidade, mesmo em tempos de contenção.

Ao contrário daquelas que se tornam donas-de-casa, as “mulheres de hoje” passam seu tempo pensando em como aproveitar melhor a vida e o favorecimento que o sexo oposto pode oferecer. Estão fadadas a se tornarem as “outras”, destruidoras de lares felizes ou apenas passa-tempos nas mãos de homens mais astutos, que as desprezam, usufruem o prazer que proporcionam, mas nunca trocam por elas as suas famílias. São exemplos e companhias a serem evitados por moças decentes.

Essas mulheres geradoras de conflitos expressam a recusa de certo tipo de ordem social dentro da produção de subjetividade coletiva, portanto devem ser difamadas, desacreditadas e, se possível, eliminadas das possibilidades de *vir a ser*³⁹ social, como modelos relacionados à desordem e ao perigo.

As mulheres negras enquadram-se neste padrão, levando-se em conta a produção de sua subjetividade permeada por uma imagem cristalizada de mulher-propriedade-objeto, advinda do preconceito racial e do nível social que legam a elas uma idealizada postura de permissividade e mácula. Seu contato com a classe média se dá por meio de serviços subalternos ou sexuais, já que faz parte do senso comum a imagem da empregada negra ou mulata como objeto de iniciação sexual para o deleite dos jovens filhos dos patrões.

No samba, que ganha espaço em outro veículo da mídia, elas ocupam lugares diferentes, que vamos conhecer mais adiante.

Certamente as prescrições disseminadas pela maioria das revistas dirigidas ao público feminino não foram seguidas pela totalidade das leitoras. Se assim pensássemos, estaríamos admitindo a possibilidade de encontrar nas ruas as mesmas mulheres que encontramos nas páginas das revistas. Já pudemos perceber que estas jamais existiram. As prescrições são lançadas, não afirmadas. Cada leitora toma para si o que melhor pode lhe servir como conselho para as questões cotidianas. O ponto comum entre as leitoras, como em toda a classe média, era o desejo de ascensão social e de se parecer com quem já pertence a esse outro nível que elas almejam.

Vamos deixar agora a revista de lado e começar a buscar as imagens de mulheres que emergem de dentro da pequena caixa do rádio e também das rodas de samba e boêmia que fazem parte da vida dos compositores e cantores no Rio de Janeiro desse período. Quem são as “boas mulheres” e quem são as “más”

³⁹ *Vir a ser* ou *de vir*, refere-se à possibilidade ou não de um processo se singularizar (GUATTARI, p. 74).

nos discursos que encontramos nas letras das canções que dizem respeito a essa outra camada da população?

Talvez desta busca e destes cruzamentos possamos fazer emergir alguns contrastes e também semelhanças que nos tragam a historicidade ainda pouco nítida, mas cuja existência podemos perceber nos discursos propagados pelos meios de comunicação.

2. A MÚSICA POPULAR

A música – assim como o futebol – é um importante veículo de mobilidade social para as camadas populares do Brasil a partir dos anos 30 do século passado.⁴⁰ Podemos afirmar que, talvez com raríssimas exceções, estes são os dois únicos meios de ascensão para uma população pobre que ocupa o que há de pior em espaços de moradia e mercado de trabalho.

Com a expansão do rádio como meio de comunicação, as vozes dos negros e mulatos podem chegar a todas as partes por onde são vendidos os aparelhos, e suas composições, principalmente em ritmo de samba, fazem emergir imagens de um cotidiano desconhecido e desprezado pela camada média e pelas abastadas elites brasileiras.

Este fenômeno acontece em um momento propício, quando o samba – já conhecido pelos intelectuais que freqüentam os redutos da Lapa (bairro boêmio do Rio de Janeiro)⁴¹ – torna-se a música nacional, na execução dos planos políticos do governo Getúlio Vargas, com intuito de criar uma identidade para o país e ao mesmo tempo controlar uma população, constituída em grande parte pelos descendentes dos africanos que para cá foram trazidos durante o período da escravidão.

Outro fato fundamental é a instalação no Brasil da gravadora Brunswick, no final de 1929, disposta a investir em ritmos tipicamente brasileiros.⁴² Copiada mais tarde por outras, a gravadora dá início a um duradouro período de mobilidade social para os autores de boas composições populares e também para os cantores de bela voz.

Buscando-se observar processos de construção das subjetividades de gênero – seguindo os passos de Maria Izilda Santos de Matos no livro *Âncora de emoções*⁴³, utilizamos aqui a produção musical como corpo documental, procurando dar historicidade ao processo de elaboração e interpretação das canções, apoiado também na biografia dos artistas privilegiados por este trabalho. São os principais: Noel Rosa, Wilson Batista, Assis Valente, Ary Barroso, Geraldo Pereira, além da

cantora e compositora Carmen Miranda – devido à importância do que foi a sua representação como mulher brasileira – e, em segundo plano, alguns autores de composições interpretadas por ela.

Adentramos, então, o universo musical constituído entre 1930 e 1945 para adotá-lo como uma das possíveis representações dos discursos produzidos por músicos provindos das camadas populares – e a elas dirigidos, mas que alcançaram também outros ouvidos.

A difusão das músicas pelo rádio a partir dos anos 30 proporciona outras formas de sociabilidade e dá origem a novos pensamentos, criando assim novas relações de poder. De acordo com Tinhorão, com os programas dirigidos às grandes camadas e o povo no auditório, veio a massificação.⁴⁴ Muitos discursos até então ignorados passam a ter voz.

Seguindo a proposta do historiador francês Roger Chartier, eu convido a quem possa interessar este trabalho a percorrermos juntos os caminhos da observação para então compreendermos se há ou não a possibilidade de transitarmos entre o discurso e o fato. De um lado, as letras das canções; do outro, as mulheres das camadas populares. A realidade não alcançaremos, mas vislumbraremos a produção de determinadas subjetividades.

Aqui, como no primeiro capítulo, o que nos interessa é perceber as imagens de mulheres que brotam das letras das músicas e buscar compreender quais eram as mais adequadas, ou não, a esta outra camada da população, em contraposição ao que podemos observar com relação ao *Jornal das Moças* e as mulheres da camada média brasileira.

2.1. Mulatas, Morenas, Cabrochas: As Musas do Samba

Nasci no Estácio / Eu fui educada na roda de bamba / E fui diplomada na escola de samba / Sou independente, conforme se vê / [...] Eu sou diretora da escola do Estácio de Sá / E felicidade maior neste mundo não há / Já fui convidada / Para ser estrela do nosso cinema / Ser estrela é bem fácil / Sair do Estácio é que é / O “X” do problema / Você tem vontade / Que eu abandone o Largo do Estácio / Pra ser a rainha de um grande palácio / Pra dar um banquete uma vez por semana / Nasci no Estácio / Não posso mudar minha massa de sangue / Você pode crer que palmeira do mangue / Não vive na areia de Copacabana. (O “X” do problema – Noel Rosa, 1936).

Eis a primeira imagem de mulher com que nos deparamos, criada por Noel Rosa na canção *O “X” do problema*. Ela é independente, rejeita o casamento e desdenha a vida em um grande palácio – objetos primeiros do desejo daquelas outras, das páginas da revista. Por ser diretora da escola de samba e por ter outra “massa de sangue”, a postura da mulher do Estácio traça uma linha que a dis-

⁴⁰ TINHORÃO, José Ramos. *Música popular – do gramofone ao rádio e TV*. São Paulo: Ática, 1981, p. 74.

⁴¹ VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 20.

⁴² TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 295.

⁴³ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005.

⁴⁴ TINHORÃO, José Ramos. *Música popular – do gramofone ao rádio e TV*. São Paulo: Ática, 1981, p. 52.

tingue socialmente. É a mulata que se valoriza e ao mesmo tempo reconhece as diferenças, guiando-se por ditames próprios de conduta.

Ser a diretora da escola é uma grande honra no seu meio social. Ela carrega o desejo de seu criador – Noel Rosa, branco, pertencente a uma camada média empobrecida, metido sempre nos meios marginalizados da sociedade carioca de então – de mostrar uma mulher independente e diferente dos padrões valorizados pela camada média. Inferimos que algumas como ela podiam ser encontradas nos morros do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, Noel deixa claro que o lugar dela é no Estácio, nunca num palácio. São amplas e sólidas as margens do preconceito social.

A típica imagem da mulher brasileira que se almeja criar para o período é a “morena”, miscigenada, sensual.⁴⁵ Mas os olhares sobre ela podem deixar transparecer também o preconceito. Valorizadas como “coisas nossas”, as mulatas brasileiras, além de tentadoras, representam também as imagens das mulheres permissivas, acessíveis a todos os homens, deleite para os brancos, numa visão estendida do preconceito racial.

A baiana é outro objeto de desejo. Mais do que isso, no início dos anos 40 ela vai se tornar estereótipo de brasilidade, fora do Brasil. Mas não é sempre assim que as mulatas aparecem nas letras das canções de outros compositores, alguns deles negros, como Assis Valente. Elas são as “morenas”, as “escurinhas”. Estão sempre presentes nas batucadas, embelezando o samba com seu gingado e sensualidade, dando alegria às festas dos morros.

Alegria pra cantar a batucada / As morenas vão sambar / Quem samba tem alegria / Minha gente / Era triste, amargurada / Inventou a batucada / Pra deixar de padecer / Salve o prazer, salve o prazer [...]. (Alegria – Assis Valente / Durval Maia, 1937).

Assis Valente tem na voz de Carmen Miranda os seus maiores sucessos, como *Camisa listrada* e *Good-bye boy* – que retrata o americanismo então vigente no Brasil. Com a ida de Carmen para os Estados Unidos sua carreira declina.⁴⁶ Em suas letras está sempre presente a “gente bronzada” da qual faz parte e o amor pelo Brasil, adequado também ao momento musical. Em *Alegria* continua presente a imagem da mulata sensual, não mais como objeto, mas como fonte de alegria – a riqueza das camadas populares.

A batucada é a maneira encontrada para suportar a dureza da vida. Nela, as cabrochas (mulheres boas de samba) convivem com malandros e são objetos de disputas amorosas que podem acabar em tragédia; muitas vezes acabam sofrendo a violência nas relações amorosas, um resultado direto da imagem das

⁴⁵ SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992, p. 51.

⁴⁶ SOUZA, Tarik de e HOMEM DE MELLO, Zuza (org.) *História da Música Popular Brasileira – grandes compositores*: Assis Valente. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 1982, p. 6.

mulheres como propriedades dos homens, não apenas nas camadas populares, é claro, mas é nesse espaço de convivência que a violência fica explícita, por meio das canções do período.

2.2. Amélias e Emílias – Nas Paradas, As Submissas do Samba!

Nunca vi fazer tanta exigência / Nem fazer o que você me faz / Você não sabe o que é consciência / Nem vê que eu sou um pobre rapaz / Você só pensa em luxo e riqueza / Tudo o que você vê, você quer / Ai, meu Deus, que saudade da Amélia / Aquilo sim é que era mulher / Às vezes passava fome ao meu lado / E achava bonito não ter o que comer / Quando me via contrariado / Dizia: “Meu filho, o que se há de fazer!” / Amélia não tinha a menor vaidade / Amélia é que era mulher de verdade. (Ai que saudades da Amélia – Ataulfo Alves / Mário Lago, 1942).

Muito já se falou sobre a “mulher de verdade”. Hoje ouvimos os versos com indignação, mas durante anos eles foram entoados com alegria e naturalidade. A música *Ai, que saudades da Amélia* foi uma das mais populares do século XX. O autor da letra – Mário Lago – defende a idéia de que Amélia é a companheira ideal, sem ambições, feliz com sua vida simples e restrita, ao contrário da outra. Segundo ele, a letra é um elogio e não um discurso machista.⁴⁷ Mas sem os parênteses do autor, a “mulher de verdade” não tem ambição, não reclama das misérias da vida e não tem vaidade, poupando os bolsos do marido, ao contrário da vilã da canção, que ambiciona as ofertas da produção capitalística (voltando a Guattari) do mundo moderno estampado nas páginas das revistas que ditam como devem ser e agir as mulheres. Talvez o que mais impressione nesta letra seja a construção de uma imagem da mulher “quase objeto”, adequada, que não incomoda o marido e senhor, ficando quietinha no seu canto, como uma boa mulher deveria ficar.

Outro sonho de consumo dos maridos pobres e machistas do período é externado na *Emília* de Wilson Batista e Haroldo Lobo, outro sucesso lembrado até os dias de hoje.

Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar / Que de manhã cedo me acorde na hora de trabalhar / Só existe uma e sem ela eu não vivo em paz / Emília, Emília, Emília, não posso mais / Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café / Não desfazendo das outras, Emília é mulher / Papai do céu é quem sabe a falta que ela me faz / Emília, Emília, Emília, não posso mais. (Emília – Wilson Batista / Haroldo Lobo, 1942).

Essa lembrança perene pode ser sintoma de um problema social que insiste em permanecer nas relações de gênero: a existência de mulheres que aceitam se submeter, combinada com a postura de homens que acham natural dominar. Em contrapartida à *Emília*, aparece o malandro para tirar proveito da situação:

⁴⁷ ZIRALDO. “Na rolança de Mário Lago”. In: *Bundas*. N° 32. Rio de Janeiro: Fernando Chinaglia. p. 7–13.

Lá vem ele com seu terno branco engomado / Trazendo outra morena ao seu lado / E a nêga dele na casa da branca se acabando / E ainda leva o jantar embrulhado / É um golpe errado / Todo mundo diz / É um golpe errado / Toda hora que ele vai pra batucada / É a hora que ela chega do trabalho / E tem que fazer de madrugada / Bife mal passado pra ele / Não ficar contrariado. (Golpe errado – Geraldo Pereira / David Nasser / Cristóvão Alencar, 1945).

Geraldo Pereira, compositor negro de sucesso, aparece como um dos “defensores” das mulheres. Mesmo depois deste período, a sua conhecida “Escurinha” representa a mulher de valor, que só precisa de um barracão, do amor e do samba para ser “a maior”.

Outras tantas letras de canções falam do cotidiano das mulheres que trabalham para sustentar seus homens. Nessa questão, não entram a honra e o direito do provedor, mas a força bruta e a ginga do malandro. A mulher que frita o bife de madrugada pode estar “acostumada” com a conduta do marido, mas outras já esboçam uma reação:

Eu já não posso mais / A minha vida não é brincadeira / Estou me desmilingüindo / Igual a sabão na mão da lavadeira / Se ele ficasse em casa / Ouvia a vizinhança toda falando / Só por me ver lá no tanque / Lesco-lesco / Me acabando / Se eu lhe arranjo um trabalho / Ele vai de manhã, de tarde pede as contas / Eu já estou cansada de dar / Murro em faca de ponta / Ele disse pra mim / Que está esperando para ser presidente / Tirar patente / No Sindicato dos Inimigos do Batente / [...] Eu não posso mais / Em nome da forra vou desguiar. (Inimigo do batente – Wilson Batista / Germano Augusto, 1939).

A mulher cansada de ser explorada, na letra da canção de Wilson Batista e Germano Augusto, quer deixar o malandro, pois, já que o sustenta, ela mesma pode se virar. O compositor Wilson Batista, um dos mais conhecidos do período, era mulato, veio da pobreza e para ela voltou depois de conhecer a fama com suas composições. Wilson, ao lado de Noel Rosa, é o compositor que mais trata do cotidiano das camadas populares do Rio de Janeiro de então. Enquanto a camada média almeja a ascensão social, a parcela menos favorecida da população segue sua vida de pobreza e restrição, com as famílias adaptadas aos meios de sobrevivência possíveis.

Em *Inimigo do batente*, observamos mais uma letra do “ex-malandro”, que adapta sua obra às exigências de um mercado (entenda-se governo) que quer ouvir a exaltação do trabalho nas letras da música brasileira. A mulher não agüenta mais ver o marido na boa vida enquanto ela trabalha sozinha para o sustento do lar, enquanto ele desperdiça. É de Wilson Batista também a emblemática canção *O bonde São Januário*, que começa dizendo: “Quem trabalha que tem razão / Eu digo e não tenho medo de errar / O bonde São Januário / Leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar”.

Muitas vezes as mulheres assumem a dianteira com seus humildes salários de empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras, ou à frente de uma economia familiar baseada na venda ambulante de alimentos.⁴⁸ Para as brancas pobres, é uma vergonha admitir que trabalham. A necessidade de trabalhar denuncia a baixa condição econômica.⁴⁹

Nenhuma das letras selecionadas para a pesquisa fala de relacionamentos fixos, com casamento civil ou religioso. Enquanto o casamento é fundamental para a camada média, nas camadas populares as famílias parecem se constituir de acordos, muitas vezes violados, sob os olhos de uma vizinhança muito próxima, no cotidiano das favelas.

Meu moreno fez bobagem / Maltratou meu pobre coração / Aproveitou a minha ausência / E botou mulher sambando / No meu barracão / Quando eu penso que outra mulher / Requebrou pro meu moreno ver / Nem dá jeito de cantar / Dá vontade de chorar e de morrer / Deixou que ela passeasse / Na favela com meu penhoar / Minha sandália de veludo / Deu a ela para passear / Eu bem longe me acabando / Trabalhando pra viver / Por causa dele dancei rumba / E fox trote para inglês ver (Fez bobagem – Assis Valente, 1942).

Além de a mulher trabalhar para a família viver, seu “moreno” a expõe diante da vizinhança, levando outra para o seu barracão. O samba e suas letras pouco comportadas estão longe de serem adequados à boa educação cristã e também à camada média. Além da traição, as brigas e bebedeiras também são freqüentes nas letras.

Há ainda as imagens das mulheres submissas que se orgulham da casa e do marido, que não são legalmente casadas, mas são mulheres de respeito.

Em 1940, lá no morro começaram o recenseamento / E o agente recenseador esmiuçou a minha vida / Que foi um horror! / E quando viu a minha mão sem aliança / Encarou para a criança que no chão dormia / E perguntou se meu moreno era decente / E se era do batente ou era da folia / Obediente eu sou a tudo que é da lei / Fiquei logo sossegada e falei então: / O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro / E é quem sai com a bandeira do seu batalhão / A nossa casa não tem nada de grandeza / Nós vivemos na fatura sem dever tostão / Tem um pandeiro, tem cuíca e um tamborim / Tem reco-reco, um cavaquinho e um violão. (*Recenseamento* – Assis Valente, 1940).

A imagem do moreno do batente e patriota completa a harmonia do lar, que tem fatura e diversão, abençoado pela alegria do samba, a música brasileira. Talvez seja este o casal ideal na visão do autor e também do agente recenseador, que representa o governo: ele, um trabalhador, a serviço da nação; ela, a dona-de-casa zelosa e feliz.

⁴⁸ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Trad: Eliane T. Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003, p. 208.

⁴⁹ ALMIRANTE. Op. Cit. p. 194.

Percebemos nesta canção uma crítica à invasão do espaço privado – o morro, que aparece no conjunto documental das canções como uma espécie de “território” da pobreza, com suas peculiaridades e distinções da vida na cidade – pelo poder público. A crítica é amenizada pela exaltação ao patriotismo.

A violência também está bastante presente nesse cotidiano; os homens se sentem no direito de usar a força bruta para manter o controle sobre as “suas” mulheres. A agressão é muitas vezes cantada como piada, aceita e difundida sem qualquer constrangimento.

A canção *Dá nela*, de Ary Barroso, venceu o concurso de músicas carnavalescas do Rio de Janeiro em 1930. A música virou febre no período.⁵⁰

Essa mulher há tanto tempo me provoca / Dá nela / Dá nela / É perigosa, fala que nem pata choca / Dá nela / Dá nela / Fala, língua de trapo / Pois de tua língua eu não escapo / Agora deu pra falar abertamente / Dá nela / Dá nela / É inteligente, tem veneno e mata a gente / Dá nela / Dá nela. (Dá nela – Ary Barroso, 1930).

Mulher inteligente e falando demais! Quanta ousadia! Talvez fosse esta a última alternativa para deter as tais mulheres que agora queriam se emancipar. Por fim elas conseguiriam o voto em 1932.

O repertório de Noel Rosa, com letras repletas de piadinhas, pode nos dar uma boa idéia de que era normal cantar a violência dos homens sobre as mulheres. “O maior castigo que eu te dou é não te bater, pois sei que gostas de apanhar”.⁵¹ E ele vai longe...

Toma cuidado que eu te ripo / Porque tu não és meu tipo / E contigo não fiz fé / E o banzé eu sempre evito / Pois não me fica bonito / “Exemplá” uma mulhé. (Vou te ripá – Noel Rosa, 1930).

[...] *Tu foste sempre a minha diferença / Chegaste a me obrigar a te bater / Já chega de pancada e desavença / Espera mais um ano que eu vou ver / Sapatos e vestidos eu te dei / E tu me pagaste o que eu te fiz / De tanto te aturar eu já cansei / Agora vou voltar a ser feliz.* (Espera mais um ano – Noel Rosa, 1932).

Mas que mulher indigesta, indigesta! / Merece um tijolo na testa / Esta mulher não namora / Também não deixa mais ninguém namorar / É um bom center-half pra marcar / Pois não deixa a linha chutar / E quando se manifesta / O que merece é entrar no açoite / Ela é mais indigesta do que prato / De salada de pepino à meia-noite [...] (Mulher indigesta – Noel Rosa, 1932).

Para Noel Rosa, que não teve muita sorte no amor, fazer piadas em letras que falam de mulheres parece comum, tendo em conta a frequência com que elas aparecem em seu repertório, repleto de queixas e da certeza de que em mulher não se deve acreditar.

⁵⁰ SANTA CRUZ, Maria Áurea. Op. Cit. p. 30.

⁵¹ “O maior castigo que eu te dou” (Noel Rosa, 1934).

Julietta / Não és mais um anjo de bondade / Como outrora sonhava o teu Romeu / Julietta / Tens a volúpia da infidelidade / E quem te paga as dívidas sou eu / [...] Nos teus anseios loucos, delirantes / Em lugar de canções queres brilhantes / Em lugar de Romeu, um coronel. (Julietta – Noel Rosa / E. Frazão, 1933).

Quando no reino da intriga / Surge uma briga / Por um motivo qualquer / Se alguém vai pro cemitério / É porque levou a sério / As palavras da mulher / Esta mulher jamais se cansa / De fazer trança / Na mentira é um colosso! [...] (Mentiras de mulher – Noel Rosa / Artur Costa, 1931).

Para ele as mulheres são falsas, mentirosas e interesseiras. Iludem os pobres apaixonados enquanto esperam pelo seu “coronel”. Noel freqüentava assiduamente os cabarés da Lapa – tradicional bairro boêmio do Rio de Janeiro na época – tendo se envolvido algumas vezes com as trabalhadoras destes lugares.⁵²

Foi num cabaré da Lapa / Que eu conheci você / Fumando cigarro / Entornando champanhe no seu soirée / [...] Mas você se despediu e foi pra casa a pé / No outro dia lá nos arcos eu andava / À procura da Dama do Cabaré / Eu não sei bem se chorei no momento em que lia / A carta que recebi (não me lembro de quem) / Você nela me dizia que quem é da boemia / Usa e abusa da diplomacia / Mas não gosta de ninguém. (Dama do cabaré – Noel Rosa, 1936).

A “dama do cabaré” estava longe de ser uma das “falsas mulheres” cantadas na obra de Noel. Quanto à mulher com quem se casou já nos seus últimos anos de vida – Lindaura – a única música que encontramos explicitamente feita para ela diz assim:

Você vai se quiser / Pois a mulher / Não se deve obrigar a trabalhar / Mas não vá dizer depois / Que você não tem vestido / Que o jantar não dá pra dois / Todo cargo masculino / Desde o grande ao pequenino / Hoje em dia é pra mulher / E por causa dos palhaços / Ela esquece que tem braços / Nem cozinhar ela quer / Você vai se quiser... / Os direitos são iguais / Mas até nos tribunais / A mulher faz o que quer / Cada qual que cave o seu / Pois o homem já nasceu / Dando a costela à mulher. (Você vai se quiser – Noel Rosa, 1936).

Noel Rosa reafirma a condição socialmente naturalizada do homem ter como obrigação o sustento da mulher. Esta obrigação é ainda explicada religiosamente, já que “o homem já nasceu dando a costela à mulher”. E reclama que ainda por cima a “sua” não quer nem ao menos se colocar no papel que representa a contrapartida dessa “generosidade” masculina, cuidando dos afazeres domésticos: “por causa dos palhaços, ela esquece que tem braços, nem cozinhar ela quer”.

Mas, há sempre aquelas que respondem e dizem não!

⁵² ALMIRANTE, *No tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1981.

⁵² *Ibidem*, p. 209.

2.3. Mulheres Boêmias – Elas Vão à Forra!

Sambei 24 horas, sambei / Sambei tanto que a sandália furou / Ele me viu de madrugada / Pulando na calçada / Quando voltei não quis / Abrir a porta do chateau / Ai, ai, ai, amor / Não deixe sua pretinha no sereno / Que ela vai se resfriar / Ai, pretinho / Eu venho de Madureira / Tô cansada, quero descansar. (Sambei 24 horas – Wilson Batista / Haroldo Lobo, 1944).

Em *Sambei 24 horas* Wilson Batista dá alegria e liberdade à sua imagem de mulher sambista, que pode estar voltando do carnaval ou de uma noite de samba e orgia – termo usado na época para designar a noite e seus prazeres, desprovido da conotação sexual que encontramos nos dias de hoje.⁵³ Aqui encontramos uma inversão dos papéis convencionais, em que tradicionalmente é o homem que chega em casa de madrugada. Batista e Germano Augusto não param por aí:

Eu saí de sarongue / Mas que calor, mas que calor, mas que calor / Cantei no Bonde de São Januário, Alá / Alá-lá-ô, alá-lá-ô / Até dancei de índio, auê auê / Quem encontrar o meu moreno por aí / Faça-me o obséquio, boca de siri / [...] O trem atrasou quando eu fui pra Meriti / Faz boca de siri. (Boca de siri – Wilson Batista / Germano Augusto, 1941).

Eis aqui a mulher que engana o seu moreno, mas para brincar o carnaval, quando tudo é permitido. Existem também aquelas que colocam a orgia em primeiro lugar. A mulher de “Seu Oscar” não agüenta a vida regrada do marido trabalhador.

Cheguei cansado em casa do trabalho / Logo a vizinha me chamou: / Oh! Seu Oscar / Tá fazendo meia hora / Que a sua mulher foi embora / E um bilhete deixou / Meu Deus, que horror / O bilhete dizia: / Não posso mais, eu quero é viver na orgia! / Fiz tudo para ver seu bem-estar / Até no cais do porto eu fui parar / Martirizando o meu corpo noite e dia / Mas tudo em vão: ela é da orgia. (Oh! Seu Oscar – Ataulfo Alves / Wilson Batista, 1940).

Na letra de *Oh! Seu Oscar*, além da imagem da mulher independente, que não se apega à relação conjugal, encontramos também outra imagem bastante presente na produção musical do período: a da vizinha. Ela aparece como um juiz da vida alheia, sempre pronta a dar sua opinião, ao contrário das prescrições de distanciamento e privacidade ditadas para as famílias de classe média.

Você me disse / Que a vizinha disse / Que eu sempre disse / Que você é louca / Esta vizinha / Que só faz trancinha / De falar sozinha / Vive sempre rouca [...] / À vizinha rouca / Que ela deve / Se chamar língua-de-trapo / Quanto bate-papo / Quanto bate-boca. (Noel Rosa – Disse-me-disse, 1935).⁵⁴

⁵³ Encontramos o termo “orgia” em diversas músicas do período, com o significado de festa, noite regada a bebida e música, com dança e diversão. Mais tarde o termo vai adquirir a conotação sexual que conhecemos nos dias de hoje e perder o antigo significado.

⁵⁴ Não foi gravada em disco. Consta do livro de Almirante, *No tempo de Noel Rosa*, p. 112.

É ela aquela que aparece em diversos momentos da vida na favela ou na periferia; podemos inferir que a razão disso é a proximidade das casas num espaço vastamente habitado, onde a privacidade perde seu espaço para a proximidade.

De madrugada / Voltei do baile na certa / De encontrar minha amada / Achei a janela aberta e as portas / Quero esquecer mas não posso / Tive um pouco de remorso / As horas já eram mortas / Entrei e verifiquei toda a casa / Meus ternos já eram cinzas / E meu violão era brasa / Bati na janela da vizinha / Dona Estela me diga / Aonde foi a Florisbela? / A vizinha respondeu: / “Quando notei a fumaça / Bem que eu disse, oh! Florisbela / Não é coisa que se faça / Ela contou-me chorando / Que lhe viu nos braços de outro alguém / Oh! Meu vizinho, a razão dá-se a quem tem / Botei fogo também”. (Onde estará a Florisbela? – Geraldo Pereira / Ary Monteiro, 1944).

Aqui está Geraldo Pereira, levando a mulher à forra. E lá vem ela de novo – a vizinha – participando ativamente da vida do casal. Além de contar ao homem o que a mulher fez, a vizinha ainda julga o comportamento dele e ajuda a botar fogo nos ternos e no violão. Florisbela não fica em casa esperando o retorno do homem, pronta para cozinhar, como vimos em outra situação. Ela externa a indignação e parte para recomeçar a vida ou mesmo voltar depois. Aqui entra também a personagem Zizica, traída por Laurindo:

Parecia um boi mugindo / Aquela triste cuíca / Tocada pelo Laurindo / O gostoso da Zizica / Ele não deu à Zizica / A menor explicação / E foi guardar a cuíca / Na casa da Conceição / Diferente o samba fica / Sem ter a triste cuíca / Que gemia feito um boi / A Zizica está sorrindo / Já mataram o Laurindo / Mas não se sabe quem foi. (Triste cuíca – Noel Rosa / Hervê Clodovil, 1935).

A letra sugere que a mulher vai ao extremo da vingança. Se não é ela mesma a matar o companheiro, pouco se importa com a morte do traidor.

Ao lado da vizinha, a última e a maior das antagonistas nas letras das músicas é a sogra! Pior do que a primeira, que assume papel de juiz, a sogra não tem outra função, a não ser atrapalhar.

Fechando o quadro das que vão à forra, encerramos também a exposição das mulheres inadequadas – as “más” – (boêmias, falsas, mentirosas, preguiçosas, vizinhas e sogras), em contraposição à adequadas – as “boas” – (morenas, mulatas, cabrochas, trabalhadoras e donas-de-casa). Antes de passarmos aos cruzamentos das imagens de mulheres nas duas camadas da população, um elemento essencial se faz necessário: a imagem mais conhecida da mulher brasileira no período, dentro e fora do Brasil.

2.4 Mulher Brasileira em Falsete – Carmen Miranda

Por meio do rádio – principal veículo de “massificação” na época – uma cantora, conhecida pelo nome de Carmen Miranda, veio atingir em cheio as expectativas do novo mercado internacional que se constituía, pautado na chamada “política da boa vizinhança”, estabelecida pelos Estados Unidos com relação ao Brasil no início dos anos 40.

Nós somos as cantoras do rádio / Levamos a vida a cantar / De noite embalamos teu sono / De manhã nós vamos te acordar / Nós somos as cantoras do rádio / Nossas canções cruzando o espaço azul / Vão reunindo num grande abraço / Corações de norte a sul. (*Cantores do rádio – Lamartine Babo / João de Barro / Alberto Ribeiro – 1936*).

A portuguesa criada no Brasil, Maria do Carmo Miranda da Cunha, é a mistura necessária de intérprete expressiva e mulher sensual. Branca e de voz marcante, apresenta-se como boa mercadoria para descontraír os parceiros econômicos e angariar simpatias.

A cantora começa a gravar em 1929 e estoura no início dos anos 30 com a música *Pra você gostar de mim (Táí)*, de Joubert de Carvalho, que a transforma num fenômeno musical.⁵⁵ Na segunda metade da década de 1930, Carmen Miranda constrói a imagem que marca sua carreira e a transforma em ícone, com um cesto de frutas sobre a cabeça, em que a banana – símbolo fálico e tropical – ocupa lugar de destaque. Assim desembarca nos Estados Unidos, em 1939.⁵⁶

Ela representa também uma reafirmação do preconceito, que fazia do Brasil um país visto como inferior, com suas mulheres sensuais e divertidas, dispostas a agradar os sentidos e ao mesmo tempo vender mercadorias.

Em muitas letras ela difunde figuras de mulheres de forma jocosa, ajudando, assim, a popularizar esses tipos de imagem. Percebemos também a violência do discurso machista cantado por uma das mais conhecidas vozes femininas de todos os tempos:

Eu vou te dar pancada / Eu vou te morder / Eu vou te judiar / Isso não é nada / O pior é ter que te aturar. (*Esta vida é muito engraçada – Joubert de Carvalho, 1930*).

Eu gosto dele / Porque ele é um mulato de qualidade / Vivo feliz, no meu canto sossegada / Tenho amor e carinho, oi / Tenho tudo e até pancada. (*Mulato de qualidade – André Filho, 1932*).

⁵⁵ MAUAD, Ana Maria. “A embaixatriz dos balangandás”. In: *Nossa História*. Ano 1, n° 6. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004, p. 56.

⁵⁶ TOTA, Antonio Pedro. Op. Cit. p. 114.

Maria Áurea Santa Cruz nos alerta que “Assimilando passivamente os estereótipos a ela atribuídos, a mulher internaliza os preconceitos contra ela instituídos”, a voz que canta canções machistas denota o consentimento.⁵⁷

Carmen Miranda personifica a mulher brasileira na sua época e mesmo depois. Para nós, interessa perceber essa trajetória pessoal, que aproveita a possibilidade de ascensão pelo rádio e pela indústria fonográfica para realizar o sonho de boa parte das moças de ambas as camadas sociais – a fama – fazendo uso do corpo e da sensualidade como ferramentas femininas para ascensão social.

2.5 Abaixando o Volume...

Chegando ao final da exposição sobre as imagens femininas que encontramos ao analisar as letras das canções deste período, podemos notar uma impregnação da visão masculina sobre as mulheres. Com exceção de Carmen Miranda, não utilizamos aqui nenhuma letra de canção composta por uma mulher, apesar de inúmeras trazerem a pretensão de dar-lhes voz.

Assim como os textos produzidos pelos editores de *Jornal das Moças*, os textos que ganham as melodias dos compositores também representam a construção de imagens de mulheres, cada um dentro de sua proposta peculiar de utilizar discursos para a disputa de lugares e a constituição de subjetividades.

Os editores da revista pregam o que lhes é conveniente em termos de condutas a serem adotadas pelas mulheres da camada média da população, no sentido de se parecer cada vez mais com as elites, imitando seus supostos comportamentos. Nas músicas, encontramos um grande desfile de imagens cotidianas das camadas populares, que pela primeira vez estão disponíveis também para as outras camadas da sociedade brasileira. A partir destes pontos, podemos chegar à parte final desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estivemos até agora envolvidos nas tramas de idéias e sons dos anos 30 e 40 do século XX. Mais de setenta anos são idos desde que estes autores escreveram as primeiras músicas que se tornaram sucessos do rádio e que foram editados os primeiros artigos de uma revista que se tornaria a mais lida do Brasil durante diversos anos. De lá para cá muita coisa mudou no que se refere às relações de gênero e à consciência e atividade de grande parte das mulheres no Brasil. Mas... e quanto às permanências?

⁵⁷ SANTA CRUZ, Op. Cit. p. 17.

Discursos foram construídos - cada qual partindo de seu ponto determinado na sociedade brasileira, buscando alcançar seus similares e atuar sobre eles - na produção de subjetividades adequadas ao período em questão.

Jornal das Moças aconselha, estimula as mulheres da camada média aos avanços da modernidade consumista, mas ao mesmo tempo exige o comedimento, a moderação das atitudes e a preservação das sagradas famílias, nas quais o papel das mulheres é a pedra fundamental. A postura da revista é ambígua, já que os modelos que se apresentam em suas páginas são os das mulheres norte-americanas, principalmente as atrizes do cinema; ao mesmo tempo que as brasileiras devem seguir estes padrões de elegância por meio do consumo dos mesmos produtos, devem se manter afastadas daqueles padrões de moralidade. Às atrizes muito é permitido, mas não às mulheres comuns, que devem trabalhar (enquanto não arranjam marido) e consumir. A mulher idealizada aqui é esta: comportada, obediente, mas com certo ar de modernidade, evidenciado pelas roupas, cabelos e cosméticos que usa. Ela está adequada também às expectativas do governo, partilhadas pela revista.

Por outro ângulo, temos as letras das canções, aparentemente alheias ao consumismo, pois representam uma camada da população que está mais empenhada em sobreviver, com seus humildes empregos ou sua vida de malandragem e orgia, habitando seus barracos, como na realidade de muitos compositores. Do cotidiano que elas representam surgem imagens de mulheres pobres, acostumadas a “dar duro” pela sobrevivência, cuja ambição principal é a alegria do samba e um “mulato de qualidade”. Outros tipos de sonhos seriam inatingíveis.

As letras evidenciam: cada qual no seu lugar. As mulheres idealizadas para os compositores estudados são as honestas, trabalhadoras, boas de samba. A sensualidade é um elemento sempre presente, que pode aflorar nas mulatas e damas de cabaré, mas deve ser discreto quando a mulher é casada e cuida do seu lar. A vizinha é a vilã no território da possível privacidade dos barracos que fazem o cenário da vida nos morros. Muitas vezes a imagem feminina que surge, principalmente no início dos anos 40, é a da patriota, que valoriza as coisas da sua terra. Este tipo de discurso representa a necessidade de inserção social no contexto mais amplo da Nação, já que um dos bens fundamentais para as camadas populares desprovidas de riquezas materiais é a dignidade. Mesmo apresentando outros elementos que divergem do projeto do governo para a sociedade brasileira, os autores são impedidos a dar sua contribuição para a formação deste contexto.

As mulheres “adequadas” e as “inadequadas”, que surgem por meio dessas imagens construídas por homens, representam o ponto de vista masculino sobre elas. Eles as projetam, constroem e interpretam seus pensamentos e atitudes. O que nos é apresentado como realidade, mesmo que idealizada, nada mais é do que a produção de subjetividades almeçadas pelos homens, de ambas as camadas

da sociedade, para efetivar e manter o controle sobre as mulheres, do qual muitas ainda lutam para se libertar até hoje.

Os cruzamentos das imagens nos permitem traçar um esboço do que pode ter sido o contraste social naquele período; chegamos até a vislumbrar parte daquele cotidiano, mas sob o foco de olhos que não estão desprovidos de intenção. Há uma disputa por imagens femininas adequadas à camada média, assim como há por aquelas convenientes às camadas populares, mas o ponto de partida é o mesmo. O ponto neutro, no qual o conflito social se anula é exatamente o controle ideológico dos homens sobre as mulheres e as subjetividades que eles tentam impedir sobre elas. Neste ponto não encontramos conflito, mas consenso.

Com esta constatação, a minha primeira curiosidade, apresentada no primeiro parágrafo deste trabalho, deixa de ter importância. Pouco importa como as imagens foram construídas pelos autores, se pela observação ou pela criação do que eles pensavam ser as mulheres. O que cabe a este momento é olhar para elas como construções que provêm de uma fala que é a representação direta do ponto de vista masculino, portanto usada em benefício de seus próprios ideais e de acordo com a sua visão de mundo. Esta prática quase se perpetua neste período e em outros posteriores.

Efetivamente, é só na década de 1950 que aparecem compositoras de renome na música brasileira, como a Dolores Duran das pesquisas de Maria Izilda Matos, mas assim mesmo muitas delas continuam a alimentar e endossar os discursos machistas, reflexos de uma condição antiga, de um ranço que insiste em se colocar entre um domínio infundado e a igualdade que, esta sim, podemos chamar “natural”.

Aqui terminamos este trabalho, certas da possibilidade de fazermos mais pessoas pensarem estas questões, já bastante discutidas em outros aspectos, e de abriremos novas portas para outros debates que possam acontecer.

FONTES**LETRAS DAS CANÇÕES****NOEL ROSA**

Dama do cabaré (Noel Rosa – 1936)
 Disse-me-disse (Noel Rosa – 1935)
 Espera mais um ano (Noel Rosa – 1932)
 Julieta (Noel Rosa / E. Frazão – 1933)
 Mentiras de mulher (Noel Rosa / Artur Costa – 1931)
 Mulher indigesta (Noel Rosa – 1932)
 O que é que você fazia? (Noel / Rosa / Hervé Cordovil – 1935)
 O maior castigo que eu te dou
 O “x” do problema (Noel Rosa – 1936)
 Quando o samba acabou (Noel Rosa – 1933)
 Três apitos (Noel – 1933)
 Triste cuíca (Noel Rosa / Hervé Clodovil – 1935)
 Vai pra casa depressa (Noel Rosa / Francisco Matoso – 1933)
 Você vai se quiser (Noel Rosa – 1936)
 Vou te ripá (Noel Rosa – 1930)

WILSON BATISTA

Boca de siri (Wilson Batista / Germano Augusto – 1941)
 Emília (Wilson Batista / Haroldo Lobo – 1942)
 Inimigo do batente (Wilson Batista / Germano Augusto – 1939)
 Sambei 24 horas (Wilson Batista / Haroldo Lobo – 1944)

ASSIS VALENTE

Alegria (Assis Valente / Durval Maia – 1937)
 Fez bobagem (Assis Valente – 1942)
 Good bye boy (Assis Valente – 1933)
 Minha embaixada chegou (Assis Valente – 1934)
 Recenseamento (Assis Valente – 1940)

ARY BARROSO

Benzinho (Ary Barroso – 1931)
 Camisa amarela (Ary Barroso – 1938)
 Dá nela (Ary Barroso – 1930)
 Eu dei (Ary Barroso – 1937)
 No tabuleiro da baiana (Ary Barroso – 1936)

ATAULFO ALVES

Ai que saudades da Amélia (Araulfo Alves / Mário Lago – 1942)
 Oh, Seu Oscar! (Araulfo Alves / Wilson Batista – 1940)

GERALDO PEREIRA

Falsa baiana (Geraldo Pereira – 1944)
 Golpe errado (Geraldo Pereira / David Nasser / Cristóvão Alencar – 1945)
 Onde está a Florisbela? (Geraldo Pereira / Ary Monteiro – 1944)

CARMEN MIRANDA – DIVERSOS AUTORES

Absolutamente (Joubert de Carvalho / Olegário Mariano – 1931)
 A mulhé quando não qué (R. S. de Mello – 1930)
 Ao voltar do samba (Synval Silva – 1934)
 Cantores do rádio (Lamartine Babo / João de Barro / Alberto Ribeiro – 1936)
 Disseram que eu voltei americanizada (Vicente de Paiva / Luiz Peixoto – 1940)
 Diz que tem (Hannibal Cruz / Vicente Paiva – 1940)
 Dona Balbina (Josué de Barros – 1930)
 Esta vida é muito engraçada (Joubert de Carvalho – 1930)
 Eu gosto da minha terra (Randoval Montenegro – 1930)
 Meu rádio e meu mulato (Herivelto Martins – 1938)
 Miss sertão (Plínio de Brito / Domingos Magarinos – 1930)
 Mulato de qualidade (André Filho – 1932)
 Não há razão para haver barulho (Walfrido Silva – 1933)
 Os hõme implica comigo (Carmen Miranda / Alfredo Vianna – 1930)
 Piaçaba pra vassoura (Floriano Ribeiro Pinto – 1933)
 Por amor a este branco (Custódio Mesquita – 1933)
 Samba rasgado (Portelo Juno / J. Pereira – 1938)

Jornal das Moças (Revistas encontradas em acervo particular)

Nº 1088 - 23.04.1936
 Nº 1228 - 29.12.1938
 Nº 1236 - 23.02.1939
 Nº 134.. - 23.10.1941
 Nº 1398 - 02.04.1942
 Nº 1404 - 14.05.1942
 Nº 1408 - 11.06.1942
 Nº 1409 - 18.06.1942
 Nº 1411 - 02.07.1942
 Nº 1413 - 16.07.1942
 Nº 1420 - 03.09.1942
 Nº 1424 - 01.10.1942
 Nº 1431 - 19.11.1942
 Nº 1435 - 17.12.1942
 Nº 1436 - 24.12.1942
 Nº 1437 - 31.12.1942

Nº 1438 - 07.01.1943
 Nº 1440 - 21.01.1943
 Nº 1443 - 11.02.1943
 Nº 1444 - 18.02.1943
 Nº 1448 - 18.03.1943
 Nº 1450 - 01.04.1943
 Nº 1452 - 15.04.1943
 Nº 1459 - 03.06.1943
 Nº 1474 - 16.09.1943
 Nº 1480 - 28.10.1943
 Nº 1482 - 11.11.1943
 Nº 1503 - 06.04.1944
 Nº 1514 - 22.06.1944
 Nº 1515 - 29.06.1944
 Nº 1516 - 06.07.1944
 Nº 1518 - 20.07.1944
 Nº 1519 - 27.07.1944
 Nº 1522 - 17.08.1944
 Nº 1523 - 24.08.1944
 Nº 1534 - 09.11.1944
 Nº 1535 - 16.11.1944
 Nº 1536 - 23.11.1944
 Nº 1537 - 30.11.1944
 Nº 1540 - 21.12.1944
 Nº 1541 - 28.12.1944
 Nº 1543 - 11.01.1945
 Nº 1546 - 01.02.1945
 Nº 1548 - 15.02.1945
 Nº 1549 - 22.02.1945
 Nº 1551 - 08.03.1945
 Nº 1552 - 15.03.1945
 Nº 1556 - 12.04.1945
 Nº 1562 - 24.05.1945
 Nº 1566 - 21.06.1945
 Nº 1568 - 05.07.1945
 Nº 1569 - 12.07.1945
 Nº 1570 - 19.07.1945
 Nº 1573 - 09.08.1945
 Nº 1574 - 16.08.1945
 Nº 1575 - 23.08.1945
 Nº 1578 - 15.09.1945
 Nº 1580 - 27.09.1945
 Nº 1582 - 11.10.1945
 Nº 1584 - 25.10.1945
 Nº 1586 - 08.11.1945
 Nº 1587 - 15.11.1945
 Nº 1589 - 29.11.1945
 Nº 1591 - 13.12.1945
 Nº 1592 - 20.12.1945

REFERÊNCIAS

- ALMIRANTE. *No tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1981.
- ANDRADE, Mário de. *Música, doce música*. 2ª ed. São Paulo: Martins/Brasília: INL, 1976.
- BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: Revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- CABRAL, Sérgio. *ABC do Sérgio Cabral*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DUSSEK, Eduardo. *Adeus batucada*. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000.
- Enciclopédia da Música Brasileira: erudita, folclórica, popular*. São Paulo: Art Editora, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GIRON, Luís Antônio. *Mário Reis: o fino do samba*. S. Paulo: Editora 34, 2001.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Trad. Eliane T. Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.
- _____. *Pobreza e política – os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920*. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Edunb, 1993.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Ed. Unicamp – Papyrus, 1986.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções. Corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MAUAD, Ana Maria. “A embaixatriz dos balangandás”. In: *Nossa História*. Ano 1, nº 6. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004, p. 57 – 61.

MÁXIMO, João e DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1990.

MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

PARANHOS, Adalberto. Os desafinados do samba na cadência do Estado Novo. In: *Nossa História*. Ano 1, nº 4. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004, p. 16 – 22.

SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara – a imagem da mulher na música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.

SEVERIANO, Jairo e HOMEM DE MELLO, Zuza. *A canção no tempo – 85 anos de músicas brasileiras. 1901 – 1957*. Vol. 1. S. Paulo: Ed. 34, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. 12ª ed. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Tarik de. *Carmen Miranda*. Rio de Janeiro: RCA/BMG. Sem data.

SOUZA, Tarik de e HOMEM DE MELLO, Zuza (org.) *História da MPB – grandes compositores: Assis Valente*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *História da MPB – grandes compositores: Wilson Batista*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. *Música popular – do gramofone ao rádio e tv*. São Paulo: Ática, 1981.

_____. *Música Popular: um tema em debate*. 3 ed. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. *Pequena história da música popular*. S. Paulo: Círculo do Livro/Ed. Vozes. Sem data.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WORMS, Luciana Salles e COSTA, Wellington Borges. *Brasil Século XX – ao pé da letra da canção popular*. Curitiba: Ed. Nova Didática, 2002.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ZIRALDO. Na rolança de Mário Lago. In: *Bundas*. Nº 32. Rio de Janeiro: Fernando Chinaglia. p. 7 – 13.

Mulheres e Sucesso no Vestibular: as Evidências da Desigualdade de Gênero

Mani Tebet Azevedo de Marins – Universidade Federal Fluminense/RJ¹

INTRODUÇÃO

Este artigo parte de um pressuposto inicial que aponta a interação entre homens e mulheres como uma relação de gênero. Este conceito ultrapassa a questão biológica dos sexos para analisar as diferenças sociais de gênero, ou seja, verificar como as relações simbólicas e estruturais entre homens e mulheres se reproduzem na mente e nos corpos dos agentes sociais. Segundo Scott (1990: 18) o gênero constitui a “forma primeira de significar as relações de poder” e, portanto possui uma direta e inequívoca conotação política. Vale também aqui lançar mão da definição proposta por Louro (1996):

“... o gênero é mais do que uma identidade aprendida..., sendo constituído e instituído pelas múltiplas estâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas” (Louro, 1996: 12).

São estas as noções de gênero com as quais operamos nossa leitura. A partir daí, podemos explicitar que o objeto mais amplo deste artigo corresponde às características diferenciais de acesso à educação entre os gêneros no Brasil - especificamente no que tange ao ensino superior. De fato, somente a partir da década de 80 registramos alguma mudança nos quadros das desigualdades entre homens e mulheres no que concerne ao acesso à universidade. No entanto, um longo e árduo caminho foi trilhado pelas mulheres para efetivar esta conquista.

Se voltarmos na história, veremos que no Brasil Colônia, o aparato educacional ainda em formação impedia sistematicamente a presença feminina nos bancos escolares. Certamente, tal situação estava vinculada diretamente à lógica cultural portuguesa que primava pelo androcentrismo e, conseqüentemente, pela discriminação das mulheres, caracterizadas como pessoas que não deveriam nem mesmo ter acesso à leitura e a escrita.

Sabemos que neste período existia um total domínio da igreja católica - especificamente da Companhia de Jesus - sobre a educação. Reforçando o caráter tradicional da cultura e da sociedade, os processos educativos defendiam moralmente a superioridade masculina.

Uma pequena diversificação da sociedade brasileira vai ocorrer somente com a independência do Brasil que se realizou em 1822. Frente a uma complexificação da sociedade e da economia e frente à necessidade de consolidação de uma máquina estatal própria, cresce a demanda por políticas educacionais. Nesta nova configuração sócio-política, a educação passa a ser pensada como uma forma de ascensão social ou de manutenção do *status quo* para os grupos médios nacionais. Como produto disso, na fase do Império, o Estado assume a responsabilidade pela educação primária e possibilita que as mulheres possam freqüentar este nível de ensino, com a condição de que fossem escolarizadas somente por professoras.

Assim, já na primeira metade do século XIX, são constituídas iniciativas formais de ensino primário voltadas para a demanda feminina e separadas da formação masculina correspondente. Este formato de educação primária, especificamente produzido para as mulheres, continuou reforçando as relações verticais, hierárquicas e assimétricas de gênero e ainda reproduzindo a ordem moral, religiosa e social existente. Ou seja, havia um trabalho sistemático de afirmação da mulher como um ser “eleito” para o meio doméstico. Como lembra Sohiet (1997):

“... o substrato da violência doméstica permanece presente, pois tais práticas expressam as relações assimétricas entre os gêneros e seu significado está enraizado no simbólico, no mental, no doméstico” (Sohiet, 1997: 26).

Como vemos, desde seus primórdios, a educação formal no Brasil se desenvolveu no âmbito de uma clara clivagem de gênero, na qual as mulheres ocupavam as posições mais desprivilegiadas. Isto se refletia em uma configuração onde as mulheres alcançavam taxas ínfimas de alfabetização em relação aos homens e dificilmente chegavam ao ensino superior (Romanelli, 2001).

No século XIX ocorreu uma expansão da educação formal no Brasil, o que se verifica principalmente pelo crescimento da taxa de alfabetização. Neste momento, começa a se desenvolver também um sistema formal de educação secundária. Este, mais uma vez, se configurou como dualizado. Enquanto os homens seguiam para uma formação mais geral, as mulheres ficavam restritas - em gigantesca maioria - ao chamado “magistério”, que viabilizava a carreira docente voltada para o primário. Neste momento, a escolarização feminina passou a ser, em alguma medida, objeto de preocupação pública, pelo fato de que as mulheres viam ser ressaltada a sua “...função materna, que agora as tornava principais responsáveis pela educação de seus filhos. Deveriam transmitir as primeiras e fundamentais lições da língua materna, da geografia e da história” (Sohiet, 1997: 14).

Sabemos que em 1881, através de um decreto imperial, a mulher pôde ter acesso ao ensino superior. No entanto, tratava-se ainda de uma realidade muito distante, porque poucas eram aquelas que conseguiam acessar mesmo o ensino secundário, pois este já se encontrava segregado, não somente por

¹ Orientador: André Augusto Pereira Brandão.

conta do alto custo educacional, como também por ser um segmento ainda essencialmente masculino.

Para além disto, outro fator discriminatório e excludente se encontrava no fato de que o curso “normal” (ou seja, de preparação para o magistério primário), não habilitava as concluintes e os concluintes para a entrada no ensino superior. Na medida em que a imensa maioria da(o)s estudantes destes cursos eram do sexo feminino, esta limitação produziu diretamente a inviabilização da entrada das mulheres no ensino superior, tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX.

Assim, durante o século XIX, continuaram existindo enormes impedimentos para o acesso das mulheres aos níveis de ensino anteriores ao superior e o confinamento destas na formação para o magistério. Tudo isto, significou a exclusão feminina nos cursos de engenharia, direito e medicina, criados em inícios deste século, e obviamente tais cursos se delinearão inicialmente como estritamente masculinos.

De fato, as mulheres brasileiras aumentaram a entrada no ensino secundário e superior no início do século XX, mas em proporção muito menor do que os homens. Como podemos ver na tabela 1.

Tabela 1 – Percentual de inscritas(os) no ensino secundário e superior por ano e sexo no antigo Distrito Federal

Anos	Secundário		Superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1907	24,7	75,3	1,3	98,7
1909	24,1	75,9	1,2	98,8
1912	23,0	77,0	1,4	98,6

Fonte: Estatísticas do século XX, IBGE, 2003.

Considerando especificamente a antiga capital do país, um dos espaços mais escolarizados da nação, entre 1907 e 1912, a presença feminina nos cursos secundários não alcançava a cifra de 25% dos inscritos. Já no ensino superior as desigualdades eram ainda maiores. O percentual de matrículas femininas não totalizava sequer 1,5% dos alunos.

Esta situação de desigualdade foi mantida por várias décadas do século XX, nas quais as mulheres continuaram segregadas na educação brasileira. Esta exclusão continuava sendo visualizada pelas taxas diferenciais de analfabetismo e de acesso à universidade.

Novas e grandes transformações societárias ocorrem a partir da década de 1930. A chegada de uma nova articulação de classe ao poder significou mudanças econômicas profundas. No período compreendido entre 1930 e 1945, o Estado trabalhou sistematicamente no sentido de intensificar a industrialização nacional e expandir o mercado interno. Assistimos o início de um processo de transformação que nos levou de uma economia agro-exportadora de base rural para uma economia industrial de base urbana.

Data deste período também o início da consolidação de um Estado Nacional com um forte papel de intervenção, seja nas relações econômicas, seja no corpo da sociedade, através da organização de aparatos públicos de política social, principalmente voltados para o meio urbano. Vemos então mais uma onda de ampliação da educação pública, mas esta não alterou a clivagem de gênero que se arrastava desde o Brasil Colônia. Ou seja, os homens acessavam em maior medida os mais elevados níveis de ensino e as mulheres quando chegavam à escola eram preparadas para a vida doméstica ou no máximo para a docência primária.

No século XX, a primeira iniciativa que contribuiu para alterar a situação das mulheres na educação formal data de 1961. Neste ano, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), na qual foi institucionalizada a equiparação dos três tipos de variações de cursos que compunham o ensino médio. Com isto, as mulheres que cursavam o “magistério” obtinham a possibilidade de buscar uma vaga na universidade.

Ao mesmo tempo, assistimos nas décadas seguintes à ampliação do ensino superior brasileiro e iniciativas mais sistemáticas de universalização da educação básica. De fato, nos anos 90, o Estado atuou visando expandir a matrícula no ensino fundamental sem, no entanto, dirigir esforços no sentido de melhoria da qualidade deste. Com relação ao ensino superior, observamos um crescimento muito mais acelerado das vagas em instituições privadas de ensino.

De fato, o número de mulheres no Brasil que concluíram o nível superior vai se expandindo progressivamente após a década de 1960, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 2 – Percentual de população com nível superior no Brasil por sexo e ano

Sexo	1960	1980	1991	2000
Mulheres	0,14	1,64	3,42	4,46
Homens	0,87	2,41	3,72	4,19

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1980, 1991 e 2000.

Como podemos verificar, o aumento significativo das mulheres no espaço público, através das várias formas de luta e manifestações contra a discriminação por gênero, possibilitou o incremento da inserção destas no meio universitário. Aqui o papel do movimento feminista foi fundamental, porque possibilitou a este grupo de mulheres a conquista de direitos nos três âmbitos: civil, político e social. Sabemos que desde os anos 1920 os movimentos feministas empreendem um caminho de ruptura com as ações mais micro-sociais que o caracterizavam. É a partir deste momento que as mulheres partem para ações mais amplas, utilizando o apoio da imprensa, produzindo associações, inaugurando campanhas, construindo grupos de pressão e buscando apoio em lideranças políticas e sociais (Sohiet, 1997).

O acesso à universidade é um dos pontos de chegada destas lutas. A expansão mais importante se verifica entre as décadas de 60 e 80. Durante este período, o número de brasileiras com o nível superior completo aumenta mais de 1.000%. Esta trajetória de expansão se mantém nas décadas seguintes e o censo de 2000 já indica que há no país mais mulheres do que homens com formação universitária. Esta vantagem quantitativa feminina que se consolida em 2000 é o resultado do grande avanço destas na matrícula no ensino superior a partir dos anos 1980, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 3 – Percentual de alunas(os) matriculadas(os) no ensino superior por sexo e ano

Sexo	1987	1996	2000	2003
Feminino	52,62%	54,29%	56,54%	57,20%
Masculino	47,38%	45,71%	43,46%	42,80%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: SIDRA-IBGE (www.ibge.gov.br)

Assim, já em 1987 as mulheres constituíam a maioria das(os) matriculadas(os) no ensino superior brasileiro. Esta diferença vai se ampliando nos anos seguintes. Isto certamente se relaciona com o crescimento das taxas de escolarização das mulheres, com a diminuição da taxa de natalidade e com o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho (apesar das enormes desigualdades existentes neste espaço).²

Esta possibilidade de acesso das mulheres, porém, se concretizou principalmente nas carreiras que possuíam vinculação com uma noção “genericada do feminino”, ou seja, principalmente naquelas carreiras intituladas como do “cuidar”. Exatamente por isso, segundo pesquisas do INEP/MEC, em 2003 no

² Apesar das mulheres estarem progressivamente aumentando sua participação no mercado de trabalho, vale ressaltar que os mais recentes estudos continuam apontando uma persistente diferença de salários entre os gêneros.

Brasil, os cinco cursos com maior matrícula de mulheres eram: Serviço Social e Orientação, Fonoaudiologia, Nutrição, Secretariado e Ciências Domésticas. Já os cinco cursos com maior percentual de matrículas masculinas eram: Mecânica, Construção e manutenção de veículos e motor, Transportes e serviços, Eletrônica, Eletricidade e energia.³

Temos uma situação na qual as mulheres acessam em maior medida as carreiras que produzem em média menores remunerações após a formatura. Isto representa a persistência com força de divisões arbitrárias que impõem padrões patriarcais de distribuição das atribuições socialmente reconhecidas como femininas ou masculinas.

Mas o acesso das mulheres a estas carreiras deve ser considerado também como um avanço significativo, como lembra Sohiet (1997): “... a prática daquelas atividades – professora, enfermeira, assistente social etc – foi fundamental para a ampliação dos horizontes femininos. Comprovando sua competência, mergulhando na compreensão da rede intrincada dos poderes e dos saberes, assumem cada vez mais a construção de sua própria história” (Sohiet, 1997: 26).

Apesar destes avanços, a consolidação de uma trajetória de reversão das desigualdades educacionais a que foram submetidas as mulheres desde o período colonial, não está ainda completa. Exatamente por este motivo é necessário que possamos investigar mais detidamente a composição de gênero das universidades brasileiras, centrando um olhar mais detalhado nas características do acesso das mulheres a este espaço educacional.

Neste trabalho, tomamos como objeto mais direto o concurso vestibular para uma universidade pública situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, trata-se da Universidade Federal Fluminense que conta com aproximadamente 21.000 alunas e alunos. Esta análise nos mostra que apesar das mulheres serem a maioria das inscritas no vestibular, estas obtêm uma taxa de aprovação significativamente menor que a dos homens. Esta situação fica escondida quando os números do vestibular são apresentados de forma mais geral.

Nosso estudo, ao ultrapassar o nível mais simples e aparente dos dados gerais, procura produzir análises mais aprofundadas, que mostram haver ainda muito a ser feito para que caminhemos em direção a uma situação de igualdade de gênero no uso da universidade como bem público. Acreditamos que através de indicadores quantitativos precisos e oriundos de fontes oficiais podemos fortalecer a luta das mulheres, no sentido de reivindicar do estado a implantação de políticas públicas específicas que são indispensáveis para a produção de impactos na lógica da relação entre os gêneros em uma sociedade como a nossa, que ainda se mostra marcada pelo machismo e pelo androcentrismo.

³ Estes dados estão expostos em www.inep.gov.br.

OBJETIVOS

O trabalho que apresentamos tem como objetivo mais geral contribuir com os estudos que procuram identificar os pontos onde são produzidas e reproduzidas as desigualdades de gênero na educação superior brasileira.

Especificamente, realizamos um estudo mais centralizado nas características do acesso a universidade pública, buscando mapear através do concurso vestibular de 2004 para a Universidade Federal Fluminense: a) qual a configuração de gênero das(os) candidatas(os) que buscam ingressar nesta universidade; b) como estas(es) se distribuem pelo conjunto dos cursos superiores oferecidos; e c) qual a configuração de gênero na aprovação das(os) candidatas(os).

METODOLOGIA

Nosso estudo se baseou na organização e análise de dados quantitativos através da criação de bancos de dados. Estes dados são oriundos do questionário sócio-econômico e cultural aplicado ao conjunto das(os) candidatas(os) que se inscreveram para o vestibular da Universidade Federal Fluminense de 2004. Tais dados foram digitados no programa MS EXCEL em forma de banco de dados e trabalhados através da ferramenta “relatório de tabela dinâmica”. O banco, a partir daí, foi atualizado com informações relativas ao resultado no vestibular respectivo.

Neste sentido, foi possível mapear as características de gênero, socioeconômicas e culturais das candidatas e dos candidatos, diferenciando as(os) aprovadas(os) e as(os) não aprovadas(os) para o ingresso na universidade. Devido às características das informações sistematizadas no banco final com o qual trabalhamos, foi possível construir um indicador simples, mas de grande potencial analítico e demonstrativo que denominamos como “taxa de sucesso no vestibular”. Tal indicador é produzido a partir do cálculo do percentual de aprovadas e aprovados em relação ao percentual de inscritas e inscritos por curso. Assim, uma situação de equilíbrio corresponde à taxa de sucesso igual a “0”, ou seja, um percentual de aprovação idêntico ao de inscritas ou de inscritos. Uma taxa de “100” significa aprovação de todas(os) as(os) inscritas(os) e uma taxa de “-100” corresponde à reprovação de todas(os). Disto se depreende que quanto mais próximo de “100” for a taxa, melhor foi o sucesso no vestibular. Ao contrário disto, quanto mais próximo de “-100”, pior foram tais resultados.

Através do cruzamento das variáveis foi possível estabelecer uma análise quantitativa que em muitos pontos se referenciou a outras análises que tangenciavam as questões investigadas e em outros pontos se apoiou em construções teóricas pertinentes à área e ao tema.

RESULTADOS DA PESQUISA

Vejam os resultados mais significativos obtidos através da operação do banco de dados.

Tabela 4 – Inscritas(os), aprovadas(os) e taxa de sucesso no vestibular por sexo

Sexo	Inscrita(o)s		Aprovada(o)s		Taxa de sucesso
	%		%		
Feminino	30.506	60,53	2.206	53,86	-11,02
Masculino	19.893	39,47	1.890	46,14	16,90
Total	50.399	100,00	4.096	100,00	-

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

A tabela 4 mostra o caráter excessivamente seletivo deste concurso vestibular, pois menos de 10% das(os) candidatas(os) se transformam em alunas(os) da instituição. Como vemos, as mulheres são a grande maioria das(os) inscritos(as), mas são uma pequena maioria entre as(os) finalmente aprovadas(os).

Esta situação redundou em uma taxa de sucesso completamente desigual por gênero, configuração na qual os homens aparecem em posição extremamente privilegiada. O fundamental aqui é perceber que o fato das mulheres serem (em números absolutos) mais aprovadas do que os homens naquele vestibular - em realidade - esconde desigualdades que se reproduzem historicamente.

Tabela 5 – Inscritas(os), aprovadas(os) e taxa de sucesso no vestibular por sexo e curso

Cursos	Sexo					
	F		F	M		M
	Inscrit.	Aprov.	Tx	Inscrit.	Aprov.	Tx
Administração (Macaé)	59,89	52,50	-12,33	40,11	47,50	18,42
Administração (Niterói)	48,78	44,44	-8,89	51,22	55,56	8,46
Arquitetura e urbanismo	63,54	70,83	11,47	36,46	29,17	-20,00
Arquivologia	63,54	57,63	-9,30	36,46	42,37	16,22
Biblioteconomia	75,74	66,67	-11,99	24,26	33,33	37,43
Biomedicina	75,00	65,00	-13,33	25,00	35,00	40,00
Ciência da computação	18,63	8,75	-53,04	81,37	91,25	12,15
Ciências biológicas	70,67	72,50	2,58	29,33	27,50	-6,23
Ciências contábeis (Arraial)	51,66	52,50	1,63	48,34	47,50	-1,74
Ciências contábeis (Macaé)	53,71	40,00	-25,53	46,29	60,00	29,63
Ciências contábeis (Niterói)	48,62	42,86	-11,85	51,38	57,14	11,21
Ciências econômicas	33,63	34,59	2,85	66,37	65,41	-1,44
Ciências sociais	48,35	42,22	-12,67	51,65	57,78	11,86
Comunicação social-cinema	50,00	42,50	-15,00	50,00	57,50	15,00
Comunicação social -jornalismo	69,40	89,74	29,32	30,60	10,26	-66,49
Comum. social -publ. e propag.	60,59	61,54	1,57	39,41	38,46	-2,41

Direito (Niterói)	55,71	52,26	-6,20	44,29	47,74	7,80
Enfermagem	89,87	91,84	2,19	10,13	8,16	-19,45
Eng. de produção (Niterói)	38,28	33,33	-12,91	61,72	66,67	8,01
Eng. de produção (V. Redonda)	34,70	33,33	-3,94	65,30	66,67	2,09
Eng. de telecomunicações	21,11	14,14	-33,02	78,89	85,86	8,84
Eng. mecânica (V. Redonda)	10,14	8,33	-17,82	89,86	91,67	2,01
Eng. metalúrgica (V. Redonda)	22,47	20,00	-11,00	77,53	80,00	3,19
Engenharia agrícola	28,79	30,00	4,21	71,21	70,00	-1,70
Engenharia civil	22,77	20,00	-12,17	77,23	80,00	3,59
Engenharia elétrica	11,25	11,43	1,61	88,75	88,57	-0,20
Engenharia mecânica (Niterói)	8,27	6,67	-19,42	91,73	93,33	1,75
Engenharia química	49,30	43,75	-11,25	50,70	56,25	10,94
Farmácia	75,63	71,72	-5,17	24,37	28,28	16,06
Física	22,33	25,00	11,94	77,67	75,00	-3,43
Geografia	41,14	41,00	-0,34	58,86	59,00	0,24
História	48,88	37,22	-23,86	51,12	62,78	22,82
Letras-bac.lingua e lit. alemã	70,08	65,00	-7,25	29,92	35,00	16,97
Letras-port./espanhol	83,52	83,33	-0,22	16,48	16,67	1,11
Letras-port./francês	79,69	83,33	4,58	20,31	16,67	-17,95
Letras-port./grego	71,79	65,00	-9,46	28,21	35,00	24,09
Letras-port./inglês	72,43	60,00	-17,16	27,57	40,00	45,10
Letras-port./italiano	77,97	75,00	-3,80	22,03	25,00	13,46
Letras-port./latim	78,22	80,00	2,28	21,78	20,00	-8,18
Letras-port./literaturas	77,48	66,67	-13,96	22,52	33,33	48,05
Matemática (Niterói)	41,61	32,50	-21,89	58,39	67,50	15,60
Matemática (Pádua)	68,54	65,00	-5,17	31,46	35,00	11,27
Medicina	67,32	58,75	-12,73	32,68	41,25	26,24
Medicina veterinária	72,05	70,00	-2,84	27,95	30,00	7,32
Nutrição	89,75	91,67	2,13	10,25	8,33	-18,66
Odontologia	72,32	70,89	-1,98	27,68	29,11	5,19
Pedagogia (Niterói)	95,09	91,25	-4,04	4,91	8,75	78,10
Produção cultural	77,45	80,00	3,30	22,55	20,00	-11,32
Psicologia	84,89	73,33	-13,62	15,11	26,67	76,53
Química	60,45	57,50	-4,88	39,55	42,50	7,46
Química industrial	56,47	53,66	-4,98	43,53	46,34	6,46
Serviço social (campos)	91,01	88,00	-3,31	8,99	12,00	33,53
Serviço social (Niterói)	89,30	87,00	-2,57	10,70	13,00	21,48
Serviço social (B.J.Itabapoana)	81,94	82,00	0,07	18,06	18,00	-0,33
Turismo	68,26	60,00	-12,11	31,74	40,00	26,04
Total	60,53	53,86	-11,02	39,47	46,14	16,90

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

A dimensão da desigualdade de gênero pode ser melhor caracterizada na tabela 5 acima. Nos 55 cursos oferecidos pela Universidade Federal Fluminense, as mulheres apresentam taxa de sucesso positiva em somente 15, enquanto que os homens têm taxa positiva em 40 destes.

A configuração das “escolhas” de carreira, por sua vez, aponta para uma segregação entre “cursos femininos” e “cursos masculinos”. Tal configuração deve caracterizar não uma escolha literal, mas sim uma adequação da carreira a dois elementos. Por um lado, à lógica perversa da relação candidato X vaga que torna mais fácil o acesso aos cursos que prometem em média menor retorno financeiro futuro. Por outro lado, à valorização de carreiras socialmente apontadas como vinculadas às características tomadas como naturalmente intrínsecas às mulheres (o que nos coloca diretamente no âmbito do conceito de gênero).

Assim, os cinco cursos mais procurados pelas mulheres são: Pedagogia (Niterói), Serviço social (Campos dos Goytacazes), Enfermagem, Nutrição e Serviço Social (Niterói). Nestes cursos elas são também a imensa maioria das(os) aprovadas(os). Todos estes campos profissionais são vinculados aos aspectos tangenciais às operações inerentes ao meio doméstico: a assistência, a educação e os cuidados de saúde.

Já os homens procuram em maior quantidade os cursos de Engenharia Mecânica (Niterói), Engenharia Mecânica (Volta Redonda), Ciência da Computação, Engenharia Elétrica e Engenharia de Telecomunicações. Os homens são também, obviamente, a imensa maioria dos que conseguem aprovação para estes cursos.

De fato, se observarmos na tabela acima o conjunto dos cursos de engenharia e de ciências da computação, encontraremos sempre percentuais elevados de inscrição e aprovação de homens e percentuais correspondentes pequenos de mulheres. É como se os homens tivessem naturalmente o “monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas” (Bourdieu, 2002: 113).

Como vemos, as mulheres estão concentradas em cursos que poderiam ser pensados como uma extensão pública das funções domésticas. Já os homens estão concentrados nos cursos que se relacionam com equipamentos, máquinas e tecnologia. Esta configuração constitui de fato uma atualização de oposições historicamente construídas. Neste sentido, a tabelas 5 acima expressa “a força das representações e práticas que impõem a divisão das atribuições entre os gêneros, comprometendo a total emancipação feminina” (Sohiet, 1997: 26).

Nada há de aleatório, portanto, nestas escolhas, elas são o produto de uma longa história de dominação masculina contra a qual as mulheres vêm arduamente lutando. Uma situação de igualdade de gênero, na qual as mulheres estivessem livres de estereótipos e de um processo específico de produção de subjetividades que gera uma intensa e permanente violência simbólica, poderia ensejar uma situação em que as “escolhas” de carreiras fossem livres e, por conseguinte, literalmente escolhas.

Vejam agora, através da análise de outras variáveis, quais as características socioeconômicas e culturais de mulheres e homens que foram aprovadas(os) para este concurso vestibular.

Tabela 6 – Percentual de inscritas(os) e aprovadas(os) por renda familiar e sexo

	Sexo	Renda Familiar*								Tot
		Até 1	1 a 3	3 a 10	10 a 20	20 a 30	30 a 50	+ de 50	NR	
Inscritas(os)	F	4,62	28,06	36,14	15,33	6,83	2,93	0,98	5,10	100,
	M	2,52	18,59	35,66	20,08	9,79	4,79	1,83	6,74	100,
	Total	3,79	24,32	35,95	17,20	8,00	3,67	1,32	5,75	100,
Aprovadas(os)	F	2,09	19,54	42,16	19,27	8,34	3,35	1,00	4,26	100,
	M	1,16	11,64	38,36	24,87	12,28	5,34	1,48	4,87	100,
	Total	1,66	15,89	40,41	21,85	10,16	4,27	1,22	4,54	100,

* Em salários mínimos de agosto de 2003. Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

As aprovadas e os aprovados no vestibular da UFF advêm de famílias mais ricas do que o total de inscritas e inscritos no concurso. Isto prova que a situação socioeconômica da família constitui uma variável com grande impacto na possibilidade de acesso ao ensino superior público. No entanto, não há homogeneidade entre homens e mulheres neste aspecto. Vemos que se impõe entre os dois grupos uma nítida desigualdade de renda. Tanto entre inscritos, como entre aprovados, as mulheres são mais presentes que os homens nas faixas que seguem até 10 salários mínimos de renda familiar, já os homens passam a ser mais presentes a partir daí.

Esta configuração na renda da família é um efeito direto do que podemos chamar de soma histórica de desigualdades; ou seja, as mulheres são em geral mais pobres que os homens devido aos séculos de dominação e discriminação que se abateram sobre estas. Como veremos, uma situação de renda mais debilitada produzirá impactos em outras variáveis que analisaremos aqui.

Tabela 7 – Percentual de inscritas(os) e aprovadas(os) que cursaram pré-vestibular por sexo

Cursou Pré Vestibular	Inscritos			Aprovados		
	F	M	Total	F	M	Total
Não	49,12	51,33	49,99	41,68	43,74	42,63
Sim	50,68	48,32	49,76	58,22	56,20	57,30
Não respondeu	0,20	0,35	0,26	0,09	0,06	0,08
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

A comparação mais geral entre inscritas(os) e aprovadas(os) mostra que cursar um pré-vestibular auxilia substancialmente a entrada na universidade, pois se entre as(os) inscritas(os) somente 49,76% o haviam feito, entre as(os) aprovadas(os), nada menos que 57,30% passaram por tal modalidade de curso.

Entre as(os) inscritas(os), as mulheres freqüentaram mais o pré-vestibular do que os homens, no entanto com uma diferença pequena (pouco mais de 2 pontos percentuais). Tal diferença se mantém quase inalterada quando observamos as(os) aprovadas(os). Vale ressaltar duas conclusões importantes que podem ser retiradas desta tabela. De início, vemos que o acesso ao pré-vestibular impacta de forma muito semelhante aos dois grupos. Além disso, o fato das mulheres serem em média oriundas de famílias mais pobres não impede que estas utilizem em maior medida o recurso ao pré-vestibular do que os homens (embora este recurso possa estar sendo alcançado através de cursos “comunitários”, em geral gratuitos ou de cobrança simbólica, que vêm se multiplicando no país a cada ano).

Tabela 8 – Percentual de inscritas(os) e aprovadas(os) por tipo de escola de ensino médio e sexo

Tipo escola	Inscritas(os)			Aprovadas(os)		
	F	M	Total	F	M	Total
Escola pública	36,41	31,79	34,61	30,59	28,50	29,63
Escola particular	52,34	54,67	53,25	60,48	61,48	60,94
Maior parte em escola pública	5,47	6,60	5,91	4,32	4,15	4,24
Maior parte em escola particular	5,33	6,27	5,70	4,23	5,20	4,68
Outro	0,37	0,57	0,45	0,38	0,61	0,48
Não respondeu	0,08	0,11	0,09	0,00	0,06	0,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

A tabela acima mostra que mais de 50% das(os) candidatas(os) ao vestibular da UFF cursaram todo o ensino médio em escolas privadas. De fato, como já demonstraram Brandão e Teixeira (2003) as chances de acessar a universidade pública são muito maiores para aquelas(es) oriundas da rede privada de ensino. Exatamente por isto, vemos que quase 61% das(os) aprovadas(os) no vestibular têm origem nesta rede.

No que tange as(os) candidatas(os), o número de mulheres que cursavam somente escola pública é maior que o de homens, esta diferença, no entanto, cai pela metade quando observamos as(os) aprovadas(os). Esta correlação nos indica que cursar a escola pública dificulta mais o sucesso no vestibular das mulheres do que dos homens. Por outro lado, vemos que o número de homens que cursaram somente escolas privadas é cerca de 2 pontos percentuais mais

alto que de mulheres, o que deve contribuir para a taxa de sucesso no vestibular mais positiva por parte destes.

Nesta variável estamos encontrando, entre outros elementos, os reflexos da desigualdade de renda entre os dois grupos de gênero. Na medida em que são mais pobres, as mulheres acabam tendo menor possibilidade de acesso ao ensino privado. Nos quadros atuais dos concursos vestibulares para universidades federais (que se realizam em meio a um nível muito elevado de disputa, como vimos na tabela 4) e frente ao sucateamento sistemático das redes públicas de ensino fundamental e médio, o acesso à escolarização privada é fundamental para o sucesso nos processos seletivos.

Na mesma medida, é também a soma histórica de desigualdades que explica o fato de que, mesmo considerando somente as(os) oriundas(os) de escolas públicas, os homens obtêm melhor desempenho no vestibular que as mulheres. Na verdade, além de herdar o despreparo educacional da rede pública, as mulheres carregam dificuldades que têm origem na dominação de gênero que enfrentam e que sobredetermina os demais déficits sociais.

Tabela 9 – Percentual de inscritas(os) e aprovadas(os) por escolaridade da mãe e sexo

Escolaridade	Inscritas(os)			Aprovadas(os)		
	F	Mãe M	Total	F	Mãe M	Total
Não freqüentou	3,59	2,55	3,18	1,79	1,83	1,81
Fundamental Incompleto	19,60	14,16	17,47	14,02	10,10	12,22
Fundamental Completo	11,19	10,45	10,90	9,97	8,49	9,29
Médio	31,77	31,57	31,69	33,96	34,18	34,06
Superior	24,83	30,38	27,00	31,00	35,74	33,17
Pós-graduação	6,94	8,56	7,57	8,04	8,44	8,22
Não respondeu	2,09	2,34	2,19	1,22	1,22	1,22
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

Tabela 10 – Percentual de inscritas(os) e aprovadas(os) por escolaridade do pai e sexo

Escolaridade	Inscritas(os)			Aprovadas(os)		
	F	Pai M	Total	F	Pai M	Total
Não freqüentou	3,15	2,23	2,79	1,32	1,16	1,25
Fundamental Incompleto	19,08	14,27	17,20	15,00	11,12	13,22
Fundamental Completo	9,55	8,40	9,11	8,04	7,08	7,60
Médio	28,83	28,03	28,52	32,55	29,59	31,19

Superior	26,15	31,98	28,43	31,14	37,78	34,19
Pós-graduação	7,30	9,94	8,33	8,33	10,34	9,25
Não respondeu	5,95	5,14	5,63	3,62	2,94	3,3
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

As duas tabelas acima nos mostram alguns elementos importantes. De início, vemos que a escolaridade dos pais e das mães das(os) aprovadas(os) é mais elevada que a da(o)s inscrita(o)s. Ou seja, como já demonstraram outros estudos (por exemplo: Brandão e Teixeira, 2003 e Brandão, Silva e Marins, 2005), o acesso ao ensino superior público cresce na razão direta da escolaridade da família.

A sociologia da educação tem se dedicado a esta discussão há algumas décadas. Uma das indicações importantes neste campo aparece em Bourdieu (1999), que afirma a existência de uma espécie de capital cultural, denominado pelo autor como “incorporado”. Este “estado” do capital cultural seria adquirido pelo indivíduo de forma insensível no âmbito de suas relações familiares primeiras. Fica claro que para a composição deste tipo de capital a formação escolar da mãe e do pai é fundamental.

Quando saímos das análises mais gerais, percebemos também nesta tabela as representações de uma nítida desigualdade de gênero. Como vemos, as mães de inscrita(o)s e aprovada(o)s apresentam uma estrutura de escolarização inferior a dos pais, o que se verifica tanto na maior presença destas nas primeiras faixas de escolaridade, quanto através da presença maior entre os pais, de indivíduos com nível superior e com pós-graduação.

Outra desigualdade visível se encontra no fato de que tanto as candidatas quanto as aprovadas possuem mães e pais em média pior situados no quesito escolaridade que os candidatos e aprovados.

Assim, em qualquer direção que olhemos as duas últimas tabelas veremos uma situação educacional melhor para os homens. Esta configuração resulta mais uma vez da soma histórica de discriminações que vem se reproduzindo sobre este grupo de gênero.

Tabela 11 – Percentual de inscritas(os) e aprovadas(os) por situação de atividade e sexo

Trabalho	Inscritas(os)			Aprovadas(os)		
	F	M	Total	F	M	Total
Não Trabalha	81,20	73,64	78,23	85,13	75,24	92,08
Trabalha	18,50	25,92	21,42	14,82	24,43	7,72
Não respondeu	0,30	0,43	0,35	0,05	0,34	0,21
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

Vemos aqui que os indivíduos que trabalham de forma remunerada são uma pequena parcela das(os) inscritas(os) para o vestibular e uma ínfima parcela dos aprovadas(os). De fato, os números mostram que não trabalhar contribui substancialmente para a entrada na universidade.

A tabela acima nos mostra também que tanto entre as(os) candidatas(os) quanto entre as(os) aprovadas(os), os homens trabalham em maior medida que as mulheres. Este dado é fruto mais uma vez do processo histórico de subordinação a que as mulheres foram submetidas, que reservou a estas o espaço doméstico, enquanto que os homens ocuparam fundamentalmente os espaços públicos, inclusive aqueles relacionados com a produção de riquezas nas formas de sociedade que se sucederam na história da humanidade. Neste sentido, embora estejamos verificando um aumento progressivo da presença feminina no mercado de trabalho, estatisticamente as mulheres ainda se encontram em menor proporção neste (como mostra em detalhes o estudo de Barros et al, 2001).

Um olhar mais profundo sobre estes dados mostra também que o fato de trabalhar impacta muito menos o sucesso no vestibular dos homens do que das mulheres, pois enquanto a diferença entre inscrita(o)s e aprovada(o)s que trabalham é de 3,68 pontos percentuais entre as mulheres, atinge somente 1,49 pontos entre os homens. No mesmo movimento, a maior frequência entre os indivíduos que trabalham não impede que os homens tenham taxa de sucesso no vestibular melhor que as mulheres.

Esta configuração somente pode ser explicada se ultrapassarmos a “cortina de fumaça” que tenta tornar invisível o esforço de trabalho cotidiano realizado no âmbito do espaço doméstico das mulheres. O androcentrismo que impera em nossa sociedade gera representações específicas acerca da noção de “trabalho”. Assim, a pergunta constante no questionário socioeconômico do vestibular da UFF se referia a trabalho remunerado. Neste sentido, somente respondem positivamente a esta pergunta aquelas(es) que exercem atividade remunerada. Na medida em que o trabalho doméstico – que em sociedades machistas é atribuição por excelência e exclusividade das mulheres – não é remunerado, os homens aparecem com um percentual mais elevado de trabalhadores. Na verdade se o “trabalho doméstico” fosse considerado “trabalho” sem adjetivações, na medida em que também significa dispêndio de força de trabalho, desgaste físico e mental e diminuição de tempo livre, provavelmente teríamos uma situação diferente na tabela 11 acima. Ou seja, a frequência de trabalho seria muito mais alta entre as mulheres.

Estas considerações explicam também porque o fato de trabalhar “atrapalha” menos a aprovação dos homens do que das mulheres. Também por conta das características androcentricas de nossa formação social, a imensa maioria das mulheres que exercem atividades de trabalho remuneradas (e que responderam “sim”

a pergunta que deu origem à tabela 11) também exerce atividades de trabalho em suas casas, o que configura uma situação de dupla jornada de trabalho e conseqüente diminuição substancial do tempo disponível para a preparação para o concurso vestibular. Os homens que trabalham de forma remunerada, por sua vez, em grande medida não trabalham no lar, portanto, estão vinculados a somente uma jornada de trabalho e possuem maior disponibilidade de tempo para investir na sua formação educacional.

Tabela 12 – Distribuição percentual dos critérios para escolha do curso por sexo entre as(os) aprovadas(os)

O que mais contribuiu para a escolha do curso	F	M	Total
Adequação às aptidões pessoais	75,71	70,39	73,27
Maior oferta no mercado de trabalho	5,32	7,56	6,35
Recompensa financeira mais promissora	1,51	3,28	2,32
Prestígio social da profissão	0,99	1,28	1,12
Influência familiar	1,08	1,61	1,33
Indicação de teste vocacional	1,60	1,28	1,45
Baixa relação candidato/vaga	2,40	1,83	2,14
Já está atuando em área afim	3,01	5,28	4,05
Outro	8,24	7,22	7,77
Não Respondeu	0,14	0,28	0,20
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: COSEAC-UFF - vestibular de 2004.

Esta tabela que procura mapear os critérios que teriam levado as(os) aprovadas(os) no vestibular à escolha de seus cursos aponta questões interessantes. De início, verificamos que a maior frequência de respostas de mulheres e homens aparece na opção “adequação as aptidões pessoais”.

No entanto, esta afirmação de caráter mais subjetivo é mais encontrada nas mulheres do que nos homens. Já nas opções que apontam para a instrumentalidade material da formação superior (“maior oferta no mercado de trabalho”, “recompensa financeira mais promissora” e “já está atuando em área afim”) a frequência relativa dos homens é sempre mais elevada que a das mulheres.

Este padrão de respostas também não é aleatório. O que vemos na tabela acima é a expressão na subjetividade de mulheres e de homens da forma como foram construídas as relações de gênero na sociedade ocidental em geral e na sociedade brasileira em particular. As mulheres em menor medida que os homens apontam como prioridade o mercado de trabalho e a remuneração neste e, portanto, afirmam com maior ênfase a aptidão individual como elemento principal que alicerça suas escolhas.

Os homens produzem um padrão diferenciado de respostas exatamente porque em sociedades androcentricas e patriarcais estes têm sua subjetividade produzida na direção de se preparar constantemente para exercer a função de “provedor do lar”, o que por sua vez corresponde à noção de virilidade e responsabilidade. A contrapartida da provisão econômica é a posição de “chefe” da família.

De fato, vemos um processo no qual a dominação masculina se reproduz nas subjetividades e a partir daí também se perfaz na objetividade das relações materiais. Estamos afirmando que, na medida em que são formados para se preocupar mais diretamente com a obtenção de ganhos econômicos no mercado, os homens ocupam a maioria dos espaços de poder econômico, político e simbólico. As mulheres, por sua vez, porque são formadas para atuar na gestão doméstica e somente de forma complementar no mercado, acabam ocupando os espaços subalternos deste e vivendo no lar a dependência econômica e a dominação do macho provedor.

CONCLUSÕES

Nosso estudo se deteve sobre mulheres e homens que viveram uma situação específica: a realização de um concurso vestibular para uma universidade pública situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para produzir os indicadores utilizamos dados oficiais da própria Instituição Federal de Ensino, a Universidade Federal Fluminense, oriundos do cadastro relativo ao seu concurso de admissão.

A avaliação dos indicadores mostra, de início, uma situação de inequívoca desigualdade de gênero. Em primeiro lugar, as mulheres são originárias de famílias mais pobres que os homens. Esta constatação não pode ser considerada de forma inercial. Embora o dado estatístico represente uma situação existente em determinado momento, este é a expressão de um processo histórico. Assim, a forma através da qual as relações de gênero foram produzidas em nossa sociedade condicionou uma super-representação das mulheres entre os mais pobres no Brasil.

Uma derivação direta desta informação se encontra no fato de que, como mostrou Rocha (1995), as famílias chefiadas por mulheres são imensamente mais sujeitas à pobreza e à indigência do que aquelas chefiadas por homens. Neste ponto as desigualdades mais uma vez se somam, se sobredeterminam e se condicionam reciprocamente. Estudos importantes elaborados com dados oficiais do Estado brasileiro mostram que as mulheres em geral estão em situação pior que os homens na taxa de participação no mercado de trabalho, bem como na taxa e no tempo médio de desemprego. Além disto, sabemos que existem diferenças sérias de remuneração entre homens e mulheres ainda que considerados os mesmos patamares de escolaridade, qualificação, postos de trabalho e região geográfica (Barros et al, 2001).

Há também uma inequívoca segregação ocupacional, isto é, existem profissões majoritariamente ocupadas por homens, nas quais a participação feminina é mínima e, ao contrário disto, ocupações prioritariamente femininas, nas quais os homens estão muito pouco presentes. A distribuição de mulheres e homens pelos cursos da Universidade Federal Fluminense, que também analisamos aqui, é um reflexo disto. No entanto, esta segregação ocupacional é ainda mais perversa porque as mulheres ocupam em larga maioria os postos com menor remuneração e prestígio. Nesta espiral de desigualdades que se somam as mulheres acabam sendo mantidas, em maior medida que os homens, nas franjas mais pobres da sociedade.

Voltando as(os) candidatas(os) e aprovadas(os) no vestibular por nós analisado, as mulheres por serem em média mais pobres que os homens alcançam em menor medida a rede privada de ensino médio, onde atualmente se concentram níveis melhores de preparação para o vestibular.⁴ Mas vimos também que as escolas públicas conseguem aprovar relativamente mais homens que mulheres, o que significa que outras variáveis condicionam uma situação de maiores dificuldades para estas, mesmo quando competem em condições aparentemente próximas dos homens.

No que tange à escolarização da família, as desigualdades de gênero são também enormes. As mulheres que se candidatam e que são - aprovadas no vestibular da UFF são em números muito mais elevados que os homens - filhas de mães e pais que não chegaram ao ensino superior. Neste sentido, estas mulheres tendem a herdar um capital cultural menos significativo, o que, no caso das inscritas, contribui para explicar a taxa de sucesso no vestibular muito aquém da dos homens. Já no caso das aprovadas, esta diferença indica uma tendência a maiores dificuldades de realização acadêmica.

Os dados referentes à situação de trabalho remunerado são muito significativos. Acompanhando as tendências nacionais, os homens que se candidatam e os que são aprovados no vestibular da Universidade Federal Fluminense apresentam uma taxa de ocupação maior que a das mulheres. No entanto, como as mulheres possuem uma enorme taxa de ocupação no lar – que é tornada invisível pelas estatísticas – é óbvio que no que concerne ao dispêndio de tempo e ao desgaste físico, estas ficam em situação pior que os homens no que tange às possibilidades de preparação para o vestibular.

⁴ O que pode ser comprovado pelo fato de que entre os aprovados no vestibular a maioria advém daí.

Esta situação se agrava no caso daquelas que possuem também a jornada de trabalho remunerada. Ou seja, os homens quando chegam em casa retornando do trabalho remunerado estão livres para gerir seu tempo; as mulheres quando chegam do trabalho “fora de casa” começam o trabalho “do lar”. Esta situação historicamente construída produz, assim, possibilidades desiguais de dedicação aos estudos e conseqüentemente de acesso ao ensino superior.

O posicionamento subordinado das mulheres em todos estes indicadores discutidos em nosso trabalho explica nossa questão inicial, a saber: porque as mulheres apesar de serem mais presentes nas inscrições para o vestibular obtêm uma taxa de sucesso tão menor que a dos homens?

A resposta é bastante clara. A aparente igualdade produzida pelo concurso vestibular daquela instituição federal de ensino é falsa. Tal noção de igualdade corresponde em verdade a uma mistificação ideológica que através do princípio abstrato do mérito esconde violências e desigualdades que se reproduzem há milênios. O fato de realizarem a mesma prova, no mesmo horário e sob as mesmas condições de vigilância não equaliza as oportunidades para as candidatas e para os candidatos.

Como imaginar que as mulheres competem em situação de igualdade com os homens quando advêm de famílias mais pobres e menos escolarizadas; quando estudaram em escolas de pior condição material e pedagógica; e quando possuem tempo para estudar mais restrito.

Estas questões mais objetivas se relacionam com a violência simbólica e subjetiva que também se volta contra estas em sociedades machistas e androcentricas. As mulheres foram por séculos apontadas como “inferiores” no que se refere a sua capacidade para o conhecimento científico. Eram tomadas como indivíduos “essencialmente” desprovidos da desenvoltura intelectual necessária à realização da produção de conhecimento. No campo pedagógico, as formas de educação que historicamente foram construídas para estas, não apontavam para a autonomia, a reflexão e a liberdade, mas sim para a internalização de valores sociais que garantiam a desigualdade e a reprodução das “... funções que se lhes reconhecia como próprias – a de esposa e mãe” (Sohiet, 1997: 19).

Já na consolidação do chamado “Renascimento”, quando se constitui um campo científico e literário autônomo, este se fez exclusivamente masculino. A origem disto – que terá conseqüências desastrosas para as mulheres em específico, mas para a humanidade em geral – foi a reprodução de uma noção abstrata que reservava aos homens o domínio da razão e do conhecimento científico em geral.

Assim, o antropocentrismo típico do renascimento, que colocava a espécie humana no centro do universo em oposição ao teocentrismo anterior (no qual Deus ocupava este lugar central), era na verdade um androcentrismo, pois o elemento humano que ganhava os espaços de produção de conhecimento não era abstrato, mas concretamente generificado. As mulheres mantidas longe do espaço público eram na mesma medida excluídas do saber e do poder.

O acesso à ciência possibilitou a uma parte dos homens se desvincular ou pelo menos relativizar a determinação religiosa na explicação do mundo natural e social. As mulheres, porém continuaram confinadas na religião e, mesmo no âmbito desta, eram mantidas em situação subordinada. No campo religioso, sob a égide da Igreja católica, as mulheres recebiam os ensinamentos doutrinários que reforçavam com força de leis divinas noções seu papel de mãe e esposa, de ser doméstico e incapacitado para a vida pública. A lógica religiosa, portanto, teve também um papel fundamental no processo de produção de uma cultura, na qual as mulheres eram pensadas como dotadas de uma “essência” objetiva e subjetivamente diferente e inferior a dos homens.⁵ Os dados aqui apresentados são exatamente o reflexo da histórica exclusão feminina na produção do saber e na participação da vida pública, provocando dificuldades gigantescas na sua trajetória social.

O poder masculino unilateral chegou em determinados períodos da história da humanidade a requintes exacerbados de violência, quando punia as mulheres que tentavam se inserir ainda que de forma alternativa e transversa na produção de saberes e conhecimentos. A inquisição, concebida, gerida e executada exclusivamente por homens, foi um exemplo cruel e perverso disto. As fogueiras foram em grande parte acesas para as chamadas hereges.

Por tudo isto, podemos dizer que para as mulheres o período do “Renascimento” correspondeu de fato a um aborto imediato da sua liberdade de expressão lingüística, literária, cultural e científica. A forma histórica através da qual foi criado o mito da racionalidade masculina e o correspondente mito da sensibilidade feminina explica porque, séculos depois, os homens estejam mais presentes nos cursos das chamadas ciências exatas, nas quais se encontra com maior ênfase o fetiche da descoberta e do uso da razão em sentido instrumental. Enquanto isto, as mulheres se aglutinam principalmente nas áreas humanas, em geral representadas como menos instrumentais e mais subjetivas. Assim, como lembra Soihet (1997):

⁵ No caso específico do Brasil, “... não faltaram preocupações... quanto à necessidade de escolas que fornecessem às jovens uma ‘educação intelectual e moral’ que lhes possibilitasse ‘ensinar aos seus próprios filhos os elementos da educação e os seus deveres para com Deus e os homens’.” (Sohiet, 1997: 14)

“Até os dias atuais, nas sociedades ocidentais marcadas pelo selo da racionalidade instrumental, a sensibilidade é considerada uma preparação, uma antecipação, ou uma forma menor do pensamento racional. Logo, o elogio da sensibilidade feminina, excluindo-a da racionalidade, revela uma modalidade de violência” (Soihet, 1997: 16).

Para a taxa de sucesso no vestibular tão negativa das mulheres que investigamos no vestibular da UFF também não podemos aceitar uma explicação exclusivamente fundada sobre a classe social. De fato, as mulheres além da pobreza que enfrentam em maior medida, se debatem também com um conjunto de impedimentos associados ao gênero que se somam reproduzindo uma espiral contínua de desigualdades. Por outro lado, a dominação masculina atravessa as classes sociais – apesar de possuir matizes diferenciadas nos diferentes tipos de famílias. As representações que essencializam a mulher como frágil, sensível, emotiva e doméstica faz em parte da cultura machista de nossa sociedade e, portanto, atingem aos pobres e aos não pobres.

Apesar de todos estes elementos históricos apontados, vimos que no Brasil já no fim do século XX as mulheres chegaram a ultrapassar os homens em presença no ensino superior. Mas esta chegada quantitativa, não pode ser lida como uma situação na qual estas alcançaram uma igualdade no campo da educação. Um exemplo desta tese equivocada se encontra no estudo de Kaizô e Alves (2004). Estes apontam que teríamos alcançado uma configuração na qual as mulheres reverteram o “hiato de gênero” na educação:

“O hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira durante mais de 400 anos. Contudo as mulheres conseguiram eliminar e reverter este hiato durante o século XX” (Kaizô e Alves, 2004: 3).

Tal afirmação espelha uma leitura superficial dos números acerca da educação. Se a chegada das mulheres ao ensino superior é um fato consumado, estas se encontram ainda longe de reverter diferenças e “hiatos”. No caso por nós estudado, o aumento quantitativo da presença feminina é reflexo exclusivo do fato de que estas se candidatam mais ao vestibular. Quando nos voltamos para uma avaliação da qualidade deste acesso vemos a desigualdade de forma transparente.

Isto mostra que ainda temos um longo caminho a trilhar. Se a cada concurso vestibular a soma histórica de discriminações produz resultados diferenciados por gênero, podemos afirmar, então, que elementos materiais e subjetivos estão ainda em operação, reproduzindo a dominação masculina e reforçando as condições para a manutenção das mulheres em posição desprivilegiada na sociedade.

Se não temos atualmente uma exclusão explícita e legal das mulheres do campo da educação, temos uma exclusão implícita que resulta de uma condensação específica de fatores. As mulheres podem agora alcançar a educação primária, secundária e mesmo chegar com força na universidade, mas elas acabam acessando de forma diferenciada este bem público, como se estivessem sofrendo um novo processo de exclusão que agora se processa no próprio interior do campo educacional (Bourdieu, 1998). A operação diária do machismo e do androcentrismo faz com que mesmo inserida a mulher permaneça em posição subordinada, foi o que tentamos demonstrar com os dados discutidos neste artigo.

Neste sentido, é preciso ter coragem para afirmar que políticas universais podem – em alguns casos – ter resultados excludentes, fortalecendo os grupos sociais já estabelecidos e dificultando o acesso dos grupos discriminados. Assim, acreditamos que para reverter de fato o “hiato de gênero” (Kaizô, 2004) é necessário desenvolver uma política específica de acesso à universidade para as mulheres, política que privilegie este grupo e discrimine positivamente aquelas que são lidas socialmente como desiguais. Nossa proposição não caminha no sentido de originar mais uma política focal, mas sim de produzir políticas que – ao tratar diferentemente os socialmente diferentes – possam auxiliar a construção de uma situação de igualdade e de reforço dos valores democráticos.

Talvez a longo prazo – e aliadas com outras medidas – políticas deste tipo possam re-configurar as desigualdades de gênero já banalizadas, institucionalizadas e socialmente legitimadas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes (et all). *Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequência sobre o bem-estar*. Texto para discussão nº. 796, Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

_____, MACHADO, Ana Flávia e MENDONÇA, Rosane P. A. *Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero*. Texto para discussão nº. 453, Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BOURDIEU, P. A. *Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Dominação masculina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, André A. e Teixeira, Moema de Poli. *Censo étnico-racial da UFF e da UFMT*. Niterói: EDUFF, 2003

_____, MARINS, Mani Tebet e Silva, ANDERSOM P. *Raça, escolhas e sucesso no vestibular: que profissão você vai ter quando crescer?* Trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu-MG: 2005.

BUTLER, J. *Problemas do Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORNELL, Drucila & Benhabib, Sheila. *Feminismo como Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

COSTA, Albertina de Oliveira (org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

GUEDES, Moema de C. e ALVES, José Eustáquio D. *A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: 2004.

GUIMARÃES, Ana Lúcia. *Por que no Brasil mais mulheres buscam o ensino superior? Trajetórias educacionais, família e casamento em questão*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ICHF-UFRJ, 2003.

IBGE. Censo Demográfico de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

KAIZÔ, Iwakami Beltrão. *Acesso à educação: diferenciais entre os sexos*. Texto para discussão, nº 879, Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

____ e Alves, José E. D. *A reversão do hiato de gênero na educação brasileira do século XX*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Nas redes do conceito de gênero*. In: Lopes, Marta Julio (org). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MUNIZ, Jacqueline. *Feminino - A Controvérsia do Óbvio*. In: *Physis – Revista de Saúde Coletiva (IMS-UERJ)*, Volume 2, nº1, 1992.

PINTO, Celi Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo 2003.

ROCHA, Sonia. *Governabilidade e pobreza o desafio dos números*. Texto para discussão, nº. 368, Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

ROMANELLI, Otaíza O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSEMBERG, Fulvia. *Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990*. In: *Cadernos Pagu*, nº16, 2001.

_____. *Desigualdades de raza y género en el sistema educacional brasileño*. In: Wincler, Donald R. & Cueto, Santiago. *Etnicidad, raza, género y educación en América Latina*. Santiago: Preal, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: Costa, Albertina de Oliveira (et all). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, Lucila. *Dar a Vida e Cuidar da Vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Sociedade*. Porto Alegre: 16(2), jul/dez de 1990.

SOARES, Serguei e IZAKI, Rejane Sayuri. *A Participação feminina no mercado de trabalho*. Texto para discussão nº. 923, Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher: 1919-1937*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: ICHF-UFF, 1974.

_____. Violência Simbólica: Saberes Masculinos e Representações Femininas. In: *Estudos Feministas*, Nº1, 1997.

Sites Consultados:

www.ibge.gov.br

www.inep.gov.br

www.ipea.gov.br

Representações de Gênero e Diferença em Contos Africanos Contemporâneos

Vander Vieira de Resende – Universidade Federal de São João Del Rei/MG ¹

INTRODUÇÃO

Fruto de um trabalho de iniciação científica – “Identidades Culturais no Conto Africano Contemporâneo” – que buscou traçar um perfil da identidade cultural africana na pós-modernidade, este texto analisa as representações de gênero em contos africanos contemporâneos. Privilegiaram-se as representações do gênero feminino e as relações entre homens e mulheres ao se descrever como as divisões de classe, gênero e religião definem as relações de poder entre os indivíduos retratados nos textos.

O *corpus* da pesquisa constituiu-se de dez contos escritos em língua inglesa na década de 1980, por autores de variadas nacionalidades africanas, presentes na coletânea *Contemporary African Short Stories*, editada por Chinua Achebe e C. L. Innes (1992). Os contos analisados intitulam-se: *The Cages*, de Abdulrazak Gurnah; *Government By Magic Spell*, de Saida Hagi-Dirie Herzi; *A night out*, de Tololwa Marti Mollel; *On the market day*, de Kyalo Mativo; *Leaving*, M. G. Vasanji; *Road Block*, de Jamal Mahjoub; *The Housegirl*, Okey Chigbo; *The miracle*, de Mutia Ba’Bila; *Weaverdom*, de Tijan M. Sallah; e *Vacancy for the post of Jesus Christ*, de Kojo Laing.

A investigação se apoiou na leitura e análise comparativa dos textos literários e teóricos sob a perspectiva dos Estudos Culturais. O referencial teórico incluiu teorias contemporâneas acerca das identidades culturais, em Stuart Hall (2003); as reflexões de Gayatri Spivak (1994) sobre as alteridades; as estratégias linguísticas utilizadas em textos pós-coloniais descritas por Ashcroft et alli (1991); bem como as teorizações sobre o gênero feitas por Judith Butler (1990).

O pressuposto teórico que embasa a pesquisa é a hipótese de Stuart Hall de que as identidades culturais estão sendo deslocadas e fragmentadas na contemporaneidade. De fundamental importância para o trabalho foram os questionamentos de Gayatri Spivak, em um ensaio seminal a respeito da possibilidade de expressão, ou mesmo, de representação das alteridades. Spivak discute o conceito de “subalternidade” e questiona a possibilidade de os subalternos terem voz em distintos contextos.

¹ Orientadora: Adelaine LaGuardia Resende.

A teorização de Butler foi útil na abordagem da categoria “gênero” como uma construção discursiva que se produz no entrecruzamento de diversas categorias identitárias, como classe, raça, religião, entre outras. Entende-se “gênero” como um elemento socialmente construído a partir das relações entre homens e mulheres. Como construção discursiva, “gênero” distingue-se de “sexo”, um referente biológico e determinista. Mediante a análise de gênero, percebe-se que os papéis sociais, atribuídos aos homens e às mulheres, estão sujeitos às injunções da cultura e da conjuntura político-econômica.

Um primeiro aspecto relevante é que, dos dez textos ficcionais, nove são escritos por homens. O conto “Government by magic spell” é o único de autoria feminina. Devido a essa característica do *corpus*, esta análise se limitou a uma abordagem da representação do gênero que consideráramos semelhante à realizada em uma primeira fase dos estudos feministas. Nesta fase, questionavam-se as estruturas do conhecimento (Gunew, 1990, 1991), bem como os estereótipos femininos construídos na literatura pelo olhar masculino (Millet, 1970). Neste trabalho, portanto, não abordaremos especificamente a produção feminina, mas um *corpus* contemporâneo predominantemente masculino.

GÊNERO E PODER

Nas narrativas analisadas, a dependência é uma característica da condição social feminina nas sociedades africanas, em que prevalecem fortes relações patriarcais. Um exemplo das relações de dependência é a situação de Mama Tumaini, no conto “A Night Out”. Para escapar da fome, esta mulher não encontra alternativa para si e para o filho, após a partida do marido para a guerra, a não ser na prostituição. Ao conversar com o amante, ela assim descreve seu ex-companheiro: “*he was like a father to me, to my mother, to all of us*” (p. 101)². E é a partir de seu filho estatuto de mãe que ela é identificada, sendo nomeada apenas como “*Mama tumaini (mother of tumaini)*” (p.100). No conto, conflitos políticos originam condições adversas que determinam os destinos individuais, afetam o relacionamento entre homens e mulheres e destroem as bases culturais de convivência comunal – tradicionalmente alicerçada no matrimônio e na poligamia masculina.

Em “On the market day” vê-se que a mulher, Kokia, resigna-se às adversidades que impedem seu marido de sustentar a família. Kamali - o marido - perde todos os recursos que a família possuía, após a morte de um touro no qual investira. Já a esposa restringe-se à rotina familiar e à criação dos filhos: “*All that was routine. Last week she did the same. The week before last, she did the same. Last year, when she had only seven children, it was the same thing. And at the end of the year, when her*

² Doravante nas citações dos contos da coletânea “*Contemporary African Short Stories*” apenas se indicará o número da página.

ninth child begins to walk she will do it again” (p. 105). Nesta passagem, percebe-se a inelutabilidade do destino humano em meio à pobreza, à falta de oportunidades e a uma cultura que aliena e aprisiona os indivíduos em seus papéis sociais.

As mulheres dos contos “A Night out” e “On the Market day” são as mais características representantes dessa situação de dependência em relação a seus companheiros. Elas sofrem as conseqüências de seu contexto de forma mais intensa por não terem voz ativa, não disporem de recursos que lhes garantam autonomia. Por serem economicamente dependentes, elas se encontram desamparadas na ausência de seus respectivos parceiros. Essa situação ocorre quando o homem é representado como provedor e a mulher como dependente das decisões e ações masculinas para sobreviver ou mesmo se localizar. Essa relação entre os gêneros é mais acentuada nos contos em que os subalternos enfrentam problemas econômicos graves. Tais dificuldades podem ser ocasionadas, também, por alterações climáticas, como as secas, ou por conflitos políticos, como as guerras.

Em um outro tipo de representação, a mulher se mostra independente a partir de inserções específicas na sociedade. Um exemplo dessa forma de representação é encontrado em “Government by Magic Spell”. Neste conto, Halima é considerada desde a infância como “*possuída por um espírito*” que a orienta sobre como agir. A partir de seus poderes espirituais e de sua forte personalidade, Halima adquire uma posição de liderança política no governo local. Ela é cooptada pelo grupo político que assumira o poder em seu país, após o movimento de independência. Por intermédio dessa mulher, o grupo - cujo governo é marcado pela corrupção e pelo nepotismo - apropria-se das formas tradicionais da cultura, como a magia, para legitimar seu poder e manter sua hegemonia. Nessa acomodação entre a velha tradição religiosa e a nova tradição política, o grupo familiar e religioso de Halima permite-lhe escapar de suas determinações sócio-culturais, ou seja, o casamento e a procriação. Ao mesmo tempo, confere a ela nova condição como sujeito social.

Mesmo tendo sido oprimida, esta mulher passa a atuar como um dos principais agentes de opressão e de silenciamento dos subalternos: “*It was Halima, for instance, who thought up the idea of the shortages to keep the common people subdued. (The people) did not have time or energy to spare worrying about the goings-on in the government*” (p.99). Portanto, o conto é uma denúncia sutil das novas formas de poder, travestidas de elementos tradicionais da cultura: “*The men of the clan continue to govern with the help of Halima’s magic spell*” (p. 99). Esses elementos tradicionais garantem a legitimidade das ações políticas e desviam a atenção popular dos problemas de corrupção vigentes nessas sociedades.

A religião também cria possibilidades de ascensão social para as mulheres, como no caso de Halima, ou, por vezes, permite que estas assumam posições de resistência ao silenciamento e à coerção social. Estas convertem-se, assim, em sujeitos de

sua própria história, como ocorre no conto “The Miracle” que narra a história de Ba'mia, um deficiente físico dividido entre a fé católica da mãe, Manyi, e as crenças tradicionalistas de seu pai, Gwam Fumbat. Mesmo contra a sua própria vontade e do pai, o jovem é levado para assistir a visita do Papa, pois a mãe acreditava no milagre da cura para seu filho - Manyi, antes de dar à luz filhos gêmeos, tinha outro nome: “*her maiden name was Kogah, until she bore the female twins*” (p. 168). A partir da maternidade, ela perde a individualidade e passa a ser identificada por sua condição de mãe, pois no conto o vocábulo Manyi é traduzido da língua africana para o inglês como “mother of twins”, ou “mãe de gêmeos”.

Manyi confronta-se com Gwam Fumbat, o qual representa a tradição cultural e religiosa africana. Ela resiste tanto a partir de sua fé cristã quanto de seu estatuto materno. Na interpelação do líder poligâmico, “*so you're now throwing my questions back at me?*” (p. 169), percebe-se a surpresa pela confrontação, pois a voz do marido fora, até então, definitiva e inquestionável. Manyi desafia uma tradição de silenciamento e submissão femininas ao questionar a crença do esposo e levar o filho para encontrar-se com o Papa. O sustentáculo deste confronto é a religião cristã, imposta pelos colonizadores europeus. Uma influência religiosa européia que o texto busca desconstruir, pois ao mesmo tempo em que Manyi faz valer sua posição em um movimento de auto-afirmação, ela oprime o próprio filho, ao não considerar as opiniões do jovem, e impondo-lhe a fé cristã. A atitude da mãe leva o adolescente a questionar: “*Don't I have a chance to talk for myself?*” (p. 171). Nesse momento, Manyi faz valer sua vontade e o jovem é silenciado.

Em um outro conto, “Cages”, a descrição e caracterização dos personagens servem ao propósito de construir discursivamente as identidades. Esse é o caso da personagem Rukiya. No episódio em que é vista indo às compras na loja de Hamid, ela é assim descrita: “*a piece of cloth was wrapped round her body and tucked in under her armpits. The soft cotton clung to her, marking the outline of her graceful shape. Her shoulders were bare and glistened in the gloom*” (p.88). Nesse momento inicial, Rukiya emerge idealizada, aspecto perceptível pela ambientação e pela adjetivação, a partir do olhar de Hamid, que é o focalizador da história, ou seja, da perspectiva de quem o narrador, em terceira pessoa, conta a história.

Contudo, esta imagem é diversa daquela que surge das palavras de Mansur, um cliente de Hamid: “*A voice like a zwarde and a body like a gazelle. Tell me, msichana, what time are you free tonight*” (grifo do autor, p. 89). Nesta passagem, Rukiya é descrita como um animal ou um objeto; apenas um corpo. Uma mulher que sofre um processo de reificação. Em Mansur percebe-se também um forte preconceito sexual, visível na afirmação: “*She is easy meat (...) these women, all these airs and disgusted looks ... but once you've got them into bed, they know who is the master*” (ibid). Hamid confronta, mas apenas em suas reflexões, as afirmações de Mansur e diferencia sua amada das demais mulheres: “*(Hamid) did not think she was a girl to be purchased*” (p. 89).

Ao “defender” Rukiya, Hamid classifica as mulheres em duas categorias: “*as que se vendiam*” e “*as que não se vendiam*”; “*as compráveis*” e “*as não-compráveis*”; Em ambas, as mulheres são coisificadas, objetos reificados.

Para Hamid, Rukiya era especial e diferente das outras mulheres. Encantado pela jovem, Hamid passa a privilegiá-la com pequenos agrados e “vantagens” no peso das mercadorias que lhe vendia. A história se desenrola em torno das mudanças gradativas que ocorrem na vida de Hamid a partir de seu crescente interesse pela jovem, decorrente do diálogo que passa a estabelecer com ela e com a sociedade local, da qual se mantivera alheio e temeroso até então. Contudo, ao final da narrativa, Rukiya se revela um objeto negociável e busca tirar proveito do papel de mulher desejada, utilizando seu corpo como instrumento para ascensão social, aspecto exemplificado na fala final que dirige a Hamid: “*You're always giving me things. I know you'll want something in return. When you do, you'll have to give me more than these little gifts*” (p. 93). O desapontamento de Hamid, que marca o desfecho, aponta para a impossibilidade das relações íntimas, o comércio do amor e o interesse que se sobrepõe aos sentimentos, motivados principalmente pelas condições econômicas.

Mas, pouco antes da constatação do interesse “material” de Rukiya, o narrador a descreve nos seguintes termos: “*She was still in her blue work-dress, which was stained under the arms with sweat*” (p. 92). Percebe-se uma clara degradação, ao se comparar a primeira descrição idealizada com esta. Se na primeira descrição a ênfase estava na feminilidade de Rukiya, na segunda recai sobre sua condição de classe, que desconstrói a imagem idealizada da mulher constatada no início do conto.

Em outro conto, “The housegirl”, narra-se a história de uma empregada doméstica cujo nome é, ironicamente, Comfort. A narrativa gira em torno de suas desventuras na casa de família em que trabalha. O conto, em terceira pessoa, focaliza o mundo sob o ponto de vista da empregada. A partir dessa perspectiva, o leitor é apresentado aos outros moradores da casa: a patroa, uma mulher de negócios dominadora referida apenas como “Madam”; o marido; e os filhos Obiageli e Callistus; bem como a outra empregada, Selina, que goza de certos privilégios na casa por ser conterrânea da patroa.

A trama gira em torno da relação entre Comfort e Callistus, o qual passa a compensar os favores sexuais da empregada com dinheiro que furtava da mãe. Para a empregada não importava a origem do dinheiro, uma vez que não recebia o seu salário há meses. Com a quantia, Comfort se “conforta” adquirindo bijuterias. Quando o furto de Callistus é descoberto, este não está mais na cidade e a culpa recai sobre Selina, a companheira de trabalho de Comfort. Selina é salva quando a filha de Madam, Obiageli, declara ter visto o irmão pegando o dinheiro no cofre da mãe. Ao final do conto, a ordem parece se restabelecer, porém uma última declaração revela que nem tudo

acabará bem: “*Everything now seems all right except for Selina. She seems to be crying a lot these days; her complexion is also getting fairer and her breasts seem to be getting bigger*” (p.164). Grávida de Callistus, Selina, longe de encontrar na gravidez uma realização pessoal, uma nova vida e esperanças, possui agora outro motivo de desespero e angústia, selando, assim, seu destino de desventura e servidão.

Os nomes têm uma grande importância nesse conto. Como exemplo disso, a narradora traz em seu nome a conotação sexual que lhe é atribuída culturalmente. De fato, tanto Comfort³, quanto Selina servem de conforto para Callistus. As empregadas ocupam praticamente o mesmo lugar social, porém observa-se entre elas uma hierarquia de poder. Comfort critica as vantagens de que Selina goza por ser conterrânea de Madam: “*Selina gets everything just because she is from Madam’s hometown*” (p.149). O privilégio obtido por Selina se restringe às roupas usadas que ela recebe da filha da patroa. O conflito gerado pela ânsia de obter os objetos usados e descartados permite-nos entrever as condições pessoais depauperadas em que vivem essas personagens.

Por sua vez, Comfort é responsável pela casa na ausência da patroa, por ser a empregada mais antiga. Assim, em uma ocasião em que Madam está ausente, Comfort, ao ser contrariada, confronta Selina com as seguintes palavras: “*Remember it is me who shares out the meals now that Madam is out. If you do not look out, the meals that mice eat will be enormous compared to what I will give you*” (p.157). Dessa forma, Comfort exerce o controle sobre aqueles que estão em posição hierárquica inferior, reproduzindo entre os subalternos as relações de exploração que a subjugam. Neste caso, a mulher se torna predadora da própria mulher, mesmo que ambas estejam em condições de subalternidade.

O conflito de gênero é mais marcante ainda na relação entre Madam e Comfort, pois, neste caso, advém de acentuadas diferenças econômicas, ou seja, uma mulher de negócios e uma empregada. Madam explora economicamente a empregada, deixando-a sem pagamento por meses, estabelecendo uma relação de exploração e trabalho semi-escravo, que envolve até mesmo a violência física.

Madam administra a família e é uma mulher bem sucedida que estabelece contratos comerciais com militares. De acordo com o narrador, “*Madam is getting thinner every day despite her successful business, because her wooden heart is sucking up all the kindness in her body*” (pg.154). A mudança física de Madam simboliza o sofrimento e a dureza a que ela também é submetida, na medida em que precisa assumir o papel social masculino dentro da família. Com isso, ela adquire, também, o padrão de beleza ocidental, deixando de ser a mulher “*plump*”, gordinha, valorizada em seu contexto cultural. O marido, que tradicionalmente seria considerado o provedor da família, não tem mais autoridade. Não sendo mais o “senhor da casa”, é ironicamente denominado “*Master*”.

³ O termo “comfort girl” é utilizado em inglês para se referir a “garotas de programa”

Na figura de Madam, a identidade africana sofre alterações, uma vez que as superstições africanas (como, por exemplo, temer espíritos ancestrais que vagam pela madrugada) são ignoradas por essa mulher emancipada, indicando, talvez, um ganho cultural. Enquanto Madam “*is getting thinner every day*” (p. 154), sua amiga e também mulher de negócios, Mama Moses “*is getting rounder every day*” (p. 154). Em contraste com Madam, Mama Moses é a mulher protetora, pelo nome e pela aparência física, mantendo uma relação amistosa com suas empregadas. O aspecto relevante desse contraste se liga ao fato de que Madam se associa a assuntos internacionais, a contratos com o exército, negociando com políticos e generais, enquanto Mama Moses é uma mulher de negócios que se liga à própria terra, ao mercado de frutas e legumes. Alegoricamente, portanto, o conto apresenta ao leitor duas possibilidades de emancipação feminina, sugerindo as implicações de distintas “afiliações” sócio-econômicas. Assim como na narrativa bíblica do Êxodo, Mama Moses pode representar a positividade desse modelo feminino enquanto liderança libertadora de seu povo, em contraste com a negatividade de Madam, uma opressora.

O que esta representação de Madam deixa implícito é que a mulher que sai de seu lugar perde sua feminilidade, caso enfrente desafios que vão além dos tradicionalmente enfrentados pelo gênero. Madam representa um modelo feminino negativo, no qual a mulher ao assumir tarefas tradicionalmente masculinas e alcançar o sucesso, perde a feminilidade. Esse estereótipo inspira-se, talvez, na figura de Margaret Thatcher, a “dama de ferro”, primeira-ministra inglesa nos anos 1980.

Ao retratar Mama Moses como uma mulher de negócios, que faz sucesso mantendo ligações com a terra, o conto prescreve de forma sutil as características próprias e desejáveis da mulher africana: compaixão, doçura, generosidade e ligação com a natureza. Uma mulher que atua no mercado de produtos naturais, e não no comércio com militares, mercadores de armas e da morte. Os limites ou espaços de atuação do gênero feminino são assim estabelecidos. O conto ratifica, enfim, os “*locais da cultura*”, nos quais mulheres autônomas ou independentes podem atuar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estratégias lingüísticas e textuais presentes nos contos, tais como a não-nomeação e a caracterização das personagens, foram paradigmáticas para compreendermos as formas de constituição e de representação do gênero. A não nomeação das mulheres se torna uma particularidade marcante devido à frequência com que elas são identificadas como mães. A figura materna ocupa posição central em diversos textos: *Manyi*, no conto “The Miracle”; *Mama Tumaini*, em “A Night Out”; ou “*Mother*”, com letra maiúscula, no conto “Leaving”, no qual a posição

da mulher e seu papel cultural e social se tornam explícitos, a partir da digressão do filho narrador, em primeira pessoa: *"It was, I think, the first time I saw her as a person and not only as our mother"* (p. 119).

A partir das nomeações, das caracterizações e das representações, percebe-se que as mulheres representadas como mães fazem parte do grupo de mulheres dependentes, como Mama Tumaini. Ou estão entre aquelas que questionam e conseguem resistir à opressão, como Manyi. As mulheres podem ser vistas como tipos que habitam as culturas patriarcais de África. Sendo representações de grupos marginalizados dentro das sociedades africanas. Para Spivak, *"the track of sexual difference is doubly effaced"* (1994), ou seja, a mulher é oprimida e silenciada, tanto pela categoria identitária gênero quanto como membro de uma classe social subalterna. Para Fredric Jameson, pode-se estabelecer uma relação simbólica entre a situação individual, social e a identidade nacional: *"(...) the story of the private individual destiny is always an allegory of the embattled situation of the public third-world culture and society"* (1986, p.69). Nestes contos, as condições a que estão sujeitas as mulheres constituem alegorias da situação africana contemporânea.

Geralmente, nos contos, a independência e autonomia femininas relacionam-se à sua situação na classe dominante política (como é o caso de Halima), religiosa (Halima e Manyi) ou econômica (Madam). Diversamente das independentes, as mulheres dependentes sofrem as conseqüências de seu contexto cultural e econômico mais intensamente, por não terem voz ativa, não disporem de recursos que lhes garantam autonomia. Portanto, encontram-se desamparadas na ausência dos parceiros. Elas são economicamente dependentes e não possuem voz ou representação política. Isto é, nos contos em que a mulher pertence a uma classe econômica abastada, o gênero não definirá seus papéis sociais *a priori*, mas torna-se fator determinante quando a mulher provém de extratos econômicos menos favorecidos. Ela sofre, portanto, uma dupla determinação: por pertencer a uma classe social desfavorecida e por ser mulher.

Ao analisar esses contos sob a perspectiva dos Estudos Culturais, constatam-se formas distintas e, por vezes, contraditórias de representações dos personagens. Diversas formas de representação são percebidas através da interação contínua do gênero com categorias como religião, classe, geração e etnia. Estes aspectos aliam-se a fatores políticos, sociais, culturais. Na comparação entre os diversos tipos femininos foi possível constatar a grande complexidade das identidades culturais africanas contemporâneas: há mulheres que não conseguem escapar dos locais determinados culturalmente para o gênero, submetem-se e não possuem meios de ultrapassar suas condições; há aquelas que se valem do comércio do próprio corpo, seja para a sobrevivência ou ascensão social, a fim de superarem as condições adversas em que vivem; ainda há outras que, através de categorias como classe social, religião ou etnia, resistem à opressão e ao silenciamento e, com isso, alteram suas inserções culturais, seus *"locais de cultura"*.

As mulheres jogam com as categorias identitárias e de formas diferenciadas se conformam, se adaptam, resistem e confrontam suas determinações culturais, mesmo que na maioria das vezes se submetam aos seus papéis. Com isso, faz-se possível afirmar que o gênero não é uma categoria estável.

A partir das múltiplas representações femininas, os contos demonstram que não há uma forma única de inserção na sociedade global, mas sim formas locais diferentemente mediadas. As múltiplas posições, negociações, sobredeterminações e interações, bem como os variáveis níveis de dominação e submissão, de adaptação ou de resistência observados nos textos demonstram a complexidade e a fragmentação das identidades africanas contemporâneas.

Ao refletirmos sobre as representações do feminino nos textos em questão, verificamos o funcionamento das estruturas de poder que se constroem e se reproduzem simbolicamente na literatura. Também abordamos a construção das novas identidades na própria literatura.

Na maioria dos contos analisados observou-se que a diferença de gênero é o primeiro "divisor de águas" nas representações simbólicas. Segue-se a isso a diferença de classe, de religião, de geração e de etnia. Os textos assumem a função de "denúncia social" na medida em que dão voz aos excluídos da história (como as mulheres subalternas e os excluídos pelo sistema econômico). Trata-se de uma escrita que questiona o presente, refletindo sobre os paradoxos e dilemas da globalização.

Nessa leitura, observou-se também que as personagens se originam de classes sociais e grupos culturais distintos, sendo que a maioria vive em condições de privação e subalternidade. Até há pouco tempo, ocupavam uma posição marginal na literatura, conforme atestam as palavras de LaGuardia-Resende: *"[seres cuja] presença anônima ou coletiva na ficção tradicional (...) não requereu atenção histórica ou cultural"* (2000, p.224).

Na contemporaneidade, em geral, o enfoque dado às categorias subalternas africanas revela um novo e amplo movimento das literaturas do continente, cujas preocupações parecem hoje voltadas não para um passado histórico de opressão que se quer contestar, ou para uma origem mítica que se quer reaver, nem tampouco para uma condição colonial que se busca superar. Os textos, que constituem a coletânea *Contemporary African Short Stories*, demonstram que o momento presente e as injunções do capitalismo global constituem questões prementes nessas sociedades. A inquietude diante do futuro ocorre na maioria das narrativas. Marcadas pela condição de deslocamento, pela migração e pela crise, essas produções literárias atestam que não há uma forma única de inserção na sociedade

global, mas sim formas locais diferentemente mediadas, oferecendo, portanto, uma visão múltipla da “condição pós-moderna”.

Finalmente, essas produções simbólicas representam uma situação recorrente da condição humana em situações adversas de sobrevivência, de abandono e de ruptura de laços. Sobretudo, as personagens em posições subalternas não têm mobilidade social: sua situação não se altera de forma milagrosa no final. De fato, os narradores não apontam soluções para as agruras vividas pelas personagens. Nessas narrativas de desastre social, o futuro parece ainda mais incerto do que o presente. Emerge, enfim, deste estudo a percepção da diversidade cultural e dos dilemas impostos às sociedades africanas pela ordem capitalista global, em que as mulheres se defrontam com a miséria, a misoginia, o patriarcalismo, a violência e a solidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHEBE, C.; INNES, C.L. *Contemporary African Short Stories*. Oxford: Heinemann, 1992.
- APPIAH, Anthony Kwame. Race. In: *Critical Terms for Literary Study*. Frank Lentricchia; Thomas McLaughlin (eds.). Chicago/London: The University of Chicago Press, 1990, p. 274-287.
- ASHCROFT, Bill et. alli. *The Empire Writes Back*. Terence Hawks (ed.) London/ New York: Routledge, 1991.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and de subversion of identity*. London: Routledge, 1990.
- GUNEW, Sneja (ed). *Feminist knowledge as Critique and Construct*. London: Routledge, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003. 7ª ed. ou reimpressão. (2003a)
- HALL, Stuart. Significação, Representação, Ideologia – Althusser e os debates Pós-Estruturalistas. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org: Liv Solik; Trad. Adelaine LaGuardia ... (et al), Belo Horizonte: editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. (2003b)
- HUTCHEON, Linda. *Poéticas do Pós-Modernismo. História, teoria, ficção*. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago ed., 1991.
- JAMESON, Fredric. Third world literature in the era of multinational capitalism. In: *Social text*, n. 15, Fall, 1983, p. 65-88.
- LaGUARDIA-RESENDE, Adelaine. *Fragmentos da memória e ruínas da história: uma leitura de Kazuo Ishiguro*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, setembro, 2000.
- MILLET, Kate. *Sexual Politics*. Ballantine, 1976.
- REIS, Eliana Lourenço de Lima. *Pós-colonialidade, identidade, Mestiçagem Cultural: A literatura de Wole Soyinka*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- SPIVAK, Gayatri C. Can the Subaltern Speak? In: *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. Editor: Patrick Williams. New York: Columbia University Press, 1994. p. 66-111.

Categoria Estudantes de Ensino Superior:

Resumo dos trabalhos científicos monográficos que receberam menção honrosa

A Mulher no Legislativo: uma Análise das Desigualdades de Gênero no Senado Federal

Érika Mara Barbacena – Universidade de Brasília/DF¹

A participação da mulher na política, em especial no legislativo, fez surgir a necessidade de estudar a influência dela nesta atividade. Os estudos que procuram investigar o impacto da presença de representantes femininas nos parlamentos, além de apontarem algumas características da atuação das parlamentares, revelam desigualdades de gênero presentes nas instituições.

Estas desigualdades, conseqüentes da ideologia patriarcal que privilegia o gênero masculino, dificultam e limitam a ação política da parlamentar. Barros,² explica que de modo geral as imagens sociais de homem e mulher se caracterizam por uma visão estereotipada que perpassa as relações sociais, atribuindo posições diferenciadas a homens e mulheres como um destino “natural”. A mulher é situada no espaço privado e o homem na esfera pública. A forma diversificada como homens e mulheres são situados nos espaços públicos e privados reflete a relação de poder entre gêneros.

Embora as mulheres tenham seus direitos individuais e políticos reconhecidos e estejam rompendo com os limites impostos pela ideologia patriarcal, ainda permanecem as discriminações e os vícios da sociedade profundamente enraizados nas relações de gênero. Como conseqüência, as mulheres que conseguem romper com o papel socialmente esperado a elas e chegam ao poder encontram ambientes extremamente hostis orientados pelo gênero masculino, que historicamente habitam estas instituições.

O trabalho investiga, e tem como objetivo, os mecanismos que dificultam a ação política da representante no legislativo, pondo em evidência as

desigualdades de gênero ainda presentes nesta instituição. Para tanto, a pesquisa restringi-se ao Senado Federal brasileiro que em mais de 150 anos de história só teve a presença de senadoras nos últimos vinte e seis anos. Durante este período, a instituição contou, ao todo, com a presença de vinte e oito senadoras, o que representa, aproximadamente, um percentual de 4,5% dos senadores no período.

A hipótese do trabalho é de que a representante tem sua atuação mais voltada para o campo social devido a regras orientadas pelo gênero masculino e a presença de mecanismos de discriminação de gênero que dificultam a participação da mulher nas diversas áreas do legislativo. Poucas parlamentares conseguem sair da esfera social e debater ou dominar regras do processo decisório de modo que suas preferências sejam atendidas.

A pesquisa não nega que as representantes nos parlamentos tenham preocupações com as áreas sociais o que se questiona é a alegação de que as mulheres tenham inerentemente diferentes prioridades e estilo político em relação aos homens. Para Ross,³ ceder uma moralidade especial para as mulheres é fazer uma generalização que pode ser difícil de defender. Além disso, ao homogeneizar todas as experiências das mulheres rejeita-se, não somente, os seus sentidos de autonomia, mas também contribui a dar invisibilidade a todas outras diferenças entre mulheres que determinam as perspectivas específicas, ações e comportamentos.

O referencial teórico do trabalho mostra que vários estudos que analisam a atuação das parlamentares apontam que as representantes exibem um comportamento diferente dos homens na política porque expressam um maior cuidado com os outros e são mais sensíveis ao social. As características apontadas são por vezes naturalizadas como sendo próprias da mulher ou justificadas com base na socialização, no entanto o contexto *gendered*, orientado pelo gênero masculino, em que as parlamentares atuam é pouco considerado. De acordo com Cammisa & Reingold,⁴ o ambiente hostil dos parlamentos põe dificuldades para as mulheres exercerem seus trabalhos e as confinam a lidarem com questões tradicionalmente ligadas a elas, tais como, família, minorias e saúde.

Dialogando com o referencial teórico da temática, a pesquisa analisa a participação das senadoras nas Comissões Permanentes e as proposições legislativas por elas apresentadas no período de 1979 a 2005. Por meio destas análises, conclui-se pela existência de desigualdades de gênero no Senado Federal, que confinam a mulher a determinados espaços e cargos e dificultam sua ação política; e, além disto, constata-se que a mulher parlamentar tem interesses, prioridades e preferências que lhe são próprios, podendo ser ligados à política *soft e/ou hard*.

³ ROSS, Karen. Women's Place in "Male" Space: Gender and Effect in Parliamentary Contexts. In: *Parliamentary Affairs*, n.55, v. 1, pp. 189 – 201, 2002.

⁴ CAMMISA, Ane Marie; REINGOLD, Beth. Women in States Legislatures and State Legislative Research: Beyond Sameness and Difference. In: *State Politics and Policy Quarterly*, Vol. 4, n. 2, pp. 181–21, Summer 2004.

¹ Orientador: Luís Felipe Miguel.

² BARROS LIMA, Nadia R. L., *Movimento de Mulheres: um delineamento das tendências ideológicas. Cadernos do CEAS*, n. 121, pp. 19-30, maio/junho 1989.

Aborto Legal por Estupro e Relações de Gênero: A sociedade Respeita e o Estado garante

Lorena Cardoso Mangabeira Campos – Faculdade de Teologia e Ciências de Salvador/BA¹

As relações sociais são permeadas por situações de poder entre indivíduos ou grupos. Estas relações entre os sexos justificadas pela cultura, história, política ou economia podem ser chamadas de relações de gênero. Ao longo da história cultural brasileira foram construídas, dentro das relações de gênero, desigualdades em relação à mulher na família e na sociedade. Dentre as violências sofridas pelas mulheres, o estupro constitui uma das situações de violência sexual, evidenciando a violência de gênero. Diante destas desigualdades de gênero, sentiu-se necessidade de conhecer e discutir o enfoque de gênero acerca do aborto legal após estupro, visando melhorar a assistência de saúde e contribuir para a equidade entre homens e mulheres levando conhecimento para o meio acadêmico. Baseada nas condições expostas pergunta-se: Qual o uso da categoria gênero na produção de conhecimento em artigos nacionais/internacionais sobre aborto legal pós-estupro no Brasil? E para reflexão, o objetivo deste artigo é identificar o uso da categoria gênero na produção de conhecimento em periódicos nacionais e internacionais sobre aborto legal pós-estupro no Brasil.

A metodologia utilizada é de caráter exploratório, sendo escolhida a revisão bibliográfica. Tais produções textuais deveriam referir-se à realidade brasileira, no intervalo de 1993-2005, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. A pesquisa na internet foi através da Biblioteca Regional de Medicina – BIREME em três bancos de dados: BDENF, Lilacs e Medline. Os resultados apontam 7.843 artigos publicados, destes, 7.816 foram excluídos, por não atenderem aos critérios de inclusão e/ou por serem repetidos; portanto a amostra/análise foi constituída por 27 publicações. A identificação do uso da categoria gênero na produção de conhecimento em artigos nacionais/internacionais sobre aborto legal pós-estupro no Brasil foi possível, porém durante a pesquisa bibliográfica percebeu-se que a temática aborto legal pós estupro e gênero é pouco discutida na sociedade/meio científico brasileiro gerando uma lacuna de conhecimento sobre o tema. Abrir espaço no meio científico e esclarecer a sociedade quanto à importância do tema é uma forma de despertar o interesse de pesquisadores para que se preencha essa lacuna.

Palavras-chave: gênero, violência, estupro, aborto.

Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris

Maira Luisa Gonçalves de Abreu – Universidade Estadual de Campinas/SP¹

Este trabalho procura reconstruir a trajetória de uma organização feminista formada por mulheres brasileiras exiladas na França durante a ditadura militar brasileira, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, a partir de sua produção escrita e da memória de suas militantes. Foram realizadas dez entrevistas com mulheres exiladas na França durante esse período, oito das quais eram militantes do Círculo, e analisados documentos produzidos pelo grupo arquivados pelo Centro Informação Mulher (CIM). Estes estão compilados em cinco encadernações que compreendem documentos internos, panfletos, publicações, dentre outros. Este grupo, que surge em 1976, profundamente influenciado pelo eferescente movimento de liberação das mulheres francês (MLF), despontou como uma das mais bem estruturadas organizações de brasileiros exilados na França e constituiu-se na mais importante experiência feminista de exiladas brasileiras nesse contexto. Contribuiu para introduzir reflexões colocadas pelo movimento feminista da época na comunidade exilada brasileira e nas organizações políticas nela representadas, questionando a concepção tradicional do movimento socialista sobre a “questão da mulher”.

Início o trabalho com uma breve análise da crítica promovida pelo movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 a uma determinada concepção bastante difundida no movimento socialista sobre a “questão da mulher”. A idéia básica que informa essa concepção criticada é a diluição da “questão da mulher” nas relações de classe (e das relações de classe nas relações de propriedade, compreendidas estas últimas em um sentido meramente jurídico), de modo a negar qualquer especificidade que justificasse a necessidade de uma práxis e instrumentos mediatórios específicos para a superação da desigualdade entre homens e mulheres. Essa tradição sofre uma crítica virulenta por parte dos grupos feministas de inspiração de esquerda nos anos 1960-70, entre os quais se encontra o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. As críticas incidem principalmente sobre duas questões: a concepção de revolução e o problema da organização. No que concerne à concepção de revolução, essas críticas demandam um conceito mais abrangente de revolução, que não se restringisse ao problema da estatização dos meios de produção, mas que envolvesse a noção de um longo processo de rupturas em todos os pontos críticos da estrutura social, combatendo as relações de poder que permeiam todas

¹ Orientadora: Patrícia Figueiredo Marques.

¹ Maria Lygia Quartim de Moraes.

as relações sociais, entre elas as relações entre homens e mulheres. É fortemente enfatizado que a revolução não pode ser realizada sem as mulheres, à revelia de suas reivindicações ou apoiando-se nelas como auxiliares de segundo escalão. No que concerne ao problema da organização, essas críticas salientam a necessidade da organização das mulheres a partir de sua condição específica, em organizações autônomas dos partidos políticos, numa militância que combatesse tanto a opressão específica das mulheres como a exploração de classe, perspectiva a partir da qual se configurou a idéia de dupla militância.

A seguir, faço breves apontamentos sobre as condições de militância das mulheres nas organizações de esquerda durante a ditadura e sobre a trajetória de grupos de mulheres exiladas que precederam o Círculo. O primeiro sobre o qual há referências é o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, formado no Chile no ano de 1972 e que, desfeito em 1973 com o golpe no Chile, é reaberto na França por volta do ano de 1974. Assimilando algumas mulheres que fizeram parte do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (que existia desde 1972), assim como os questionamentos e descobertas proporcionados pelo contato com o movimento feminista francês, este grupo assume feições um pouco diferenciadas do primeiro.

Na seqüência, analiso o Círculo propriamente dito. As questões abordadas remetem ao surgimento do grupo, ao modo de funcionamento do mesmo, o perfil de suas militantes, particularmente seus posicionamentos políticos e ideológicos, as atividades externas e internas, temas de debate, concepção de feminismo, além de algumas considerações sobre as referências teóricas do grupo. Faço também breves apontamentos sobre a influência do Círculo na comunidade exilada e no movimento feminista brasileiro.

O Círculo nasce da iniciativa do grupo Campanha. Este formou o Grupo Brasileiro de Mulheres (GBM) que em fins de 1975 lança uma brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária” chamando a criação de “um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes”. Em janeiro de 1976, realiza-se a primeira assembléia das mulheres que estavam de acordo com o documento, dando origem ao Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. O grupo funcionava através de reuniões de subgrupos temáticos e assembléias gerais. Cada subgrupo tinha um tema central de discussão – sexualidade, educação, imprensa feminista, teatro, trabalho feminino, dentre outros temas considerados de maior relevância para o grupo. Dentro desses subgrupos acontecia o que muitas militantes consideram ser a mais importante atividade do Círculo, o *vécu* (consciouness-raising, conhecido no Brasil como grupos de autoconsciência). Este era um momento no qual a partir das experiências pessoais e cotidianas, portanto particulares, chegava-se a uma discussão mais geral sobre a condição feminina. O cotidiano era politizado, forjando uma identidade comum.

O Círculo, de um pequeno núcleo inicial formado majoritariamente por militantes ou pessoas próximas a organizações políticas, cresce, ganha legitimidade por parte da comunidade exilada e passa a ser convidado a participar de atividades desta, contribuindo para introduzir, sob uma nova perspectiva, uma questão muito pouco discutida até então. O grupo buscava manter estreitas relações com as primeiras organizações de mulheres no Brasil. Em suas manifestações públicas buscou divulgar a condição da mulher brasileira e suas formas de luta, não deixando de denunciar a ditadura militar brasileira e suas práticas sexistas (esterilização forçada, tortura política de cunho sexual, etc). O grupo tinha também grande proximidade com o movimento de liberação da França, participando de manifestações, atividades, etc., além de contribuir com textos publicados na imprensa feminista.

O Círculo foi importante elemento na mudança da postura de homens, mulheres e organizações políticas de exilados sobre a questão. Foi um marco particular na vida das mulheres que passaram pelo grupo, sendo considerado por muitas uma experiência determinante em suas vidas. Com a “abertura” do regime militar e a Anistia o Círculo vai perdendo pouco a pouco suas militantes até encerrar suas atividades no final do ano de 1979.

Procuro, por fim, fazer ligeiras considerações sobre a influência do grupo na vida de suas integrantes, na comunidade exilada e no Brasil. Ao retornarem muitas dessas militantes se integram a algum grupo feminista e trazem a “bagagem” teórica e prática adquirida na França, principalmente via círculo, contribuindo para a introdução de novas pautas no movimento, tais como, a prática do *vécu* e a discussão sobre reprodução, sexualidade, aborto e autonomia do movimento. O Círculo exerceu também, em alguns casos, um papel relevante nas escolhas profissionais. Sonia Giacomini, Maria Betania Ávila e Sônia Calió consideram o contato com o círculo um importante elemento na eleição das temáticas de estudo e trabalho. Outras militantes, as quais não entrevistei, também desenvolveram estudos relacionados a questões de gênero, tais como, Helena Hirata, Lena Lavinas e Elisabeth Souza Lobo. Essas atividades das integrantes do Círculo permitiram que, mesmo de forma difusa, a influência do grupo se tornasse um aspecto de forma alguma irrelevante no Brasil, mesmo que essa influência não seja reconhecida.

Relações de Gênero e Identidade Coletiva no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais: Redefinição Identitária e Possibilidades Articulatórias nas Lutas por Autonomia e Emancipação

Manuela de Sousa Magalhães – Universidade Federal de Minas Gerais/MG¹

O presente trabalho de pesquisa tem como temática central o estudo das implicações das relações de poder e da construção da identidade coletiva na constituição das bandeiras de luta do movimento de trabalhadoras rurais de Minas Gerais e nas estratégias de enfrentamento das formas de opressão nas quais estão engendradas. Para análise e discussão do tema proposto, duas estratégias principais foram acionadas: 1) resgate histórico da constituição, consolidação e desarticulação da identidade coletiva do grupo de trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical rural entre 1989 e 2002 (CEMTR – Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais); 2) análise das formas de rearticulação identitária que esse grupo de mulheres tem buscado acionar na atualidade, no esforço de constituir um novo grupo organizado estadualmente – movimento autônomo denominado Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Assim, realizamos uma Oficina com as trabalhadoras rurais para levantarmos aspectos relevantes para serem investigados; entrevistas com algumas lideranças e com a ex-assessora da CEMTR; análise de documentos e relatórios da Comissão e da Rede; além de observação participante e diário de campo.

Nosso diálogo com a realidade empírica pretendeu identificar e analisar formas e esforços de emancipação (SANTOS, 2003), de construção de cidadania (MOUFFE, 1996) e de identidades coletivas (PRADO, 2002), tendo em vista não só os diferentes espaços ocupados por essas trabalhadoras rurais em diferentes momentos históricos, como também a articulação com as reconfigurações das relações de gênero e poder. Como diferentes contextos institucionais e históricos influem na constituição das bandeiras de luta e nas formas de articulação das trabalhadoras rurais? Onde e como, na história desse movimento social, apareceram relações de poder opressoras e como estas foram determinantes para a constituição da sua identidade coletiva, das suas bandeiras de luta e das estratégias adotadas no mundo público e privado?

¹ Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado.

Nossa pesquisa aponta que o grupo que compôs a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras, entre 1989 e 2002, levantou temáticas como direitos sexuais e reprodutivos; educação; juventude; geração de renda para mulheres e participação política em diversas instâncias políticas (que são temáticas diferenciadas quando pensadas no contexto das lutas mistas no campo); e, além disso, instauraram uma maneira própria de fazer política no espaço sindical. O uso de músicas, da mística e enfeites no ambiente se contrapunham à aridez do terreno político, até então notadamente masculino. Essas práticas culturais fazem parte da dinâmica de constituição da identidade coletiva do grupo e meio pelo qual se realiza conscientização política entre as mulheres.

Nesse sentido, é importante destacar que a experiência de desarticulação do grupo da CEMTR foi sentida e percebida pelas lideranças como uma desarticulação de sua identidade coletiva também. Assim, parece-nos que o esforço rearticulatório desse grupo na atualidade, através da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais é uma estratégia para que aquelas lideranças, que não tinham mais o espaço da Federação para se organizarem, tivessem acesso a informações, a um ponto de referência para acionar e mobilizar recursos, a um espaço de intercâmbio de experiências das mulheres e a um espaço de reconhecimento de adversários e de construção de estratégias de busca de novas parcerias para a continuidade dos trabalhos. Apesar de ser precipitado analisar o potencial emancipatório dessa nova configuração, é possível afirmar que a Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais vem se consolidando a partir de um ideal de um novo contexto de relações de poder e de novas configurações de gênero. O momento atual desse grupo gira em torno da construção de sua identidade coletiva, já que estão empenhadas na reconstrução de novos sentimentos de pertença, na definição de estratégias para mobilizar recursos materiais e simbólicos, na construção de uma cultura política própria e no estabelecimento de redes de solidariedade. A construção da identidade, no entanto, é o cenário e objeto “de combates políticos, e a existência social de um grupo se constrói sempre no conflito” (MOUFFE, 1999:272). Portanto, a reconstrução da identidade coletiva da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais passa também pela reconstrução do campo do político, que está permeado de relações de poder.

Nossa pesquisa também indicou que as relações de poder – fundamentais na trama de constituição da identidade coletiva das rurais – deslocam-se do conteúdo exclusivamente de classe, politizando também a opressão de gênero e preenchendo-a de conteúdo político.

Na medida em que entendemos a construção dessa identidade coletiva de forma não essencialista, podemos compreender que o movimento autônomo da Rede se constitui a partir de pontos nodais, ou seja, a partir do que une aquelas mulheres naquele momento histórico que são a base para a ação e para a luta feminista. Tomada assim, a identidade coletiva abre a possibilidade para a incorporação de exigências específicas e de “articulação de várias lutas diferentes contra a opressão” (MOUFFE, 1996:119).

A Violência Contra a Mulher na Perspectiva de Policiais Militares de Concórdia - SC

Marisa Signori – Universidade do Contestado/SC¹

A violência é uma realidade inegável na vida social dos nossos tempos. Considerando suas causas mais profundas, incluindo mesmo algumas que parecem mais remotas, podemos encontrar verdades muito duras que não se aceitam facilmente, suas dimensões e raízes chegam até a vida de cada homem.

Essa violência também se remete para o cotidiano da mulher que vivencia diversas situações de violência física, psicológica e sexual em todo o mundo, as quais são influenciadas por fatores como classe social, raça, nível sócio-econômico, nível educacional e religião. Ainda, o fenômeno violência pode ser potencializado ou banalizado de acordo com as tradições ou hábitos de comunidades específicas, pois as interpretações sobre violência variam de pessoa a pessoa e de comunidade a comunidade.

Mas a violência na qual os brasileiros têm mais conhecimento e é exposta sem pudor nos meios de comunicação de massa, é a chamada violência organizada, trazendo à tona a dicotomia público/privado, pois a violência pública é levada em consideração, enquanto a violência no âmbito familiar merece menos atenção.

A violência contra a mulher se inclui no espaço das relações íntimas e das questões privadas, pois se passa no interior dos lares, espaço geralmente compreendido como seguro e afetuoso. Desse modo, a violência individual torna-se uma pálida sombra de toda violência socialmente organizada.

Diante das proporções que a violência adquiriu, do grande número de vítimas, dos agravos e das ameaças às vítimas, a temática já se tornou um problema de saúde pública, pois há um grande risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis em determinado tipo de agressão, como por exemplo, no estupro; e ainda estão presentes as lesões genitais, a gravidez indesejada, as lesões físicas, os danos psicológicos, o efeito sobre os filhos e a violação de direitos humanos.

Mesmo que lentamente, mudanças vêm ocorrendo ao longo dos anos através da construção social. O homem busca através da ciência e da filosofia entender certas questões. O gênero foi criado para compreender a forma como as pessoas de um determinado grupo social entendem, definem e atribuem valores às diferenças percebidas entre homens e mulheres. Muitas vezes, na construção social

esses valores diferenciados implicam em relações de poder que transformam as diferenças em desigualdades, mas as diferenças são meramente biológicas/naturais entre os sexos, já as relações de gênero e as desigualdades são construídas culturalmente na sociedade. A categoria de gênero transcende à questão da relação masculino/feminino, homem/mulher e serve para vislumbrar processos culturais complexos e relações de poder.

Entretanto, não se pode superestimar a profundidade dos avanços ocorridos, nem tampouco acreditar que a igualdade entre homens e mulheres foi alcançada finalmente, não sendo essas ações suficientes para superar a desigualdade e a opressão das mulheres construídas ao longo da história.

Portanto, entender questões acerca da violência contra a mulher nos leva a percorrer novos caminhos e a descobrir novas realidades e situações ainda preocupantes. Nesse sentido, desenvolvemos este estudo de caráter qualitativo, que analisou a concepção de violência contra a mulher na perspectiva dos policiais que atuam no 2º Batalhão de Polícia Militar da cidade de Concórdia - SC. Para análise dos dados usou-se a técnica do Discurso do Sujeito, Coletivo – DSC, obedecendo aos critérios de pesquisas envolvendo seres humanos.

Os dados da pesquisa mostram que a naturalização da violência está presente na forma de pensar de homens e mulheres, ou seja, agressores e vítimas, os quais ainda consideram ‘normal’ certas situações de violência contra a mulher.

A violência contra a mulher não pode ficar restrita ao âmbito privado, por fazer parte de uma teia social, pois suas conseqüências atingem toda sociedade. Portanto, a banalização é o que possibilita que a violência contra a mulher seja vista de modo natural nas relações familiares, a qual ainda vem sendo perpetuada pela da omissão da sociedade.

Destaca-se também a idéia de que a violência ainda é mantida no sigilo do lar, não sendo denunciada pela mulher por vários e diferentes motivos, gerando agressão contra toda a família. O motivo abordado com unanimidade pelos policiais foi o álcool, sendo classificado como o principal motivo da violência contra a mulher. Destacam-se ainda outros motivos, como o uso de outras drogas, a cultura machista, o medo e a pressão impostos pelo homem sobre a mulher, a falta de cultura, o ciúme e problemas financeiros, bem como a cobrança que a mulher exerce sobre o homem, a qual ele não aceita.

Quanto à concepção de violência, os policiais indicam que existem vários aspectos norteando a questão da violência contra a mulher, que vão desde fatores morais, psicológicos e físicos, bem como culturais, econômicos e sociais.

A violência física pode ser diagnosticada com maior facilidade por deixar lesões aparentes, mas a violência psicológica exercida através de humilhação, pressão e

¹ Orientadora: Valéria Silvana Faganello Madureira.

dominação deixa marcas não aparentes, mas profundas e traz grandes transtornos para o cotidiano da mulher.

Além disso, outras formas de violência são praticadas contra a mulher, como a discriminação, a desvalorização do trabalho feminino e o machismo do homem imposto sobre a mulher, o qual a trata como ‘coisa’ ou ‘objeto’ dele, impondo-lhe medo de uma agressão ainda maior.

Cabe ressaltar que a violência praticada contra a mulher ou contra qualquer ser humano, independente da forma com que seja praticada, atinge todos os indivíduos da sociedade, direta ou indiretamente, conseqüentemente abrange o setor da saúde, bem como a área da enfermagem, que tem se dedicado mais aos cuidados das seqüelas deixadas pelos conflitos entre os indivíduos. Contudo, a atuação da enfermagem pode ser mais ampla, através de educação continuada, campanhas educacionais que contemplem a prevenção das situações de violência, os direitos da mulher, esclareçam quais são as instituições que apóiam a mulher em situação de violência, promovendo engajamento maior de toda sociedade, assim como o bem-estar individual e coletivo.

Era uma Vez uma Menina e um Menino: um Estudo de Gênero na Literatura Infantil

Silvia Monnerat Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ¹

A monografia selecionada foi apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ocasião da conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais, como requisito para a aprovação no curso de Teoria Antropológica II – Métodos Qualitativos de Pesquisa, ministrada pela Prof^{fa}. Dr^a. Mirian Goldenberg, orientadora do trabalho.

A proposta decorreu da busca de investigação sistemática de uma questão que começou a ser formulada a partir de uma releitura extensiva de narrativas destinadas a crianças. A pesquisa propôs-se investigar a existência (ou não) de diferenças significativas quanto aos papéis desempenhados por meninas e meninos nas representações das personagens infantis, em um *corpus* constituído pela seleção de textos de literatura infantil editadas no Brasil nos últimos quinze anos, sendo justificada a limitação do estudo a apenas dezessete obras, dentre uma enorme produção identificada, dado o caráter qualitativo da análise pretendida.

A escolha, como campo de estudo, do universo infantil deve seu interesse ao fato de ser esse estágio do desenvolvimento o momento em que, em cada cultura, as regras de socialização começam a ser transmitidas. Valores culturais referentes à sociedade em que vivemos incluindo-se, dentre eles, valores referentes a gênero são transmitidos constantemente para as crianças, demarcando-se este período, como importante fase de formação. A escolha da literatura infantil para análise das representações de gênero foi feita por entender-se ser esta uma forma de comunicação privilegiada em nossa cultura letrada, facilitando, pelo prestígio social que conta, que as crianças leitoras (ou ouvintes das leituras) assimilem valores e tipos ideais de comportamento nela representados.

Com a verificação de que a edição literária recente para crianças reúne tanto uma produção de histórias de autores contemporâneos como muitas reedições de traduções e adaptações de contos tradicionais, optou-se por dividir o *corpus* da pesquisa em dois segmentos: o primeiro incluindo versões atuais de histórias tradicionais; e o segundo contendo um conjunto de obras de autores brasileiros contemporâneos.

Em um primeiro momento foram analisadas versões de obras clássicas da literatura infantil, os chamados contos de fadas. Sua escolha, tendo em vista o estudo

¹ Orientadora: Mirian Goldenberg.

de representações de gênero, optou por restringir-se a contos dos mais divulgados, com múltiplas edições correntes, por entender-se que, em virtude de sua ampla circulação, ainda hoje, essas histórias fornecem modelos para a identificação de um público em fase de formação. Foram, nessa parte do trabalho, analisadas versões diferentes (ao todo dez versões) de duas histórias, *Cinderela* e *Branca de Neve* – ambas com protagonistas femininas e jovens.

Por outro lado, quanto ao segundo grupo, busca-se selecionar um material em que as representações de gênero das personagens principais ficassem restritas à categoria humana e fossem crianças, sem a intervenção mágica de fadas e bruxas. Foram trabalhadas sete histórias que foram agrupadas em três subconjuntos temáticos, todas elas publicações de autores da literatura infantil brasileira. As subdivisões adotadas – vinculadas ao tratamento dos temas, dos brinquedos, do medo e do choro – expressaram recortes específicos no campo das representações de gênero e apontaram para a investigação da diferenciação de papéis masculinos e femininos desempenhados pelas personagens infantis que protagonizam as sete histórias selecionadas.

Importava, portanto, identificar modelos de feminino e de masculino presentes nesses tipos de fonte, assim como responder se os textos de um ou de ambos os grupos legitimariam (ou não) posturas distintas e hierárquicas de gênero dentro da sociedade, reforçando padrões patriarcais. A análise comparativa das representações encontradas nos dois grupos de obras pesquisadas levou-nos a responder afirmativamente a questão colocada inicialmente, sobre a existência de diferenças significativas quanto aos papéis desempenhados por meninas e meninos. Assim, foi possível observar que as diferenças encontradas em ambos os grupos de obras analisadas, embora permeadas de especificidades, marcam e delimitam papéis que caberiam a homens e mulheres desempenhar na sociedade, segundo uma divisão que em algumas obras aparece naturalizada, tendo sido um de nossos objetivos, cumpridos, do trabalho identificar, no *corpus* investigado, um conjunto de comportamentos e posturas atribuídas, diferenciadamente, aos protagonistas segundo o gênero.

A escola como Promotora de Pensamentos e Atitudes Sexistas: uma Abordagem no Nível da Pré-escola.

Teresa Santos Arruda – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP¹

A progressiva mudança do papel social da mulher na sociedade contemporânea é evidente. Mas, apesar da necessidade de mudanças, como todo tipo de discriminação, o sexismo tem persistido de forma sutil e imperceptível.

Neste contexto, chamamos a atenção para o papel da escola, pois um dos principais meios de propagação de pensamentos androcêntricos e de inferiorização da mulher está na educação. Como produtora e transmissora de saber, não apenas científico, mas também social, ela tem uma importância fundamental na mudança de concepção a respeito da igualdade entre os sexos.

A escola, desde seu início, ao invés de ser um espaço de práticas que produzem preconceitos, deve ser instrumento eficaz na construção de resistências, de novos valores e atitudes que permitam um olhar mais crítico sobre os significados masculinos e femininos em nossa sociedade.

Para tanto, o objetivo da pesquisa foi detectar a existência, ou não, de mecanismos de propagação de sexismo dentro da pré-escola, junto a crianças de cinco/seis anos que estão iniciando sua alfabetização. Através da pesquisa participativa, em duas pré-escolas (municipal e particular) no município de Assis – SP, tivemos o intuito de investigar os materiais didáticos, as atividades físicas e artísticas oferecidas às crianças, podendo, assim, detectar os meios utilizados para se transmitir padrões de condutas femininos e masculinos.

O sexismo pode ser observado de formas variadas, e muitas vezes sutil na linguagem, no conteúdo, nas atitudes e concepções das/os professoras/es – em ambas as escolas, de modos diferenciados. O maior e mais frequente problema observado, ao nosso ver, foi a naturalização do ser menino e ser menina na concepção das/os responsáveis pela instrução infantil, o que acaba influenciando e condicionando o comportamento das crianças (acrescentando-se às expectativas e exigências dos pais e da sociedade quanto a atitudes “característica do sexo”).

Podemos afirmar que professores e professoras, no geral, estão pouco preparadas/os para a discussão de questões sociais (no caso, relações de gênero), pois a

¹ Orientador: Carlos Fonseca Brandão.

escola ainda é pensada apenas como transmissora de conteúdos científicos, e não como um local, também, de formação.

Se pensarmos a escola como desconstrutora de “verdades” e estereótipo, e os professores/as como principais veículos desta, a instituição escola não está cumprindo seu papel. É nítido que a criança desde esta idade (5-6 anos) já tem internalizado suas identidades de gênero. Porém, considerando estas, construções sociais, elas são sim, passíveis de mudanças.

O trabalho maior estaria em estar conscientizando os profissionais da educação, “treinando-os” os olhos, os ouvidos, a fala, para que se tornem capazes de detectar todo tipo de transmissão de preconceitos e estejam aptos e disponíveis para estar discutindo e desconstruindo verdades. É na formação de sujeitos mais livres que damos um passo a mais em busca da igualdade.

1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria Estudante de Pós-graduação

Trabalhos científicos monográficos premiados
Resumos dos trabalhos científicos monográficos que obtiveram menção honrosa

Os 176 trabalhos científicos monográficos de estudantes de pós-graduação inscritos (137 de autoria de mulheres e 39 de autoria de homens), de diferentes universidades brasileiras e áreas disciplinares e de 20 unidades da federação, demonstram o interesse que o Prêmio despertou em todo o país.

Uma equipe técnica do CNPq e da SPM realizou a pré-seleção dos trabalhos científicos monográficos de pós-graduação, sendo encaminhados para análise final da comissão julgadora 109 trabalhos da pós-graduação (87 de autoria de mulheres e 22 de autoria de homens).

A comissão julgadora do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, categoria estudantes de pós-graduação, foi integrada por Rosa Ester Rossini (Universidade de São Paulo - presidenta da Comissão); Lourdes Maria Bandeira (Universidade de Brasília); Paulo Rennes Marçal Ribeiro (Universidade Estadual Paulista); Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina); Lucia Mercês Avelar (Universidade de Brasília); Helena Gomes Parente Cunha (Universidade Federal do Rio de Janeiro); e Zeidi Araújo Trindade (Universidade Federal do Espírito Santo).

A Comissão reuniu-se na sede do CNPq, dia 15 de março de 2006, para definir os trabalhos premiados. Dada a qualidade dos trabalhos apresentados, além de indicar os três melhores trabalhos na categoria estudante de pós-graduação, a Comissão Julgadora decidiu conceder menção honrosa a outros 7 trabalhos.

As(os) autoras(es) dos 3 melhores trabalhos de pós-graduação foram premiadas(os) com bolsas de mestrado ou doutorado e R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A Autoria Feminina e a Literatura Brasileira do Século XIX: Novas Perspectivas sobre a Literatura Indianista e a Representação do Embate Colonial

Anselmo Peres Alôs – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS ¹

INTRODUÇÃO: Revisitando o século XIX a partir de um outro lugar

No cenário atual da teoria e da crítica, são constantes as afirmações como “o sujeito está morto”, “as ideologias fracassaram”, ou ainda “a identidade está em crise”. Stuart Hall, em *As Identidades Culturais na Pós-Modernidade*, esclarece que, muitas vezes, tais críticas ao sujeito são lidas erroneamente: “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (Hall 2000:9).

Quando se fala em “morte do sujeito”, o que se pretende pôr em relevo é a falência de um conceito essencialista, de uma definição totalizante de sujeito. A noção de sujeito passa a ser vista não como portadora de uma essência imanente, transcendental e imutável, mas sim como uma instância que está permanentemente sendo redefinida a partir de suas múltiplas relações com a realidade e o mundo exterior. Assim, não é o sujeito enquanto categoria analítica, mas sim uma das definições dessa categoria - a que o descreve como uno, autônomo e centrado - que está sendo questionada e problematizada na cultura ocidental patriarcal, a saber: branca, masculina e heterossexual. No lugar deste sujeito uno e centrado que está sendo criticado, uma nova noção é instaurada: a de um sujeito enquanto posicionalidade; não um sujeito fixo e atrelado ao seu correspondente empírico, mas um sujeito entendido como uma entidade em luta e em conflito para ocupar determinadas posições sociais na vida cotidiana. Assim, a noção de sujeito deixa de estar engessada pelo caráter metafísico, essencialista e transcendental de sua definição, ao mesmo tempo em que deixa de ser um mero efeito de linguagem (um risco que se corre, muitas vezes, com algumas definições pós-estruturalistas), para ser definido como uma posição assumida por um indivíduo historicamente marcado em relação ao seu próprio agenciamento frente a determinadas demandas políticas e identitárias; não se pode negligenciar a impor-

tância da linguagem na configuração do sujeito, visto que toda a construção da subjetividade está por ela mediada.

Torna-se praticamente impossível pensar a categoria *sujeito* sem antes tocar nas questões em torno da ideologia e do discurso, categorias de extrema importância para compreender o descentramento do sujeito e a fragmentação das identidades culturais. Essas reflexões teóricas, por sua vez, se fazem pertinentes para o estudo de textos marginalizados, na medida em que os textos indianistas escritos por mulheres vão problematizar a construção de uma identidade nacional através do questionamento do *pluribus unum*, idéia que pauta o processo de fundação de uma identidade nacional. Assim, a leitura dos textos ficcionais de autoria feminina propõe a problematização das subjetividades representadas nos textos literários, dado que estes se configuram como narrativas a contrapelo, mostrando uma outra perspectiva, desautorizada, sobre a instauração da brasilidade dentro do projeto indianista.

Ideologia, tal como *sujeito*, é um conceito que vem sendo deveras questionado pelos diversos ramos das ciências sociais. Muitos, ao decretarem o fim das ideologias, decretam juntamente o fim da história, vista como a história da luta de classes. Ao ser definida como o conjunto de concepções sociais e culturais de um grupo social específico, em um determinado momento da sua evolução histórica, a ideologia torna-se um conceito totalizante. Perde-se de vista o fato de que, em um determinado período histórico, coexistem diversos outros constructos de concepções culturais, diversas *ideologias* paralelas à ideologia hegemônica, naturalizada como a única existente. O papel da ideologia é não apenas legitimar um determinado grupo social, mas legitimar como *unicamente* relevante e representativa a produção cultural e simbólica *desse mesmo grupo*: “a crítica marxista faz parte de um corpo mais amplo de análise teórica que tem por objetivo a compreensão das ideologias - as idéias, valores e sentimentos através dos quais os homens tomam consciência, em diversas épocas, da sociedade em que vivem. E algumas dessas idéias, valores e sentimentos só nos são acessíveis na literatura. Compreender as ideologias é compreender tanto o passado como o presente com mais profundidade” (Eagleton 1978:11). Sendo aqui o objeto de análise constituído por obras literárias, é importante percebê-lo não unicamente enquanto elaboração estética, mas antes, e principalmente, como *produção*, resultado do trabalho de forças produtivas, gerando valores que, por sua vez, passam a circular na forma de capital simbólico-cultural. A ideologia funciona como o conjunto de valores legitimadores da produção cultural.

Compreender a ideologia subjacente à formação do período literário brasileiro conhecido como indianismo contribui, assim, para a apreensão dos interesses que levaram tanto a uma representação estereotipada do brasileiro autóctone quanto à exclusão das *escritoras* do mesmo período. A *ideologia* revela-se um conceito-chave para refletir de que forma categorias como *raça* e *gênero* são manipuladas

¹ Orientadora: Rita Terezinha Schmidt.

por ocasião da fundação da identidade nacional através do atrelamento do discurso literário aos interesses de manutenção de *uma* raça e de *um* gênero como legítimos dentro da criação literária da comunidade nacional brasileira: “As obras literárias [...] são formas de percepção, maneiras determinadas de ver o mundo e, como tal, têm relações com a forma dominante de ver o mundo que é a ‘mentalidade social’ ou ideologia de uma época. Essa ideologia é, por sua vez, produto das relações sociais concretas que os homens estabelecem entre si num tempo e lugar determinados; é o modo como essas relações de classe são sentidas, legitimadas e perpetuadas” (Eagleton 1978:18).

Ao negar o estatuto da autoria às mulheres do século XIX, realiza-se um duplo movimento de exclusão no estabelecimento da categoria *brasileiro*: são apagadas as diferenças referentes às categorias identitárias de *gênero* e de *raça*. À mulher é negado o espaço de *produtora de capital simbólico*, enquanto ao índio é negado o próprio *status* de sujeito social ativo. Dadas as devidas proporções, mulheres e índios estavam submetidos a processos análogos de dominação: o patriarcalismo e o etnocentrismo. Ao pensar no romance indianista alencariano, as mulheres saltam às nossas vistas como importantes representantes do projeto de formação nacional: quem não se recorda das peripécias de Iracema, mãe do ilustre Moacir, o primeiro representante da raça cearense (e, por metonímia, da raça brasileira), ou da apaixonada Ceci, a civilizadora que retira o *bon sauvage* Peri de sua ignorância “natural” e o leva para os interstícios da cultura européia cravada no solo americano? A mesma Iracema salva o belo Martim e o guia pelas matas, ao passo que o bravo Peri salva sua amada do incêndio e do cruel Loredano. Faz-se urgente uma análise que torne visível os interesses políticos subjacentes à modulação do discurso no que tange à representação de raça e de gênero. Entenda-se aqui “político” na acepção dada por Eagleton, que afirma: “por ‘político’ entendo apenas a maneira pela qual organizamos conjuntamente nossa vida social, e as relações de poder que isso implica [...] Qualquer teoria relacionada com a significação, valor, linguagem, sentimento e experiência humanos, inevitavelmente envolverá mais amplas e profundas sobre a natureza do ser e da sociedade humanos, problemas de poder e sexualidade, interpretações da história passada, versões do presente e esperanças para o futuro” (Eagleton 1983:209-10).

O *gênero* é uma das noções de maior importância, tanto no momento em que se trabalha com o resgate de textos de autoria feminina quanto por ocasião da realização de uma reflexão crítica em torno desses textos. Ele diz respeito à construção social de papéis relativos a uma subjetividade masculina e a uma feminina, estabelecidas em um campo de representação simbólica, tal como define Jane Flax² em “Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista”. Flax diz que: “as ‘relações de gênero’ são uma categoria destinada a abranger um conjunto

complexo de relações sociais, bem como a interferir a um conjunto mutante de processos sociais historicamente variáveis. O gênero, tanto como categoria analítica quanto como processo social, é relacional. Ou seja, as relações de gênero são processos complexos e instáveis (ou ‘totalidades’ temporárias na linguagem da dialética) constituídos por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes, ou seja, não têm significado ou existência sem as outras” (Flax 1991:228).

As análises literárias a partir de uma perspectiva feminista apóiam-se não apenas nas reflexões dos estudos de gênero; elas também levam em consideração elementos formais e estruturais do universo textual. É através da articulação de diferentes saberes produzidos em diferentes áreas de conhecimento, como a narratologia, a teoria feminista e a psicanálise, entre outros, que se torna possível pensar a literatura de um outro lugar, questionando os saberes cristalizados pela historiografia literária oficial³. O silenciamento da participação de mulheres, negros e índios no processo de constituição identitária nacional é operacionalizado a partir de dois movimentos distintos: exclusão da participação desses grupos como produtores de representações culturais (deslegitimação de autoria negra, indígena e/ou feminina) e construção de imagens estereotipadas desses sujeitos sociais no âmbito do capital simbólico produzido (a mulher passional, o índio travestido de cavalheiro romântico, o negro preguiçoso e indolente).

O primeiro momento do Romantismo no Brasil centrou seus esforços em produzir uma literatura genuinamente nacional. Ao mesmo tempo, foi o responsável por construir a nação brasileira como uma “comunidade imaginada”, nas palavras de Benedict Anderson, ou ainda como “um todo coeso e monolítico”, nas palavras de Edward Said⁴. A representação estereotipada do índio como naturalmente inferior, como besta selvagem necessitando de cultura e civilidade configura-se como uma necessidade para legitimar o “povo” brasileiro em seu caráter de identidade coletiva. Em minha leitura dos romances indianistas de autoria feminina, analiso de que forma o *pertencimento* social diferenciado das escritoras será refletido e refratado em sua produção literária. Dado o fato das mulheres estarem à margem enquanto produtoras de representações simbólico-culturais, a percepção destas em relação ao papel do índio (e das próprias mulheres) dentro do *script* narrativo indianista seria diferenciada daquela apresentada por escritores como José de Alencar?

³ SCHMIDT, Rita Terezinha. Os estudos literários como campo de investigação: paradigmas e desafios. In: *Cadernos do IL*, n° 20, Porto Alegre: Dez, 1998, p. 85-92.

⁴ Benedict Anderson (1898) define as nações como “comunidades imaginadas”, ou seja, não são elas apenas definidas pelos limites territoriais: as nações são também *imaginadas e narrativizadas*. A literatura, bem como outras artes, tem um papel fundamental neste processo de “imaginação narrativa” da identidade nacional. Edward Said (1995), por sua vez, afirma que este processo de narrativização via de regra institui a identidade nacional como uma e monolítica, sem que se dê espaço para as diferenças - de classe, de raça, de gênero, de orientação sexual etc. - existentes entre os diferentes sujeitos abrigados sob a égide de uma identidade nacional.

² FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-50.

A METÁFORA NACIONALISTA: D. Narcisa de Villar, de Ana Luísa de Azevedo Castro

O romance *D. Narcisa de Villar*, de Ana Luísa de Azevedo Castro, está entre os primeiros romances de autoria feminina publicados no Brasil. No mesmo ano de sua publicação (1859), foi publicado também o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. *D. Narcisa de Villar* circulou anteriormente à sua publicação em livro, na forma de folhetim, no jornal fluminense *A Marmota*, durante o período de 13 de abril a 6 de julho de 1858⁵. Não se sabe muito sobre a vida dessa escritora. Mesmo a sua data de nascimento não é dada como certa. Muzart (2000:250) aponta o ano de 1823, e o local mais provável seria a cidade de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina. A escritora faleceu no Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1869, com cerca de 46 anos.

Antecedendo a narrativa romanesca propriamente dita, há uma espécie de prólogo intitulado “Ao Público”. Assim como em vários outros romances brasileiros escritos por mulheres no século XIX, a escritora vem “rogar a benevolência daqueles que me lerem” (Castro 1990:9). Da mesma maneira como o faz Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*⁶, a autora de *D. Narcisa de Villar* traz, antecipando seu texto ficcional, um pedido de desculpas pelo pecado que está cometendo: o de, em um universo de *homens*, ousar a escrever, sendo *mulher*. Esse tipo de “prefácio” - típico tanto em termos de forma quanto em termos de conteúdo nos romances escritos por mulheres no século XIX - mostra que Castro e dos Reis, como muitas outras escritoras da época, manifestavam consciência das condições sociais às quais as mulheres escritoras oitocentistas estavam submetidas no Brasil: a de não-reconhecimento do *status* autoral dos seus escritos, não legitimando, assim, a incorporação de tais obras no elenco de representações sócio-culturais constitutivos do imaginário nacional.

O enredo de *D. Narcisa de Villar*, se observado de uma forma pouco atenta, soa como tipicamente indianista: trata do embate colonial entre duas civilizações distintas: a portuguesa colonizadora, de um lado, e a indígena autóctone brasileira, de outro. Entretanto, o desenvolvimento dos fatos se dá de forma diferenciada, se comparado ao típico *script* narrativo dos romances alencarianos. A narrativa de Castro desenvolve-se da seguinte forma: D. Narcisa, ainda criança e em Portugal, perde os pais e se vê obrigada a deixar as terras lusitanas e viajar para o Brasil, com vistas a viver com os seus irmãos. Logo no primeiro capítulo, há uma passagem na qual a narradora descreve o caráter despótico, já referido, dos irmãos de D. Narcisa: “estes governadores [os irmãos de Narcisa], usando quase sempre

de um poder despótico, os únicos sentimentos que despertavam nesses espíritos tão impressionáveis que podiam fazer voltarem-se facilmente ao bem, eram os da aversão e vingança. A iníqua opressão e torpe injustiça que quase geralmente era exercida contra essa pobre gente, cimentava com incremento fatal esse ódio terrível, cujo amargor devia legar em herança a suas futuras gerações, esse povo então na infância dos costumes” (Castro 1990: 23-4).

Tendo em mente que esse trecho se detém na descrição dos irmãos de Narcisa (D. Martim, D. Luís e D. José de Villar), nota-se de imediato que a voz narrativa se mostra acumpliciada com a visão marginal, não se subordinando ao signo colonial português; ao contrário, se coloca desde o início da narrativa *contra* tal signo. Passada a infância de D. Narcisa, continua ela sob a guarda dos irmãos, que se mantêm emocionalmente distantes; as únicas pessoas que estão realmente próximas de D. Narcisa são a velha Efigênia e Leonardo, filho da primeira. Efigênia é uma serviçal da família de Villar e Leonardo é o seu único filho. Leonardo e Narcisa crescem juntos, e a jovem portuguesa passa sua infância entre brincadeiras e lições religiosas dadas a Leonardo. Em um dado momento, D. Narcisa bruscamente se depara com a realidade: a de que sua infância terminou. É neste momento que os irmãos de D. Narcisa comunicam-lhe sua decisão: ela deverá casar-se com o coronel Pedro Paulo, rico fidalgo português. Nessa ocasião desperta a paixão entre Narcisa e Leonardo. Declaram simultaneamente seu amor e decidem não se subordinar à decisão dos irmãos D. Martim, D. Luís e D. José de Villar. No momento da cerimônia de casamento, Leonardo seqüestra Narcisa e, em uma canoa, ambos fogem para a Ilha do Mel. Abridados em uma gruta na ilha, são encontrados e assassinados pelos perseguidores. Antes da morte de Leonardo e Narcisa, Efigênia revela a todos que Leonardo é filho de D. Luís, um dos irmãos de D. Narcisa. Portanto, antes do assassinato, o idílio é mostrado como incestuoso, visto que Leonardo e Narcisa têm o mesmo sangue.

Ana Luísa de Azevedo Castro, rompendo com a suposta neutralidade do narrador romanesco, desloca o *locus* de enunciação da voz narrativa ao declinar sua narradora no feminino. Ao filiar a instância enunciativa marcada pela diferença, recuperando aquilo que foi apagado e que Bhabha identifica como *o sinal de menos na origem*, justificando a emergência de suplementos que vão dar conta dessa subtração: obtém-se um resultado que, contrariando a lógica matemática, não apenas acrescenta, mas altera e desestabiliza o cálculo. Em outras palavras, a restituição do estatuto de sujeito a uma narradora marcada pelo gênero, não apenas a possibilidade da voz feminina “narrar a nação” está sendo restituída: a própria articulação de saberes construídos a partir desse silenciamento reemerge desestabilizando o conhecimento a respeito da literatura indianista novecentista⁷. Ao recuperar a perspectiva das mulheres dentro da narrativa indianista, Castro

⁵ Conferir MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Catarinense na Literatura do Século XIX. In: CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar: legenda do tempo colonial pela Indígena do Ipiranga*. Florianópolis: Editora Sempredo, 1990. p. IX-XVI.

⁶ Ainda que não seja uma obra do *corpus* aqui analisado, cabe dar um pouco de atenção ao romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. Este romance é, ao que tudo indica, o primeiro romance abolicionista escrito no Brasil. *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, só seria publicado em 1875.

⁷ “A estratégia suplementar interrompe a serialidade discursiva da narrativa de plurais e do pluralismo ao mudar radicalmente o seu modo de articulação” (Bhabha 1998:219).

denuncia a violência do processo colonial, pois a voz narrativa está inscrita no gênero pelo pertencimento e pela afiliação solidária ao índio. Deslocando a perspectiva narrativa, Castro recupera as diferenças de raça e de gênero apagadas no processo de constituição do imaginário formativo da nacionalidade. A violência do processo colonial é levantada no âmbito da enunciação narrativa: ao invés de bravos colonizadores europeus, os portugueses são descritos como “facinorosos saídos das cadeias de Lisboa, que vinham povoar as colônias [...] suplantando toda a sombra de civilização que não podia medrar sem religião. Por isso, vemos até hoje muitas de nossas vilas e cidades tão antigas na história e tão retrógradas no engrandecimento” (Castro 1990:23-4).

Ao mostrar uma nova perspectiva sobre o embate entre o colonizador português e os americanos autóctones, a escritora questiona a construção de uma identidade brasileira através da miscigenação. No lugar de um idílio que terminaria com o nascimento de um representante mestiço, como em *Iracema*, de José de Alencar, no qual Moacir perde todas as marcas de pertencimento à raça da mãe, e herda o legado branco e falocêntrico do pai, Castro desconstrói e subverte o mito do idílio indianista, dando um desfecho trágico ao amor de Leonardo e D. Narcisa.

No romance alencariano *O Guarani* (1857) há um par idílico que lembra os protagonistas de *D. Narcisa de Villar*: uma relação amorosa estabelecida entre um homem índio e uma mulher branca. Entretanto, o desenrolar do enredo é complacente com o ideal preconizado pelo *script* narrativo indianista: dada a impossibilidade da relação entre uma branca, por ser mulher em uma sociedade na qual o sujeito de direito é, por excelência, o homem, e um índio, raça inferior, premiada com a camaradagem dos brancos quando é um “índio bom” e com a morte quando contraria ou questiona o *status quo*, a solução que Alencar encontra para *O Guarani* é uma união que culmina com uma morte simbólica e purgatória, na medida em que representa o indígena como um selvagem que aceitou a salvação cristã e a mulher como uma dama virtuosa que preserva sua castidade até o momento em que isso se torna impossível: o momento da morte na cachoeira. Ainda que se possa deduzir uma possível união amorosa entre Peri e Ceci, é somente em *Iracema* que Alencar vai metaforizar a raça cearense, representando metonimicamente a identidade nacional brasileira, como o resultado da união da raça branca com a raça indígena. *Iracema*: dama a ser amada e possuída, mero objeto a ser apreciado pelo sujeito desejante masculino.

Via de regra, em praticamente toda a produção literária do século XIX, a relação que se estabelece entre indivíduos de diferentes raças (mulher branca e homem indígena) resulta em um casamento infecundo, sem filhos, enquanto a união entre homem branco e mulher índia resulta em um filho que herda do pai o poder patriarcal, garantindo a manutenção do quadro de dominação colonial

como em *Iracema*⁸. Ao contrário da relação que se desenvolve entre Martim e Iracema, o romance de Castro traz um amor que não se concretiza, no qual a união se dá alguns minutos antes da morte, apontando para um final trágico. O idílio de D. Narcisa e Leonardo não é compatível com o projeto nacional etnocêntrico dos *bravos colonizadores portugueses*. Isso porque, dentro do ideário colonial, a genealogia era terminantemente patrilinear; a consumação do amor entre um índio e uma branca não tinha legitimidade dentro do processo romântico de constituição nacional porque não gerava uma descendência vinculada ao colonizador. Embora a mulher branca não esteja excluída de tal processo, sua participação - tal como ocorre em *O Guarani* - restringe-se à instância reprodutiva.

Essa incompatibilidade entre o idílio consumado e o processo de constituição nacional está marcada pela origem dos enamorados. Leonardo é um bastardo, filho de Efigênia e D. Luís, um dos irmãos de D. Narcisa. Essa, sendo mulher, é também despoticamente colonizada e silenciada. Mesmo sendo portuguesa, portanto, pertencente à esfera do colonizador europeu, a condição feminina a torna subordinada aos desígnios dos irmãos. Enquanto *Iracema* traz essencialmente a romanticização do idílio, *D. Narcisa de Villar* traz uma narrativa na qual o violento drama do encontro amoroso entre as duas raças é levado ao extremo. Em Castro, o idílio não é a origem da “raça” cearense, tal como pode ser visto em Alencar, mas a metáfora *par excellence* para denunciar a ideologia do discurso colonial e sua violenta investida. Assim, afirma-se o caráter *trágico*⁹ de *D. Narcisa de Villar*.

Ao inverter o binômio idílico índia/colonizador alencariano (representado por Iracema e Martim) e deslocá-lo colocando uma branca expatriada e um Leonardo mestiço e bastardo, fruto da profanação da mulher autóctone pelo colonizador português, a autora mostra que a participação da mulher branca no processo de construção mítica da raça brasileira está limitada ao fornecimento de herdeiros legítimos para o opressor português, enquanto os “frutos” do sofrimento das iracemas americanas estão condenados a servirem a seus pais-senhores, como índios um pouco mais civilizados, batizados e aculturados, como é posto por Alencar ao final de *Iracema*: “muitos guerreiros de sua raça acompanharam o chefe branco

⁸ GOMES, Heloisa Toller. A Questão da Nacionalidade, Relações Sociais e Código Erótico na Literatura Brasileira Oitocentista. In: *Literatura e Diferença: Anais do IV Congresso da ABRALIC*. São Paulo: ABRALIC, 1995. p. 387-92.

⁹ De acordo com Aristóteles na *Arte Poética* (Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]:255), a ação complexa no texto trágico (há o trágico de ação simples, no qual a fábula se desenvolve linearmente) é constituída por três partes: a *peripécia* ou “mudança de ação no sentido contrário ao que foi indicado” (id. *ibid.*), o *reconhecimento* (o momento no qual se passa da ignorância ao conhecimento como, por exemplo, quando Édipo descobre ser filho de Jocasta, levando ao desfecho trágico) e, finalmente, o *patético* ou *catástrofe*: “o patético é devido a uma ação que provoca a morte ou sofrimento, como as das mortes em cena, das dores agudas, dos ferimentos e outros casos análogos” (id. *ibid.*). Baseado nesses três “traços” da ação trágica complexa é que afirmo o caráter trágico de *D. Narcisa de Villar* (e também de *Gupeva*, como será visto mais adiante): a peripécia (a não-consumação do amor entre o par idílico índio-brasileiro e branca-portuguesa), o reconhecimento (presente tanto em Castro quanto em dos Reis através do incesto entre os amantes, revelado pouco antes da morte do par amoroso) e do patético - ou catástrofe - (o assassinato extremamente violento do casal inter-racial, em ambos os casos - tanto em Castro quanto em dos Reis - realizado por parentes muito próximos - os irmãos, em D. Narcisa, e o próprio pai, em *Gupeva*).

[Martim], para fundar com ele a mairi *dos cristãos*. Veio também um sacerdote de sua religião, de negras vestes, para plantar a cruz na terra selvagem. Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco. *Deviam ter ambos um só deus, como tinham um só coração*. Ele recebeu com o batismo o nome do santo, cujo era o dia; e o do rei, *a quem ia servir*, e sobre os dois o seu, *na língua dos irmãos*” (Alencar [s.d.]:96 - grifos meus). Através de um discurso que constrói o índio como besta a ser civilizada e a mulher como apenas um ventre fértil ou fonte extra de custos, vê-se que não apenas o *espaço físico nacional* foi colonizado, mas também a subjetividade do índio e da mulher. Mesmo o nome de origem de Poti é *traduzido*, de forma a romper com todos os vínculos do índio com sua antiga raça.

A representação da natureza no romance de Castro é um outro dado importante, que diz muito sobre a perspectiva adotada para narrar o processo romântico de construção da brasilidade. Para fazer o contraponto com *D. Narcisa de Villar*, tome-se novamente o *Iracema*. Em Alencar, podemos ler: “o galo da campina ergue a poupa escarlate fora do ninho. Seu límpido trinado anuncia a aproximação do dia. Ainda a sombra cobre a terra. Já o povo selvagem colhe as redes na grande taba e caminha para o banho. O velho pajé que velou toda a noite, falando às estrelas, conjurando os maus espíritos das trevas, entra furtivamente na cabana” (Alencar [s.d.]:22). Alencar usa os trechos descritivos, nos quais retrata as paisagens selvagens, para exaltar a nação através de sua exuberante natureza. A mestiçagem (ou melhor, o branqueamento do índio) é uma necessidade para que se possa asseverar uma origem para o povo brasileiro. A marcação de uma matriz autóctone não legitima apenas a raça brasileira, mas também a função do colonizador português, que é a de “civilizar” o índio. A descrição da natureza em Alencar não apenas marca a barbárie na qual estão imersos os índios, mas também enobrece o caráter soberano da nação brasileira através da vitória do homem branco sobre o espaço “selvagem”, em um momento essencial para a construção da identidade da nação brasileira.

D. Narcisa de Villar, diferentemente de *Iracema*, traz uma representação da natureza que não tem nada do ideal edênico do qual nos fala Sergio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*¹⁰. Ela não está lá simplesmente para legitimar um projeto nacional identitário através da construção do espaço narrativo. A natureza descrita por Castro é a natureza dionisíaca, noturna, uma instância que se opõe aos protagonistas do idílio, mostrando-se não como provedora amistosa, mas como espaço trágico, como pode ser visto no momento em que a narradora descreve a gruta onde Leonardo e D. Narcisa se escondem dos perseguidores: “o teto era um grosso rochedo que parecia tão estável e seguro, que não se abalaria mesmo com as águas do dilúvio. Quando o mar enchia demasiado, lavava todo o interior, e o limo que ali deixava alimentava esse musgo sempre verde, que tapizando esse belo

pavimento, encantava como um felpudo tapete à vista do observador. Os pássaros aquáticos escolhiam essa caverna para abrigar sua tenra prole” (Castro 1990:69 - grifo meu). Mesmo no momento em que a narradora descreve o refúgio dos enamorados, Castro faz questão de marcar o caráter violento e crônico da natureza. A gruta, espaço de refúgio utilizado tanto pelos amantes em fuga quanto pelas aves aquáticas, é periodicamente invadido pelas violentas ondas do mar. Ao contrário dos pássaros que sofrem apenas com a ameaça marinha, Leonardo e D. Narcisa sofrem com a opressão humana: aquilo que aparentemente é um refúgio seguro se torna, na cena final do romance, o altar sacrificial dos enamorados pelos irmãos de Narcisa. Os pássaros são utilizados por Castro para marcar não a beleza oculta da selva, mas sim os prenúncios de mau agouro. Alencar, pelo contrário, utiliza a figura dos pássaros para colocar um colorido no quadro selvagem: “o galo da campina ergue a poupa escarlate fora do ninho. Seu límpido trinado anuncia a aproximação do dia” (Alencar [s.d.]:22).

GUPEVA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS: interfaces com as narrativas de Castro e Alencar

Diferentemente do que aconteceu com Ana Luísa de Azevedo Castro, boa parte do percurso da vida de Maria Firmina dos Reis pôde ser levantado por alguns pesquisadores que se detiveram sobre sua singular atuação nas letras e na educação. Em 11 de outubro de 1825, nasce Maria Firmina, mulata e bastarda, filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis, na Ilha de São Luís, Maranhão. Em 1847, foi aprovada no concurso de Instrução Primária no município de Viamão, e ali exerceu a profissão, como alfabetizadora, de 1847 a 1881. Em 1859 publicou o romance *Úrsula*, primeiro romance abolicionista da literatura brasileira e um dos primeiros de autoria feminina a ser publicado no Brasil. Entre outras narrativas de sua autoria, há o registro do conto “A Escrava”, de 1887. Publicou várias poesias esparsas em jornais e, em 1871, vem a lume *Cantos à Beira-Mar* (reproduzido em fac-símile por Moraes Filho em 1975¹¹).

Maria Firmina dos Reis não se destacou apenas pela sua produção literária e musical (há pelo menos cinco composições suas das quais se tem registro¹²), mas também por sua atuação social como educadora. Em 1880, fundou uma escola gratuita mista, o que causou escândalo na época, obrigando-a a fechar seu estabelecimento dois anos e meio depois de sua abertura. Zahidé Muzart escreve: “o fato de ter fundado a primeira escola mista do país mostra as idéias avançadas de Maria Firmina para a época. Pense-se no tipo de educação que recebiam as meninas

¹¹ MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.

¹² MUZART (2000:272) menciona as seguintes composições: *Auto de Bumba-Meu-Boi* (letra e música); *Valsa* (letra de Gonçalves Dias e música de Maria Firmina dos Reis); *Hino à Mocidade* (letra e música); *Rosinha* (letra e música); *Pastor Estrela do Oriente* (letra e música) e *Canto de Recordação* (letra e música).

¹⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

no século XIX: leitura, com o objetivo religioso, bordado, piano e para algumas o ensino do francês, língua da sociedade!” (Muzart 2000:265).

O abolicionismo é praticamente um *leitmotiv* na produção dessa escritora. Entretanto, *Gupeva* destaca-se muito mais pelo diálogo estabelecido com a tradição indianista brasileira do que pelo acento abolicionista. Este romance apresenta um complexo e imbricado enredo, com várias referências a representações de indígenas na tradição literária brasileira: o próprio nome *Gupeva* tem como origem o poema *Caramuru*, de Santa Rita Durão. Ainda que Zahidé Muzart tenha realizado um trabalho de inegável monta, questiono a validade de algumas das afirmações que esta realiza no verbete que dedica a Maria Firmina dos Reis em *Escritoras Brasileiras do Século XIX*¹³. Muzart afirma: “*Gupeva* é o tipo de narrativa desastrosa tais os erros de enredo que apresenta” (2000:267). Mais adiante, declara enfaticamente: “até o resumir se torna complicado! De quebra, também aparece, em rápido close, a índia Paraguaçu! Um romance esquecido e que, parece-me, assim ficará” (Muzart 2000:268). Por fim, ao comentar o conto “A Escrava”, Muzart tece o seguinte julgamento: “mais bem construído que *Gupeva*, ainda assim não apresenta o mesmo interesse do romance *Úrsula*, de longe a melhor narrativa escrita por Maria Firmina” (2000:268). Ainda que, em um primeiro momento, possa parecer que a pesquisadora tenha inventariado uma espécie de “hierarquia” das narrativas da escritora maranhense, torna-se visível um problema freqüentemente presente dentro das pesquisas de resgate envolvendo os escritos de mulheres do século XIX: a questão do valor literário. Ainda que não seja o foco principal da presente análise, a questão do valor literário será retomada por ocasião das considerações finais. Uma afirmação valorativa como esta de Muzart não estaria reproduzindo o mesmo discurso exclusionista que manteve as 52 escritoras resgatadas pela antologia no silêncio e no esquecimento?

Gupeva veio a público pela primeira vez no jornal *O Jardim dos Maranhenses* entre 1961 e 1962. Em 1963, o folhetim de Maria Firmina dos Reis é republicado duas vezes: uma no jornal *Porto Livre*, outra no jornal *Ecos da Juventude*. Depois disso, somente veio a ser reeditado a partir da transcrição que Moraes Filho fez dele em seu *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, em 1975. *Gupeva* é uma narrativa dividida em cinco capítulos. Partindo da informação de que foi publicado pela primeira vez em folhetim, pode-se supor que essas cinco partes são relativas a cinco números distintos de *O Jardim dos Maranhenses*, dado que - via de regra - a divisão em capítulos dos romances publicados em folhetim obedecia a este critério. Se tal hipótese for verdadeira, fica uma dúvida em suspenso: por que a narrativa de Maria Firmina dos Reis se estendeu apenas por cinco números? Pense-se, por exemplo, nos longos períodos que os folhetins de Alencar e outros escritores românticos levavam para ser concluídos. Torna-se possível levantar duas

hipóteses: ou a obra não foi bem recebida pelo público, ou a escritora foi impedida de estender sua narrativa, sendo obrigada a finalizá-la antes do momento em que havia previsto. Dado que, no ano seguinte ao final de sua primeira publicação, dois outros jornais, *Porto Livre* e *Eco da Juventude*, republicaram a narrativa, penso que a segunda hipótese seja verdadeira. Entretanto, tal questão demanda uma investigação mais aprofundada, que abarcasse o cotejo dessas três versões nos jornais de época, o que poderia eventualmente contribuir significativamente para estudos avançados sobre a produção da escritora.

A narrativa inicia-se com o jovem Gastão apoiado em seu navio, portando um olhar triste que desperta o interesse de um outro jovem oficial, chamado Alberto. A ênfase da narração recai sobre o semblante de Gastão, que deixa transparecer saudade e melancolia: “Seus olhos ardentes pareciam querer divisar através dessas matas ainda quase virgens um objeto qualquer. Sem dúvida nesse lugar outrora solitário, hoje populoso e civilizado, havia alguma coisa que o mancebo amava mais que a vida, em que fazia consistir a toda sua felicidade, resumia todo o seu querer, todas as suas ambições, toda a sua ventura” (dos Reis 1975:105). A partir do diálogo travado entre os oficiais Gastão e Alberto surge o cerne da narrativa: o amor entre o jovem francês (Gastão) e uma brasileira (a jovem índia de nome Épica). O jovem Gastão encontra-se à beira da loucura, pois chega mesmo a pôr em risco as possibilidades de ascensão na carreira militar em prol dos sentimentos que cultiva pela jovem indígena brasileira. Ainda nesse diálogo, os dois personagens são pintados com cores nacionais: o temperamento de Gastão, impetuoso e apaixonado, é associado à sua origem francesa, enquanto o ponderado e racional Alberto se coloca como um representante do típico pensamento português. O fato de Gastão ser um francês em um barco português pode ser interpretado como a saída encontrada por Maria Firmina para desassociar o personagem masculino do “romance-fundador”, o qual marca os portugueses como colonizadores: “Alberto, tu não és francês, o teu clima cria almas intrépidas, corações fortes ou rudes, ardendo sempre, mas em fogo belicoso: o sangue que herdaste de teus avós gira em teu peito como ambição de glória, de renome; são nobres as tuas ambições, eu as respeito; porém as minhas são destituídas de toda a vaidade [...] - Todos nós, lhe disse Alberto, temos a nossa hora de loucura; também o português, meu caro, a experimenta às vezes, não obstante como dizes, o nosso clima gera corações mais rudes; mas, Gastão, teus pais! Queres acaso afrontar a maldição paterna?” (dos Reis 1975:07).

Gastão solicita então, ao final de sua conversa com Alberto, que este tome seu lugar, visto que o jovem francês deveria fazer a guarda da embarcação durante à noite, pois Gastão havia marcado um encontro em terra com Épica. A fala de Alberto, ao aceitar a substituição de posto, marca o que poderia ser chamado de um momento divisor de águas na narrativa: “compreendo-te! Gastão, o teu delírio, meu caro, te faz ingrato. És surdo a minha voz sensível aos extremos da amizade... Vai, Gastão, vê essa mulher que te fascinou, como fascinam as cobras de seu país

¹³ MUZART, Zahidé. Maria Firmina dos Reis. In: _____. (org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDINISC, 2000. p. 264-284.

a míseros pássaros. Tu também és um pássaro, nascido em regiões estranhas, que levantaste o teu vôo, atravessaste os mares e posaste amoroso nas franças do pau d'arco americano; Gastão, não te deixes atrair da serpente venenosa; goza um momento disso, a que chamas a tua felicidade; mas desprende novamente o vôo” (dos Reis 1975:108).

Em sua fala, Alberto denuncia perigos obscuros através de metáforas, tais como a associação de Épica às cobras que fascinam os pássaros para depois devorá-los e de Gastão com os pássaros hipnotizados: “tu também és um pássaro, nascido em regiões estranhas” (dos Reis 1975:108). A partir dessa fala, a voz narrativa não mais pintará os aspectos paradisíacos do Brasil¹⁴; ao contrário, a natureza será apresentada como cenário funesto e ameaçador, denunciando perigos e desgraças, tal como em *D. Narcisa de Villar*.

Em terra finalmente, o jovem Gastão vai ao encontro de sua amada, Épica, em mata fechada. A noite cai e a atmosfera começa a dar mostras de que uma tempestade se aproxima. “Havia um negrume espantoso, porém a natureza ainda estava calma; a tempestade que ameaçava não prometia ser breve” (dos Reis 1975:110). A tempestade, que também está presente na narrativa de Castro, é como um verniz que embota a paisagem: esta deixa de ser um espaço paradisíaco, para dar lugar, sob os auspícios da tempestade, ao palco trágico do desfecho idílico. Finalmente, o jovem francês chega a um bosque solitário e ermo onde aguardava sua amada. Tenso, Gastão aguarda e, enquanto aguarda, entrega-se à meditação. Refletindo sobre o amor e a morte chega à conclusão de que “do mundo só almejava uma coisa, uma somente, do mundo ele só queria aquela mulher, que ele aguardava com frenesi, aquela mulher, que ele aguardava com delírio, que idolatrava loucamente. Por ela Gastão daria toda a sua vida, todo o seu sangue, sua alma, seu sossego, toda a felicidade de um futuro, que se lhe antolhava risonho” (dos Reis 1975:111).

Em meio aos seus pensamentos, Gastão é assaltado por um ruído da mata que o desperta novamente para o mundo. Surpreso e assustado, frente a frente com um homem desconhecido, Gastão ouve a pergunta: “- quem sois?” (dos Reis 1975:111). Tentando identificar o vulto, Gastão repete a pergunta, e ouve como resposta “eu sou tupinambá [...], sou o cacique desta tribo, sou finalmente o pai de Épica. Isto espanta-vos?” (dos Reis 1975:111). Desembainhando sua espada, Gastão arremessa-se contra o cacique. Ao ouvir as seguintes palavras,

¹⁴ Assim descreve a natureza Maria Firmina dos Reis, por ocasião dos primeiros momentos de sua narrativa: “Uma tarde de agosto nas nossas terras do norte, tem um encanto particular; quem ainda as não gozou, não conhece na vida o que há de mais belo, mais poético, não conhece a hora do dia que o Criador nos deu para esquecermos todas as ambições da vida, para folhearmos o livro do nosso passado, buscarmos nele a melhor página, a única dourada que nele existe, e aí nos deleitarmos na recordação saudável da hora feliz da existência [...]”. Ou ainda, mais adiante: “[...] porque nessa hora [o ocaso] como que a face do senhor se nos patenteia nos desmaiados raios do sol, no manso gemer da brisa, o saudoso murmurio das matas, na vasta superfície das águas, na ondulação mimosa dos palmares, no perfume odorífero das flores, no canto suavíssimo das aves, na voz reconhecida da nossa alma!” (dos Reis 1975, p. 104 - grifos meus).

entretanto, o jovem francês domina seus ímpetos e ouve o cacique: “esperai, mancebo, esperai, lhe disse o índio, juro-vos por Tupã que hei de matar-vos ou morrer às vossas mãos, e isto antes do meio giro da lua; porque a essa hora Épica, a inocente Épica, virá louca, correndo ao vosso encontro, e só um de nós a deve receber. Se fordes vós ao menos eu não testemunharei semelhante aviltamento” (dos Reis 1975:112).

O velho começa então, sua narrativa. Há muitos anos, no mesmo bosque no qual agora se encontravam o cacique tupinambá e o jovem francês, um velho cacique, acompanhado de um jovem índio chamado Gupeva, despedia-se de sua filha. Esta havia sido eleita por Paraguaçu, entre outras filhas de caciques, para acompanhá-la à França, onde Paraguaçu seria batizada, tomando como madrinha Catarina de Médices (*sic*). O velho cacique, assim como Gupeva (ao qual a jovem estava prometida em casamento) que o acompanhava, chorava por causa da despedida, mesmo sendo a ausência da jovem donzela, de nome Épica, relativamente curta¹⁵. O velho pai de Épica, cegado pelos anos, demandava-lhe insistentemente se sua filha havia retornado. Ao ouvir o não do jovem guerreiro, seguia cabisbaixo, torturado por suas saudades. O jovem guerreiro, que tinha plena certeza do retorno breve de Épica, começa também a se angustiar com a espera. Até que, finalmente, um navio chega trazendo Paraguaçu e Épica de volta para o Brasil. Ambos vão saudá-las e, enquanto o velho cacique, cego, chora emocionado por ter sua filha de volta, um outro sentimento toma conta do jovem guerreiro que o conduz ao encontro da filha: “Épica, a jovem índia, trajava ricos vestidos à européia. Apertava-lhe a cintura delgada, e flexível, como a palmeira do deserto, um cinto negro de veludo, e as amplas dobras do seu vestido branco envolviam-lhe corpo mimoso, delgado, como a haste da açucena à beira-rio. As tranças negras de azeviche, que lhe molduravam as faces aveludadas, eram aqui e ali entremeadas de flores artificiais. Era todo artifício aquele trajar até então desconhecido do moço índio; ele sentiu repugnância em ver aquela que era tão simples no meio da solidão, ornar-se agora de trajes, que faziam desmerecer sua beleza e seus encantos” (dos Reis 1975:114).

A risonha esposa de Caramuru, a Paraguaçu, chega ao Brasil com o semblante pleno de saudades da terra natal; atrás dela vinha Épica, sem entusiasmo e calada. A jovem Épica abraça o pai, mas continua muda. A pedido de seu pai, ela volta o olhar ao seu prometido, e no mesmo instante se desfaz a má impressão que as vestes à européia lhe tinham causado. Chega então o dia do casamento de Épica e do jovem guerreiro. Dado que Épica, juntamente com Paraguaçu, havia sido batizada e convertida ao cristianismo, a cerimônia de casamento é celebrada por um sacerdote cristão, e o jovem guerreiro converte-se também. Ao final da cerimônia, quando falta apenas o “sim” de Épica para finalizar a

¹⁵ Importante ressaltar que, na narrativa, há duas personagens de nome Épica. Uma é a jovem pela qual Gastão se apaixonou; a outra é mãe desta mesma jovem, a prometida de Gupeva.

união, esta cai desmaiada. Quando esta volta a si, Épica confessa a Gupeva que se apaixonara por um homem na França: “- Gupeva, eu cometi uma falta, que mais tarde deveria cobrir de opróbrio o homem que me recebesse por esposa. O amor não prendeu o coração do conde, ele esqueceu os extremos de meus afetos e desposou uma donzela nobre de sua nação, sem sequer comover-se das minhas lágrimas” (dos Reis 1975:117).

Quando Épica descobriu o amor do conde por outra mulher, já trazia em seu ventre um filho. Apesar de toda a dor, o velho Gupeva decide tomar conta do fruto do ventre indígena profanado pelo homem europeu. Gupeva batizou a jovem nascida do encontro da índia e do conde, tal como a mãe. A filha de Épica e do conde, adotada e batizada por Gupeva, é a jovem pela qual Gastão se apaixonou. Nesse momento, Gastão empalideceu. Reconheceu na figura do conde descrito por Gupeva o seu próprio pai. Gupeva, acusando Gastão de infame ao declarar-se “o filho do sedutor de vossa esposa” (dos Reis 1975:118), fere de morte o jovem francês. Desta forma, a paixão de Gastão por Épica se configura duplamente como destinada ao trágico: primeiramente, pela fronteira racial, o que deslegitima a união frente aos valores europeus; finalmente, por estar esse amor sob as marcas do incesto, visto serem Gastão e Épica meio-irmãos. Diferentemente do *Édipo-Rei* de Sófocles, a união incestuosa não se concretiza, sendo Gastão punido com a morte antes da união consumada com Épica.

Nesse momento, Épica entra em cena, e ao ver seu amado estirado ao chão, pergunta a Gupeva porque assassinara seu amado. Prostrado, Gupeva nada diz. A jovem índia joga-se sobre o corpo inerte do amado que, segundos antes da morte, ainda tem fôlego para falar; “Épica, eu sou teu irmão...” (dos Reis 1879:119). O dia amanhece e Alberto, pressentindo terríveis acontecimentos, comunica ao comandante do navio sua preocupação. Um grupo sai do navio em missão de busca e, ao chegar ao bosque, depara-se com uma cena terrível: “sentado no tronco de uma árvore estava um velho tupinambá; brandia em suas mãos um tacape ensangüentado; a seus pés estavam dois cadáveres!... reclinadas ambas as faces para a terra, Alberto não pôde reconhecer seu amigo senão pelo uniforme da marinha, que o sangue tingira e que as águas, que se desprenderam à noite, haviam ensopado e enxovalhado. O outro cadáver era o de uma mulher... Bela devia ser ela, porque seus cabelos longos e ondedos, fáceis aos beijos da viração da tarde, esparsos assim sobre o seu corpo, davam-lhe o aspecto de uma Madalena” (dos Reis 1975:120). Ao contemplarem tal quadro, Alberto e seus companheiros providenciam sepultura para os dois jovens. A semelhança entre ambos é tanta que mesmo Alberto observa que só poderiam ser irmãos, tão parecidos eram. Apenas quando finalizam o improvisado rito fúnebre é que se lembram do velho; ele está morto estirado ao chão. Enquanto o velho Gupeva brandia enlouquecidamente seu tacape, comemorando enlouquecido a sua vingança contra o filho do sedutor de sua prometida, o mesmo lhe escapa das mãos, ferindo-o de morte.

Como já foi visto por ocasião da análise do romance *D. Narcisa de Villar*, as estratégias narrativas são cruciais para se dar voz aos personagens com filiações de raça e gênero de antes da matriz hegemônica de identidade nacional. Castro manipula elementos formais que extrapolam o universo diegético no qual a narrativa se desenvolve, pois cria uma ruptura metaléptica entre um primeiro nível diegético (a história que deu origem à lenda da Ilha do Mel) e um outro, extradiegético, que dá conta de explicitar ao leitor o porquê de se estar contando essa história. Maria Firmina dos Reis, ao invés de operacionalizar uma voz narrativa branca que se dispõe a registrar um relato oral, utiliza estratégias de encaixe narrativo sem, no entanto, extrapolar o espaço no qual as ações acontecem. Através da voz de Gupeva, Maria Firmina realiza a volta a um tempo passado, anterior ao presente narrativo, possibilitando o acesso a eventos anteriores e a compreensão de eventos aparentemente sem sentido através de uma relação causal estabelecida entre o passado e o presente enunciativo da narrativa¹⁶.

No Capítulo XI da *Poética*, Aristóteles detém-se sobre os elementos da ação trágica complexa: a *peripécia*, o *reconhecimento* e a *catástrofe* (esta última também conhecida como *acontecimento patético*). A *peripécia* é definida como “a mudança da ação no sentido contrário ao que foi indicado” (Aristóteles [s.d.]:255), ou seja, o momento no qual há uma inversão no encaminhamento dos acontecimentos, de forma a conduzir o desenvolvimento da ação para o final trágico. Normalmente, a chave que desencadeia a *peripécia* é a *hybris*, a desmedida, o momento no qual o herói trágico ultrapassa o *métron*, a medida de sua própria humanidade. O reconhecimento, “como o nome indica, faz passar da ignorância ao conhecimento, mudando a amizade em ódio ou inversamente nas pessoas votadas à felicidade ou ao infortúnio” (Aristóteles [s.d.]:255); é o momento no qual o enredo trágico é evidenciado e, muitas vezes, é aí onde o herói toma conhecimento de sua própria desmedida: “O mais belo dos reconhecimentos é o que sobrevém no decurso de uma *peripécia*” (Aristóteles [s.d.]:255). Finalmente, o acontecimento patético é o resultado de “uma ação que provoca a dor ou o sofrimento, como as das mortes em cena, das dores agudas, dos ferimentos e outros casos análogos” (Aristóteles [s.d.]:255). É em função da *nêmesis* (a vingança divina), que se segue à *hybris* como punição, que o acontecimento patético surge e explicita sua função trágica: restabelecer uma ordem transcendental que foge ao conhecimento dos personagens trágicos.

¹⁶ Os limites entre as noções *metadiegesis* e *metalepse*, se vistas descontextualizadas do restante do pensamento de Genette, podem parecer um pouco difusos. Por *diegesis* Genette entende o universo ficcional de uma narrativa (o tempo, o espaço, as leis que o regem, etc.) em sua totalidade. Entretanto, essa totalidade pode ser rompida através de uma instância metadiegetica que, grosso modo, pode ser entendida, como “a narração dentro da narração”, ou ainda como “a história dentro da história”. Já a *metalepse* é descrita como a passagem de um nível narrativo para outro. O termo fica mais compreensível se comparado com outros análogos, também formulados por Genette, como *prolepse* (antecipação de um acontecimento da narrativa, por exemplo, por meio de um sonho divinatório), *analepse* (conhecido em linguagem fílmica como *flash-back*, a analepse trata de voltar a acontecimentos passados em relação ao presente da narrativa, ainda que tais acontecimentos ainda não tenham sido, em nenhum momento, desvelados pelo narrador ou por algum personagem) e finalmente *silépse* (a narração simultânea de dois acontecimentos distintos, mas que ocorrem paralelamente em um mesmo espaço de tempo).

Pode-se identificar, dentro das narrativas indianistas aqui analisadas, a presença dos elementos da ação complexa sistematizados por Aristóteles. Tanto Castro quanto dos Reis utilizam-se de um esquema que salienta o caráter trágico do encontro entre duas raças. As narrativas de ambas as escritoras, se em um primeiro momento lembram o *script* narrativo alencariano, em seguida deslizam para um outro esquema narrativo, no qual os traços trágicos dão uma nova significação para a impossibilidade de um amor realizado entre dois sujeitos coloniais pertencentes a raças diferentes. Como afirma Lesky, “com o adjetivo ‘trágico’ designamos uma maneira muito definida de ver o mundo” (Lesky 1990:21).

A peripécia em *D. Narcisa* é o momento no qual seus irmãos decidem entregá-la aos cuidados de um coronel português, com vistas a manter a herança nas mãos dos três irmãos e ainda acrescentar algum capital a título de dote. Tal peripécia inverte o rumo dos acontecimentos (até aqui era possível supor que havia a possibilidade do amor entre Narcisa e Leonardo), levando à fuga dos enamorados, a perseguição e finalmente o assassinato dos amantes pelos irmãos de Narcisa, um acontecimento patético nos termos em que Aristóteles postulou: “Ah! exclamou a moça exaltando-se: não me consultaram; sou eu a única que tudo ignoro de um fato que sabê-lo-á talvez até o mais obscuro dos criados que me servem, porque dispuseram de mim um fardo, que se mercadeja!... Se querem agora a minha presença, é para que o comprador veja melhor a qualidade do estofado que ajustou pelo preço que se chama dote! Ah! e querem, depois de toda esta profanação do mais sagrado de todos os atos da vida da mulher, que haja casamentos felizes?... Irrisão!...” (Castro 1990:49).

Finalmente, há o reconhecimento: Efigênia revela que Leonardo é primo-irmão de Narcisa: “viu-se então entrar pela gruta uma mulher alta [Efigênia], de braços nus, toda desgrenhada, e cujos vestidos molhados estavam na maior desordem. - Suspende, monstro! disse ela encarando o assassino com majestade; não cometas um novo crime, não mates teu filho!... - Meu filho?!... respondeu, levantando-se, D. Luís” (Castro 1990:77). Em *Gupeva*, a presença dos traços trágicos também ocorre: no momento em que Gastão vai ao encontro de Épica, depara-se com Gupeva. Após o conflituoso encontro, Gupeva começa a relatar sua história (Capítulo III). Ao terminá-la, a possibilidade do incesto desvela-se (reconhecimento), como se pode observar neste trecho: “- Da minha vingança serás tu a primeira vítima - continuou o cacique; mais tarde o Conde de... - Eis-me aqui, disse Gastão, interrompendo. Gupeva, eu sou filho do Conde de..., não me reconheste então? Oh! eu sou francês, sou o filho do sedutor de vossa esposa, sou irmão de Épica... - Infame! rugiu o velho tupinambá. Infame filho do Conde de..., não terei compaixão de ti. E brandindo seu tacape, o cravou com fúria no peito do jovem oficial. E batia com os pés na terra, e fazia com gritos um alarido infernal” (dos Reis 1975:118).

A peripécia está atrelada ao surgimento inesperado de um personagem que colocará em cena uma ruptura de cunho analéptico na narrativa, a partir da qual o reconhecimento também se dá: ao ouvir a história de Gupeva, Gastão se reconhece como o filho do Conde de..., que violou a mãe de Épica, a prometida de Gupeva. Sendo meio-irmãos, a união é mais uma vez impossibilitada, e Gupeva termina por assassinar Gastão e a própria Épica, filha de sua prometida, e a quem se comprometeu a aceitar como sua própria filha. Por fim, o próprio Gupeva, enlouquecido, acidentalmente fere a si mesmo de morte com o tacape utilizado para assassinar os enamorados.

É extremamente pertinente perguntar qual a motivação encontrada por estas escritoras para lançarem mão de tantos recursos típicos da tragédia grega. Partindo da afirmação já mencionada de Lesky de que o adjetivo *trágico*, muito mais do que um gênero literário, define um modo muito particular de ver o mundo, é possível levantar algumas possíveis respostas para tal indagação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: reconsiderando a identidade nacional através de elementos trágicos

Aristóteles, em suas reflexões sobre a tragédia clássica, define duas tríades de elementos constitutivos da mesma. A primeira dessas tríades diz respeito às unidades de tempo, de espaço e de ação. A segunda delas é definida no momento em que ele se detém sobre os elementos da ação complexa: *peripécia*, *reconhecimento* e *catástrofe*. Na narrativa de Maria Firmina, toda a ação ocorre no período que vai do deitar do sol ao amanhecer. *D. Narcisa de Villar*, por sua vez, ainda que apresente algumas digressões como, por exemplo, algumas informações sobre a infância de Narcisa, traz o cerne de sua fabulação também em um período que vai do anoitecer aos primeiros raios de sol. Basta lembrar que a ação propriamente dita de Castro vai do momento do casamento de Narcisa com o coronel português, terminando com o assassinato de Narcisa e Leonardo na Ilha do Mel.

Da mesma forma, as unidades de tempo e espaço também são mantidas: basta que se relativize um pouco a definição destas categorias. Mesmo nas tragédias clássicas, há a presença de elementos narrativos que fogem a uma idéia estrita dessas unidades, e mesmo quando estes estão extremamente atreladas a essas unidades, é importante lembrar que a fábula das tragédias estava baseada nos mitos gregos. Desta forma, a representação do espaço e do tempo na tragédia não necessitava de uma contextualização, que traria os antecedentes do momento específico que estava sendo representado, visto que tais informações estavam disseminadas na cultura clássica; essas não precisavam ser incluídas no texto trágico, pois eram de domínio público: “o homem, em seu trágico destino,

não pode fazer outra coisa senão gritar, não se lamentar nem se queixar, mas gritar a plenos pulmões aquilo que nunca foi dito, aquilo que antes talvez nem se soubesse, e para nada: somente para dizê-lo a si mesmo, para ensinar a si mesmo” (Lesky 1990:27).

Os elementos da segunda tríade aristotélica, entretanto, são os de maior importância para a politização do trágico. Se não resta ao homem, frente ao seu trágico destino, gritar coisas que nunca foram ditas, as escritoras do século XIX o fazem sistematicamente. Frente a um processo de escritura da nação que silenciou mulheres e índios, tais escritoras gritaram a plenos pulmões que a identidade nacional não era una, que o projeto de construção de um imaginário nacional a partir do idílio inter-racial era uma farsa e que todos os que não se submetessem aos desígnios dos senhores portugueses eram exterminados. Através do redimensionamento da peripécia e da catástrofe, mais do que encenar o drama do colonialismo, estas duas escritoras politizam a catástrofe, mostrando uma função não apenas catártica para o mesmo, mas também uma função de denúncia. Se o patético vai, na tragédia clássica, punir a *hybris* do herói trágico, colaborando para a manutenção do *status quo* da pólis grega, nos textos indianistas de autoria feminina esse mesmo elemento vai figurar como estratégia de enunciação, pondo em cena a *diferença* e mostrando a violência decorrente das tentativas de apagamento das subjetividades declinadas na diferença de raça e de gênero.

O reconhecimento - que em ambas as narrativas analisadas vai dar conta da descoberta de uma relação incestuosa¹⁷ - pode parecer apenas uma estratégia moralista a justificar a morte do par romântico. Entretanto, ele ultrapassa essa função para denunciar a violência sexual que os europeus exerceram sobre as indígenas brasileiras. Ora, D. Luís tem um filho com Efigênia, e pelo caráter despótico que a narradora atribui aos três irmãos portugueses em *D. Narcisa de Villar*, não é difícil imaginar de que natureza foi esse contato sexual. O fato de Efigênia manter em segredo a paternidade do filho também é uma estratégia de resistência, pois ela perderia todos os direitos sobre o filho, da mesma forma que aconteceu com Iracema, impossibilitada de deixar seu legado cultural autóctone para Moacir.

Tendo em vista que o deslocamento e a utilização dessas estratégias normalmente associadas ao trágico por dos Reis e Castro salienta a violência do embaite colonial, minha afirmação é a de que, ao inserir elementos trágicos no idílio indianista, essas escritoras *politizam* e *redimensionam* o significado da narrativa fundadora, na medida em que tais elementos estão presentes não para suscitar sentimentos catárticos, mas para denunciar a violência real, tanto material quanto simbólica, sofrida pelos indígenas e pelas mulheres no período colonial.

¹⁷ Na verdade, o reconhecimento não dá conta da relação incestuosa propriamente dita, mas da possibilidade do incesto, visto que os amantes - em ambas as narrativas - são assassinados antes de poderem concretizar o intercuro sexual.

Graças à inserção de elementos trágicos, torna-se possível visibilizar os processos de opressão sofridos por mulheres e índios. Mais do que um genocídio, um *ginocídio* e um *etnocídio*, um silenciamento que torna a identidade nacional monolítica, marcada por um *signal de menos-na-origem* que, quando recuperado, não apenas soma, mas desestabiliza completamente a lógica do próprio cálculo. Lesky, ao refletir sobre o conflito trágico cerrado, responsável por levar a tragédia ao desfecho catastrófico, levanta as seguintes questões: “quando, no conflito trágico cerrado, somos testemunhas da destruição do protagonista sofredor, será só isto que o autor é capaz de nos mostrar? Será que nenhuma de suas palavras nos levará além da ação terrível, para um mundo em que há ordem e sentido? Ele nos deixa sair com a sensação de aniquilamento, ou espera que, com fria concordância passiva, nos conformemos com um mundo que se dirige para a destruição, e nada além da destruição? Ou será que, pelo exemplo trágico, ele nos eleva até a consciência de que tudo isso acontece sob o signo de um mundo de normas e valores absolutos, um mundo que permite ao homem conservar o que não pode ser perdido, nem mesmo em meio às trágicas tempestades?” (Lesky 1990:45).

“Será que nenhuma de suas palavras nos levará além da ação terrível, para um mundo em que há ordem e sentido?” Eu não saberia responder tal questão pensando nas obras trágicas da Grécia Clássica, mas, ao analisar a dramatização do idílio nos escritos indianistas de autoria feminina, fica clara a filiação ideológica¹⁸ dessas autoras, o que permite responder à pergunta de Lesky. Os romances das duas escritoras em questão não vão *purgar* o público leitor do século XIX através de assassinatos e incestos, mas denunciar as operações discursivas que invisibilizam a experiência histórica de sujeitos marginalizados. Assim, acredito ter alcançado a resposta da questão que deixei em suspenso no início desse trabalho: *por que tais obras vêm sendo ignoradas pela crítica?* Ora, porque tocam em questões que desestabilizam o imaginário da brasilidade, que estava em pleno processo de elaboração na segunda metade do século XIX, período no qual tais obras foram publicadas.

A partir da leitura de dois romances indianistas escritos por mulheres, torna-se clara não apenas a divisão entre as “duas historiografias”, às quais Edward Said se refere em *Cultura e Imperialismo*, mas também suas conseqüências refratadas no trabalho de crítica literária: uma perspectiva “linear e dominadora”, que vê ainda a produção cultural da nação com um certo anacronismo beletrista, e uma outra, “contrapontual e muitas vezes nômade”¹⁹, que realiza suas reflexões a partir das fissuras nos alicerces monolíticos das concepções de cultura nacional.

¹⁸ Quando falo em filiação ideológica, não pretendo taxar de panfletárias essas escritoras, por comparação a outros escritores supostamente “neutros”. Acredito ter deixado claro que Alencar é também ideológico em seu projeto de construir a nação brasileira através de seus escritos.

¹⁹ “Antes que possamos concordar quanto aos elementos que compõem a identidade americana, temos de admitir que, enquanto sociedade de colonos imigrantes que se impôs sobre as ruínas de uma considerável presença autóctone, a identidade americana é variada demais para chegar a constituir algo unitário e homogêneo; na verdade, a luta que se trava em seu interior envolve defensores de uma identidade unitária e os que vêm o conjunto como uma totalidade complexa, mas não redutoramente unificada. Essa oposição supõe duas perspectivas diferentes, duas historiografias diversas, uma linear e dominadora, a outra contrapontual e muitas vezes nômade” (Said 1995:27-8).

Tanto em *O Guarani* quanto em *Iracema*, é possível averiguar que, por trás do projeto estético alencariano, há um comprometimento com outros interesses: entre eles o de, através da literatura, “escrever a nação”, partindo de elementos autóctones, com vistas a incorporar ao imaginário nacional a idéia de uma nação democrática - afinal, tanto índios quanto brancos participaram das suas narrativas fundadoras - e com filiações étnicas americanas e européias. Contudo, se por um lado, Peri se mostra um cavalheiro cortês a auxiliar Dom Antônio de Mariz e Iracema, uma leal serva e um fértil ventre a ser semeado, por outro, se esquece que, por mais que tenham sido violentamente dizimados por ocasião da ideologia colonial, jamais se poderia afirmar que os povos autóctones não tenham oferecido resistência. Tal como afirma Edward Said: “o contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não-ocidental inerte ou passivo; *sempre* houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando” (Said 1995:12).

Não podemos ser inocentes a ponto de afirmar que os índios brasileiros não foram massacrados pela violência colonialista. Entretanto, também não podemos negar que houve resistência em várias frentes, ainda que em tempos nos quais a violência física já havia deixado cicatrizes irreversíveis. As mulheres que escreveram durante o século XIX, diferentemente dos homens, possuíam uma experiência de marginalização e exclusão social que as deixava mais aguçadas para observar o processo colonial de uma outra perspectiva, a qual permitiu a elas solidarizarem-se com os índios e escrever uma outra versão para o idílico encontro inter-racial que, presumidamente, alicerça o conceito de brasilidade.

E, desse outro lugar, Maria Firmina dos Reis e Ana Luísa de Azevedo Castro puderam problematizar a representação da fundação mítica da nação brasileira, fundação essa calcada não em um lépido e fugaz intercurso entre Peris e Cecílias, entre Iracemas e Martins. Tal problematização é feita a partir da construção de personagens como o jovem Leonardo, fruto ele próprio da violação de uma índia, ou a jovem Narcisa que, mesmo sendo branca, portuguesa e abastada, estava tão ou mais colonizada do que as terras administradas por seus irmãos. É pertinente perguntar: por que o mestiço Moacir é legitimado como representante da nação, como *fundador da nação cearense/brasileira*, enquanto Leonardo é taxado de bastardo e assassinado pelo próprio pai e pelos tios?

Moacir, antes de tudo, é desligado de Iracema. Isso não significa apenas uma separação entre mãe e filho, mas uma separação do filho de *todos aqueles valores aos quais a identidade de sua mãe estava atrelada*. Ainda que Iracema participe do processo, ela não passa de um ventre fértil cuja função é nutrir o filho do colonizador; ao pequeno Moacir não é dado o direito de herdar os valores de sua mãe, nem do povo que ela representa. Seus antepassados são esquecidos em nome da filiação a um heróico e bravo português; a religião de sua mãe e seus avós é silenciada: mesmo o guerreiro Poti, ao final da narrativa alencariana,

abandona sua religião, seus costumes e mesmo o próprio nome, tornando-se um subserviente companheiro de Martim. O preço da existência indígena no mundo colonial é a aculturação.

Leonardo, ao contrário de Moacir, não está ligado à herança branca dos valores paternos. Criado por sua mãe Efigênia, pôde receber os valores autóctones de sua raça, ao contrário de Moacir, a quem não foi dada nem mesmo a oportunidade de conhecer sua mãe. A filiação de Leonardo aos valores maternos não o legitima como um representante nacional, visto que Dom Luís não reconhece sua paternidade. Finalmente, é possível denunciar a falácia do idílio inter-racial: as índias não colaboram no processo de fundação mítica da nação a não ser como corpos colonizados: seus valores e sua cultura, os valores dos povos verdadeiramente brasileiros, não são em nenhum momento assimilados pelos seus filhos, representantes dessa nova raça. E, nos raros casos em que tal transmissão da herança cultural indígena ocorre, há o despótico assassinato do sujeito cingido pelos valores indígenas (o personagem Leonardo do romance de Castro).

A representação da natureza com tons violentos, tal como é feita por Castro, é repetida em *Gupeva*, de Maria Firmina dos Reis. Tal estratégia está intimamente relacionada com o desfecho trágico dessas duas narrativas que, ao contrário dos romances alencarianos, mostram o encontro colonial não como um algo amistoso e pacífico, mas como um embate marcado pela violência. Castro e dos Reis mostram, através das representações do índio e da mulher, que ambos foram vitimados pelos interesses coloniais: mesmo a mulher branca (em *D. Narcisa de Villar*) está submetida ao despotismo dos portugueses. O embate entre colonizador e colonizados é *representado dramaticamente* em um cenário inóspito e pouco amistoso; já em *Iracema*, há o espetáculo fundacional sobre um cenário cuja função é legitimar a fundação de uma identidade nacional.

Avançar no conhecimento que se tem sobre o passado significa redimensionar, no presente, os nossos conceitos de literatura e cultura, para projetar uma visão de cultura *dialógica e plural* que, efetivamente, expresse o choque dos valores e encene a *diferença* como marca de mobilidade permanente do coletivo e das identidades sociais, culturais, nacionais e literárias. Importante salientar que este trabalho não se pretende conclusivo; ao contrário, é o início de uma série de reflexões a serem feitas, pois torna clara a impossibilidade de continuar a pensar a “nação literária” como uma totalidade engessada na historiografia literária canônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José Martiniano de. *Iracema*. São Paulo: Ática, [s.d.].

_____. *O Guarani*. 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Junior: Teoria, Crítica e História Literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: USP, 1978.

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BELLEI, Sérgio Prado. *Nacionalismo e Literatura*. Florianópolis: UFSC, 1992.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1964.

CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar: legenda do tempo colonial pela Indígena do Ipiranga*. 2. ed. Florianópolis: Sempredo, 1990.

CULLER, Jonathan. *Sobre a Desconstrução*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo nas Ciências Humanas. In: _____. *A Escrita e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 227-249.

DOS REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. 3 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

_____. Gupeva: romance brasiliense. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975. p. 103-134.

_____. A Escrava (conto). In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975. p. 123-34.

DUARTE, Constância Lima. A Lágrima de um Caeté: uma nova página do indianismo brasileiro. In: AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *A Lágrima de um Caeté*. 4. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1997. p. 7-31.

_____. O Cânone e a Autoria Feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (org.) *Mulheres e Literatura*. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 53-60.

EAGLETON, T. *Marxism and Literary Criticism*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1978.

_____. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-50.

FRANCO, Jean. Sentido e Sensualidade: notas sobre a formação nacional. In: HOLLANDA, H. B. *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 99-126.

GENETTE, Gérard. Voice. In: LANDA, Susana & ONEGA, José Angel García. *Narratology*. London and New York: Longman, 1996.

GOMES, Heloísa Toller. A Questão da Nacionalidade, Relações Sociais e Código Erótico na Literatura Brasileira Oitocentista. In: *Literatura e Diferença: Anais do IV Congresso da ABRALIC*. São Paulo: ABRALIC, 1995. p. 387-92.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publi-Folha, 2000.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JOBIM, José Luis (org.) *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LEMAIRE, Ria. Relendo *Iracema*: o problema da representação da mulher na construção de uma identidade nacional. In: *ORGANON: Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 16, nº. 16, p.257-279, 1989.

LESKY, Albi. *A Tragédia Grega*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LOPES, Cristina e REIS, Carlos. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

LYRA, Pedro. Ideologia. In: JOBIM, J. L. *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 151-184.

MARX, K. e ENGELS, F. *O Materialismo Histórico e as Superestruturas Ideológicas*. São Paulo: Global, 1979.

MONTAIGNE. *Montaigne*. v. I. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Catarinense na Literatura do Século XIX. In: CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar: legenda do tempo colonial pela Indígena do Ipiranga*. Florianópolis: Editora Semprelo, 1990. p. IX-XVI.

_____. (Org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDUNISC, 2000.

_____. Maria Firmina dos Reis. In: _____. (org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDUNISC, 2000. p. 264-284.

_____. Ana Luísa de Azevedo Castro. In: _____. (org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDUNISC, 2000. p. 250-63.

ORLANDI, Eni. (org.) *Discurso Fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

PETERSON, Michel. *Estética e Política do Romance Contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

PRATT, Mary Louise. Mulher, Literatura e Irmandade Nacional. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.127-57.

QUEIROZ, Vera. *Crítica Literária e Estratégias de Gênero*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *Rousseau*. v. I. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O Orientalismo Revisto. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 251-273.

_____. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHMIDT, Rita. (org.) *Mulheres e Literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997.

_____. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? In: *Revista Letras*. Santa Maria, nº 16, p.183-96, 1998.

_____. Os estudos literários como campo de investigação: paradigmas e desafios. In: *Cadernos do IL*. Porto Alegre, nº 20, p. 85-92, dez. 1998.

SOMMER, Doris. Amor e Pátria na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 158-83.

SOUSA, J. Galante de. Duas escritoras e um problema de autoria. In: *Machado de Assis e outros escritos*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979. p. 217-20.

Paternidades nas Adolescências: um Estudo sobre Alguns dos Sentidos Atribuídos por Adolescentes Pais à Paternidade

Renata Orlandi – Universidade Federal de Santa Catarina/SC¹

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o espaço do cuidado dos filhos, em nossa sociedade, tem sido destinado, principalmente, às mulheres. Porém, gradativamente, os efeitos da urbanização e da inserção das mulheres no mercado de trabalho têm implicado um grande impacto na cotidianidade das pessoas, consistindo em um destes efeitos a maior visibilidade de uma pluralidade de configurações familiares. O espaço da educação e acompanhamento dos filhos compõe uma das esferas da paternidade que tornam mais visível a pluralidade de famílias e paternidades.

No decorrer de séculos, na história da civilização ocidental, tanto na esfera privada, quanto na pública, freqüentemente se associou, de forma essencializada, a feminilidade ao cuidado das crianças. Assim, a maternidade e o amor aos filhos seriam atribuídos aos instintos que constituiriam as mulheres, conseqüência de um processo natural pautado pelo gênero. O livro “História social da criança e da família” escrito por Ariès (1981) aponta a produção do sentimento de maternidade e da noção de infância nos séculos XVIII e XIX. Porém, de acordo com Machado (2004), no que se refere ao exercício da paternidade, “Um grande silêncio permanece sobre a paternidade enquanto sentimento na relação com os filhos. Este silêncio está inscrito na redução da paternidade ao valor do provimento e ao poder de controle que dele deriva” (p.53). Segundo a autora, comparado à noção de infância e maternidade, pouco foi ‘inventado’ sobre o sentimento de paternidade na literatura científica.

Neste contexto, a temática da maternidade foi problematizada, freqüentemente, por diversos campos do saber, destacando-se a contribuição da Psicologia (a esse respeito, habitualmente, são citados Spitz, 1945; Bowlby, 1969 e Winnicott, 1971). Porém, diante da identificação da lacuna na literatura especializada referente ao lugar do pai em relação aos cuidados exigidos pelos filhos, pode-se verificar o fato de que publicações sobre a paternidade foram impulsionadas, sobretudo, pelos estudos de gênero (são exemplos destes trabalhos os de Lamb, 1983; Lyra, 1997; Figueroa Perea, 1998; Siqueira, 1999; e Fuller, 2000).

De acordo com Fuller (1997), o gênero consiste em um marcador social muito importante no processo de constituição do sujeito, posto que, desde o momento em que este é concebido, o mesmo é investido por significados e prescrições socialmente produzidos e partilhados que normatizam a sua conduta, tendo como pano de fundo as diferenças anatômicas percebidas entre os sexos. Neste sentido, a autora compreende a paternidade como um aspecto significativo para a experiência da masculinidade, tendo em vista o fato de que, geralmente, tal experiência é atrelada no imaginário social à noção de virilidade. Assim, a paternidade pode ser vivida como um momento importante no processo de transição da adolescência para a vida adulta, na medida em que implica novos arranjos no cotidiano do homem, de modo a inseri-lo na cultura valendo-se do status de adulto e do pleno reconhecimento social (Fuller, 1997).

No que diz respeito às prescrições culturais da ordem do gênero, prevalece ainda o pressuposto de que aos homens caberiam as esferas sociais referentes ao exercício da sexualidade e ao espaço público e produtivo, portanto, a proteção e provimento da família; às mulheres, por sua vez, caberia a esfera da reprodução e do cuidado dos filhos, circunscrita ao espaço privado, esfera esta pouco visível e, conseqüentemente, desvalorizada socialmente (Sarti, 1994; Arilha, 1998; Arilha, 1999; Villa, 1997; Villa, 1998; e Olavarría, 2001). Neste contexto, ainda que os dois cônjuges trabalhem no espaço público, freqüentemente, o homem é visto como provedor de bens materiais para a família e a esposa como responsável pelo bem-estar doméstico” (Trindade e Bruns, 1999, p.16). Amato (1998) define os pais como líderes instrumentais da família, consistindo no suporte econômico dessa, sendo também disciplinadores, modelos de realização e de trabalho, cabendo-lhes a responsabilidade pelo status familiar.

Tendo em vista a relação de cuidado destinada às crianças, o recém-nascido da espécie humana depende totalmente dos pais ou responsáveis para a sua sobrevivência, bem como para o favorecimento de seu processo de constituição. Contudo, às práticas atribuídas culturalmente ao campo da paternidade são atrelados significados e sentidos produzidos em contextos históricos singulares. O termo significado, conceito empregado pela abordagem histórico-cultural (Vygotsky, 1984), está atrelado à noção de compartilhamento social; duas ou mais pessoas podem se entender na medida em que estão inseridas em um mesmo contexto semântico e empregam um grande número de palavras às quais atribuem o mesmo significado. Por sua vez, o termo sentido trata-se de um conceito que diz respeito às experiências do sujeito que são únicas, pessoais, porém, vale destacar, não individuais e sim constituídas na dinâmica dialógica, como produtos da história e da cultura. O sentido atribuído por um determinado sujeito a um determinado fato é, portanto, dialeticamente, singular e coletivo.

A possibilidade de o sujeito atribuir sentidos diversos ao socialmente estabelecido demarca a sua condição de autor, pois, embora essa possibilidade seja circuns-

¹ Orientadora: Maria Juracy Filgueiras Toneli.

crita às condições sócio-históricas do contexto em que se insere, que o caracteriza como ator, a relação estabelecida com a cultura é ativa, marcada por movimentos de aceitação, oposição, confronto, indiferença (Zanella, 2004, p. 9).

Nesta pesquisa, os marcadores sociais de gênero, classe social e geração são investidos de especial importância na medida em que esta investigação refere-se às práticas de cuidados de adolescentes pais oriundos de famílias com baixa-renda. De acordo com a ancoragem analítica que norteia esta investigação, a abordagem histórico-cultural em Psicologia, os processos singulares de constituição dos sujeitos ocorrem em meio às relações sociais que, dialeticamente, são produzidas/produtoras pelos/dos sujeitos. No contexto das relações sociais, mediadas semioticamente, os sujeitos apropriam-se dos significados produzidos e acumulados na história de seu grupo e atribuem sentidos aos mesmos (Vygotski, 1995).

Quanto ao cenário das paternidades, entendida no plural, tendo em vista as múltiplas formas de exercício desta atribuição social, Fuller (2000) indica mudanças e permanências no significado que, para a população masculina, tem o exercício da paternidade. Segundo a autora, resultados de estudos realizados no Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru indicam que o pai é significado, além de protetor e provedor, também como formador e educador de seus filhos, verificando-se, portanto, uma ampliação das práticas atribuídas ao exercício da paternidade.

No decorrer das últimas décadas, investigações sobre a paternidade passaram a apontar no imaginário social o “surgimento de um pai cuidador, um novo pai, com uma nova paternidade em que há um envolvimento maior dos homens-pais nos cuidados dos filhos, acentuando as relações de afeto, a subjetividade e a liberdade no relacionamento familiar” (Resende & Alonso, 1995, p.67). Esta tendência em situar as discussões sobre a “nova paternidade” atrelada ao surgimento de um “novo homem”, configurando uma “nova heterossexualidade”, implica uma crítica ao entendimento da masculinidade, geralmente, pensada no singular. Neste sentido, verifica-se uma tendência nos estudos de gênero em se empregar o termo masculinidades, tendo em vista a pluralidade de vozes masculinas, pluralidade esta que se contrapõe à compreensão naturalizada do fenômeno da masculinidade como um discurso hegemônico, como força opressiva homogênea.

No cenário das paternidades, inclui-se a paternidade na adolescência. A paternidade e a maternidade na adolescência são compreendidas, aceitas e reconhecidas de maneira diferenciada, de acordo com o contexto histórico no qual este fenômeno é produzido. Porém, no contexto ocidental e urbano, em especial entre as camadas com renda média e alta, as motivações ou causas da gravidez na adolescência são apontadas tendendo para uma patologização deste fenômeno. Tendo em vista a valorização da capacitação acadêmica e profissional, o projeto de maternidade e/ou constituição de uma família é adiado, de maneira a favorecer a inserção no mercado de trabalho e a conseqüente independência financeira (Pinheiro, 2000).

Quanto à gravidez no mundo adulto, parte-se do pressuposto de que toda a gestação ocorrida neste período do ciclo vital consiste no produto de uma decisão, de um planejamento ou de um desejo de ambos os parceiros. Porém, o aspecto etário não é pré-requisito para o estabelecimento de uma relação de cuidados entre pais e filhos. A maior parte dos adolescentes pais (grávidos) entrevistados por Siqueira e colaboradores (2002) demonstraram interesse em acompanhar as suas parceiras no atendimento médico pré-natal, os quais gostariam de acompanhar a gestação com maior proximidade, ‘ouvir o coração do bebê’. Entretanto, constatou-se que a sugestão de que estes adolescentes participassem desse processo junto com as parceiras, pareceu não compor a rotina dos programas investigados.

No cotidiano em nossa sociedade, freqüentemente, a paternidade na adolescência é reprovada, partindo-se do pressuposto de que o adolescente não tem condições de atuar como pai, atuação esta fortemente atrelada ao provimento dos filhos. Entende-se que o viés alarmista pode contribuir para com o afastamento do jovem de sua responsabilidade perante a participação na gravidez de sua parceira. A desconsideração das implicações de uma gravidez, por sua vez, pode ocasionar uma omissão dos serviços de saúde e educação, no que se refere ao favorecimento da possibilidade dos adolescentes discernirem sobre os seus projetos de vida e as implicações de seus atos, independente de os mesmos decidirem tornarem-se pais ou não, neste momento de suas vidas. Isto porque, tal como no mundo adulto, a paternidade na adolescência pode ser significada de diversas maneiras, podendo ser desejada ou indesejada, planejada ou não planejada, não cabendo aos estudiosos nem patologizá-la, nem enaltecê-la.

Neste contexto, faz-se necessário definir o que se entende aqui por adolescência. Tendo em vista a adoção da teoria histórico-cultural como matriz teórica, seria incoerente o entendimento da adolescência como um fenômeno essencializado, de caráter universal. Parte-se do princípio de que as experiências vividas pelos adolescentes são plurais, bem como os sentidos conferidos a tais experiências, sendo que o processo de constituição dos sujeitos está atrelado a uma multiplicidade de fatores, tais como: etnia, classe social, tradições culturais e religiosas, orientação sexual, entre outros que singularizam cada adolescente.

Assim, pode-se considerar a adolescência, tal como é pensada contemporaneamente, como um fato social produzido na/pela modernidade, em contextos urbanos industrializados. Ariès (1981) indica o processo de produção do conceito de adolescência como período específico e demarcado, caracterizado pela passagem da infância para vida adulta, em decorrência da conquista da independência econômica. Sendo assim, geralmente, a definição da adolescência é delineada, paradoxalmente, não pelos aspectos que a caracterizam ou pela sua positividade, mas tendo em vista a passagem da infância para a adultez com a manifestação de

alguns fatores e ajustes psicológicos e sociais tidos como próprios da vida adulta, que demarcariam, portanto, o fim deste período no processo de constituição do sujeito. A adolescência é definida pelo que não é (nem infância nem adultez), sendo que os aspectos que caracterizam este processo não costumam ser abordados.

No que diz respeito à demarcação da adolescência, quando esta é designada em uma dada cultura, diversos critérios podem estar em jogo para defini-la. O critério etário destaca-se em nossa sociedade, porém a delimitação da adolescência pode variar em um mesmo contexto cultural, podendo um sujeito ser entendido ou não como adolescente, tendo em vista aspectos como o seu estado civil e a condição financeira, por exemplo. É por isso que alguns estudiosos (Caridade, 1999; Machado Luz & Castro e Silva, 1999; Lyra & Medrado, 1999) têm preferido empregar o termo adolescências, com o intuito de destacar a tentativa de superação do uso de conceitos genéricos, haja vista a diversidade de grupos sociais e especificidades históricas que acarretam na produção deste fenômeno.

Quando o termo adolescência for aqui empregado, estar-se-á referindo a determinados sujeitos inseridos na cultura ocidental com idade entre 10 e 19 anos, conforme estabelecido pela Organização Mundial de Saúde. Quanto à delimitação etária da juventude, a mesma organização sugere a faixa entre 20 e 24 anos de idade (World Health Organization, 2004).

No processo de realização deste estudo, as análises serão efetivadas pautando-se nos conceitos de direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que o próprio objeto da investigação inclui-se neste campo. Nesta perspectiva, a discussão oficial sobre os eixos principais das políticas de saúde reprodutiva destaca o direito à regulação da fecundidade, à segurança na gravidez e no parto, ao cuidado da criança e ao exercício pleno da sexualidade.

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, organizada pela ONU e realizada no Cairo em 1994, ressaltava o direito de se usufruir uma vida sexual satisfatória, bem como destacava a liberdade de cada sujeito para procriar ou não (Figueroa Perea, 1999). Nesta conferência também foi incluída, explicitamente, a preocupação em promover a participação do homem no âmbito da reprodução e advogou-se tanto pelo incentivo à produção teórico-conceitual, quanto pelo desenvolvimento de estratégias de intervenção em saúde pública (Marcondes, 1999).

Uma das temáticas que vem sendo alvo de pesquisa no campo dos direitos humanos consiste na saúde sexual e reprodutiva das populações adolescentes e, conseqüentemente, nos trabalhos de intervenção nesta área destinados a estes sujeitos. Ribeiro (2002) chamou a atenção para a importância de se garantir efetivamente os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes. Nos estudos elaborados

pelo PIPA² (Siqueira et al, 2002), desde 1998, constatou-se que os jovens investigados consideravam o risco de uma gravidez maior que o risco de contrair o HIV. Contudo, como destaca Vera Paiva (2000), ambos, gravidez e contágio, podem ser produto da mesma relação sexual, da mesma decisão ou falta de decisão dos parceiros diante destas possibilidades. Apesar disso, infelizmente, a maioria das iniciativas de planejamento familiar e saúde reprodutiva são voltadas exclusivamente para as mulheres e quase sempre desenvolvidas a despeito dos programas voltados à prevenção de DST/AIDS e vice-versa. Esses aspectos acabam por se tornar um obstáculo para a principal mudança de comportamento sexual exigida pela epidemia da AIDS: o diálogo e o compartilhamento da prevenção.

Aqui, convém resgatar a definição de saúde reprodutiva apresentada no relatório da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher que afirma que os direitos reprodutivos abarcam certos direitos humanos reconhecidos internacionalmente. De acordo com o relatório, a saúde reprodutiva consiste em um estado de bem-estar bio-psico-social e não meramente na ausência de sintomas que caracterizam uma dada enfermidade relacionada ao sistema reprodutivo de alguma maneira:

“A saúde reprodutiva implica, assim, a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem risco, em que se tem a capacidade de procriar e a liberdade para decidir fazê-lo ou não fazê-lo, quando e com que frequência” (ONU, 1996, p. 77).

Esta monografia pretende contribuir para fundamentar a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente dos adolescentes, entendendo-se esta produção acadêmica como um subsídio para a elaboração de políticas públicas destinadas a estas populações. Assim sendo, este trabalho contribui para com a produção referente à temática da paternidade na adolescência, na medida em que se pretende responder à seguinte pergunta de pesquisa: Quais os sentidos que adolescentes pais atribuem à paternidade e ao lugar paterno no cuidado dos filhos?

2. OBJETIVOS

Objetivo geral:

Investigar os sentidos que adolescentes pais atribuem à paternidade e à sua participação nas práticas de cuidados aos filhos.

² Programa de Investigações sobre Paternidade na Adolescência, do Laboratório Modos de Vida, Família e Relações de Gênero/Departamento de Psicologia/UFSC.

Objetivos específicos:

Identificar os sentidos que os adolescentes pais entrevistados atribuem às práticas exercidas e o lugar social que ocupam em relação aos filhos.

Identificar os arranjos e re-arranjos que estes homens efetuaram ou pretendem efetuar em seus modos de vida, face ao advento da paternidade.

Contribuir para a elaboração de políticas públicas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos mais adequadas a esta população.

3. MÉTODO

Participaram deste estudo como sujeitos de pesquisa adolescentes pais. A faixa etária adotada para delimitar a adolescência baseia-se no referencial da Organização Mundial de Saúde: 10 a 19 anos (WHO, 2004). Muitas críticas podem ser tecidas à rigidez do estabelecimento de uma delimitação etária de um grupo, porém tal escolha foi feita com fins didáticos, bem como para tornar possível o delineamento de critérios para a localização de informantes para a realização desta investigação. Tal faixa etária trata-se de somente uma entre outras tantas propostas de delimitação etária identificadas na literatura, contudo fez-se esta escolha teórica tendo em vista o alcance mundial desta organização, buscando empregá-la, na medida do possível, de maneira dinâmica e contextualizada.

Os oito participantes deste estudo foram localizados através de suas parceiras que estavam realizando os atendimentos obstétricos no ambulatório de atendimento pré-natal do Hospital da Universidade Federal de Santa Catarina. Os sujeitos foram selecionados considerando-se, apenas, a idade destes e sua disponibilidade em participar da pesquisa. Foram utilizados como instrumentos de coleta e registro de informações o Diário de Campo –no qual foram anotadas todas as impressões e percepções da pesquisadora durante as observações e encontros com os sujeitos; o Roteiro de entrevista; e o Gravador - utilizado com o consentimento dos sujeitos.

Por intermédio da análise de discurso dos sujeitos entrevistados nos moldes de Orlandi (2002), buscou-se compreender o movimento dinâmico, histórico e cultural dos sentidos atribuídos pelos sujeitos à paternidade e ao lugar paterno no cuidado aos filhos. Destaca-se o fato de que com este tipo de análise “não se objetiva alcançar o sentido do texto, até porque, de certo modo, isto seria reduzir a sua riqueza. Ao contrário, sua finalidade é, antes, fornecer uma interpretação dentre as várias possíveis” (Coutinho, p.328, 1998).

O emprego da estratégia de análise do discurso sobre o material obtido favo-

receu a identificação de contradições, lacunas e inconsistências discursivas que possibilitam um certo rigor analítico no processo de realização da investigação. Nesse sentido, os depoimentos foram alvo de análises em profundidade/verticais (internas a um mesmo discurso) e transversais (entre os discursos dos sujeitos).

Os participantes desta investigação foram abordados na entrevista contemplando-se diversos aspectos, tais como: a família de origem dos sujeitos, destacando-se o relacionamento com o pai; o relacionamento com a mãe de seu filho; os sentidos atribuídos à paternidade e a relação de cuidados. Devido ao limite de páginas desta monografia, optou-se pelo aprofundamento dos sentidos atribuídos à paternidade e à relação de cuidados que estes adolescentes estabeleceram e/ou pretendem estabelecer com seu(s) filho(s), não perdendo de vista a perspectiva relacional com a mãe de seus filhos.

4. RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO**4.1 Caracterização dos sujeitos entrevistados**

A partir desta caracterização, pretende-se esboçar um panorama geral das condições de vida e do perfil sócio-econômico dos sujeitos entrevistados. Na página seguinte se encontra um quadro que contém aspectos gerais do cotidiano dos oito adolescentes pais entrevistados nesta investigação.

Nome ²²	Idade*	Escolaridade**	Estado civil***	Com quem mora	Ocupação	Renda mensal	Religião
Cláudio	18	7º	“Legalmente solteiro, mas junto” ²³ - cerca de 10 meses.	Parceira, sogra, padrasto da parceira e três irmãos desta.	X	X	Xz
Amoroso	19	5º	“Amasiado” - cerca de 18 meses.	Parceira (que está grávida) e com o primeiro filho, em um reservado no terreno da mãe do rapaz.	Moto boy.	Em torno de 500 reais.	X
Tadeu	18	7º	“Junto” - cerca de oito meses.	Parceira, pais, irmã e irmão do rapaz.	Roupeiro em um hotel.	Em torno de 300 reais.	Católico
Inácio	19	8º	“Junto” - cerca de dois anos.	Parceira.	Servente de limpeza.	Em torno de 500 reais.	Católico

Oscar	19	6°	<i>“Bem dizer casado”</i> - cerca de oito meses.	Parceira, mãe, quatro irmãos, duas cunhadas e oito sobrinhos do rapaz.	Pedreiro.	Em torno de 600 reais.	Evangélico
Moisés	16	6°	<i>“Solteiro”</i> .	Pai.	X	X	X
Olavo	18	5°	<i>“Solteiro”</i> .	Mãe e três irmãos.	X	X	X
Fabício	18	8°	<i>“Casado”</i> - em torno de um ano.	Parceira.	Servente de pedreiro.	Em torno de 400 reais.	Católico

* Idade dos adolescentes pais participantes na data em que foi realizada a entrevista.

** Na coluna dedicada à escolaridade, os algarismos dizem respeito às séries completas do ensino fundamental.

*** Quanto ao estado civil, nenhum dos sujeitos é legalmente casado, os termos citados acima dizem respeito às respostas destes quando perguntados sobre esse aspecto legal.

No que tange o número de filhos de cada sujeito, sete deles são pais do primeiro filho, sendo que Amoroso é pai de uma criança (de cerca de nove meses) e estava experienciando a gestação do segundo filho. Outros três rapazes estavam acompanhando a gestação das parceiras. Os filhos dos demais sujeitos (4) tinham nascido recentemente, entre um dia e duas semanas.

Todos os sujeitos entrevistados são catarinenses. Quanto ao local onde residiam os participantes, sete deles moravam em Florianópolis e um deles mudou-se para vários locais ao longo do último ano; durante a pesquisa estava morando em Criciúma e sua filha recém-nascida encontrava-se internada no Hospital Universitário.

Tratando-se da casa onde estava morando, Inácio morava em domicílio próprio, tendo ele sido adquirido e construído a partir de suas economias. Fabrício estava morando em uma residência emprestada por um amigo, mas realizou uma série de mudanças antes e durante a pesquisa. Os demais participantes residiam com familiares (6), sendo que três deles moravam na casa de sua família com a parceira (Amoroso, Tadeu e Oscar) e um na casa da família da parceira (Cláudio).

Entre os seis entrevistados que se consideravam casados, geralmente, o tempo que coabitavam com a parceira estava em torno do período em que a gestação ocorreu ou foi verificada. Inácio e Fabrício passaram a morar com a parceira antes da ocorrência da gestação que, no caso de Fabrício, ocorreu cerca de quatro meses após a união. Rafael e Olavo não moravam com suas parceiras, destacando-se no caso do segundo, maior confusão na definição do estado civil.

Todos os entrevistados haviam evadido da escola, sendo que nenhum deles tinha o ensino médio completo. A escolaridade destes adolescentes é marcada por um histórico escolar de incompatibilidade entre sua idade e o nível de ensino, já havendo atraso escolar (entre um e seis anos) na época da interrupção dos estudos. Em geral, os sujeitos pararam de estudar para trabalhar antes da ocorrência da gestação. Apenas Olavo interrompeu seus estudos após a notícia da gestação, mas ele não passou a trabalhar após a evasão. Fávero e Mello (1997) consideram que a gravidez entre jovens sem perspectiva de sucesso escolar ou profissional pode consistir em estratégia de reconhecimento social.

No que diz respeito à renda mensal dos participantes, três deles não trabalhavam remuneradamente. Quanto aos demais, a renda oscilava entre 300 e 600 reais. Quanto à tradição religiosa, entre os sujeitos (4) que declararam um vínculo com alguma instituição religiosa, não se destacou a relação entre o posicionamento destes e valores de caráter religioso.

4.2 Paternidade

4.2.1 Negociação do método contraceptivo e o projeto de paternidade

Todos os sujeitos entrevistados, com maior ou menor frequência, já haviam vislumbrado a possibilidade de virem a ser pais. Contudo, apenas dois participantes estavam mantendo relações sexuais planejando a gestação (Inácio e Oscar), ainda que estes mesmos sujeitos tenham considerado este empreendimento precipitado após a confirmação da gravidez de suas parceiras. Inácio e sua parceira planejaram a gestação e interromperam o uso do preservativo e do anticoncepcional com este fim. Oscar namorava a parceira em torno de dois anos (desde que ela tinha 12) quando o casal planejou a gestação, aliás, eles começaram a ter relações sexuais com esse propósito e após dois meses ela estava grávida. Este rapaz, apesar de já haver pensado em ser pai antes, enfatizou que era a parceira quem desejava mais a gestação: “Achava ela nova, mas ela disse que queria ter um filho meu”. Neste caso, a paternidade e a maternidade pareceram estar relacionadas a uma autorização para a ocorrência das relações sexuais. Fávero e Mello (1997), ao abordar a maternidade na adolescência, identificaram associações entre o sexo e a transgressão, consistindo o casamento em reparação desta infração.

Olavo declarou que a gravidez não foi planejada nem desejada, não se implicando na fecundação, considerando o evento como “coisa dela” (da parceira). Quanto aos demais participantes, as gestações das companheiras não foram consideradas planejadas, mas desejadas.

Sobre a adoção de métodos contraceptivos, Tadeu foi o único sujeito que apontou o uso constante da camisinha, porém, segundo este participante, um dia o preservativo estourou e o casal não se preocupou com este fato, pois já desejava

²² Os nomes dos sujeitos entrevistados foram substituídos com o intuito de garantir o anonimato.

²³ O destaque em itálico será empregado para as citações de trechos das entrevistas realizadas com os adolescentes pais participantes, de maneira a diferenciá-las das citações formais de outros autores.

a gestação, apesar de não ter havido planejamento. Ao abordar a confirmação da gravidez através de um exame laboratorial, disse: “Daí deu tudo certo”.

Sobre o comportamento preventivo dos cinco demais participantes, houve uma interrupção ou descontinuidade do uso de métodos contraceptivos e/ou emprego de métodos de baixa eficácia como a tabelinha e o coito interrompido, denotando uma dificuldade para lidar com outros métodos que não a camisinha. A temática do aborto não estava diretamente contemplada no roteiro de entrevista, mas Amoroso e Olavo manifestaram reprovação a esta prática, diante da sugestão de suas parceiras. Arilha (1999) também identificou entre os homens que entrevistou a crença que eles têm de que podem determinar o posicionamento das parceiras frente ao aborto, direcionando a sua decisão.

Quanto à dificuldade em lidar com a sexualidade e suas implicações, Fabrício responsabilizou a sua família, na qual não havia diálogo sobre este tema. Cláudio e sua parceira conheceram-se em um projeto da prefeitura de Florianópolis voltado para a educação sexual de jovens, ainda assim, este rapaz demonstrou dificuldades em lidar com a negociação do uso de métodos contraceptivos/preventivos. De alguma forma, os participantes desta investigação denunciaram a escassez de espaços destinados ao favorecimento do acesso à informação, à discussão e à reflexão sobre aspectos envolvidos no exercício da sexualidade, tais como as relações de gênero que circunscrevem a negociação do uso de métodos contraceptivos/preventivos. Neste contexto, Ribeiro (2002) afirmou que os direitos sexuais e reprodutivos não estão efetivamente sendo garantidos aos jovens brasileiros.

No que tange ao controle da fecundidade, Fabrício, Cláudio e Olavo (especialmente, estes dois últimos) depositaram uma maior parcela de responsabilidade na parceira. Olavarría (2001) associa o comportamento dos homens que não assumem as conseqüências do exercício de sua própria sexualidade, com a forma como os mesmos interpretam seus corpos (a necessidade de satisfazer seus desejos seria mais intensa do que as conseqüências do exercício sexual, pois tal necessidade comporia a sua ‘natureza’). Neste sentido, a responsabilidade pelas conseqüências do exercício da sexualidade do casal seria culturalmente atribuída, em grande medida, à mulher, em função do fato de que a gestação se daria em seu corpo.

Segundo a literatura especializada, a saúde sexual e reprodutiva, na sociedade ocidental, tem sido principalmente atrelada às mulheres. (Figueroa Perea, 1998; Figueroa Perea, 1999; Villa, 1997; Villa, 2001). Nesse sentido, a preocupação acadêmica com a maternidade em detrimento da abordagem da paternidade está relacionada à naturalização da relação mãe-filho e a conseqüente descontextualização do processo histórico-cultural de produção deste padrão hegemônico de relacionamento.

Com exceção de Oscar que passou a ter relações sexuais com a namorada com fins procriativos e, portanto, não mencionou a adoção de qualquer método pre-

ventivo, os participantes demonstraram saber acessar e usar a camisinha, apesar de Tadeu ter declarado que a gravidez da parceira ocorreu como conseqüência da ruptura de um preservativo, fato que geralmente decorre do seu uso inadequado. Em última análise, a camisinha, quando empregada, teve um fim contraceptivo, com exceção de Olavo que usou o preservativo até a realização de um exame (não especificou de quais doenças sexualmente transmissíveis ou se somente da Aids), o qual foi por ele considerado como uma garantia de prevenção do contágio por DST. A confiança também foi apontada como garantia de prevenção a DST, tendo sido explicitada no discurso de Cláudio e Fabrício.

Segundo Paiva (2000), pesquisas têm constatado que o amor e a paixão dissolvem o risco, sendo que a cogitação de que o parceiro sexual pode ser portador de uma DST, equivale a uma ofensa, uma demonstração de desconfiança do outro. Portanto, a prevenção de DST geralmente não foi abordada no discurso destes adolescentes e, quando citada, foi tratada como uma preocupação secundária rapidamente contornada, tendo como pano de fundo a confiança, mesmo quando a problemática da infidelidade masculina e da desconfiança feminina é tangenciada por Olavo e Fabrício (Oscar também citou o “ciúme” da parceira, mas não foi identificada em sua entrevista uma situação de deslealdade com a parceira).

4.2.2 Sentidos atribuídos à paternidade

No delineamento da paternidade, todos os participantes destacaram a dimensão amorosa como uma atribuição do pai, destacando-se os substantivos amor, carinho e atenção. Cláudio enfatizou a importância da afetividade, pois considerava que na ausência do vínculo amoroso o “filho pode se revoltar contra o pai e a mãe. (...) Por isso que vou tratar bem a minha princesinha”. Moisés, por sua vez, considerou que ideal “é o pai que, sei lá, tá presente na hora que o filho precisa. (...) como no primeiro dia de aula, por exemplo, ir ao médico, essas coisas assim. No começo é sempre difícil”. Cláudio afirmou que, além do patrimônio financeiro, pretende que a filha herde a educação, os valores e o carinho que lhe deu, assim como Amoroso que declarou que o pai ideal “não deixa faltar nada”, referindo-se tanto a condições materiais quanto ao amor e o carinho. A vivência da paternidade atrelada ao estabelecimento de vínculos afetivos com os filhos tem sido apontada pela literatura especializada (Trindade, 1991; Resende & Alonso, 1995).

O compromisso com a manutenção e/ou a conquista de um emprego são cruciais na definição de paternidade destes rapazes, que em diversos momentos justificam as suas ausências no cuidado dos filhos em detrimento da atividade remunerada. A problemática do trabalho e do provimento destacaram-se no discurso dos sujeitos entrevistados de tal maneira que serão abordadas à parte, no próximo capítulo deste trabalho.

Sobre o exercício da paternidade, destacou-se no discurso dos participantes o compromisso de “Tentar dar tudo de melhor para o filho” (Tadeu), que também foi expressamente declarado por Cláudio, Amoroso, Inácio e Fabrício. O lugar do pai como educador e/ou disciplinador dos filhos também foi abordado pelos sujeitos e será aprofundado no capítulo deste trabalho destinado à abordagem da relação de cuidados estabelecida, ou que se pretende estabelecer com os filhos.

Em se tratando da participação dos entrevistados no pré-natal, Amoroso, Tadeu, Inácio e Oscar buscaram estar presentes em todos os atendimentos médicos, ausentando-se de um ou alguns deles somente quando não foi possível a negociação com seus empregadores para a dispensa do trabalho no horário das consultas. No caso de Oscar, quando não pôde comparecer, uma de suas cunhadas ou sua mãe o fizeram. Tadeu e Oscar destacaram sua satisfação em ter participado também do parto e pós-parto das companheiras. Moisés afirmou que buscava participar do pré-natal, às vezes em que não compareceu foram justificadas pelas brigas do casal; quando eles brigavam, ele não comparecia. Tadeu e Moisés também participaram com suas parceiras de grupos de gestantes, no caso de Tadeu, de todos os encontros. Verificou-se que determinadas respostas fornecidas por estes sujeitos, especialmente no que se refere à relação de cuidados que pretendem estabelecer com seus filhos, estavam fundamentadas na experiência com o grupo de casais grávidos. Amoroso, Inácio e Fabrício ainda comentaram sobre o hábito que tinham de conversar com o bebê no útero da parceira. Portanto, estes adolescentes consideravam, em maior ou menor grau, que o exercício da paternidade pode ser anterior ao nascimento do filho.

Cláudio, Olavo e Fabrício não participaram do pré-natal de suas companheiras. No decorrer da entrevista, diversas vezes, Cláudio afirmou: “Eu quero tá do lado da minha filha quando ela nascer”. Porém, o trabalho de parto da parceira que foi acompanhado pela mãe da garota, enquanto o rapaz foi a uma entrevista de emprego. Olavo, não esteve presente no trabalho de parto do filho, pois sua parceira solicitou a presença de uma tia da mesma neste momento. Fabrício, por sua vez, disse que não acompanhou o pré-natal em função de seu horário de trabalho e que gostaria de ter participado e visto um ultra-som ao menos, bem como de estar presente na sala de parto, mas não foi convidado pela equipe da maternidade onde seu filho nasceu, em Criciúma.

Apesar da declaração de um vínculo com seus filhos anterior ao nascimento deles, Cláudio, Amoroso e Oscar manifestaram que a reação ou a identificação com a paternidade ocorre efetivamente após o nascimento da criança. Amoroso, quanto ao primeiro filho declarou: “Ele é a minha vida”; quanto ao segundo: “A reação acho que é só quando nasce mesmo”. Cláudio, afirmou que apesar de já sentir amor pela filha, ainda não se vê como pai: “ainda não consigo, quando ela falar pai, vai ser um impacto muito forte, vai ser gostoso, vou ficar dizendo ‘repete’, aquele pai bem bobo”. Segundo Oscar, o fato de ver a filha superou as suas

expectativas: “Foi melhor do que eu pensei”. Assim, estes três rapazes destacam a importância da relação direta com o outro, especialmente o filho, que significará o seu lugar de pai. O sentido da paternidade é produzido na relação dialógica, no processo de relacionamento com o próprio filho, portanto, como produto histórico e cultural (Vygostski, 1984).

A responsabilidade foi diretamente atrelada à definição de paternidade de Cláudio, Amoroso, Moisés, Olavo, Oscar e Inácio (estes dois últimos associam a paternidade à responsabilidade por suas parceiras, que têm 14 e 16 anos, respectivamente). Amoroso, seria pai pela segunda vez, considerou que passaria a ter “mais responsabilidade ainda”. Amoroso, Moisés e Fabrício pressupunham que a paternidade “amadurece a pessoa” (Amoroso), “muda a mentalidade” (Moisés). Moisés imaginou que, quando o filho nascer, deverá “ter mais de 18 anos”. Neste sentido, Amoroso declarou que se tornar pai também protege o jovem de riscos: “Gostei. Ah, muda bastante a pessoa. Eu se de repente não tivesse tido o filho, acho que eu não ia mais tá casado, ia tá por aí se divertindo, na verdade. Quem tá na rua o risco, acabar acontecendo alguma coisa”.

Todos os participantes em algum momento declararam que consideraram que a paternidade aconteceu “cedo”, sendo que Amoroso considerou precoce somente a segunda gestação de sua parceira. Ainda assim, todos se declararam felizes por serem pais. Abaixo segue a especificidade da abordagem de cada um deles sobre a precocidade da paternidade.

Cláudio preferia que a gestação da parceira houvesse acontecido em outro momento de sua vida, “Não posso falar quando eu for grande, porque eu já sou grande. (...) É um sonho que tá se realizando. Tá se realizando cedo, mas tá se realizando”. Amoroso, declarou que o primeiro filho “veio na hora certa” e “o segundo veio um pouco adiantado”. Tadeu disse que a gestação poderia ter acontecido “mais tarde”, mas, “por outro lado, poderia ser qualquer hora”. Inácio, apesar de ter planejado a gestação com sua parceira, diante da confirmação da gravidez, pensou que poderia ter adiado tal empreendimento. Oscar, por sua vez, considerou-se “um pouco novo” para ser pai, mas a ênfase está em considerar precoce a gravidez da parceira que tem 14 anos.

Moisés, apesar de não fazer uso de nenhum método contraceptivo com sua parceira, imaginava que viria a ser pai de um filho dela em um futuro “Bem mais pra frente, bem mais pra frente mesmo! Mesmo. Acabou acontecendo”. Fabrício também havia projetado a gestação da parceira, mas o “projeto não seria pra agora, mais pra daqui um ano, dois anos (...) mas não deu, fazer o que, paciência, né”. Contudo, este entrevistado considerou-se “preparado para ser pai, entendeu. Eu tô preparado pra ser pai, eu acho que eu tô, entendeu.” Isto porque a sua “vontade é grande”, assim como porque entre seus amigos, apesar de ser o rapaz mais novo, dava conselhos para todos, tendo considerado-se o “mais ajuizado da turma”.

Apesar do fato de que Olavo não estava estudando, nem trabalhando no momento em que a gestação da namorada ocorreu, durante a entrevista, este participante vislumbrou o futuro que desejava pra si antes do advento desta gravidez, não tendo incluído a paternidade de imediato neste projeto: “Antes, só eu e não ter namorada... Ah, pensava em terminar meus estudos, arrumar um trampo pra mim. Sei lá, ser alguma coisa... Advogado, sei lá, algum... uma pessoa experiente”. Este registro ilustra o movimento de produção do discurso deste participante na relação com o interlocutor (Vygotski, 1984), neste caso, a pesquisadora.

O hipotético adiamento da paternidade está relacionado, principalmente, à estabilidade financeira e, em alguns casos (Cláudio, Oscar, Olavo, apesar de terem evadido da escola antes da gestação da parceira), atrelado à conclusão dos estudos, objetivando este mesmo fim. A avaliação da gestação da companheira como precoce também estaria atrelada ao lazer (Inácio e Cláudio frisaram esta dimensão com palavras como “curtir” e “aproveitar” mais antes de serem pais) e ao processo de constituição do sujeito. Cláudio gostaria de ter mais experiência, Inácio “Querida amadurecer mais um pouco. Ganhar mais um pouco de juízo, essas coisas” e Moisés declarou que a adolescência “É uma fase que tu, tu ainda tá se desenvolvendo, entendeu? (...) mais o psicológico da pessoa assim. (...) Tem pessoas de 16 anos que tem o físico se desenvolvendo ainda. Eu não tenho cara de 16. Mas principalmente o psicológico, a parte financeira, isso tudo. (...) Precisa ser responsável e ter um bom trabalho”.

O lamento pela perda da “adolescência” foi apontado por Cláudio e Inácio, na medida em que relacionaram este período ao lazer e ao descompromisso, enquanto a paternidade à responsabilidade. Apesar de estarem felizes com o nascimento de seus filhos, disseram que gostariam de ter aproveitado mais o período de suas vidas que antecedeu à gestação das parceiras, considerando que a partir de então tiveram de abrir mão desta condição. Esta observação destes dois rapazes está intimamente relacionada com as suas definições de adolescência e explicitam o caráter dinâmico que supera a delimitação cronológica deste período do ciclo vital. (Ariès, 1981; Caridade, 1999; Machado Luz & Castro e Silva, 1999; Lyra & Medrado, 1999 e Kahhale, 2003).

No que diz respeito à quantidade de filhos que pretendiam ter, nenhum entrevistado planejava ter um outro logo após o que tiveram ou que estava sendo gestado. Tadeu e Moisés não excluíram a possibilidade de ter um filho daqui a “bastante tempo” (Tadeu), “quem sabe, bem mais tarde! (...) até o nosso filho fazer uns 17, 18” (Moisés).

Oscar, Inácio e Fabrício não mencionaram o projeto de terem outros filhos. Oscar, apesar de sua origem em uma família numerosa, considerou que não terá outros filhos. Inácio, quando criança, costumava dizer para sua mãe que iria lhe

dar uma netinha, pois ela só teve filhos do sexo masculino - e estava feliz, já que teria uma filha. Fabrício não pretendia ter outro filho, “assim, meu sonho é ver uma menina no meu colo toda de rosa, sabe. Bem bonitinha, bem bonequinha, sabe” - e ele havia tido uma filha.

Amoroso que foi pai pela segunda vez, gostaria de ter esperado um intervalo maior entre o nascimento dos filhos, mas que agora o casal iria cuidá-los como se fossem “gêmeos” e desejava que este bebê fosse uma menina. Caso desta vez não fosse formado “o casal” de crianças, pretendiam ter um terceiro filho “mais tarde” - número máximo de filhos que admitiam. Amoroso demonstrou estar preocupado com a possibilidade de o primeiro filho ficar enciumado com o nascimento do irmão. Cláudio também gostaria de ter um “casal” de filhos e preferia que a diferença entre eles fosse de dois anos “pra que um pudesse cuidar do outro, meu sonho era ter me criado com um irmão”, mas imaginou que só daqui há dez terá “condições” de ter um outro filho. Olavo pretendia ter uma filha quando ele estivesse trabalhando e estudando, além do filho estar matriculado em uma creche.

O questionamento sobre o sexo dos filhos não constava no roteiro de pesquisa. Contudo, com exceção de Tadeu e Moisés que não abordaram esta temática, verificou-se que entre os demais sujeitos o sexo do bebê foi apontado como importante variável na projeção do número da prole. Este dado sugere a importância da problematização do imaginário social referente ao sexo dos filhos e a questão de gênero nos programas públicos voltados para o controle da natalidade.

4.2.3 O lugar do trabalho e do provimento no delineamento da paternidade

A dimensão do trabalho foi abordada pelos entrevistados ao longo de todas as entrevistas, tanto na identificação do sujeito, como na relação com a parceira e/ou de cuidados para com o filho, e, especialmente, na condição de importante aspecto no delineamento da paternidade. Todos os participantes, em maior ou menor grau, indicaram o pai como o maior responsável pelo provimento da família.

Olavarría (2001) afirma que os modelos dominantes de paternidade e maternidade estabelecidos na cultura tratam-se de referências a partir das quais os sujeitos se comparam e são comparados. Segundo Arilha (1999), “fazer filhos” seria uma capacidade de todo homem, mas sustentar e prover de respeito seria um passo importante na obtenção de status mais elevado entre os pares” (p.464).

É importante ressaltar que seis participantes desta pesquisa trabalhavam ou já haviam trabalhado antes da gestação da parceira. Olavarría (2001) tendo investigado o significado da experiência de ser pai com jovens de Santiago, Chile, aponta que, no decorrer da adolescência, jovens dos setores populares passam a assumir responsabilidades ligadas ao provimento de suas famílias, seja esta responsabilidade imposta, requerida ou realizada por iniciativa de contribuir para

com a manutenção da família. Assim, tem início uma dupla jornada para os adolescentes que combinam o estudo com a realização de trabalho ocasional. Neste contexto, para um grande número de jovens oriundos de famílias de baixa renda, ocorre a gravidez da parceira e a paternidade, em um momento em que já estavam inseridos, mesmo que precariamente, no mercado de trabalho.

Olavo, Cláudio e Moisés encontravam-se desempregados no dia da entrevista, sendo que o primeiro nunca havia trabalhado de maneira remunerada. Estes três participantes consideravam que, futuramente, seriam responsáveis financeiramente pelos filhos, tendo Olavo abordado esta questão com menor segurança: “Eu não sei porque daí tem que ver né. Eu acho que é eu (ri)”. Tadeu passou a trabalhar após a confirmação da gravidez da parceira. Amoroso, no dia da entrevista, estava recebendo seguro-desemprego, tendo ele desejado a demissão, para vir a ser admitido em um emprego cujo salário era maior, na medida em que estava aguardando o nascimento do segundo filho. Villa (2001) constatou que a paternidade contribui para a inserção permanente de jovens homens no mercado de trabalho argentino.

A parceira de Amoroso era a única que estava trabalhando, mesmo que somente alguns dias da semana, no estabelecimento comercial de sua mãe. As companheiras de Fabrício e Tadeu já haviam trabalhado e estavam desempregadas alguns meses antes de ficarem sabendo que estavam grávidas. Cláudio declarou que gostaria que a sua parceira não precisasse trabalhar e Fabrício que poderia trabalhar “pelos dois”, enquanto Moisés imaginou que terá dificuldade para matricular o filho em uma creche, preferindo que a parceira ficasse cuidando do mesmo, mas também pensou que seria bom ela trabalhar para “ajudar” com as despesas. Inácio e Oscar, cujas parceiras tem, respectivamente, 16 e 14, sentiam-se especialmente responsáveis pelo provimento das mesmas.

Olavo descartou a possibilidade da parceira vir a trabalhar, de maneira remunerada, pois considerava que ela não se sente capaz. Moisés, por sua vez, ressaltou que, se sua parceira trabalhasse e ele estivesse desempregado, o mesmo não ficaria em casa cuidando do filho, pois imaginou que a família dela iria reprová-lo. Os seis demais participantes imaginaram que, caso suas companheiras viessem a trabalhar a divisão das tarefas domésticas seria igualitária, com destaque para Inácio e Amoroso. O planejamento da inserção das parceiras destes rapazes no mercado de trabalho, por sua vez, está vinculado ao momento em que os filhos dos casais estiverem matriculados em uma creche, ou estiverem “mais crescidinho (s)” ficando aos cuidados de alguém da confiança do casal, sendo a renda destas mulheres considerada complementar a deles. Dados estes semelhantes aos constatados por Trindade e Bruns (1999).

4.2.4 Sobre a recomendação da paternidade para amigos com idade próxima a dos participantes

Quando questionados sobre a possibilidade de recomendar a paternidade a um amigo adolescente, as respostas fornecidas pelos participantes foram emblemáticas. Tadeu foi o único sujeito que recomendou a paternidade na adolescência, contudo dependendo das “condições” do amigo hipotético: “Tem que ter força de vontade, né. Ir à luta. Tentar dar tudo de melhor para o filho”. Oscar, Inácio, Moisés, Cláudio e Fabrício declararam enfaticamente que não recomendariam. Amoroso e Olavo, em princípio, também não recomendariam, mas em seguida apontaram outras perspectivas para a questão.

No caso de Olavo, houve muita confusão na formulação de sua resposta: “(...) porque é difícil não tem? Mas eu não acho isso”. Primeiramente, Olavo disse que recomendaria a um amigo de sua idade o uso da camisinha e a realização de exames para o diagnóstico de DST, em seguida, citou algumas condições necessárias para que um colega fosse pai, como um emprego, uma casa e responsabilidade. Amoroso, em princípio, afirmou que não recomendaria a paternidade na adolescência, especialmente, para os rapazes que estiverem estudando, “acho essencial continuar estudando, tocar a vida assim pra frente”. Porém, tendo em vista a sua consideração de que a paternidade “amadurece” o sujeito, recomendaria aos amigos que tivessem filhos “em vez de tá fazendo qualquer outra besteira por aí”, na medida em que iriam “ter mais responsabilidades, vai querer criar uma família, em vez de ficar fazendo coisas que na verdade agora, quem tá na rua é arriscado”.

Apesar de não recomendar a paternidade na adolescência, Fabrício declarou que “Não depende da idade, depende da pessoa em si. (...) se ele tem capacidade, se ele realmente tá com vontade de fazer aquilo, se ele realmente pode criar e manter a criança, eu diria que sim, não vai fundo”. Citou como exemplo um amigo seu que tem 23 anos que não considerava capaz de exercer a paternidade: “Ele é uma criança! Menos do que eu assim, uma criança em tudo o que faz. Entendeu? Se ele virasse pra mim e perguntasse se ele poderia ser pai, eu diria que não”. Chama a atenção o fato de que para ressaltar a infantilidade do amigo, Fabrício compara-o consigo próprio considerando-o mais incapaz que ele mesmo.

Os aspectos citados pelos sujeitos atrelados ao delineamento da recomendação ou contra-indicação da paternidade na adolescência dizem respeito, especialmente, à continuidade do estudo e as condições de trabalho, conseqüentemente, à condição financeira. Estes critérios coincidem com os aspectos apontados com maior frequência pelos entrevistados ao avaliar a sua própria experimentação da paternidade como precipitada, preferindo que ela viesse a acontecer em um outro momento de suas vidas, mesmo que estando satisfeitos em serem pais.

4.3 Cuidados que dedica ao (s) filho (s)

O caráter didático do exercício da paternidade ficou evidente nos discursos de todos os entrevistados, exceto no de Olavo, que quando questionado sobre o tema, respondeu que não sabia o que pretendia ensinar ao filho, “Mas umas coisa boa”. Os demais participantes ao delinearem o exercício da paternidade, empregaram expressões como: “ensinar”, “aconselhar”, “mostrar” ao filho o “caminho certo”, dizer o que é o “certo e o que é errado”. O certo e o errado em suas falas geralmente está associado ao estudo e ao respeito pelos demais. Moisés, Amoroso e Inácio pretendiam ensinar “tudo” e/ou tudo o que sabiam.

Cláudio e Fabrício chamaram a atenção para a educação sexual, preferindo que seus filhos não sejam pais com a mesma idade deles: “eu até dez, 12, 13 anos tinha uma idéia errada sabe, do que era sexo e essas coisas. E drogas também. Eu fui descobrir o que era pra saber o que era. Por isso que eu me meti nisso. (...) eles (seus pais) só sabia dizer que era errado. Que não era pra mim, porque eu era muito novo” (Fabrício). Este rapaz falou da importância de mostrar para a sua filha “como são as coisas” para que ela possa discernir o que for melhor para si própria. Amoroso destacou a importância de dar o “exemplo” aos filhos, planejando voltar a estudar justamente com este objetivo.

Os participantes que vincularam a paternidade à indicação do “certo e do errado” aos filhos o fizeram mesmo quando reprovaram seu uso anterior de drogas (Moisés e Fabrício), que já havia feito “todo tipo de maluquice” (Amoroso) ou que naquele momento considerava-se “encrencado” em função das dívidas contraídas após a notícia da gestação (Cláudio). Cláudio tinha a expectativa de que a filha se tornasse “mais cabeça” do que ele. Portanto, estes rapazes pretendem apontar para seus filhos o que consideram certo e errado, mesmo quando não consideram apropriadas algumas de suas próprias escolhas. Tadeu, por exemplo, apesar de ter evadido da escola, pretendia “aconselhar” a filha a estudar “porque hoje sem estudo, não dá pra viver”. Tendo em vista a pluralidade de paternidades, haja vista as múltiplas formas de exercício desta atribuição social, Fuller (2000) apontou mudanças e permanências nos significados atribuídos pela população masculina de países como Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru ao exercício da paternidade. Conforme a autora, tal como foi verificado na presente investigação, o pai tem sido significado, além de protetor e provedor, também como formador e educador de seus filhos, havendo, portanto, uma ampliação das práticas atribuídas ao campo da paternidade.

A questão da educação dos filhos citada acima está diretamente relacionada ao estabelecimento de regras e limites para os filhos. No contexto da cultura ocidental judaico-cristã, segundo Siqueira (1999), a figura do pai esteve sempre

relacionada com as noções de autoridade, honra e respeito. “Nunca é demais recordar o pater famílias, figura do Direito Romano que impregnou não apenas o imaginário social, mas, também, as formas concretas de relações sociais e a legislação formal” (Siqueira, 1999, p.189).

Cláudio, Tadeu, Oscar, Olavo, Fabrício consideraram que cabe tanto à mãe quanto ao pai a tarefa de estabelecer regras e limites aos filhos. Amoroso e Moisés pretendiam representar a maior figura de autoridade em relação aos filhos, o primeiro porque considerava que cabe ao pai fazê-lo e o segundo porque considerava que a parceira não iria “conseguir”. Inácio, por sua vez, pretendia delegar esta tarefa à parceira que é por ele considerada mais apta, na medida em que ele “adora crianças” e, portanto, pensou que não iria “conseguir”.

Foram citados como instrumentos para o estabelecimento de limites a conversa e os castigos. A busca da conquista do “respeito” (Amoroso), o “amor” (Oscar) e “palmadas se precisar” (Moisés) também foram citados. Moisés disse que estava assistindo programas televisivos sobre comportamento infantil com o propósito de educar melhor o seu filho. Tadeu considerou que sem a participação do pai, o filho “pode ir por um mau caminho”. Exceto no caso de Moisés que mencionou as “palmadas” como último recurso educativo, o emprego da violência foi descartado por todos, mesmo entre os que mencionaram o uso da “vara” ou de “puxões de orelha” em sua família, incluindo os sujeitos com histórias de vida marcadas pela violência familiar (Cláudio e Olavo).

Alguns sujeitos abordaram a relação de cuidados com os filhos, comparando-a diretamente com a de sua família de origem. Neste sentido, Cláudio declarou: “À minha filha eu pretendo dar tudo o que eu não tive, muito carinho, muita atenção e uma família bem unida, bem feliz”. Olavo pretendeu não beber e ao chegar em casa do trabalho, encontrar a família toda reunida. Moisés, imaginou-se levando o seu filho ao parquinho e jogando futebol com ele; “ninguém fazia essas coisas comigo quando eu era criança”. Amoroso, por sua vez, pretendeu ter momentos para estar totalmente disponível para os filhos, assim como foi a relação de seu pai com ele, mas pensou que com o tempo irá procurar ser diferente do mesmo, por exemplo, participando das reuniões na escola dos filhos, ao contrário de seu pai que se ausentava. Tadeu esperava “ser como meu pai foi pra mim, né. Tentar ser bom pra ela” (Olavo, Cláudio). Amoroso mostrou que, dialeticamente, pretende assemelhar-se e diferenciar-se do seu próprio pai.

Vygotski (1995) afirma que a relação dos seres humanos com os contextos nos quais se inserem é sempre mediada pelo outro, o qual torna possível a apropriação dos significados culturalmente produzidos no decorrer da história do grupo do qual fazem parte, sendo os sujeitos ativos no processo de atribuição de sentidos

a tais significados. Nesse sentido, destaca-se, no cenário ocidental, a importância da família como mediadora do capital cultural, haja vista os próprios significados produzidos sobre tal instituição, considerada uma das maiores responsáveis pela socialização dos sujeitos. De acordo com Olavarría (2000), destaca-se a figura do próprio pai do sujeito que se torna referencial do que é ser pai, seja para espelhar-se nele (Tadeu), seja para diferenciar-se deste (Cláudio e Olavo).

No que diz respeito às tarefas com as quais os participantes pretendem ou já se encontravam engajados face à demanda de cuidados de seus filhos, foram citadas uma série delas, incluindo os cuidados com a higiene, a alimentação, a saúde e o acompanhamento dos filhos em questões escolares, além de momentos dedicados à brincadeira com os mesmos. Fabrício disse que com exceção da orientação à filha sobre os cuidados com o seu corpo, porque “eu não sei lidar com isso, o resto a gente tem que dividir”. Moisés considerou que cabe ao pai participar de todos os cuidados demandados pelos filhos, inclusive da amamentação. Tadeu, por sua vez, declarou que somente a amamentação é tarefa exclusiva da mãe. Porém, apesar de manifestarem comprometimento em participar da realização de todas as tarefas atreladas ao cuidado dos filhos, presumiram futuras ausências em detrimento de sua atividade remunerada.

No discurso de todos os participantes, em maior ou menor grau, o pai foi definido como um coadjuvante nos cuidados aos filhos. O lugar do pai no cuidado é delineado em contraste com o da mãe, havendo maior valorização desta que, conseqüentemente, é mais responsabilizada. Quatro sujeitos explicitaram este contraste em suas falas.

Olavo, seguidamente, entrou em contradição ao abordar a negociação da relação de cuidados com a parceira; sobre os cuidados do filho afirma que “Os dois têm que saber”, mas justificou a possibilidade dele não participar, pois não tem “experiência”, contudo, criticou a parceira, pois não tinha a experiência que ele imaginava que ela tivesse e já tinham se passado “três dias!” após o nascimento. Em seguida, afirmou que pretende participar de tudo, mas que não sabia trocar fraldas e imaginou que a parceira iria lhe ensinar a fazê-lo, supondo, portanto, que, apesar de ambos serem por ele considerados inexperientes, caberia à companheira aprender primeiro e depois ensiná-lo.

Apesar de ter demonstrado sua intenção em participar com proximidade dos cuidados da filha, Oscar declarou que a responsabilidade pela execução de tais tarefas “é mais da mãe do que do pai, né. Porque veio da barriga da mãe. É a mãe que tem que cuidar”.

Amoroso, apesar de reconhecer que algumas mães se encontram afastadas dos

filhos, declarou que “o aconselhável” é a maior proximidade da mãe: “A mãe tem que tá sempre presente. Na verdade, é a pitadinha que precisa pra criança ser feliz”. Em seguida, o rapaz reconhece que é só ele quem faz o seu filho dormir, fato este que contribui para com que a parceira expresse ciúmes da relação de afeto entre ele e o filho, pois “É só eu chegar, eu convido ele pra vir comigo, ele se joga”. Cláudio, por sua vez, declarou que cabe ao pai “ajudar a mãe em tudo”. Contudo, considerou que a mãe é mais capaz de identificar as necessidades da criança.

Conforme Trindade (1991), ao longo da história ocidental, atribuiu-se tradicionalmente ao pai o lugar de provedor-protetor ou ‘líder instrumental’ da família, cabendo à mãe o de cuidadora ou líder expressiva-afetiva. Porém, atualmente, haja vista as transformações e rupturas no conceito de família e relações de gênero, “em algumas áreas da atividade humana os pais são reconhecidos não só como afetivamente importantes para os filhos como também aptos para providenciar todos os cuidados necessários para o seu bem-estar, inclusive aqueles antigamente restritos exclusivamente às mães” (Trindade, 1998, p. 151).

Quanto aos significados atrelados ao exercício da paternidade, de acordo com Villa (1997), os conteúdos dos mesmos podem permanecer relacionados de forma limitada ao campo da feminilidade e maternidade, conteúdo este verificado pelo autor entre homens adultos, ou “podem transformar-se, especialmente entre os mais jovens, na busca de um desejo pessoal de ser pai” (p.136). Entre os sujeitos participantes desta investigação, mudanças e permanências em relação ao modelo hegemônico de exercício da paternidade foram identificadas. Assim como estes adolescentes consideraram que podem participar dos cuidados demandados por seus filhos, de maneira sutil, enfatizam a importância do vínculo entre a parceira e a criança, implicando na naturalização da relação mãe-filho.

5. CONCLUSÕES

A presente investigação voltou-se para o estudo dos sentidos que adolescentes pais atribuem à paternidade e à relação de cuidados demandados pelos filhos. Entre os oito participantes, verificou-se que eles já haviam, em um momento anterior à gestação das parceiras, vislumbrado a paternidade. Dois destes sujeitos planejaram a gestação junto à parceira, cinco deles não haviam planejado a gravidez, mas consideravam o filho desejado e somente um sujeito não considerou a paternidade planejada, nem desejada, mas ainda assim considerou-se feliz em ser pai.

O uso irregular de métodos contraceptivos e/ou preventivos sugere o fato de a maioria destes adolescentes não se considerar em posição de vulnerabilidade

frente a DST e, portanto, a existência de risco para a saúde sexual e reprodutiva destes, na medida em que não só a gravidez não planejada, como a contaminação por DST podem decorrer do mesmo relacionamento sexual desprotegido (Paiva, 2000). A dificuldade em lidar e, especialmente, de negociar com a parceira o uso destes métodos denuncia a escassez e/ou a ineficácia de políticas públicas voltadas para a emancipação da população jovem no que se refere ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

O processo de identificação com o lugar do pai é intenso durante toda a gestação da parceira, contudo, alguns sujeitos destacam a importância da relação com o outro (parceira, familiares do casal, amigos) para este fim. Estes participantes destacam a preponderância da concretude da presença do filho após o nascimento para a identificação com a paternidade. Conforme, Vygotski (1995) a atribuição dá-se na relação dialógica, como produto da história e da cultura.

Na medida em que a paternidade é associada à responsabilidade, assim como a definição de adolescência de alguns participantes é atrelada ao lazer e ao descompromisso, constatou-se entre dois sujeitos (um dos quais havia planejado a gestação) o lamento pela adolescência perdida. Ao abordarem a recomendação ou a contra-indicação da paternidade na adolescência, os entrevistados mencionaram critérios que deveriam ser observados antes de um adolescente decidir ser pai, mesmo que alguns deles próprios não apresentassem tais condições. Os aspectos citados pelos sujeitos atrelados ao delineamento da recomendação ou contra-indicação da paternidade na adolescência dizem respeito, especialmente, à continuidade do estudo e à estabilidade no mundo do trabalho, conseqüentemente, à condição financeira. Tais aspectos coincidem com os mesmos apontados pelos entrevistados ao avaliar a sua própria experimentação da paternidade como precipitada.

Todos os sujeitos declararam-se satisfeitos por terem um filho, mesmo considerando que a primeira ou a segunda gravidez da parceira poderia ter acontecido em um outro momento, especialmente, quando apresentassem alguma estabilidade financeira. Esta ênfase na dimensão financeira da paternidade está diretamente relacionada com o lugar de provedor, sendo este marcadamente atribuído ao campo do masculino na cultura ocidental (Sarti, 1994; Amato, 1998; Dominguez, 1998; Trindade e Bruns, 1999; Arilha, 1998; Arilha, 1999; Villa, 1997; Siqueira, 1999; Olavarría, 2001; Siqueira et al, 2002).

A problemática do trabalho e do provimento destacou-se no discurso dos sujeitos, sendo as parceiras consideradas, no máximo, coadjuvantes no provimento da família, estando as suas hipotéticas ou de fato (a companheira de apenas um

dos entrevistados trabalha remuneradamente) inserções no mercado de trabalho condicionadas pelo ingresso dos filhos em uma creche ou sob os cuidados de alguém de confiança do casal. O compromisso com o trabalho é empregado como justificativa para as ausências ocorridas desde o pré-natal e as que imaginam que irão acontecer no processo de desenvolvimento dos filhos, isto porque pressupõem dificuldades em negociar com seus empregadores saídas para o acompanhamento de atendimentos médicos, reuniões escolares, entre outros.

Outras dimensões da paternidade como a educativa e a afetiva foram destacadas pelos sujeitos, estando em consonância com o delineamento teórico das novas paternidades. Atualmente, pode-se ver pais (homens) de diversas gerações apresentando comportamentos que décadas atrás eram considerados inapropriados para o exercício da paternidade. Neste contexto, a literatura especializada tem apontado um fenômeno designado como “novas formas de paternidades”. Este fenômeno diz respeito à “participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado com a criança” (Lyra, 1998, p. 194). Destaca-se, no delineamento destas novas paternidades, a importância da relação afetiva estabelecida entre pais e filhos e a visibilidade da figura do pai cuidador.

Contudo, apesar destes adolescentes pais declararem sua disponibilidade para a realização dos cuidados demandados por seus filhos, a ênfase estava em localizar o pai como um coadjuvante, cabendo a ele auxiliar a companheira nos cuidados aos filhos. Na medida em que o lugar do pai no cuidado é delineado em contraste com o da mãe, identifica-se uma maior valorização desta, a quem, em contrapartida, é delegada maior responsabilidade em se tratando do cuidado dos filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMATO, P.R. More than money? Men's contributions to their children's lives. In: BOOTH, A. & CROUTER, A.C. (orgs.). *Men in families: when do they get involved? What difference does it make?* (p. 241-278). Mahwah, New Jersey, London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- ARILHA, M. *Políticas Públicas de Saúde e Direitos Reprodutivos no Brasil: Um Olhar para o Futuro*. Em: ARILHA M. & CITELI, T. (orgs.). Políticas, mercado, ética: demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva. (p. 11-23). São Paulo: Comissão de Cidadania e Reprodução, 1998.
- _____. Homens, Saúde Reprodutiva e Gênero: o desafio da inclusão. In: COSTA, S. H. & GIFFIN, K. *Questões da Saúde Reprodutiva*. (p. 455-467). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- BOWLBY J. *Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- CARIDADE, A. O adolescente e a sexualidade. In: SCHOR, N., MOTA, M.do S. F.T & BRANCO, V.C (org.). *Cadernos juventude, sexualidade e desenvolvimento*. (p. 206-212). Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.
- COUTINHO, M.L.R. A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: FREITAS, M.de F.Q. de, RODRIGUES, M.M.P & SOUZA, L.de. (orgs.). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. (p. 317-345). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- DOMÍNGUEZ, G. I. Varones adolescentes: los significados de la paternidad en la transición hacia los roles adultos. In: BILAC, E.D.; ROCHA, M.I.B. da. (Org.). *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe*. Campinas: PROLAB / ABEP / NEPO / UNICAMP; São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 237-260.
- FÁVERO, MH & MELLO, R.M. Adolescência, maternidade e vida escolar: a difícil conciliação de papéis. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. v13, n1, 131-136, jan-abr, 1997.
- FIGUEROA PEREA, J. G. Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. In: *Cadernos de Saúde Pública*. n. 14, v.1, 87-96, 1998.

- FIGUEROA PEREA, J. G. Algunas propuestas analíticas par interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. In: VALDÉS, T. & OLAVARRIA, J. (orgs.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1999.
- FULLER, N. *Identidades masculinas*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1997.
- _____. (org.). Significados y prácticas de paternidad entre varones urbanos del Perú. In: *Paternidades en América Latina*. Lima/Peru: Pontificia Universidad Católica Del Perú, 2000.
- KAHHALE, E.M.S.P. Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, S. (org). *Adolescências construídas: a visão da Psicologia sócio-histórica*. (p.91-101). São Paulo: Ed Cortez, 2003.
- LAMB, M. E. Fatherhood and social policy in international perspective: an introduction. In: LAMB, M. E. & SAGI, A. (orgs.). *Fatherhood and family policy*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1983.
- LYRA, J. L. C. *Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- _____. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. U.; MEDRADO, B. (Org.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECCOS, Editora 34, 1998. p. 185-214.
- _____. & MEDRADO, B. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: SCHOR, N., MOTA, M.do S. F.T & BRANCO, V.C (Orgs.). *Cadernos juventude, sexualidade e desenvolvimento*. (p. 230-248). Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.
- MACHADO, L.Z. Masculinidade e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M.R. (org). *Masculinidades*. (35-78). São Paulo: Boitempo, Edunisc, 2004.
- MACHADO LUZ, M. T. & CASTRO E SILVA, R. Vulnerabilidade e adolescências. In: SCHOR, N; MOTA, M. do S. F. T. & CASTELO BRANCO, V. (orgs.). *Cadernos Juventude, saúde e desenvolvimento* (p. 93-96). Brasília: Ministério da Saúde/ Secretária de Políticas de Saúde, 1999.

- MARCONDES, W. B. Perspectivas relacionais para inserção masculina na esfera da saúde reprodutiva. In: SILVA, D. M. P. (org.). *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.
- OLAVARRÍA, J.A. *Y todos querían ser (buenos) padres- Varones de Santiago de Chile en conflicto*. Santiago: FLACSO, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Conferência Mundial Sobre a Mulher, 4/ONU*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.
- PINHEIRO, V. de S. *Repensando a maternidade na adolescência. Estudos de Psicologia de Natal*. n.1, v.5, 243-251, jan./jun. 2000.
- PLECK, Joseph. H. Paternal Involvement: levels, sources, and consequences. In: LAMB, Michael E. (org.). *The Role of the Father in child development* (p. 66-103). New York: John Wiley & Sons, 1997.
- RESENDE, A. L. M. & ALONSO, I. L. K. *O perfil do pai cuidador. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, n.7, v.2, 69-76, 1995.
- RIBEIRO, A.C.L. *Projeto de vida e gravidez em adolescentes: analisando sua ocorrência no contexto de relações*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da infância e adolescência da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.
- SARTI, C. A.A. A família como ordem moral. In: *Cadernos de pesquisa*. n.91, 46-53, 1994.
- SIQUEIRA, M. J. T. Novas formas de paternidade: repensando a função paterna à luz das práticas sociais. In: SILVA, A.L. da, LAGO, M.C. de S & RAMOS, T.R.O. (orgs). *Falas de Gênero*. (p. 187-202). Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- _____. et al. Profissionais e usuárias(os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: onde está o pai? *Estudos de Psicologia*, n.7, v.1, 65-72, 2002.
- SPITZ R. *Hospitalism: an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood*. Psychoanal Study Child, 1, 53-74, 1945.
- TRINDADE, Z. A. *As representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- TRINDADE, E. BRUNS, M. A.de T. *Adolescentes e paternidade: um estudo fenomenológico*. Ribeirão Preto: Holos Editora, 1999.
- TRINDADE, Z.A. Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com o fantasma do século XVIII. In: FREITAS, M.de F.Q. de, RODRIGUES, M.M.P & SOUZA, L.de. *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. (p. 129-155). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- PAIVA, V. *Fazendo Arte com a camisinha - sexualidades jovens em tempos de Aids*. São Paulo: Summus, 2000.
- VILLA, A. M. Significados da Reprodução na Construção da Identidade Masculina em Setores Populares Urbanos. In: COSTA, A. O. (orgs.). *Direitos Tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina* (pp. 115-137). São Paulo: PRODIR/FCC/ Ed. 34, 1997.
- VILLA, A. M. *Presencias masculinas en las decisiones reproductivas: equidades e inequidades entre varones y mujeres jóvenes de sectores urbanos medios y pobres*. Trabalho apresentado na IV Jornadas Nacionales de Debate Interdisciplinario en Salud y Población. Buenos Aires, Argentina, 2001.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- _____. *Obras Escojidas III*. Madrid: Visor, 1995.
- WINNICOTT, D. (org). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: *O brincar e a realidade*. (p. 153-162). Rio de Janeiro: Imago, 1971.
- WHO. WORLD HEALTHY ORGANIZATION. *Reproductive adolescent health*. [citado dia 02 outubro 2004].Disponível na World Wide Web: <<http://www.who.int/reproductive-helth/adolescent/into.en.html>>.
- ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. In: *Psicologia em estudo*. v.9, no.1, (p.127-135). jan./abr. 2004.

Antigas Personagens, Novas Histórias: Memórias e Histórias de Mulheres Escravizadas na Paraíba Oitocentista ¹

Solange Pereira da Rocha – Universidade Federal de Pernambuco/PE ²

“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinam quando éramos crianças” (Marc Ferro).

INTRODUÇÃO

Meu interesse pela pesquisa e educação, aliado à minha condição de ativista do movimento anti-racista e feminista, tem me levado a contribuir para a produção de conhecimento histórico sobre a trajetória de mulheres negras brasileiras que viveram no oitocentos, com vistas a desconstruir, desfazer imagens em que estas personagens surgem, freqüentemente, em situação de inferioridade, de total passividade ou excessivamente sexuais. Busco, assim, apresentar experiências concretas de mulheres que, no seu cotidiano, enfrentaram diferentes situações sociais. Neste sentido, realizei uma pesquisa de mestrado na qual os sujeitos pesquisados foram as mulheres escravizadas que residiram na província da Paraíba.³ Por continuar fascinada pela história da população negra, desenvolvo pesquisa de doutorado, enfocando o parentesco entre escravizados na zona litorânea da Paraíba (século XIX); as mulheres continuam centrais para se pensar os vínculos de parentesco no passado.

Minha questão, em tal estudo, era entender quais estratégias de sobrevivência e resistência foram adotadas por essas mulheres, residentes na Paraíba Imperial, a partir da observação de suas ocupações domésticas, nos espaços públicos, ou seja, nas ruas, nas relações familiares, bem como na oposição ao sistema escravista.

A Paraíba desta época estava inserida na sociedade escravista, como as outras províncias do Brasil, embora esta se caracterizasse por apresentar uma economia pouco dinâmica, com alto grau de dependência de Pernambuco. Assim, o território paraibano se organizou, desde sua conquista, em 1585, para o desenvolvimento de atividade primária, principalmente, a agricultura de exportação,

que se iniciou no litoral e, ao longo dos séculos, se expandiu para o interior do território. Desta forma, no século XIX, estava esta economia consolidada em três zonas: no litoral ou Zona da Mata, em que se desenvolveu o plantio e a produção do açúcar; no agreste, área de transição do litoral para o sertão, mas com faixas úmidas, que propiciou o cultivo de algodão e a lavoura de subsistência; e no sertão, os colonizadores se dedicaram à pecuária e à cotonicultura.

Todas as atividades econômicas nestas três zonas foram estruturadas com base no trabalho escravo (de índios e negros)⁴ e, ao longo de sua história, passaram por algumas modificações. Entretanto, no decorrer do oitocentos a elite da Paraíba teve de enfrentar conjunturas de diversas ordens: natural (estiagem, epidemias), social (revoltas populares com participação de escravos) e político-econômica (fim do tráfico externo e início do interprovincial), que somadas às ações dos escravizados e abolicionistas desgastaram e extinguíram a instituição escravista, em 1888.

Foi neste contexto de intensas mudanças do sistema escravista que analisei as experiências de mulheres negras. Para tanto, como fontes primárias, utilizei relatórios de Presidentes da província, livros de correspondência de autoridades policiais, listas nominativas de escravos e vários documentos avulsos, nos quais obtive evidências históricas sobre o cotidiano das mulheres escravizadas. Desta forma, mediante análises de tais documentos, busquei desvelar histórias de mulheres negras que, apesar de terem cumprido ordens de seus senhores(as), sido exploradas economicamente e estigmatizadas por se originarem do continente africano, tiveram a ousadia de traçar destinos diferentes dos que seus donos(as) tentaram lhes impor.

As abordagens que privilegiam o estudo da temática relativa às mulheres escravizadas têm sido estimuladas pelo avanço da história social da escravidão, de um “novo olhar” direcionado para o universo dos escravizados. O processo de alargamento de temas e o aperfeiçoamento metodológico possibilitaram a recuperação da humanidade dos(as) cativos(as), as vivências conflituosas geradas na relação senhor(a) e escrava (ou escravo) e lançaram novas luzes sobre as diversas estratégias de sobrevivência empreendidas por tais sujeitos históricos. Outro mérito da história social foi a aproximação de sujeitos históricos, até então considerados minorias. Com a “história vista de baixo” (ou das pessoas comuns), se firmou no campo da historiografia, a premissa de que estas mulheres e os segmentos populares “não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição da sua identidade cultural”, conforme Desan (1992: 74). Ver também Alaniz (1997: 23).

¹ Este título inspirou-se no artigo de autoria de Ribeiro, Matilde. *Antigas Personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política*, publicado em 1998.

² Orientadora: Rosa Maria Godoy Silveira.

³ O ensaio foi elaborado com elementos extraídos da minha dissertação, defendida no Program de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, em 2001, cujo título é *Na trilha do feminino: condições de vida de mulheres escravizadas na Paraíba (1828-1888)*.

⁴ O trabalho escravo convivia com relações não-escravistas, a exemplo do que ocorria no litoral as pessoas livres ou libertas trabalhavam na derrubada de mata, seguida da formação de lotes de madeira que eram enviados à metrópole portuguesa ou outra província, visando a construção de navios, móveis e outros objetos. Eram ainda recrutados para formar os corpos militares do governo e da guarda pessoal de senhores de engenho. No agreste e sertão, as mulheres e homens livres pobres eram empregados na pecuária, nas lavouras de subsistência e nas plantações de algodão.

Não se pode esquecer também que, desde a década de 70, já vinha ocorrendo a ampliação de estudos sobre as mulheres, numa perspectiva de recuperação da historicidade do feminino.⁵ Estas análises resultaram dos movimentos feministas e de mulheres, irrompido à época, com desejo de interrogar sobre o feminino no passado, as subordinações impostas às mulheres e tudo mais que pudesse fortalecer a sua identidade, então em construção.⁶ Em tais estudos, nos anos de 1970, privilegiavam-se as semelhanças entre as mulheres, com o intuito de construir uma identidade coletiva. Na elaboração de um discurso consensual do feminino, se lançou mão da semelhança entre as mulheres, destacando-se os aspectos biológicos e a subordinação ao masculino, que elas partilhavam entre si (Soihet, 1997: 277). Tal discurso, não há dúvida, ampliou as denúncias contra as desigualdades entre os sexos e fortaleceu, por um certo período, a luta em defesa da eliminação da opressão masculina nos diferentes setores da sociedade, mesmo não tendo a preocupação em enfatizar as diferenças sociais ou sexuais.⁷

Todavia, logo se percebeu que inexistia essa identidade universal e se substituiu tal discurso homogeneizante pelo enfoque da multiplicidade do ser feminino. Enfim, passou-se a tentar recuperar a heterogeneidade das experiências históricas tanto das mulheres negras, das indígenas, das brancas pobres quanto das senhoras da elite, pois, embora haja semelhanças entre todas elas, o lugar que cada uma ocupou (e ocupa) numa determinada sociedade e num mesmo período histórico foi muito diferenciado e até mesmo contraditório, dificultando ou mesmo impossibilitando uma identidade feminina mais global. Além disso, não havia uma história única, nem entre os grupos dominantes, nem entre os explorados.⁸

Aos poucos, as reflexões sobre o feminino sofisticaram-se e muitas categorias analíticas foram introduzidas na produção do conhecimento, tais como: gênero, “raça”/etnia, classe social, idade, contribuindo para a ampliação das possibilidades de pesquisa e tornando evidentes as complexidades sociais.⁹ As interações destas categorias são fundamentais para se analisar a sociedade brasileira, por esta ter convivido com a instituição escravista durante quase quatro séculos e possuir uma população constituída por grande número de descendentes de africanos, o que pode levar a sobreposição das desigualdades. Assim, a “raça” pode sobrepor as considerações de gênero, a classe pode ser solapada pelos conflitos desta categoria (o gênero) ou mesmo estar acima das identidades de gênero e de “raça”.

⁵ Para um balanço dos estudos sobre as mulheres, produzidos nas décadas de 1970 e 1980, veja Rago (1995), Soihet (1997) e Del Priore (2001).

⁶ Na década de 1970, surgiram, também, os movimentos sociais como a luta anti-racista, em que a prática de seus protagonistas contribuiu com o mundo das idéias, permitindo a superação de interpretações tradicionais, nas quais a maior parte da população (trabalhadores, negros, crianças, mulheres) era excluída do saber.

⁷ Del Priore (2001: 220) atribuiu às feministas o pioneirismo no fazer da história das mulheres, antecedendo, portanto, as(os) historiadoras(es).

⁸ A este respeito ver artigo Queiroz (1988), abordou as hierarquias entre as mulheres negras (escravas, forras e livres) no município do Rio de Janeiro, no século XIX.

⁹ Na década de 1980, além do tema da diversidade e complexidade das mulheres, foram realizados debates revisionistas da produção sobre a história das mulheres, ver Del Priore (2001: 223-224).

Para as análises em que as mulheres negras constituem o objeto de estudo este é um problema a ser enfrentado. Privilegia-se a subordinação da mulher pela condição de sexo, ou a opressão de classe ou de “raça”? Discute-se: qual das formas de subordinação é a dominante? Ou se vai além, considerando-se que todas são interações complexas e perversas que têm se perpetuado ao longo do tempo.

Creio que todas as experiências possíveis de serem recuperadas sobre as mulheres negras são importantes, tanto para historicizar suas existências, que vão além daquelas construídas pelo imaginário brasileiro, ou seja, de mulher excessivamente sexual¹⁰ e apta somente para o trabalho doméstico, quanto para demonstrarem as suas diferenças com relação às outras mulheres. Tais diferenças são percebidas, sobretudo, na sua corporalidade – cor/etnia e sexo – que inscreve sentidos e significados tendentes a colocá-las em lugares sociais de exclusão. Em suma, para demonstrar que não havia (e não há) um único papel desenvolvido pelas mulheres negras.

Assim, na sociedade escravista da Paraíba do século XIX, encontrei diversificadas imagens de mulheres: trabalhadoras, escravizadas que cumpriam suas tarefas, vistas como pessoas de total confiança, mas que, em momentos de conflitos, de perda de sua liberdade colocaram-se contra seus donos; outras que preferiram se manter na condição de escravas a obter a liberdade, como também aquelas mulheres que se colocaram contra o poder público ao “folgar” e dançar pelas ruas, ou circulando em horários proibidos, desobedecendo às posturas municipais, e por isso, punidas e ainda, algumas que se juntavam aos homens em momentos de fuga. Enfim, procuro reconstituir fragmentos das experiências cotidianas destas mulheres, mostrando a diversidade e as diferenças entre as mulheres do século XIX.

Essas novas imagens são fundamentais para firmar identidades de gênero e/ou étnica e elaborar novas representações sobre as mulheres negras do Brasil, pois, como vários autores já assinalaram, a identidade não é inata. Ela resulta de uma construção social, simbólica, dinâmica e mutável, que se elabora e se modifica em variados contextos: na família, na escola, nas relações com colegas, na mídia, oferecendo todos eles exemplos de situações concretas das vivências das pessoas e contribuindo, assim, para a formação identitária dos indivíduos.

Na elaboração desse trabalho, houve, portanto, a aproximação dessas duas tendências: a história social da escravidão e a da mulher, visando contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da escravidão feminina, sinalizando que, além de servirem às elites proprietárias, muitas delas lutaram de diferentes modos e buscaram, incessantemente, conquistar ou manter sua liberdade.

¹⁰ O estereótipo de mulher como excessivamente sensual foi atribuído à mulata. Se, no século XIX, na literatura, ela aparecia como responsável pela perdição da família, nos dias atuais, são exportadas imagens de mulatas com roupas sumárias, dançando sensualmente sambas, ou seja, mantém-se uma imagem que apela para o sexo. Sobre a invenção da “mulata” em vários tipos de discursos ver Corrêa (1996).

Os estudos que abordam as vivências das mulheres negras têm sido produzidos em diferentes áreas das ciências sociais, mas todos esses campos de pesquisa tendem a balizar como marco, os trabalhos de Gilberto Freyre, inaugurados na década de 1930, nos quais o autor realizou reflexões sobre a formação da sociedade brasileira. A difusão de suas idéias acerca da constituição de uma escravidão branda e harmônica na América portuguesa contribuiu para a elaboração da tese da “democracia racial” (se não literalmente explícita em Freyre, aparece sugerida em seus escritos) e provocou grandes distorções históricas acerca da vida escrava no Brasil,¹¹ cujas teses foram fortemente criticadas a partir da década de 1950.¹² Mesmo assim, as suas concepções freyrianas influenciaram (e continuam influenciando) várias gerações de estudiosos(as) no Brasil e no exterior, mantendo-se, até os dias atuais, sobretudo, estereótipos de ordem sexual a respeito das mulheres negras nos discursos da mídia e no imaginário social dos brasileiros.

Apesar disso, ao longo das décadas a historiografia brasileira remodelou-se, incorporando estudos sobre as escravizadas que vão além da estereotipia freyrianas. Nestes estudos são enfatizados múltiplos aspectos da vida das mulheres negras – escravas e não-escravas, como a sua luta pela sobrevivência (negras e brancas) na cidade de São Paulo (Dias, 1984); a participação no pequeno comércio (escravizadas e livres) de diferentes capitânicas e províncias do Brasil, com destaque para Minas Gerais no século XVIII (Figueiredo, 1993), para Bahia provincial (Soares, 1994) e, no sul, para capital da província do Rio Grande (Castro, 1994).

Foram também realizadas pesquisas acerca da mulher negra que residiu na capital do Império, Rio de Janeiro, nas quais se retratou a dupla exploração (trabalhadora e objeto sexual do senhor), suas relações familiares, as representações acerca das “mães-pretas” e as relações escrava e senhora (Giacomini, 1988). Este tema foi também explorado por Graham (1992), em pesquisa que discutiu os vínculos entre patrões/patroas e empregadas domésticas no Rio de Janeiro, no período de 1860 a 1910. Outras pesquisas têm mostrado que elas lutaram para conquistar liberdade (Mattoso, 1988; Soares, 1994).

Quanto aos trabalhos produzidos sobre a Paraíba, pode-se observar que a historiografia tradicional, de caráter mais geral, quase não analisa o papel dos escravizados na construção material desta província. As mulheres negras, quando aparecem, são secundarizadas. Mas como se caracterizam as pesquisas mais recentes elaboradas com a profissionalização do(a) historiador(a)?

¹¹ Os estudos de Freyre, como *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936), simplificavam ou minimizavam os espaços de ação no âmbito da relação senhor e escravo e sua narrativa contribuiu pela elaboração de vários estereótipos sobre a sexualidade de negras e negros, como a “mulata” sensual e outros.

¹² O sociólogo Florestan Fernandes, um dos mais fortes opositores das teses de Freyre, e outros profissionais da área de ciências humanas publicaram inúmeros estudos que trouxeram à tona a violência do sistema escravista. Um outro intelectual e ativista negro que produziu obra significante sobre a resistência negra, foi Clóvis Moura, que, por mais de quatro décadas, editou vários livros.

Os estudos que retratam a Paraíba e que abordam a escravidão costumam valorizar temas como o declínio da escravidão, a transição do trabalho forçado para o livre (Galliza, 1979, Medeiros & Sá, 1999), a resistência escrava (Lima, 1989 e Lima, 2002), sem dúvida, todos importantes para o entendimento da inserção social da população negra (escrava e livre) nesta localidade. Todavia, as histórias das mulheres foram diluídas. Enfim, as mulheres negras, especialmente as escravizadas, no Brasil ainda não foram estudadas de forma sistemática e, quando se lança um olhar para a região Nordeste, da qual a Paraíba faz parte, nota-se ainda a existência de poucas pesquisas abordando o papel social desse grupo na sociedade escravista.

Se, ainda, nos perguntarmos: para que serve a história das mulheres? Não tenho dúvida, como assinalou Del Priore (2001), em responder: para fazê-las existir, para que se vislumbrem suas dores, alegrias, derrotas e vitórias, como também para que, num futuro não muito distante, possamos modificar as imagens feitas dessas personagens históricas e de nós mesmas enquanto mulheres.

ESCRavidÃO FEMININA NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA

1. Circulando pelas hierarquias sociais nas zonas urbana e rural

No século XIX, a sociedade brasileira firmava-se numa hierarquia social rigidamente estruturada. Para cada indivíduo, havia um lugar bem determinado. A diferenciação social era obtida, sobretudo, com base no estatuto jurídico do indivíduo (livre, liberto ou escravizado) e no requisito de cor. De um lado, os brancos naturalmente livres, constituindo uma parcela considerável, era proprietária de bens e de seres humanos; de outro, os não-brancos, entre os quais se incluíam aqueles de ascendências indígena e africana que, acreditava-se, deveriam servir aos primeiros. Neste sentido, uma historiadora estudou as hierarquias e o significado da liberdade no Sudeste escravista, demonstrando que no oitocentos “a liberdade era atributo específico dos brancos e a escravidão, dos negros. Os pardos, (...) negros ou mestiços, tornavam-se, nesta forma de enunciação necessariamente exceções controladas” (Mattos, 1998: 30).

Na maioria das vezes, exigia-se das pessoas pardas não escravas a comprovação de sua condição: livres ou libertos. Aquelas que não conseguiam provar o seu estatuto jurídico podiam ser mantidas por anos ou mesmo décadas, ilegalmente, na condição de escravas. Na província da Paraíba, a situação não foi diferente. Existem muitas denúncias de escravização ilegal de mulheres negras no século XIX, a exemplo de uma mulher parda chamada Angélica, registrada em 1864, órfã

desde os 12 anos, que foi vendida ao capitão Raymundo, da Granja de Ouricury (Pernambuco). O Delegado de Ingazeira (Pernambuco) se viu impelido a solicitar das autoridades policiais documento que indicassem o local de nascimento de Angélica, sua origem e sua condição jurídica. Questionavam se ela teria nascido no município de Areia ou de Alagoa Nova – ambos localizados em território paraibano. Tais informações poderiam ser obtidas a partir de consulta no Livro de Batismo, visto que, na época, cabia à Igreja registrar os dados populacionais e encaminhar aos administradores civis.

Quase um ano depois, o subdelegado de Alagoa Nova informava que Angélica era natural da “freguesia de Pilar”, onde havia sido batizada e fora vendida para Ingazeira (PE). Entretanto, as autoridades não dispunham de documentos para provar sua liberdade. Na década referida, Angélica era mãe “dois filhos, ambos escravos”.¹³

Como se percebe, na sociedade escravista da Paraíba, mulheres negras livres, mas sem proteção podiam ser mantidas ilegalmente na condição de escravas e os filhos nascidos nesta época também eram explorados pelos supostos senhores. Angélica esperou meses pelo pronunciamento da justiça, e envolveu até o presidente da Província, Sinval Odorico de Moura que recomendou, ao delegado, providências para que fosse restituída a liberdade a Angélica. Quanto aos acusados do delito de sua escravização, conseguiram livrar-se, rapidamente, do processo judicial.

Outros casos foram registrados nos livros das autoridades policiais da Paraíba, envolvendo mulheres negras livres a exemplo da “crioula” e inválida Bertholeza Leopoldina, da “menor” Conceição, de Úrsula e seus oito filhos, de Maria¹⁴. Algumas conseguiram provar a condição de livre ou liberta, mas outras permaneceram, ilegalmente, no cativeiro. Todos estes casos nos levam a questionar: em que conjuntura essas mulheres foram capturadas e vendidas para outras províncias? A resposta está no fim do tráfico internacional, pois os preços dos escravizados subiram de forma significativa; uma mulher adulta passou de 438 mil réis, em 1850, para 975 mil réis, em 1870 (Mattoso, 1988: 96).

O temor da população negra com relação à escravização também foi manifestado na revolta “Ronco da Abelha” (1851-1852), na qual os negros de três províncias do então Norte do Brasil (Paraíba, Pernambuco e Alagoas) não aceitaram a promulgação dos decretos 797 e 798, que se referiam, respectivamente, ao Censo Geral do Império e ao Registro Civil dos Nascimentos e de Óbitos¹⁵. O povo es-

¹³ *Correspondência do Chefe de Polícia – Delegados e Subdelegados* (1863-1864), f. 100, documento nº 219, de 18/02/1864, AHPB. Vale acrescentar que, até 1889, a certidão de batismo constituía-se documento fundamental para a confirmação da condição jurídica de qualquer indivíduo.

¹⁴ *Subdelegacia de Alagoa Nova*, 1865, caixa 46, Ano: 1865; *Registro dos Offícios dirigidos as Autoridades Policiais* (1864-1865), f. 220 e *Correspondência a Delegados e Subdelegados – Chefia de Polícia* (1861-1862), f. 122v, todos depositados no Arquivo Histórico da Paraíba (AHPB).

¹⁵ Após décadas de “batalhas” contra o povo, o governo Imperial conseguiu realizar o primeiro censo nacional em 1872, mas o registro civil passou a vigorar apenas no governo republicano, em 1889.

tava convencido de que com tais decretos, o governo Imperial pretendia escravizar as pessoas livres com ascendência africana (Monteiro, 1981).

Tal sociedade, em que muitos de seus membros não hesitavam em escravizar pessoas negras livres, conduz a um outro questionamento: qual teria sido a situação social das mulheres escravizadas? Sem dúvida, a escrava-mulher encontrava-se no mais baixo nível social e era totalmente desqualificada tanto por ser mulher – visto que a sociedade brasileira, ao longo da história, tem se mostrado extremamente sexista, como por ser negra, indicação pejorativa, na mentalidade do período Imperial, de sua condição de subalternidade e inferioridade e, ainda, por ser escrava – podendo ser explorada (econômica e sexualmente), oprimida e humilhada por diferentes segmentos sociais.

Na Paraíba Imperial, nem mesmo as meninas escravizadas escaparam do abuso sexual. Os donos de terras “apoderavam-se das negrinhas, ainda impúberes e faziam-lhes filhos. Ai de quem murmurasse alguma queixa!” (Vidal, 1988: 125). Muitos senhores achavam que a sua conduta era natural, não demonstrando nenhum apreço pelas mulheres escravas. Não apenas se aproveitavam sexualmente delas para o mero desfrute do seu prazer, como, quase sempre, se apossavam das crianças geradas por elas. Esses filhos das escravas herdavam a condição cativa da mãe (*partus sequitur ventrem*), o que poderia significar um bom investimento para os escravocratas que, na maioria das vezes, não reconheciam como filhos as crianças tidas com escravizadas, muitos, preferiam utilizá-los no trabalho rural ou até vendê-los para senhores que moravam em locais distantes.

2. Conhecendo a população, o trabalho das mulheres na cidade e no campo

Para conhecer as mulheres escravizadas que residiram na Paraíba, foi necessária a elaboração de dados populacionais da província da Paraíba, tarefa nada fácil, visto que os registros disponíveis são esparsos e imprecisos, sobretudo os da primeira metade do século XIX, dificultando, sobremaneira, a obtenção de dados estatísticos sobre as mulheres cativas.

Contudo, na amostra sobre a segunda metade do século XIX foram recuperadas informações mais completas sobre a população escrava, apesar dos administradores imperiais responsáveis pela sua organização não especificarem o sexo e local de residências dos(as) escravizados(as) na província. Em 1852, registrou-se um total de 184.595 pessoas livres e 28.546 (ou 15,5%) escravas. Duas décadas depois, em 1872, no primeiro censo nacional, o quadro já era bastante diferente: a população livre havia aumentado acentuadamente, atingindo o total de 354.700 pessoas, enquanto a soma dos(as) cativos(as) decrescera para 21.526, ou seja, passara a constituir apenas 6% da mão-de-obra, tanto na área urbana quanto na rural. Na década seguinte, o decréscimo persistiu. Assim, em 1884, existiam

apenas 19.778 cativos(as); e, no ano da Abolição, eram somente 9.448 os(as) escravos(as) em toda a província. (Galizza, 1979: 111).

Dados sobre as mulheres cativas só foram encontrados a partir da década de 1870, embora sem especificação da faixa etária e procedência das escravas. No primeiro censo nacional, do total de cativos, as mulheres somavam 11.063. Pouco mais de uma década depois, 1884, houve diminuição desse grupo: 10.571 mulheres de um total de 19.718 escravizados. Nos últimos anos da escravidão, formavam, portanto, uma pequena maioria, o que não era comum nas províncias imperiais. Todavia, os escravos que foram transferidos para o centro-sul em decorrência do tráfico interprovincial eram do sexo masculino na faixa etária reprodutiva (Idem, p. 36). Mas, de qualquer maneira, se deve admitir, com base nos números conhecidos, que os escravizados eram pouco representativos no conjunto da população da Paraíba Imperial na segunda metade do século XIX, embora eles tenham atuado em todos os setores produtivos (Medeiros, 1999). A população livre, de um modo geral, manifestava grande desprezo pelo trabalho manual e por isso, reservava aos(as) escravizados(as) todas as funções subalternas, tanto no meio rural quanto no urbano.

Uma das tarefas reservadas a essas mulheres, ao longo dos séculos, foi a de realizar serviços domésticos nos domicílios das famílias dos segmentos dominantes e médios. Também nas cidades e em várias capitais provinciais, elas atuavam no pequeno comércio, como negras de ganho ou de aluguel. A capital paraibana não constituiu uma exceção. São vários os exemplos de mulheres escravizadas que eram adquiridas com vistas a desenvolver tal função, a exemplo de um(a) morador(a) da Capital que, na década de 1860, tentava alugar uma escrava que comprasse e vendesse na rua; e que fosse fiel e não fosse ébria.¹⁶ As escravas-comerciantes eram mais conhecidas como “negras de taboleiro”. Elas circulavam pelas vias públicas oferecendo seus produtos, a exemplo do que fazia a libertável¹⁷ Gertrudes Maria, que na década de 1830, negociava com verduras, frutas e o que mais lhe permitissem suas posses.¹⁸ Muitas delas costumavam, no horário do trabalho, cantarolar pelas ruas mais movimentadas, como informa um contemporâneo da época da escravidão, morador em um dos bairros mais populosos da capital que ao escrever suas reminiscências, deu notícias a respeito do cotidiano das mulheres negras escravas e forras. Segundo ele, por volta das duas ou três horas da tarde, ouvia-se, nas ruas de Tambiá, o canto forte e afinado de uma vendedora de arroz doce:

Iaiá mandô

Se não me quisé

Cheiro, pagô,

Vou pro Varadô.¹⁹

A mulher que vendia arroz doce, cantando pelas ruas da Capital, colocava em destaque a sua condição de subalternidade, quando anunciava que seguia ordens: *Iaiá mandô*, um exemplo das diferenças de classe entre as mulheres, no sistema escravista.

Em outras ruas do Tambiá, como a do Grude, por exemplo, além das escravas que por ali circulavam, havia, também, “várias africanas velhas e libertas que por ali moravam e se ocupavam, durante o dia, em vender hortaliças e doces pelas ruas da cidade, quando não faziam na Quitanda” (Medeiros, 1994: 30). Já as ruas da Viração, da Matinha, que durante o dia eram também ocupadas pelas quebradeiras de coco, ao anoitecer transformavam-se em espaços livres para a prostituição (Medeiros, 1994). Outro reduto destinado ao meretrício era o “Curral das Éguas”, cujos cabarés recebiam denominações como “Tombo da Mulata” e “Cabaret de Pacote” (Cavalcanti, 1972: 49). Nesses locais, por mais de um século, muitas mulheres venderam seus corpos aos transeuntes.

No âmbito doméstico, as escravizadas tinham como obrigação, além de outras, proverem com água potável as residências de seus senhores. Entre os pontos de coleta conhecidos estava a Fonte de Tambiá, local em que também acontecia a lavagem de roupas. No interior dos sobrados, as cativas cuidavam dos afazeres domésticos e dos filhos de seus donos. Foram selecionados três anúncios para se exemplificar a forma como as trabalhadoras cativas eram oferecidas em regime de aluguel ou venda pelos seus senhores:

“Oferece-se uma ama com muito bom leite – quem precisar dirija-se a esta typographia, que se lhe dará informações” (Jornal *A Regeneração*, 29 de maio de 1861).

“Vende-se [...] uma negrinha com cinco anos de idade, sem vícios, muito esperta, e de muita boa casta de escravos, própria para brincar com crianças: quem pretender pode dirigir-se à Rua Direita casa n. 84, que achará com quem tratar” (Jornal *O Imparcial*, 20 de fevereiro de 1861).

“Aluga-se uma escrava moça com habilitações para todo o serviço doméstico: coze, engoma, lava e cozinha o diário de uma casa. Quem quiser dirigir a typografia” (Jornal *A Opinião*, 17 de maio de 1877).

¹⁶ Jornal *O Solícito*, 27/07/1867, NDIHR/UFPPB, microfilme rolo 1.

¹⁷ Estou me referindo à situação de escravas e escravos que compravam a sua carta de liberdade sob condição de se manterem no cativo até cumprir determinadas cláusulas, entre as quais a total liberdade somente seria obtida após a morte de seu senhor ou sua senhora. Uso também o termo *libertanda*.

¹⁸ Apelação Cível a penhora da escrava Gertrudes, 1828-1842, f. 68, ATJPB.

¹⁹ Em Medeiros, 1994: 77. O termo Varadô, refere-se ao bairro Varadouro, que no século XIX, era um dos mais movimentados da capital paraibana, porque ali localizavam os estabelecimentos comerciais.

No primeiro anúncio, oferece-se uma escrava que havia parido, mas que, provavelmente, estava condenada a abandonar seu filho para amamentar as crianças de famílias que dispunham de recursos para arcar com custos mensais do aluguel de uma escrava. O hábito de mulheres, normalmente de origem européia, se recusarem a amamentar seus filhos, se estabeleceu na época medieval. Os motivos alegados eram variados; iam desde o estético, como o medo da queda das mamas, até os religiosos, pois se acreditava no mito de que o esperma estragava o leite e como a vida conjugal deveria ser a prioridade da mulher, os religiosos orientavam as esposas a atenderem os interesses dos esposos, evitando, assim, que estes comessem o adultério. Como saída, passaram a enviar as crianças ao campo a fim de serem criadas por amas-de-leite. No século XVIII, na França, vários segmentos sociais faziam uso de tal expediente, pois o ato de amamentar era visto como algo vulgar, coisa de camponesa (Almeida, 1996: 58-60). No Brasil escravista, a função de amamentar os filhos da elite e dos setores médios foi imposta às escravizadas.

As mulheres com alguma posse, entre elas as brancas, preservaram, por séculos, o costume de entregarem seus bebês aos cuidados das escravizadas. Enquanto isso, os(as) recém-nascidos(as) escravos(as) passavam a viver no meio da comunidade cativa, sob a responsabilidade de outras mulheres negras. Aquelas crianças que sobreviviam também poderiam ser comercializadas, a exemplo do segundo anúncio, evidenciando que uma garotinha de apenas cinco anos já estava sendo destinada ao trabalho. Possivelmente, quem a adquirisse teria o cuidado de habituá-la e educá-la sob um regime de dominação, de arbitrariedade, de violência, de opressão, de despersonalização, [inclusive] de passividade, [e] de submissão. No último anúncio, uma escrava foi oferecida para a realização de todo o trabalho de uma casa, provavelmente de setores médios da sociedade, que não dispunham de recursos para a compra de uma cativa, mas com condições de desembolsar um valor mensal com aluguel.

Os outros dois espaços geográficos, o agreste e o sertão, abrigaram a maior parte da população escrava da Paraíba oitocentista. As informações obtidas sobre um município do agreste – área de transição entre o litoral e o sertão, contendo algumas faixas de terra úmida – denominado Bananeira, era centro de produção variada: além da cana-de-açúcar (contava com 11 engenhos em 1876) e criação de animais, cultivavam-se algodão, café e produtos de subsistência.

Conforme a lista nominativa de escravos de 1877²⁰, utilizada nessa pesquisa, foram classificados 706 escravos(as). As mulheres eram um pouco mais numerosas e representavam 53,8% (ou 381) da população cativa, enquanto os homens somavam 46% (ou 325). A maioria das mulheres encontrava-se na faixa etária intermediária, ou seja, eram adultas nas idades de 15 a 49 anos (eram 279) e consideradas em plena força de trabalho. Elas se dedicavam tanto ao trabalho agrícola quanto às variadas atividades domésticas: 50% delas trabalhavam no

campo, e mais de 42% atuavam como cozinheiras, engomadeiras e em outros serviços domésticos. Poucas delas, apenas 3%, exerciam função especializada como costureira. A presença das mulheres na lavoura se justifica pelo seu trabalho no cultivo de algodão e nas pequenas propriedades abastecedoras de alimentos do litoral, localizadas em sete municípios mais úmidos e propícios à agricultura (Rocha, 2001: 33).

No espaço rural sertanejo – área mais seca com baixos índices pluviométricos – três núcleos foram estudados: Cajazeiras, Misericórdia e Piancó. Neles, as mulheres adultas (de 15 a 49 anos) e idosas (a partir de 50 anos) constituíam a maioria da população escrava e desempenhavam uma variedade de atividades econômicas, com uma maioria exercendo atividades domésticas. Em Cajazeiras e Misericórdia mais de 80% das cativas adultas e idosas se ocupavam em cuidar das roupas, da cozinha, da limpeza das casas senhoriais. Em Piancó havia algumas diferenças, embora predominasse o serviço doméstico (mais de 55% delas), havia 23% envolvidas em ocupações que exigiam uma certa especialização, eram as rendeiras, costureiras e fiandeiras.

Entre as crianças de 04 a 14 anos, que constituíam 13% da população do interior da Paraíba, foi registrado que mais de 50% delas estavam envolvidas em alguma atividade doméstica. Somente em Piancó, cerca de 7,5% desenvolveram função especializada, como a costura.

3. Conhecendo o vínculo familiar entre as escravas do Sertão da Paraíba

Realizei, ainda, análise sobre os vínculos parentais das escravizadas nos três núcleos sertanejos da Paraíba. Foram encontrados dois tipos de uniões: a legítima, constituída de cônjuges casados na Igreja, com ou sem filhos, e a natural, que denominei de monoparental, podendo ser formada por mulheres e homens solteiros com filhos, sendo mais comum encontrar as mulheres cuidando e tendo a posse de filhos do que os homens. Esta escolha metodológica se deve pelo fato de pesquisas sobre o período Imperial (1822-1889) apontarem o predomínio de uniões consensuais, sobretudo nos setores mais humildes da sociedade (brancos pobres, negros libertos e escravos).

A dificuldade de se casar na Igreja tem sido interpretada, em parte, pelas muitas exigências da Igreja Católica. Esta instituição solicitava dos noivos a comprovação da condição civil (solteiro) e da religiosa (católica); a apresentação de certidão de batismo; e pagamento dos custos relativos ao processo (Mattoso, 1988). Além de terem que cumprir esses requisitos, mulheres e homens escravizados passavam por constantes separações, podiam ser revendidos para outras regiões, cujas transações comerciais se acentuaram a partir de 1850 com a intensificação do tráfico interprovincial, que foi na ordem de 13,2% do total da população escrava de 1852 (Galliza, 1976: 114).

²⁰ As listas nominativas de escravos eram mapas da população escrava dos municípios elaborados com o objetivo de libertar alguns escravos com recursos do Fundo de Emancipação, que seguiam as determinações da lei nº 2040, promulgada em 28/09/1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre.

Antes da análise das uniões dos(as) cativos(as), apresento dados sobre a posse de escravos pelos proprietários do sertão, pois tais informações constituem elemento fundamental para se pensar as relações de parentesco no âmbito da população cativa, haja vista a historiografia ter comprovado que, nas unidades produtivas com grande número de escravos, havia a possibilidade de se formarem famílias escravas mais estáveis.

Com relação à posse de escravos nos três núcleos do sertão paraibano, se encontrou um padrão bastante similar, no qual os senhores detinham poucos escravos (entre um a cinco). Em Cajazeiras e em Misericórdia se verificou que cerca de 90% dos proprietários escravocratas possuíam de 1 a 5 escravos, e o restante entre 6 e 20 cativos, sendo uma dezena o número máximo desse tipo de trabalhador em Cajazeiras e duas dezenas em Misericórdia. Em Piancó, também predominaram os pequenos proprietários com 1 até 5 escravos que totalizavam mais de 88%. Porém quase 3% deles tinham mais de 10 cativos, e o restante tinha mais de 20 cativos. Como se pode observar, uma maioria significativa de escravocratas paraibanos tinha poucos cativos a seu dispor, fator que limitava a formação de uma vida parental entre eles, como se verá adiante.

Em Cajazeiras, do total de 188 mulheres, 137 eram adultas e podiam contrair matrimônio. Contudo, apenas 11 delas se casaram legalmente e uma outra que enviuvou, o que representou um percentual de pouco mais de 8% de famílias legítimas. Vale salientar que quatro das mulheres casadas já estavam afastadas do convívio de seus respectivos maridos, a exemplo de um registro lacônico em que o escrivo informava que uma determinada escrava era “casada com homem escravo, pertencente a outro senhorio, cujo senhor ignorava”, ou ainda que a escravizada era casada, porém estava separada de seu marido, que pertencia a outro senhor, cujo nome se ignorava²¹, deixando entrever a separação a que eram submetidos os cônjuges escravos de famílias legítimas.

Embora houvesse registro de poucas uniões legítimas, isso não significa afirmar que elas não estabeleceram laços afetivos. Pelo contrário, muitas mulheres adultas solteiras tiveram filhos, formando um total de 20 famílias monoparentais, ou seja, 15% delas, a exemplo de Vicência, de 30 anos, mãe de Ignácio (11 anos), Sabina (9 anos), Romana (6 anos) e de uma criança ingênua, ou seja, o(a) filho(a) da escrava livre, nascido(a) após setembro de 1871.²² Por fim, em Cajazeiras se constatou que cerca de 25% das mulheres escravizadas estabeleceram algum tipo de relacionamento familiar, a partir de uniões religiosas ou de vínculos entre mães e filhos.

A situação conjugal das mulheres escravizadas de Misericórdia era bastante semelhante à da primeira vila analisada. Das 304 mulheres, pôde-se observar que ape-

²¹ *Lista nominativa de escravos para libertarem escravos pelo Fundo de Emancipação*. Cajazeiras, 1876, f. 1, caixa 60-A, AHPB, de agora em diante LNE-FE.

²² **LNE-FE**. Idem, f. 3 e 30. Na realização da classificação das filhas de Vicência, esta apresentou um pecúlio (economia) de 85 mil réis.

nas 18 eram casadas e somente uma declarou-se viúva, representando pouco mais de 6% da população feminina adulta e idosa que estabeleceu família dita legítima. Em Cajazeiras, prevaleceram as famílias monoparentais: 54 das mulheres adultas e idosas eram mães de filhos naturais, atingindo o percentual de pouco mais de 17,7%. Somando-se este percentual às famílias legítimas, conclui-se que, cerca de 24% das mulheres, adultas e idosas construíram algum tipo de laço afetivo.

Em Piancó, das 698 mulheres, mais de 70% estavam entre as adultas e idosas, mas apenas 45 eram casadas legalmente e outras 06 haviam enviuvado, representando 7,3% do conjunto da população feminina. Outra situação encontrada entre os escravizados refere-se ao significativo número de matrimônios mistos, ou seja, ocorridos entre indivíduos de diferentes condições sociais: onze cativas casaram com homens livres e dezesseis homens escravos casaram com mulheres livres. Nessa situação, se encontravam a cozinheira Cypriana, 32 anos, mãe de três filhos, casada com homem livre, e o sapateiro e escravizado Camito, de 36 anos, também casado com mulher livre.²³ Sobre a população com mais de 40 anos, cabe acrescentar que os homens oficializaram mais suas uniões que as mulheres: enquanto doze se casaram e dois ficaram viúvos, apenas três mulheres se uniram legalmente e outras quatro enviuvaram.

Em se tratando de famílias monoparentais, dois grupos se destacam: o de 118 mães com filhos escravos e o de 42 mães com filhos ingênuos, totalizando, portanto, 160 famílias, ou 22,9%, grupo bem superior ao de famílias legítimas. A reunião dos dois tipos de famílias resulta em mais de 30% de escravizados(as) com laços parentais. Laços que tinham dificuldade em serem mantidos, como se verá com a história de Justina e suas filhas, nem sempre com final feliz.

Um dos exemplos envolvendo a separação de pessoas escravizadas aparentadas ocorreu na vila de Misericórdia, em 1878, com Justina e suas filhas. Estas três cativas tinham dois donos: Joaquim Agra da Silva e João Alexandre Chaves. Ambos poderiam ter algum parentesco ou partilhar algum “negócio”. Por motivo desconhecido (que podia ser financeiro ou desavença entre eles) desfizeram a sociedade e dividiram os “bens”, ou seja, mãe e filhas foram separadas. Chaves ficou com as menores e Agra da Silva com a mãe.

Dois anos depois, Justina conseguiu ser libertada pelo Fundo de Emancipação e, no ano seguinte, enviou ofício (datado de 29 de dezembro de 1881) ao Presidente da Província, solicitando providências para que suas filhas fossem libertadas também, com recursos públicos do mesmo Fundo. Contudo, durante dois anos seguidos não houve classificação de escravos e somente em 1883 ocorreu uma nova classificação, para que fossem usados recursos da 4ª cota do Fundo de Emancipação. Entretanto, quem obteve a liberdade foi o esposo de Justina, chamado Miguel, enquanto as suas filhas continuaram escravizadas, pois o valor da

²³ **LNE-FE**. Piancó, 1876, f. 15 e 58, caixa 61-B, AHPB.

cota era de apenas 1.267\$877, o suficiente somente para a carta de liberdade de Miguel, que foi avaliado em 1.060\$000. Os anos passavam e as duas jovens continuavam escravas e separadas de seus pais. Mas estes não desistiram e, em 1884, quando ocorreu uma nova matrícula de escravos para libertação com recursos do Fundo de Emancipação, Chaves, o dono das meninas, apresentou uma relação na qual constava os nomes das duas para serem libertadas. Entretanto, para desgosto e sofrimento dos pais, elas não foram contempladas e devem ter continuado no cativeiro, por, no mínimo, mais quatro anos, ou seja, até a data da Abolição.

Concluindo as análises sobre o vínculo familiar nos três núcleos sertanejos identificou-se, de um lado, poucas famílias legítimas, variando de 5,4% a 6,3% de uniões legalizadas; e de outro, um número superior de famílias monoparentais, que variou entre 9,9% e 22,7%. Os motivos para os baixos índices de vínculos familiares entre escravizados estão ligados à dificuldade das escravas em conseguirem parceiros, visto que residiam em locais com dois ou cinco cativos. Havia, pois, o desequilíbrio numérico entre os dois sexos nos três núcleos, assim como não se pode deixar de considerar o caráter desagregador do sistema escravista, que dificultava a formação e a permanência dos laços afetivos entre as cativas e seus parentes, no caso paraibano. Casos contrários ocorreram nas unidades produtivas com grande número de escravos em municípios cafeeiros, como Campinas (SP), em que pesquisas sobre o século XIX, verificaram, nas médias e grandes propriedades rurais, alta frequência de casamentos legalizados no interior da comunidade escrava, bem como altas taxas de estabilidade dessas uniões, o que tornou possível a formação de famílias com três gerações (Slenes, 1998).

4. Conhecendo histórias da resistência de mulheres negras na Paraíba

Na última parte deste texto, apresento algumas histórias de mulheres negras que se envolveram em atritos nas ruas ou desobedeceram às normas impostas por autoridades administrativas; fugiram de seus proprietários; litigaram na Justiça pelo reconhecimento de “direitos” adquiridos e/ou desrespeitados por ex-senhores; cometeram suicídios e/ou mataram os seus próprios filhos em atos de extremo desespero.

Estes atos, com o redirecionamento recente dos estudos sobre a escravidão no Brasil, passaram a ser valorizados, em razão do alargamento do conceito de resistência. Até a década de 80, consideravam-se apenas os confrontos mais diretos contra o regime escravista, entre eles: as fugas, a formação de quilombos, as rebeliões, os assassinatos de feitores e senhores. Já após o final desta década, todas as ações dos escravos que demonstraram inconformismo contra o sistema passaram a ser valorizadas. Pode-se, assim, acrescentar as pequenas lutas disseminadas nas relações cotidianas entre senhores e escravos, ações cívicas contra proprietários, compra de alforria, entre outras.

Na província da Paraíba, como em outros lugares do Brasil, as relações escravistas foram marcadas por tensão, crueldade, enfrentamento ou resistência dos grupos dominados. Há muitos exemplos de crueldades perpetradas pelos senhores paraibanos, sobretudo no interior de suas residências, contra suas escravas, como foi o caso do português Antonio Jacinto d’Amaral, morador na Capital, que açoiou até a morte a sua escrava de nome Joaquina.²⁴ Em Pombal, uma outra cativa “fora amarrada e barbaramente surrada e depois de restabelecida dos ferimentos” fora vendida para Piancó.²⁵ Nos anos finais da escravidão, ainda houve o caso de uma “mísera escravizada” [que] “em consequência d’um pontapé, na região do ventre [dado por seu] ‘respectivo possuidor’ [...] ‘abortou imediatamente’”.²⁶ Os abolicionistas paraibanos foram acusados de não fazer nada em defesa da vítima.

Pelo exposto, pode-se afirmar que, apesar da Província paraibana ser uma área com baixa concentração de escravos, a crueldade manifestou-se na região com intenso vigor. Houve, inclusive, escravas que, num momento de desespero, preferiram tirar as suas vidas e as de seus filhos a se manterem no cativeiro. Talvez, para essas mulheres, o suicídio fosse a única forma de libertação. Em São João, na Fazenda de Enéas Villar dos Santos Barbosa, a escrava Antonia, depois de tentar matar três dos seus filhos menores tentou se suicidar. Segundo a autoridade policial, as crianças foram vítimas do furor da mãe.²⁷ Já em Pedras de Fogo, a escrava Claudina, que pertencia a José da Silva Torres Júnior, foi encontrada enforcada.²⁸

Embora haja vários exemplos de escravas que lutaram para conquistar a liberdade ou mesmo se livrarem do cativeiro tirando sua própria vida, constatei o caso de uma escrava que se recusou a receber sua carta de liberdade. Trata-se de um episódio envolvendo a escrava Hilária, cozinheira de 41 anos, mãe de Félix (14 anos), de propriedade de Delfina Maria de Jesus. Todos moravam em Cajazeiras, no início de 1883, quando Hilária, surpreendentemente, recusou a carta de alforria proporcionada pelo Fundo de Emancipação. No documento em que se realizou a classificação dos escravos, estava a justificativa: ela havia ficado de fora porque declarou na “presença da junta que não queria se alforriar e que sua senhora lhe servia de mãe e não de senhora”.²⁹ Os representantes da Junta ficaram em dúvida se podiam ou não aceitar a decisão da escravizada e, por isso, recorreram ao então vice-presidente da província, Antonio Alfredo da Gama e Melo, pois tal renúncia afetaria também o direito de seu filho menor. Segundo a documentação,

²⁴ *Correspondência da Secretaria de Polícia com o Presidente da Província (1848-1850)*, f. 187, AHPB.

²⁵ *Documentos Avulsos: Secretaria da Polícia da Paraíba, 1862*, caixa 42, no AHPB.

²⁶ *Jornal O Independente*, 30/07/1887, NDIHR, microfilme rolo 1.

²⁷ *Correspondência ao Governo da Província (1860-1861)*, f. 89, de 23/03/1861, AHPB.

²⁸ *Correspondência do Chefe de Polícia – Delegados e Subdelegados (1863-1864)*, f. 247, documento nº 1.443, datado de 18/7/1864, AHPB. Ainda foram registrados, nos anos de 1858 e 1860, outros suicídios de mulheres, ocorridos, respectivamente, em Alagoa do Monteiro e Mamanguape.

²⁹ **LNE-FE**. Cajazeiras, 1883/1884, caixa 65-A, AHPB.

os membros da Junta não puderam atender ao pedido de Hilária, pois, em 21 de fevereiro de 1884, ela foi incluída numa nova classificação de escravos e, em menos de três meses (em 07 de maio de 1884), junto com mais seis escravos, foi libertada por conta do Fundo de Emancipação.

Esta atitude nos leva à seguinte questão: qual motivo teria levado Hilária a recusar a liberdade concedida pelo governo imperial? Ao menos duas especulações são possíveis: primeiro, havia se acomodado à condição de escravizada e se afeiçoado a sua senhora; segundo, talvez, devido a sua idade avançada teria dificuldades para sobreviver como liberta. No século XIX, uma pessoa escrava com 40 anos poderia ser considerada idosa, com muitas dificuldades de sobreviver, pois a expectativa de vida era na faixa de 30 anos. Apesar de não ter uma resposta sobre a decisão de Hilária e com base nas evidências documentais, posso afirmar que a atitude desta escravizada foi um fato isolado; a maioria das cativas lutava pela liberdade e para ficar bem distante de seus senhores, como veremos com o caso de Gertrudes.

Trata-se da história de uma interessante personagem que pode inspirar mulheres do presente, em razão da capacidade de defender sua liberdade no início do século XIX, numa sociedade firmemente organizada em hierarquias e sob a vigência de um consenso ideológico com relação ao escravismo, que foi fortemente contestado somente em meados do século XIX.

Vamos aos fatos. Em 08 de julho de 1828, Gertrudes iniciou um processo contra dois credores de seu dono. Eles haviam entrado com uma petição de embargo com vigor de penhora contra Carlos José da Costa, requerendo a comercialização dela, para se efetuar o pagamento de dívidas. Quatro dias depois, Gertrudes constituiu um advogado como seu procurador – Luis Nogueira Moraes – para “opor-se aos embargos de terceiros”³⁰, o argumento principal adotado por este defensor foi a de que ela não poderia ser penhorada por ser liberta desde 27 de janeiro de 1826, data em que pagou 100\$000 réis pela sua carta de liberdade. Entretanto, este procurador não deu continuidade à questão jurídica, possivelmente, porque a litigante não possuía recursos para remunerá-lo. Porém, um novo curador foi ajustado e cuidou da ação. Ele era Francisco de Assis Pereira Rocha, um representante da elite que já havia exercido o cargo de chefe de polícia.

No período de doze meses, sucederam-se algumas audiências, nas quais se manifestaram os advogados da embargante e dos embargados; houve algumas inquirições (dez favoráveis aos credores e sete a Gertrudes), réplicas e trélicas dos dois lados. Nos debates que ocorriam nessas audiências, foram detectados os diversos interesses envolvidos em tal demanda jurídica. De um lado, uma ex-

³⁰ O relato histórico sobre Gertrudes Maria foi baseado na Apelação Cível a penhora da escrava Gertrudes, 1828-1842, depositado no Arquivo do Tribunal de Justiça da Paraíba.

senhora de cativos, na miséria, tentando salvar o único bem que lhe restava: uma escravizada com carta de alforria sob a condição de que dispensasse cuidados à senhora até a morte desta; de outro, os credores tentando receber uma dívida, pouco preocupados se teriam de disputar com uma mulher negra que se dizia forra; e, por fim, a própria ex-cativa que, muito provavelmente, comprara a sua carta de alforria, mas que não fora registrada em cartório, portanto, passível de ser contestada judicialmente.

O advogado dos credores de Carlos José da Costa continuava afirmando que a carta de liberdade era falsa e que Gertrudes era uma “legítima escrava”, podendo, portanto, ser arrestada para a quitação da dívida. Entretanto, passaram-se quase dois anos e nada foi decidido. Quando, finalmente, se julgou a questão – em 20 de abril de 1831 – o Juiz de Fora Inácio de Sousa Gouveia deu ganho de causa aos credores de Carlos José da Costa, por considerar a carta de liberdade “título nulo, inútil e reprovado”. Sendo assim, poderia ser colocado em “vigor o arresto” contra Gertrudes, cabendo a ela o pagamento das custas do processo.

A publicação da sentença ocorreu quase três meses (em 03 de julho de 1831) após o julgamento. Quatro dias depois, o curador de Gertrudes entrou com a Apelação³¹ e o processo foi enviado para um julgamento por órgão superior da Justiça: a Ouvidoria Geral da Comarca. Houve, ainda, duas outras audiências públicas, numa das quais não compareceu nem o procurador dos credores e nem os próprios credores.

De qualquer forma, a ação cível foi encaminhada à Ouvidoria Geral da Comarca e, em 08 de agosto de 1831, o então advogado de Gertrudes, Francisco de Assis Pereira da Rocha, enviou os motivos que o levaram à Apelação da sentença. Defendia o direito da apelante em usufruir a liberdade conquistada com a compra da carta de alforria. Em pouco menos de quinze dias, o advogado Leitão, procurador dos credores, solicitou que fosse confirmada a sentença anterior, que dava ganho da causa aos seus clientes. Mais uma vez, insistiu na tese de que a carta de alforria era falsa, além de ter acusado Gertrudes de não ter indenizado com os 100 mil réis os seus proprietários. Entretanto, a Ouvidoria foi extinta e os autos remetidos ao cartório local, e nenhuma decisão judicial foi proclamada por quase uma década.

O processo só foi retomado em 01 de novembro de 1841, por José Francisco das Neves, que providenciou a prisão de Gertrudes e de seus dois filhos, pois, segundo ele, o seu depositário,³² José Bernardino de França, nomeado em 1828, a deixou viver só e em “concubinato” com um índio do qual teve duas crianças. O

³¹ O termo jurídico Apelação refere-se a um recurso em matéria processual aplicável à sentença, devendo ser interposta por petição dirigida ao juiz e dados das partes envolvidas, a fim de ser reexaminada e julgada de novo por instância superior a de origem. No século XIX, as questões judiciais da província da Paraíba eram resolvidas no Tribunal de Relação de Pernambuco.

³² Pessoa legalmente constituída para responsabilizar-se pelo escravo ou libertando(a), até que se resolvesse uma ação judicial.

mesmo José Francisco das Neves afirmou que Carlos José da Costa estava então morando na área costeira, em Lucena, porém continuava sem nenhum bem. Assim, Gertrudes foi encarcerada na cadeia pública, mas não perdeu tempo: solicitou para si um novo depositário, o Tenente Modesto Honorato Victor. O pedido foi aceito em 01 de dezembro de 1841. Ao livrar-se da cadeia, entrou em contato com o seu antigo advogado, Francisco de Assis Pereira Rocha, que retomou a ação, requerendo a continuidade da causa no órgão superior, isto é, no “Juízo Superior da Relação do Distrito”, naquela época, o Tribunal da Relação de Pernambuco.³³

Houve uma audiência em 20 de abril de 1842, à qual compareceu apenas o advogado Francisco Inácio Peixoto Flores, novo defensor dos interesses de José Francisco das Neves, que entrou com uma “Ação em Juízo para se seguir a apelação”. Os autos foram enviados ao Juízo Superior em 30 de maio de 1842, porém nada foi encontrado sobre o desfecho final desse caso. Embora não se saiba qual o resultado da apelação, essa história protagonizada pela crioula Gertrudes permitiu que se visualizasse aspectos da resistência e percepção de liberdade de uma alforriada sob condição na capital da província da Paraíba.

Com a história de Gertrudes se percebeu o quanto a liberdade, naquele período histórico, caracterizada por uma sociedade altamente hierarquizada, impregnada de desigualdades, com vários degraus a serem ultrapassados em direção à condição de liberta, era dinâmica, mutável no tempo e no espaço e construída gradualmente. Esse processo poderia avançar, estacionar e até sofrer retrocessos. Enfim, para o escravo(a), a conquista da liberdade envolvia a superação de diferentes interesses e muitos conflitos (Carvalho, 1998).

Em 1841, quando José Francisco das Neves reativou o processo, Gertrudes se encontrava novamente em perigo, temendo não só por si, mas também pelos seus dois filhos. O credor José Francisco, por sua vez, possivelmente, estava em dificuldades financeiras, razão pela qual tentava receber uma dívida antiga, sabendo que, naquele momento, se conseguisse manter o argumento de que Gertrudes era escrava, poderia levá-la com seus dois filhos a leilão. Quem sabe ele não teria mais chances de obter uma vitória judicial, ou mesmo de ficar com uma das crianças? Difícil tentar obter uma resposta para essa questão. Sabe-se apenas que, mais uma vez, ela teve que recorrer as suas relações de amizade. Inicialmente, requereu um novo depositário (Tenente Modesto) e, em seguida, retomou o contato com o advogado que a defendera 10 anos antes, Francisco de Assis.

Outro aspecto interessante é o da percepção de liberdade por parte de Gertrudes. Não foi um ato de rebeldia explícito; pelo contrário, ela a buscou de forma jurídica. Inicialmente, em razão da sua profissão conseguiu formar uma clientela,

³³ Conforme Leitão (1991: 16), no período monárquico, apenas 11 capitais dispunham de Cortes de Justiça de 2ª instância. A Província da Paraíba, por não possuir Tribunal de Relação, dependia do trabalho dos desembargadores de Pernambuco, fator que contribuía para demora nos julgamentos cíveis e criminais.

estabeleceu boas relações de amizade e, certamente, graças ao seu bom comportamento dispunha de grande potencial de receber o título de liberdade. Depois, ao conquistar uma alforria condicionada, continuou transitando por toda a cidade, “tratando de sua subsistência”. Nesse sentido, Gertrudes se aproxima da expectativa senhorial acerca do comportamento de libertos, ou seja, ela era boa trabalhadora, honesta e pacífica, porém não deixou de se posicionar no momento em que sua liberdade estava ameaçada.³⁴

Embora não se saiba o desfecho do caso de Gertrudes, pode-se observar as desventuras enfrentadas pela libertanda. Ela experimentou a ambigüidade de ser quase livre e, por apenas dois anos, não sem medo, porém com pouco mais de tranquilidade, pôde usufruir do seu direito de “viver sobre si”, confirmando a noção de que a liberdade, no contexto escravista, era uma conquista que deveria ser reafirmada cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da década de 1980, uma senhora negra, cujo nome era Luzia, andava pelas ruas de sua cidade, o Rio de Janeiro, quando, casualmente, encontrou o filho de uma ex-patroa, que a reconheceu e teve a iniciativa de cumprimentá-la. Ele estava acompanhado de sua esposa que fez vários comentários desagradáveis, cruéis e desrespeitosos a sua pessoa. Observem o depoimento que segue:

...Eu gosto muito das crianças... Ele me arrespeita (sic). Depois de casados, eles me encontram na rua, abraçam, beijam... tem uma mulher desses que não me topa, porque ela não sabia, né? Casou eu já não estava lá mais [na casa da família]. Aí, encontrei com ele [o filho da ex-patroa]. Aí, ele veio, abraçou, beijou e ela [a esposa do rapaz] ficou falando e chegou com atitude pessoal (...) e disse para ele: “Quem é essa piranha aí? Ainda além de ser preta é piranha! Aí ele. Coitado, ele abraçou comigo e chorou. Ela não é piranha, ela me criou porque a minha mãe era muito doente! (...) A mãe ficava um mês em casa, dois no [Hospital] Miguel Couto. E eu ficava com eles, né?” (Os grifos são meus).

Com o testemunho de Luzia, podemos examinar as representações em relação às mulheres negras, quase um século após o fim da escravidão. A esposa do rapaz, que recebeu cuidados de Luzia, utilizou termos pejorativos e estereótipos para referir-se à ex-trabalhadora doméstica (“preta” e “piranha”, ou seja,

³⁴ Sobre a visão senhorial de liberdade, consulte-se Xavier (1996: 101-105).

³⁵ Depoimento de Luzia, mulher negra de 59 anos, que trabalhou por quase 40 anos em “casa de família”, como doméstica, moradora em conjunto habitacional no Botafogo (RJ), depoimento coletado em 1983, por Medeiros (1987: 220-221).

prostituta³⁶), fixando três imagens associadas às mulheres negras nos dias de hoje – trabalhadora de funções com baixo *status* social (doméstica e prostituta) e a cor preta como estigma.

Não passou pela mente da esposa do rapaz, possivelmente um homem branco, que ele pudesse ter alguma estima por uma senhora negra, a não ser de ordem sexual. Demonstrou, também, o desrespeito pelo ser humano, ao dizer em alto tom: “ainda além de ser preta é piranha!”. Mas, se o rapaz mostrou-se condoído com a situação, ao longo de sua vida, parece também não ter tido consideração com Luzia, pois, embora tenha afirmado que a considerava como se fosse sua mãe, não houve participação na sua vida social – aniversário, casamento etc. Do contrário, sua esposa conheceria Luzia. Não descarto a existência de afetividade entre ela e o rapaz, mas é certo que os laços afetivos não foram cultivados após a rescisão do contrato de trabalho de Luzia. Por sua vez, ela tem uma postura estóica ao justificar o comportamento do rapaz (“coitado, ele abraçou comigo e chorou”). A atitude de Luzia pode também revelar a sua compreensão acerca das interdições sociais entre negros e brancos, entre empregadas e patrões, que não deveriam ser ultrapassadas, nem por ela e nem pelo filho do ex-patrão. Ou ainda, talvez, pela ausência de uma autodefinição de sua condição de trabalhadora e de seu grupo étnico-racial não tenha tido coragem de impor-se e defender-se das ofensas recebidas³⁷. Uma última hipótese, a falta de uma forte identidade – de classe, de gênero ou étnica – pode ter contribuído para que ela reproduzisse as hierarquias sociais, construídas no escravismo e mantidas no Brasil contemporâneo, mas com novos sentidos, ou seja, instituiu-se o trabalho livre, mas mulheres negras continuam a desempenhar funções domésticas ou outras com baixa remuneração e sem reconhecimento social.

Com este trabalho de pesquisa histórica, busquei mostrar que tais desigualdades étnico-raciais têm suas raízes no sistema escravista. Entretanto com o passar do tempo, preconceitos e discriminações ganham novos significados, resultando na permanência de um quadro social de extrema iniquidade, no qual as mulheres negras continuam tendo poucas oportunidades de trabalho, baixa escolarização, sem acesso a serviços de saúde, enfim, mantêm-se na base da pirâmide social.

Ora, no contexto atual, caracterizado por uma conjuntura de globalização da economia, as mudanças no mundo do trabalho cada vez mais, exigem trabalhadoras qualificadas, é no competitivo mercado de trabalho, que as mulheres negras vão enfrentar as maiores dificuldades. É necessário, pois, para reverter ou minimizar essa situação, o envolvimento político de diversos setores, tanto do

poder público (com o envolvimento de todos ministérios) quanto da sociedade civil, como as organizações não-governamentais, a família, a escola, a igreja. Essas mudanças em curso devem ser estimuladas, pois, como sabemos, o imaginário tem sido reelaborado e recriado com imagens que contribuem para a manutenção das relações sociais e no racismo institucionalizado, a exemplo do que ocorre, respectivamente, no mercado de trabalho e no sistema de saúde.

Como podemos ver, as pessoas tendem a reelaborar e desfigurar determinadas imagens e, no caso das mulheres negras, tem sido freqüente a atualização de representações que cristalizam estigmas, sobretudo, de ordem sexual e econômica. Neste último ponto, pode-se citar, a questão do trabalho, em função das mulheres negras serem vistas com baixa capacidade intelectual, consideradas como aptas apenas para atuarem como trabalhadoras domésticas ou profissionais do sexo. Assim, mulheres negras defrontam-se com o sexismo – aí, as relações de poder perpassam não só pelos conflitos com os homens brancos como também com os negros, e o racismo – produtos de relações sociais hierarquizadas, principalmente no mercado de trabalho. Ambos não serão facilmente eliminados das práticas sociais, e as propostas para desarraigar tais valores e comportamentos devem abarcar não só medidas econômicas, mas também mudanças que atinjam o imaginário coletivo da sociedade brasileira, para, assim, se desfazer a idéia de que mulheres negras têm baixa capacidade intelectual, o que, de certa forma, justificaria a permanência de tais mulheres em funções subalternizadas.

Esta mudança se faz necessária, pois se mantém uma perversa continuidade na vida socioeconômica das mulheres negras, exemplificada com o testemunho de Luzia: elas permanecem na base, com os mais altos índices de desigualdade e pobreza, exercendo as profissões mais desprestigiadas. Mesmo com as mudanças no mercado de trabalho, nos quais os indicadores sociais do IBGE (2003) apontam para avanços e participação crescente de mulheres brasileiras, nas últimas décadas. Em média, as mulheres brancas recebem 40% menos do que os homens para o mesmo trabalho e as mulheres negras chegam a receber 60% menos, dados estes que tornam as discriminações racial e sexual absolutamente visíveis.

Outros dados de pesquisa têm como cenário a maior cidade do Brasil, São Paulo, onde os diferenciais de rendimentos por hora trabalhada divergem se considerarmos o sexo, a raça e o nível de instrução. Em 2000, os dados indicaram que, na população escolarizada (com ensino médio completo ou superior incompleto), os homens brancos, em São Paulo, ganhavam R\$ 6,29/hora, os negros R\$ 4,62, as mulheres brancas R\$ 4,35 e as negras R\$ 2,92, ou seja, em qualquer situação, as mulheres negras são as que mais sofrem, sob o peso da dupla discriminação.

³⁶ As prostitutas ou profissionais do sexo já se constituem sujeito político e possuem organizações que atuam em defesa dos seus direitos, como na Paraíba que há associações em diferentes municípios.

³⁷ Mulheres que se não construíram a sua identidade de classe ou de etnia, em seus relatos, não deixaram de registrar a violência cotidiana de discriminação racial que sofreram no espaço de trabalho doméstico, conforme Medeiros (1987: 210).

Embora, nesse início do século XXI, as mulheres negras já se constituem sujeitos políticos (Ribeiro, 1998) e disponham de alguns bons exemplos de mulheres negras públicas que não só têm defendido mudanças sociais, mas também tem atuado no poder público ou na sociedade civil, com o objetivo de concretizar projetos sociais como Matilde Ribeiro, Luiza Bairros, Benedita da Silva, Sueli Carneiro, entre outras, ainda predomina uma multidão que vem sendo massacrada pela pobreza.

O poder público também deve integrar as perspectivas de gênero e de “raça” ao elaborar políticas públicas. Reivindicação que não deve ficar restrita a uns poucos órgãos governamentais, mas fazer parte da formulação de políticas públicas de todos os ministérios e secretarias (estaduais e municipais). Isto significa dizer que, especialmente as feministas negras, reclamam políticas com recorte de transversalidade em todas as dimensões sociais.

Mas, indo além do combate ao racismo institucional nas diferentes esferas sociais, deve-se considerar a importância de estudos sobre as mulheres escravizadas, suas ações e relacionamentos com homens e mulheres, tanto para modificar o imaginário da sociedade brasileira quanto para afirmar identidades de negras e negros da contemporaneidade. É necessário que pessoas de diferentes etnias tenham conhecimento de que as mulheres negras ao resistirem à escravização transformaram-se em agentes históricos, deixaram marcas de suas ações e contribuíram para a construção material e cultural da sociedade brasileira, na qual está incluída a paraibana e, quiçá, seja forjada uma sociedade em que a igualdade seja a tônica das relações sociais. Por fim, nunca será demais lembrar que a igualdade deve se basear na equidade e na *educação democrática*³⁸ para a tolerância, a fim de que se estabeleça uma consciência ética que inclua a mudança de mentalidades, o combate ao racismo e às discriminações e que sejam enraizados novos hábitos e atitudes de reconhecimento da dignidade de todas e de todos.

³⁸ Educação para a *cidadania democrática* é entendida na perspectiva de Benevides (1998: 148), que a propõe para modificar as relações de gênero, mas que se aplica para o combate às desigualdades étnicas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes (Manuscrita e Impressa)

a) Arquivo Histórico da Paraíba (AHPB)

Livros e Correspondências

Correspondência da Secretaria de Polícia com o Presidente da Província (1848-1850) Secretaria da Polícia, da Província da Paraíba, 1862, caixa 42.

Secretaria da Polícia, ano 1857/1858, caixa 35.

Subdelegacia de Alagoa Nova, 1865, caixa 46.

Secretaria da Polícia, 1874, caixa 60.

Subdelegacia de Alagoa Nova, 1865, caixa 46.

Registro dos Offícios dirigidos as Autoridades Policiais (1864-1865).

Correspondência a Delegados e Subdelegados – Chefia de Polícia (1861-1862).

Documentos Avulsos: Secretaria da Polícia da Paraíba, 1862, caixa 42.

Correspondência ao Governo da Província (1860- 1861).

Correspondências a Delegados e Subdelegados – Chefe de Polícia (1861-1862).

Correspondências do Chefe de Polícia - Delegados e Subdelegados (1863-1864).

Secretaria de Polícia, Correspondências (1860 1861).

Listas Nominativas de Classificação de Escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação: Bananeiras, 1877, Caixa 60-A; Cajazeiras, 1876, Caixa 60-A; Misericórdia, 1876, Caixa 61-B; Piancó, 1878, Caixa 60-A .

b) Arquivo do Tribunal da Justiça

Apelação Cível da escrava Gertrudes Maria, 1828-1842.

c) Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)

Jornais

O Solícito (27/07/1867); A Regeneração (29/05/1861); O Imparcial (20/02/1861); A Opinião (17/05/1877); O Publicador (03/09/1862); O Independente (30/07/1887).

d) Bibliografia consultada

ALANIZ, Anna Gicella García. *Ingênuos e Libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*. Campinas: UNICAMP, 1997.

ALMEIDA, Ângela. *Mães, esposas, concubina e prostitutas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

BENEVIDES, Maria V. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. (Org). *Mulher e Política*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.137-152.

CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: rotinas de rupturas o escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária, 1998.

CASTRO, Carmen Lúcia Santos. *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (Século XIX)*. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 1994.

CAVALCANTI, Archimedes. *A Cidade da Parahyba na época da Independência*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1972.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In: *Cadernos Pagu*, n. 6-7, 1996, p.35-49.

DEL PRIORE, Mary.(Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 217-235.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual. In: HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 63-96.

DIAS, Maria Odila L. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano. *O Averso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala. Formação da sociedade patriarcal brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*. João Pessoa: Universitária, 1979.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GRAHAM, Sandra. *Proteção e Obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1920)*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEITÃO, Deusdedit. *História do Tribunal de Justiça da Paraíba*. 3ª ed. João Pessoa: A União, 1991.

LIMA, Luciano M. *Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande*. Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.

LIMA, Maria Vitória B. *Crime e Castigo. A criminalidade escrava na Paraíba (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, 1988, p.37-55.

MEDEIROS, Coriolano. *O Tambiá da minha infância*. João Pessoa: A União, 1994.

MEDEIROS, Maria Alice A. Mulheres Negras: História de vida. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 30, n. 2, 1987, p. 207-221.

MEDEIROS, Maria do Céu & SÁ, Ariane. *O trabalho na Paraíba. Das origens à transição para o trabalho livre*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1999.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 28, 1985, pp 53-76.

- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia L. (Org). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, p.81-93.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIBEIRO, Matilde. Antigas Personagens, Novas Cenas: mulheres negras e participação política. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org). *Mulher e Política*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.137-152.
- ROCHA, Solange P. *Na trilha do feminino: condições de vida de mulheres escravizadas na Paraíba (1828-1888)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SLENES, Robert. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. In: *População e Família*. São Paulo.
- CEDHAL/USP/Humanitas, v.1, n.1, 1998.
- SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1994.
- SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.
- VIDAL, Adhemar. Três séculos de escravidão na Paraíba. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. Edição Fac-similar. Recife: Massangana, 1988, pp. 105-152.
- VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do Sertão e escravidão em Cuiabá, em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero, Cuiabá: Editora da UFMT, 1993.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicação, Centro de Memória, 1996.

Categoria Estudante de Pós-graduação:

resumo dos trabalhos científicos monográficos
que receberam menção honrosa

Gênero em Ação: Rompimento do Teto de Vidro nos Novos Contextos da Tecnociência

Cristina Tavares da Costa Rocha – Universidade Federal de Santa Catarina/SC¹

Este trabalho expõe resultados parciais de pesquisa, em execução, que objetiva contribuir para gerar discussões teórico-metodológicas sobre relações entre gênero, ciência e tecnologia, enquanto esferas de (inter)ação dos indivíduos inseridos na dimensão mais abrangente da cultura. Para tanto, traça e analisa trajetórias de profissionais, mulheres e homens – embora privilegiando as mulheres – que atuam nos contextos de produção de programas informacionais / computacionais, entendidos nesta pesquisa como recentes contextos da tecnociência. O lócus da pesquisa é uma incubadora de empresas nascentes de base tecnológica localizada na cidade de Florianópolis, sul do Brasil. A pesquisa privilegia a observação de como identidades são (re)construídas e/ou reforçadas, a partir das alteridades/subjetividades presentes e nas respectivas hierarquias de poder que aí se estabelecem. A opção da estratégia metodológica é pela qualitativa de cunho interpretativista, incluindo diversas técnicas, desde etnografia desses contextos, diário de campo, observação participante (em algumas ocasiões), coleta de narrativas das/os profissionais que aí atuam através de entrevistas semi-estruturadas, até captação de dados em fontes documentais, tanto no suporte “papéis” quanto no ambiente virtual. O recorte nos resultados obtidos até o momento é exposto no presente texto e opta por evidenciar o rompimento do “*glass ceiling*”³ por parte de mulheres que atuam nesses contextos. O “teto de vidro” - expressão já consagrada na área de estudos de gênero - impõe às mulheres limites de acesso aos níveis hierárquicos mais elevados, como de diretoria e de presidência, dentro das organizações. O rompimento do teto de vidro remete à desafiadora e interessante metáfora: na medida em que é mais fácil estilhaçar um vidro, rompendo-o enquanto barreira, e adentrar outros espaços além do limite fronteiro imposto pelo vidro, do

¹ Orientadora: Carmen Silva Rial.

que bater de encontro a estruturas mais rígidas, como o mármore ou o granito, por exemplo. Este rompimento se dá apesar de lacunas estruturais detectadas no sistema tecnocientífico-acadêmico, explicitadas neste artigo, que denunciam ausência das mulheres também em pontos estratégicos na educação brasileira, principalmente em algumas áreas do conhecimento e nos postos mais elevados da academia. Este sistema tecnocientífico-educacional persiste, igualmente, como conseqüência dessas lacunas, sendo predominantemente masculino e, portanto, como decorrência, tal situação reflete-se em diversas instituições no mercado de trabalho. O rompimento do teto de vidro é resultado, conforme já explicitado, da atuação de mulheres em empresas nascentes de base tecnológica, integradas em incubadoras. Nessas empresas, elas concebem e produzem processos, serviços e produtos no campo da tecnociência, primordialmente nas Ciências Exatas e, ao mesmo tempo, atuam como sócias. Dessa maneira, ocupam cargos e exercem funções mais elevadas na pirâmide da hierarquia empresarial. Tanto um reduto, o da ciência na sua intersecção com a tecnologia, no privilégio das Exatas, quanto o outro, o topo na hierarquia organizacional, são considerados como histórica e hegemonicamente masculinos.

Palavras-chave: gênero; tecnociência; mercado de trabalho; teto de vidro, empresas nascentes de base tecnológica. - o - 3 *Glass ceiling* significa “teto de vidro”.

Submissão e Resistência: Explodindo o Discurso Patriarcal da Dominação Feminina

Martha Giudice Narvaz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS¹

INTRODUÇÃO

A questão da submissão das mulheres às violências que sofrem é campo tenso de debate. Especificamente em relação ao silenciamento das mães das vítimas de incesto diante do abuso sexual das filhas há poucos e contraditórios achados. Este estudo problematiza os discursos condenatórios das mães das vítimas de incesto, acusadas de cúmplices, de negligentes e de culpadas pelo abuso das filhas. Consoante com as epistemologias feministas, que advogam a ligação do fazer acadêmico com as práticas e lutas sociais, o interesse por esse tema emergiu de minha prática enquanto militante feminista, terapeuta de famílias e de grupos de mulheres e de meninas vítimas de várias formas de violência, sobretudo de violência sexual. Comprometido com o desvelamento de discursos e práticas aos quais interessa impingir às mulheres a responsabilidade por sua vitimização, este estudo investiga as posições ocupadas por uma mulher, mãe de vítimas de incesto, diante dos abusos sexuais sofridos pelas filhas. Busca, assim, dar visibilidade não só aos discursos e às práticas mantenedoras do gênero feminino em posições de submissão, tais como o silenciamento das mães diante do abuso das filhas, mas também às estratégias de resistência às violências sofridas. Pretende, com isso, explodir o discurso patriarcal unívoco e homogeneizante de submissão das mulheres, resgatando o poder e a resistência feminina diante da dominação patriarcal inscrita na violência sexual.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido em um Ambulatório de Atendimento a Famílias em Situação de Violência da Rede Pública de Saúde, em Porto Alegre. A participante foi uma mulher, vítima de diversas formas de violência, cujas filhas foram vítimas de incesto perpetrado pelo padrasto. O delineamento utilizado foi o estudo de caso, baseado em entrevistas. Foram realizadas duas entrevistas, totalizando cinco horas de duração. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Todo o processo de pesquisa atendeu às exigências da ética na pesquisa com seres humanos. Os dados foram submetidos à Análise de Discurso Francesa de Michel Pêcheux. Nesta abordagem, a análise dos efeitos de sentido dispersos

¹ Orientadora: Silvia Helena Koller.

nos enunciados busca encontrar os elementos regulares que desvelem a formação discursiva dominante de um discurso. Dado que uma fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social, a análise do discurso de uma única mulher remete-nos às condições de produção às quais estão capturados os discursos de muitas mulheres. Tal análise não ocorre descolada do olhar da interlocutora-pesquisadora-analista do discurso que, ao interpretá-lo, é também constituinte de seu processo de produção. A interpretação-desvelamento do discurso deu-se, neste estudo, a partir da perspectiva dos estudos feministas e das relações de gênero.

RESULTADOS

A participante deste estudo ocupou diferentes posições diante das violências sofridas, tencionada entre a submissão e a resistência. Os processos constitutivos da posição de submissão, caracterizada pelo silenciamento diante das violências sofridas, foram: vivências de violência na família de origem; a re-vivência do abuso sexual sofrido em sua infância e a falta de modelos de família protetiva; as estratégias de culpabilização das vítimas, acusadas de sedutoras pelo perpetrador do abuso; o desejo de ter uma família e de manter a família unida; a dependência emocional e econômica dos parceiros abusivos; o medo do companheiro abusivo, que era violento fisicamente e fazia uso de álcool; a prescrição de obediência e submissão ao papel feminino e de controle e dominação ao papel masculino engendrada segundo ditames patriarcais; e a falta de apoio familiar, comunitário e/ou social. A posição de resistência da participante às violências sofridas envolveu várias formas de transgressão aos ditames patriarcais a ela impostos, tais como a fuga, a separação dos companheiros, a traição dos mesmos e a denúncia das violências sofridas. A posição de resistência constituiu-se a partir da revolta contra as violências sofridas e do acesso a recursos de apoio familiar, comunitário e social. O contexto da presente investigação também foi relatado pela participante como constitutivo da posição de resistência inscrita na denúncia das violações.

CONCLUSÃO

As posições ocupadas pelas mulheres diante das violências sofridas devem ser compreendidas a partir dos discursos que as engendram, situados dentro de um contexto histórico-social marcado por complexas articulações de relações de poder e de dominação de gênero, etnia, classe social e geração. As mulheres e meninas vítimas de quaisquer formas de violência e, dentre elas, as mães das vítimas de incesto, desempenham seu papel dentro do contexto das condições concretas de existência de que dispõem e da rede de apoio com a qual podem contar. Para que seja rompida a posição de submissão do gênero feminino às violências histori-

camente sofridas, é fundamental o suporte de uma rede articulada para a garantia dos direitos humanos das meninas e das mulheres. Ao dar visibilidade às formas de resistência feminina diante dos abusos sofridos, este estudo explode com a lógica patriarcal homogeneizante da dominação das mulheres como vítimas apenas assujeitadas. Uma vez que discursos condenatórios do feminino perpassam todo o tecido social e se constituem em formas de revitimização, há que se desvelar os discursos inscritos nas práticas de acolhimento, já que podem contribuir para manter as mulheres em posições de submissão. Destaca-se a articulação e a capacitação da rede de acolhimento das mulheres e das meninas vítimas de violência, pois o suporte social é fundamental ao engendramento das estratégias de resistência feminina às violências sofridas.

Palavras-chave: violência; discurso patriarcal; resistência.

A reprodução das Desigualdades de Gênero no Discurso dos Julgadores e a Vítima Mulher Frente ao Sistema de Justiça Penal

Paula Pinhal de Carlos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS¹

Neste trabalho buscou-se verificar que tipo de discurso é proferido pelo Poder Judiciário acerca da mulher. Inicialmente verificou-se as diferenças entre homens e mulheres, abordando-as a partir de uma perspectiva de gênero. Utilizamos tal categoria por compreender que as desigualdades entre mulheres e homens não são biológicas, mas construídas socialmente. Assim, analisamos as desigualdades de gênero como forma de poder e dominação, com vistas a culminar numa forma específica de expressão dessas desigualdades, que é a violência de gênero. Esta é uma das expressões das desigualdades de gênero e pode adquirir diversas manifestações, podendo ser, inclusive, institucional.

Se há desigualdades de gênero em nossa sociedade, é possível que elas sejam reproduzidas pelo Direito. A partir de tal hipótese, pretendeu-se demonstrar as desigualdades de gênero refletidas nas decisões judiciais. Neste trabalho, analisamos acórdãos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, referentes ao delito de estupro, cujas apelações crime foram julgadas no ano de 2003. O julgamento do delito de estupro foi escolhido por ser um exemplo paradigmático, pois o papel social atribuído à mulher tem uma forte ligação com a forma com que é exercida sua sexualidade.

Para analisarmos o discurso dos julgadores, fez-se necessário o estudo da linguagem jurídica, dando-se ênfase às cargas valorativas da linguagem. Identificou-se nas decisões coletadas definições persuasivas e estereótipos de gênero, verificando-se que os papéis sociais de gênero estão presentes também no imaginário dos julgadores, sendo reproduzidos em suas argumentações. Pela identificação dessas cargas valorativas no discurso dos julgadores, demonstrou-se que o seu filtro de imparcialidade não tem percebido as desigualdades de gênero, fazendo com que o Poder Judiciário reproduza papéis sociais.

Então, buscou-se avaliar a atuação do sistema de justiça penal em relação à vítima mulher. Para tanto, primeiramente foram analisados os instrumentos normativos que protegem os direitos humanos das mulheres (instrumentos internacionais, Constituição Federal e Código Penal Brasileiro). O objetivo era o de verificar se o Poder Judiciário refletia as desigualdades de gênero existentes em

nossa sociedade e de que forma isso ocorre, examinando se há a prática de uma violência de gênero institucional, a partir da revitimização da mulher. Objetivamos estudar, com isso, a eficácia do sistema penal em relação à proteção das mulheres contra a violência sexual.

Demonstrou-se, com esse estudo, que os instrumentos normativos que protegem os direitos humanos das mulheres, em especial os direitos constitucionais de proteção da dignidade da pessoa humana, igualdade e liberdade, bem como os direitos sexuais (reconhecidos internacionalmente como direitos humanos), não têm sido respeitados. Tem-se operado, então, uma revitimização da mulher pelo sistema de justiça penal, pois ela também é julgada, juntamente com o réu, sendo verificada sua adequação ao papel de gênero feminino tido por ideal.

Tal atuação do Poder Judiciário é contrária ao que dispõem os instrumentos normativos que protegem os direitos humanos das mulheres, contra o próprio Código Penal Brasileiro, contra os preceitos constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da liberdade. Também não leva em consideração os instrumentos internacionais que visam a proteger as mulheres de todo e qualquer tipo de violência, negando, ainda, os direitos sexuais, reconhecidos como direitos humanos.

Tem-se, dessa forma, que o Poder Judiciário tem praticado uma forma de violência de gênero, qual seja, a violência institucional. Isso porque, ao reproduzir as desigualdades de gênero em suas decisões, os julgadores acabam por julgar a vítima, ou melhor, por julgar a sua adequação ao papel de gênero feminino tido por ideal. Demonstra-se, com isso, que o sistema de justiça penal tem sido ineficaz na proteção das mulheres contra a violência sexual, já que, na busca de uma solução para o seu problema, a mulher vê-se revitimizada.

Palavras-chave: desigualdades de gênero – discurso dos julgadores - revitimização da mulher.

¹ Orientador: Rodrigo Stump Gonzáles.

Não-Provedores: Gênero, Desemprego e Alcoolismo Masculino em Comunidade de Baixa Renda

Pedro Francisco Guedes do Nascimento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul /RS¹

A partir de pesquisa etnográfica realizada em uma comunidade de baixa renda no município de Camaragibe, Região Metropolitana de Recife, Pernambuco, entre 1997 e 1999, buscou-se refletir sobre as conexões entre gênero e desemprego masculino ou, mais precisamente, as implicações do fato de os homens não serem provedores de seus lares e dependerem financeiramente de mulheres. A investigação focou homens que apresentaram uma trajetória de trabalho, mas que, naquele momento, aparentemente “acomodados”, não mais buscavam superar os períodos de desemprego: estavam adaptados à nova situação em que se identificavam e eram identificados como “homens que não trabalhavam”, sustentados por outrem. Ao mesmo tempo, atentou-se para os significados que as mulheres envolvidas atribuíam a estas relações, identificando os conflitos e os arranjos aí construídos.

A grande maioria dos homens investigados apresentava como característica comum o consumo cotidiano de bebidas alcoólicas, configurando uma imagem negativa por parte dos demais. Se a bebida os levou ao desemprego ou se a condição de desempregado os levou ao consumo excessivo de bebida alcoólica não é a questão central aqui. Contudo, em qualquer das situações, a relação desemprego-álcool assume grande importância no contexto dessa comunidade; e o consumo de bebida aparece como uma estratégia marcadamente masculina. O interesse foi perceber como esses homens (que, além de dependerem do álcool, são dependentes também de outra pessoa para sobreviverem materialmente), atualizam os padrões tradicionais de gênero, em suas relações cotidianas. A pergunta fundamental era: a inversão do padrão de homem provedor e mulher dona de casa subverte (ou em que medida altera) as relações tradicionais marcadas pela dominação masculina?

Procurando evitar um foco exclusivo na dicotomia homem-mulher como sendo capaz de esgotar o significado acerca do masculino e do feminino, buscou-se perceber em que medida as dimensões do trabalho e da relação com outros homens, por exemplo, informam sobre a constituição das masculinidades e das relações de gênero, o que leva à consideração de que as categorias de gênero não pressupõem uma dicotomia de gênero incontornável, assentada numa diferença biológica de tipo essencialista.

Foram analisadas as várias estratégias utilizadas por homens e mulheres para explicar e justificar o seu contexto. A noção de que o desemprego é uma realidade conjuntural, o que faz com que a consecução de trabalho independa da vontade individual dos sujeitos; a noção de honra associada à negação de trabalhos considerados indignos; bem como a atualização de um ideal romântico de conjugalidade foram alguns dos recursos percebidos como sendo utilizados por homens e mulheres. A permanência de elementos tradicionais de reprodução da desigualdade de gênero, em que a ausência dos homens do mundo do trabalho não leva necessariamente a uma reconfiguração do espaço doméstico, foi recorrentemente percebida.

Em um certo sentido, é possível afirmar que os homens percebem sua condição, assumem-na, resignificam-na e ainda podem tirar dela algumas vantagens. Isso implica o reconhecimento de sua capacidade para construir redes, nas quais se inserem (marcadas sempre pela presença feminina), o que lhes possibilita manterem-se vivos, utilizando elementos que lhes são favoráveis, e onde, quase sempre, conseguem criar conteúdos masculinos para suas vidas – em que o consumo de álcool aparece como prerrogativa masculina. Da parte das mulheres, foram percebidas queixas, mais que críticas ou reivindicações, levando à percepção de que homens e mulheres dizem coisas muito semelhantes, mesmo quando estão em suas cobranças e acusações: as mulheres lamentando o fato de os homens não fazerem o que se espera deles, cômicas ao mesmo tempo de que eles não o farão e não abrindo mão por completo da convivência com eles – pois isso poderia implicar em mais perdas. E os homens lamentando não fazer o que é prescrito, mas já se adaptando ou adaptados a uma conjuntura, na qual continua possível dizer que é homem, não por cumprir a demanda tradicional, mas por encontrar quem o faça. O grande desafio posto para os homens parece ser exatamente o de conseguirem se inserir numa rede em que essas atribuições, que não mais são capazes de atualizar, possam ser feitas por uma outra pessoa – quase sempre a mãe, a esposa ou a irmã, mas sempre uma mulher. A impossibilidade de efetivar essa estrutura e não o reconhecimento de que fracassaram é seu grande desafio. Conseguir que não se “entreguem à bebida”, não sejam violentos e não as abandonem por completo parece ser o desafio das mulheres e não a experiência plena do ideal burguês, muito embora este esteja sempre presente, como presente estão aquelas mesmas orientações que dizem o que ambos deveriam fazer.

¹ Orientadora: Cláudia Lee Willians Fonseca.

Tom Agudo, *Voz de Mulher. A Temática Feminina na Obra de Maria de Zayas y Sotomayor*

Rosangela Schardong – Universidade de São Paulo/SP¹

Na Espanha dos séculos XVI e XVII, a educação das mulheres deveria restringir-se à leitura de textos que ensinassem virtudes, tais como a vida piedosa dos santos, segundo os ditames dos moralistas católicos, responsáveis pela instrução feminina. Ante esta limitação, pode-se supor o grande arrojo de Maria de Zayas y Sotomayor ao lançar-se como escritora em 1637, em pleno Século de Ouro Espanhol. Nessa data publicou o primeiro volume de sua coleção de contos, gênero que teve sua estréia nas letras espanholas com Miguel de Cervantes, através de suas famosas *Novelas Exemplares* (1613). A obra de Maria de Zayas y Sotomayor viria a apresentar inovações ao gênero, por causa da autoria feminina e, sem dúvida, pelo propósito com que vinha imbuída.

Nas *Novelas amorosas e exemplares*, de Zayas, encontramos um prólogo, no qual a autora faz uma declaração de intenções a respeito da recepção da obra, envolta em uma arguta reflexão sobre a condição da mulher de seu tempo. Com um tom entre irônico e arrogante, Zayas desafia o leitor a discordar da opinião de alguns, os néscios, de que a mulher é “uma coisa incapaz”. No prólogo, encontramos o debate em torno à capacidade intelectual feminina, que tradicionalmente se alicerçava nas diferenças físicas entre os sexos. Zayas veementemente denuncia que o suposto defeito de caudal nas mulheres de fato se deve à falta de professores. O confronto entre teses misóginas e convincentes antíteses parece destinado a persuadir o leitor de que a inferioridade feminina constituiu um constructo cultural. O mesmo confronto permeia o conjunto da obra através do discurso e da ação das personagens, que manifestam uma *opinião* contrária ou favorável à mulher.

Na *Parte segunda do honesto e entretido sarau* (1647), segundo volume da obra de Zayas, encontram-se contumazes denúncias sobre os procedimentos culturais responsáveis pela perpetuação da submissão da mulher, didática e elegantemente enunciadas pela voz das damas que narram os contos.

Os contos de Maria de Zayas foram muito populares nos séculos XVII e XVIII, na Espanha e na Europa. No século XX, com o advento do feminismo, a obra foi revalorizada por causa do vigor dos argumentos em defesa da emancipação feminina. Então consagrou-se a opinião de M.V. de Lara (1932) de que Maria de Zayas é “a primeira feminista teorizante que conscientemente comenta a situação do sexo feminino na Espanha”. Entretanto, há muita disparidade na apreciação

da obra. A falta de consenso se deve, a meu ver, à inadequação da perspectiva teórico-literária de nossos dias, como também da abordagem feminista do século XX, para a análise de uma obra da primeira metade do século XVII. Há que considerar que não são idênticos os parâmetros culturais, tampouco os poéticos. Estou convencida de que o modo mais adequado para proceder o estudo crítico da obra de Maria de Zayas y Sotomayor é através dos parâmetros filosóficos, religiosos, políticos e artísticos que lhe foram contemporâneos, a fim de compreender e examinar devidamente a matéria, a estrutura e o discurso que a compõem.

Defendo a tese de que Zayas traçou um projeto de obra que consiste em abordar, com diferentes perspectivas e recursos literários, as questões relativas à mulher do seu tempo, a fim de promover a reflexão e o debate sobre elas, com vistas à uma conseqüente mudança na *opinião* sobre as relações de gênero. Creio que a obra de Zayas apresenta novos discursos para referir-se à mulher, como também novas imagens para representá-la, refutando a tradição misógina. Para ilustrar este pressuposto, nesta monografia serão analisados dois contos e destacados outros elementos compositivos da obra. Julgo que Zayas constrói sua obra com grande engenhosidade a fim de demonstrar, com seu próprio exemplo e de modo incontestável, que a mulher tem aptidão para as letras e que, quando educada, pode luzir a agudeza de seu entendimento.

Este texto apresenta os resultados parciais de minha pesquisa de doutorado, em curso, com a qual espero estimular e fortalecer os estudos sobre uma importante escritora do Século de Ouro Espanhol, ainda desconhecida na academia brasileira, como também incrementar as perspectivas de leitura de sua obra. Creio que a pesquisa e difusão da obra de Zayas devem fomentar a percepção da vigência de uma tradição nos escritos de autoria feminina, com vistas à valorização da mulher, uma vez que Zayas dialoga com suas eminentes antecessoras. Portanto, a pesquisa pode contribuir substancialmente para a construção do conhecimento sobre os históricos caminhos da constituição da identidade feminina, bem como da reflexão e da argumentação em favor da emancipação da mulher.

Palavras-chave: Cânone, constructo cultural, misoginia, opinião, emancipação feminina.

¹ Orientadora: Maria Augusta da Costa Vieira.

Deslocar-se para Recolocar-se: os Amores entre Mulheres nas Recentes Narrativas Brasileiras de Autoria Feminina

Virgínia Maria Vasconcelos Leal – Universidade de Brasília/DF¹

As obras artísticas fazem parte dos aparatos de construção de representação de gênero. A discussão centra-se no estado do espaço de representação, na literatura contemporânea brasileira, para um grupo social em que estão cruzadas duas categorias identitárias consideradas marginalizadas, o gênero e a homossexualidade. Ou seja, como representa-se, literariamente, o redirecionamento do conceito de gênero, a partir da subversão de uma de suas matrizes de inteligibilidade, nos termos de Judith Butler, que é o desejo heterossexual compulsório. O foco aqui está sobre as relações entre mulheres, representadas por obras de escritoras surgidas na virada do milênio: Cíntia Moscovich, no romance *Duas iguais: manual de amores e equívocos* assemelhados e nos livros de contos *O reino das cebolas*, *Anotações durante o incêndio* e *Arquitetura do arco-íris*; Heloísa Seixas, nos contos “Assombração” e “Madrugada”; Stella Florence, no conto “Isso nunca me aconteceu e suas variações”; Fernanda Young, em seu romance *O efeito Urano*; Cecília Costa, no romance *Damas de Copas*; Adriana Lisboa, no romance *Os fios da memória*; e Simone Campos, no conto “Bondade”. Elas estão perfiladas entre as escritoras estreadas nos anos 90 e 2000, publicadas por editoras de expressão nacional, que criaram personagens femininas, nos livros citados, cujo desejo esteve orientado para pessoas do mesmo sexo.

A ênfase em tais escritoras, que não são as únicas a trabalharem o tema das relações homossexuais femininas, dá-se devido à publicação de suas obras por grandes editoras, como Record, Rocco e Objetiva. Publicar por essas editoras significa ter, em princípio, facilitados alguns dos grandes problemas da indústria de livros no Brasil, que é o da distribuição. As escolhas dos leitores são intermediadas pelas estratégias de distribuição das editoras, incluindo aquelas de disseminação de informação sobre seu catálogo, seja pelos sites, campanhas de mídia, disputa por prêmios literários, divulgação na imprensa, espaço em suplementos culturais nos grandes jornais, a entrada na lista dos “mais vendidos” etc. Quanto maior e mais prestigiada a editora, maiores são as chances de alcançar o público.

Destaco a questão do mercado editorial, uma vez que a temática incluída em livros editados, distribuídos e divulgados por grandes editoras termina por dar

maior visibilidade às questões de gênero e de orientação sexual. Uma visibilidade que pode ser (ou não) problemática, haja vista a própria inserção de tais escritoras no campo literário, por meio de obras que não se encaixam, por exemplo, em um padrão de criação de representações positivas para o público homossexual, como é o caso das Edições GLS.

Escritoras como Cíntia Moscovich, Adriana Lisboa, Stella Florence, Heloísa Seixas, Simone Campos, Cecília Costa e Fernanda Young, a partir do momento em que inscrevem (e também se inscrevem) no panorama da literatura de autoria feminina a referida temática, também estão construindo uma representação de gênero e de orientação sexual. Criam personagens que, em algum momento, saem da matriz de inteligibilidade de gênero, conceituada por Judith Butler. São mulheres, nascidas no sexo biológico feminino, são “engendradas” como mulheres, mas direcionam a sua sexualidade (no momento da narrativa) e seu desejo para uma pessoa do mesmo sexo. Estariam, portanto, colocando em cena (ou diálogo) com o seu público a possibilidade de redirecionamento da matriz de gênero.

Entretanto, na maioria das narrativas analisadas, as personagens precisam estar fora de suas vidas cotidianas, em um deslocamento causado por uma viagem, uma doença (ou ambos), em um encontro com a morte ou com o sobrenatural, em desvios astronômicos, ou em quartos separados. E, no caso específico de Cíntia Moscovich, que mais tem tratado o tema, nas suas narrativas perpassa sempre o sentido de perda, seja de um valor importante no passado, seja pela própria morte da pessoa amada. Se, por um lado, as suas narrativas subvertem a matriz de gênero, por outro lado, seu componente trágico também assinala, do ponto de vista da autora, a impossibilidade de subversão total de tal matriz. No caso das outras escritoras, a impossibilidade permanece por outros caminhos, mesmo que recheadas de humor, auto-ironia ou romantismo assexuado. Este tem sido um traço da literatura brasileira contemporânea de autoria feminina, ao tratar da temática lésbica, pelo menos nas grandes editoras. Começam a aparecer temáticas antes polêmicas, mas ainda com esse movimento pendular entre a adequação a modelos hegemônicos e a transgressão (discreta) a esses mesmos modelos.

¹ Orientadora: Regina Dal’Castagne.

Quebrando o Coco e Fazendo a Roça: Gênero e Identidade no Cotidiano de Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão

Viviane de Oliveira Barbosa – Universidade Federal da Bahia/BA¹

Este trabalho faz uma análise acerca de relações de gênero e construções de identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, buscando notar como práticas e discursos conformam o cotidiano dessas mulheres. Consideramos, para tal estudo, trabalhadoras que enfrentaram conflitos pela preservação de babaçuais e pelo acesso à terra e assumiram a identidade de quebradeiras de coco, organizando-se no MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), e quebradeiras que não se integraram nesse movimento (embora muitas também tenham enfrentado conflitos), mas que em suas comunidades trocam experiências com as primeiras. Examinamos discursos e práticas de lideranças do Movimento no Maranhão e de trabalhadores rurais e agroextrativistas (quebradeiras de coco e seus maridos/companheiros) em São Luís Gonzaga (MA), entendendo que o sentido do babaçu na vida desses trabalhadores ultrapassa a esfera político-econômica e se relaciona a múltiplas experiências, especialmente às relações e dinâmicas sociais tecidas em torno do gênero e às construções imaginárias que permeiam a vida coletiva.

Esta pesquisa tem como suporte de análise um viés sócio-antropológico e histórico, buscando, desse modo, estruturar uma análise de cunho inter e multidisciplinar. Os métodos e técnicas desenvolvidos se apóiam na história oral e no trabalho de campo. Este trabalho propõe, enquanto uma fenomenologia existencial, uma abordagem que parte do discurso sobre uma vivência particular, a vivência cotidiana de mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Assim, objetivamos demonstrar a constituição e a trajetória sócio-histórica e política do MIQCB, destacando conflitos e implicações destes para a construção da identidade coletiva de quebradeiras de coco; observar processos de construções de identidades (grupais, de gênero e étnico-racial) assumidas por quebradeiras, sublinhado inter-relações entre elas; destacar processos de construção da identidade de Monte Alegre como remanescente de quilombo e relações de gênero e trabalho nessa dinâmica imbricada; examinar representações dadas por trabalhadores rurais às palmeiras de babaçu.

Verificamos que mulheres integradas ou não no MIQCB, embora tenham experiências diversas, encontram-se existencialmente relacionadas, enquanto mulheres

que quebram coco babaçu. Os trabalhadores rurais aqui enfocados se autodefinem e vêm sendo definidos como remanescentes de quilombos, tendo sua história e cultura relacionadas a uma dada herança que remonta a africanos e, em menor grau, a grupos indígenas. Um reconhecimento que certamente está relacionado ao período mais intenso de conflitos com fazendeiros/grileiros, no contexto da passagem do “tempo do coco preso” ao “tempo do coco liberto”, o que reforça os laços entre o grupo, fornecendo-lhes um passado comum. Para as mulheres, em particular, some-se às identidades de gênero e étnico-racial o fato de serem quebradeiras de coco e de buscarem se pensar a partir desse lugar. Mulheres não associadas ao MIQCB têm mantido constante diálogo com as associadas, trocando experiências e conhecimentos com as mesmas. A identidade grupal das quebradeiras de coco se articula à sua identidade feminina e elas têm se esforçado para alcançar representatividade em uma sociedade que historicamente as discrimina sob um tripé: de “sexo”/gênero, de cor/“raça”/etnia e de classe. Em decorrência disso, está havendo uma releitura das percepções sobre “ser quebradeira de coco”. Essas trabalhadoras têm buscado descontruir discursos e práticas que solidificam uma diferença que gera desigualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Nesse contexto, também notamos que representações e experiências em torno do feminino e do masculino quase sempre não se encontram. Não há uma divisão atávica e fixa do trabalho entre homens e mulheres nas realidades estudadas, mas ela constantemente é enunciada. Na prática, mulheres fazem trabalhos que no discurso são de homens, como trabalhar na roça, e também há casos de homens que quebram coco, trabalho que, nos discursos, é estritamente feminino. Mulheres que lutam e reivindicam relações menos desiguais entre os gêneros, reproduzem discursos legitimadores da ideia de que os comportamentos e práticas individuais estão associados a uma condição de “sexo”/gênero. Apesar de, em muitos casos, serem as mulheres que, através de sua tripla jornada (especialmente em casa e na quebra do coco, mas também na roça) garantem o sustento da família, tal responsabilidade é facultada tão somente ao homem, mesmo quando o trabalho deste na roça não é suficiente para aquele sustento. Homens se apropriam (material e simbolicamente) do trabalho de suas esposas/companheiras. O trabalho na roça é lido como mais difícil e a quebra do coco como mais fácil e leve sugerindo uma relação antitética entre homens (força) e mulheres (fragilidade). Apesar de terem conquistado um espaço público, pelas suas reivindicações, o espaço dos afazeres do lar/casa continuam sendo vistos como essencialmente de sua responsabilidade e inscritos em seu ser (mulher). A ambigüidade é, em grande medida, a tônica das relações. Os sentidos do babaçu, para além da dimensão econômica e material – de subsistência, interconectam-se a construções imaginárias que conformam cotidianidades e memórias desses trabalhadores.

Palavras-chave: Gênero; identidades; cotidiano; imaginário; quebradeiras de coco.

¹ Orientador: Jocélio Teles dos Santos.

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA – 2ª Edição

2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Edital de Pesquisa no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos

Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

Co-promoção

Assessoria de Comunicação Social do CNPq/Serviço de Prêmios

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde – DECIT/MS

Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

Apoio

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Cadernos PAGU

Revista Estudos Feministas

Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Associação Brasileira de Ciências Políticas – ABCP

Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC

Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP

Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE

Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional – ANPUR

Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior – ANDIFES

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM/IMS/UERJ

Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC

Núcleo de Estudos da População – NEPO/UNICAMP

Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG/UFF

Programa de Estudos em Gênero e Saúde – MUSA/ISC/UFBA

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ

Fundação Carlos Chagas – FCC

Instituto Papai

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia



Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM